

JANAINA CARLA S. VARGAS HILARIO

**PARTIDO DOS TRABALHADORES: UMA NOVA
CULTURA POLÍTICA? Repensando aspectos da
história do Partido e da sua experiência em Londrina
(1980-1996).**

MARINGÁ – PR
2006

JANAINA CARLA S. VARGAS HILARIO

**PARTIDO DOS TRABALHADORES: UMA NOVA CULTURA
POLÍTICA? Repensando aspectos da história do Partido e
da sua experiência em Londrina (1980-1996).**

Dissertação apresentada ao Departamento de
História da Universidade Estadual de Maringá
– UEM, para obtenção do título de Mestre em
História (Área de concentração: Política,
Movimentos Populacionais e Sociais).

Orientador: Prof. Dr. Sidnei J. Munhoz.

MARINGÁ – PR
2006

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

H641p Hilario, Janaina Carla S. Vargas
Partido dos trabalhadores : uma nova cultura política?
repensando aspectos da história do partido e da sua
experiência em Londrina (1980-1996) / Janaina Carla S.
Vargas Hilario. -- Maringá : [s.n.], 2006.
276 f. : il.

Orientador : Prof. Dr. Sidnei J. Munhoz
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Maringá. Departamento de História, 2006.

1. Historia - Partido dos trabalhadores. 2. Cultura
política. 3. Movimentos sociais. 4. Neoliberalismo. 5.
Globalização. I. Universidade Estadual de Maringá.
Departamento de História.

Cdd 21.ed. 981.063

JANAINA CARLA S. VARGAS HILARIO

**PARTIDO DOS TRABALHADORES: UMA NOVA CULTURA
POLÍTICA? Repensando aspectos da história do Partido e da sua
experiência em Londrina (1980-1996).**

Dissertação apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, para obtenção do título de Mestre em História (Área de concentração: Política, Movimentos Populacionais e Sociais).

Aprovado em: 26 de setembro de 2006.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Sidnei Munhoz (orientador) - UEM

Prof^a Dra. Ana Maria Mauad – UFF

Prof. Dr. Luís Miguel do Nascimento - UEM

Dedico este trabalho a todas as pessoas que tornam meu presente mais feliz, e a todos que não se deixaram corromper pelo dinheiro e nem pelo fascínio do poder.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, José Ramatis e Regina, por terem sempre me incentivado nas minhas escolhas, por servirem de exemplo de vida e terem contribuído tanto pelo pouco que sou, por estarem ao meu lado em todos os momentos, por servirem de refúgio e fortaleza, simplesmente o meu suporte para a concretização desta pesquisa. Em especial agradeço ao meu pai, que extravasou os limites de sua competência, ao me auxiliar na pesquisa, buscando fontes e documentos, dialogando comigo sobre as minhas idéias e hipóteses levantadas.

Às minhas irmãs, Larissa e Lariany, por serem minhas amigas, por me trazerem palavras de conforto e estímulo.

A todos os colegas do mestrado e aos amigos da linha de Política - Leandro, Eurico, Mariana, Rosângela (que me hospedou tão bem e cedeu sua casa para as nossas deliciosas reuniões) e Sandra (minha companheira de festa em Maringá) - saudades de nossas ricas e intermináveis discussões nas tardes de quintas e sextas-feiras. Aos meus amigos do trabalho, do curso de direito. Em especial, aos meus amigos: Elaine e Juliana (minhas irmãzinhas de coração), Paulo e Márcio (os irmãozinhos que eu não tive), e meu amigo Thesko, por me apoiarem, por me ouvirem, por suportarem minhas mudanças de humor, por compartilharem comigo as angústias, ansiedades, alegrias e conquistas adquiridas ao longo dessa pesquisa, enfim, pelo carinho e pela cumplicidade.

A todos os meus alunos, que me ensinam, a cada dia, ser uma pessoa melhor.

Ao professor Gilmar Arruda por debater e dialogar comigo sobre as primeiras idéias e hipóteses que nortearam o projeto dessa pesquisa. Sem suas ricas contribuições, sem o seu incentivo e sem sua crença no meu trabalho, essa pesquisa de mestrado nem sequer teria sido iniciada.

Ao professor Francisco Assis de Queiroz por ter acompanhado o projeto deste trabalho, ao dar sugestões e fazer críticas preciosas.

Aos professores Luís Miguel do Nascimento e Reginaldo B. Dias, membros da banca do exame de qualificação, pelas contribuições imprescindíveis.

E ao meu orientador, mestre e amigo, Sidnei J. Munhoz, pela sua generosidade, seriedade e competência ao conduzir a regência desta pesquisa, pela sua tolerância com meus múltiplos afazeres, por enriquecer minha formação, pelo incentivo e motivação que me proporcionou em todos os momentos que fraquejei e, principalmente, pela sua amizade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
-----------------	----

CAPÍTULO I – A história do Partido dos Trabalhadores a partir da cultura política

1.1 – O conceito de cultura política no estudo de um partido político.....	29
1.2 – Partido dos trabalhadores: cultura política	38
1.2.1 – O socialismo.....	45
1.2.2 – A democracia	61
1.3 – Partido dos trabalhadores: o discurso do novo e a burocratização.....	70

CAPÍTULO II – A história do Partido dos Trabalhadores a partir dos seus elementos constitutivos: grupos de esquerda, Igreja, movimentos sociais, greves, novo sindicalismo

2.1 - PT: apontamentos sobre a sua origem.....	87
2.2 - O PT e as organizações de esquerda.....	98
2.3 - O PT, a Igreja Católica e as CEBs.....	103
2.4 - O PT e os movimentos sociais.....	111
2.5 - O PT e o <i>novo sindicalismo</i>	123
2.6 - Repensando o <i>novo sindicalismo</i>	137

CAPÍTULO III – A experiência do Partido dos Trabalhadores em Londrina a partir da cultura política e dos seus elementos constitutivos

3.1- A formação do PT em Londrina.....	150
3.2- A cultura política do PT em Londrina.....	160
3.2.1 – As eleições de 1982	164
3.2.2 – Os núcleos de base, a Igreja e os movimentos sociais	175
3.2.3 – A disputa pelo poder e as oscilações da democracia: convenções partidárias, tendências e ideologia.....	196

CAPÍTULO IV – Traços de uma mudança de cultura política: socialismo, alianças e o PT no poder municipal

4.1- Socialismo.....	215
4.2- Alianças Partidárias.....	223
4.3- O PT no poder municipal: governo Cheida (1993-1996)	232

4.4- O PT de Londrina: mudança de cultura política?	256
CONSIDERAÇÕES FINAIS	263
GLOSSÁRIO	268
FONTES	269
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	275

HILARIO, Janaina Carla S. Vargas. **PARTIDO DOS TRABALHADORES: UMA NOVA CULTURA POLÍTICA? Repensando aspectos da história do Partido e da sua experiência em Londrina (1980-1996)**. Maringá, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Estadual de Maringá.

RESUMO

Escrever a história do PT é ao mesmo tempo escrever a história do Brasil, é discutir a história de uma agremiação que conquistou num período de 20 anos o título de maior partido popular do mundo, originado como expressão dos movimentos populares, dos sindicatos dito combatentes, autônomos e independentes do Estado e contestador de uma política eleitoralista, clientelista e populista. Essa reflexão tomou como objeto o PT nacional e o PT do município de Londrina, estado do Paraná, no momento de sua formação, numa tentativa de interrogar e redimensionar a luta do PT pela sua consolidação e difusão nos municípios interioranos no período de 1980 a 1996. A intenção maior foi investigar a “cultura política” de um partido, mostrando as possíveis especificidades, condutas, regras, tradições, ressaltando normas e valores que demonstram o seu comportamento e a sua “ideologia política”. Um dos objetivos foi conhecer as crenças e os compromissos de um partido, formado por um grupo que possui interesses e ideais “comuns”, assim como perceber o seu papel no processo de socialização, reconhecendo novas formas de sociabilidade e de formação de uma nova consciência. Para isso, foi necessário discorrer sobre o socialismo e a democracia petista. O discurso do *novo* e o processo de burocratização do partido também se apresentaram como temas pertinentes, ao questionar a radicalização da idéia do novo pregada pelo PT e as influências internas e externas – globalização, neoliberalismo, colapso do socialismo *real* – que o partido sofreu. Os elementos que constituíram a agremiação, presente na sua formação e consolidação, tal como as organizações da esquerda, a Igreja e as CEBs, os movimentos sociais e o *novo sindicalismo* foram discutidos na intenção de mostrar as heranças culturais, revelando suas diversas tendências. Procurei estabelecer também uma analogia entre a burocratização dos movimentos sociais nos anos 1990 com a profissionalização política dos militantes do PT no mesmo período. A partir dessa mesma idéia, propus uma reflexão acerca do *novo sindicalismo*, a instituição que mais contribuiu na formação do partido, repensando o que, de fato, era novo e o que havia em termos de continuidades. A formação do Partido dos Trabalhadores em Londrina foi mostrada por meio dos grupos e das tendências presentes. Ao introduzir a discussão sobre a cultura política do PT londrinense, faço uso das eleições de 1982; as relações do partido com os núcleos, com a Igreja Católica e com os movimentos sociais; as disputas pelo poder – importante revelador de valores e crenças – através das convenções, das tendências e as ideologias pertencentes aos grupos existentes no interior do PT na época. Com o objetivo de evidenciar uma mudança de cultura política no PT em Londrina, discuti temas como o socialismo, as alianças partidárias, o governo petista de Luiz Eduardo Cheida, durante o período de 1993 a 1996, procurando analisar uma administração municipal do partido. Por fim, são apresentadas algumas versões dos próprios petistas acerca da mudança de cultura do partido.

Palavras-chave: Partido dos Trabalhadores; cultura política.

HILARIO, Janaina Carla S. Vargas. **THE PARTIDO DOS TRABALHADORES: A NEW POLITICAL CULTURE? Rethinking some aspects of the party's history and its experience in Londrina (1980-1996)**. Maringá, 2006. Master's Dissertação in History – Department of History, Universidade Estadual de Maringá, Maringá PR Brazil.

ABSTRACT

Writing the history of the *Partido dos Trabalhadores* - PT (Workers' Party) is writing the history of Brazil, or rather, it amounts to discussing the history of a community that has become the biggest popular party in the world within the space of 20 years. The PT emerged from popular movements and from autonomous and state-independent, highly conscious trade unions, contesting electoral, clientele and populist policies. Current research pinpoints the PT as a national entity and within the municipality of Londrina PR Brazil, in its formation, so that its struggle for consolidation and spreading to other municipalities of the Brazilian interior between 1980 and 1996 could be analyzed and put within its proper dimensions. Research concentrated on the "political culture" of the party and attempted to show its specificities, mores, regulations and traditions, highlighting norms and values that demonstrate its behavior and its "political ideology". Research aimed at discovering beliefs and commitments of a political party which had been initialized by a group of people with common interests and ideals. Moreover, it also aimed at perceiving the Party's role in the process of socialization while acknowledging new forms of sociability and the formation of a new type of conscience. A discussion on socialism and on the PT's democracy as conceived by the National Committee has also been engaged with. The novelty of the discourse and the political party's bureaucratization process were also important themes when the radicalization of the novelty idea propagated by the PT was questioned. Similarly, internal and external (globalization, neo-liberalism, the demise of concrete socialism) influences that the Party underwent have also been argued upon. The bases of the party which existed at its formation and consolidation, such as the leftist organizations, the Catholic Church, Base Ecclesial Communities, social movements and the new trade-unionism, showed the party's cultural heritage and its several trends. An analogy between the bureaucratization of the 1990s social movements and the political professionalism of the PT committed members during the same period has also been set up. The new trade-unionism, actually the institution that has most contributed towards the formation of the Party, has been thoroughly analyzed, including what was really new and what was just continuity. The formation of the PT in Londrina has been analyzed through its groups and current trends. The 1982 elections, the relationship between the Party and its nuclei, the Catholic Church and social movements, power politics (which clearly reveal values and beliefs) through party meetings, trends and ideologies of groups within the PT at the time, have been the themes discussed with regard to the political culture of the Londrina Workers' Party. Socialism, party alliances and the government of PT Luiz Eduardo Cheida in the 1993-1996 period have been discussed, whereas the party's municipal administration is investigated. Several versions of members of the PT with regard to changes in the party's culture conclude current research.

Key words: Workers' Party; political culture.

INTRODUÇÃO

“Logo, a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social. Mas este grupo não é isolado; tem amigos, afins, adversários, inimigos. Só do quadro complexo de todo o conjunto social e estatal (e freqüentemente com interferências internacionais) resultará a história de um determinado partido. Assim, pode-se dizer que escrever a história de um partido significa exatamente escrever a história geral de um país, de um ponto de vista monográfico, destacando o seu aspecto característico. Um partido terá maior ou menor significado e peso na medida em que a sua atividade particular pese mais ou menos na determinação da história de um país”¹.

Perspectivas sobre o objeto.

O Partido dos Trabalhadores é considerado por muitos na História do Brasil, como o maior movimento – ou instituição – que foi capaz de mesclar grupos sociais tão diferenciados, capaz de reunir sonhos tão díspares e, ao mesmo tempo, idealizar um objetivo comum: uma sociedade justa, plural e socialista.

Agiu sabiamente Antonio Gramsci quando dispôs que a história de um partido é a história de um grupo social que se insere em um conjunto social. Assim, escrever a história do PT é escrever a história do Brasil de um ponto de vista monográfico, pois há uma natural relação entre eles, a trajetória do partido acompanhou as mudanças de caráter social, político e econômico do país.

É também discutir a história de uma agremiação que surgiu num contexto ao mesmo tempo particular e “mágico”, um período, parafraseando Eder

¹ GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p.24-25.

Sader, em que novos atores entraram em cena, nos bairros, na igreja, no sindicato, nas escolas, na universidade. Um momento em que o “novo” era aclamado com veemência, uma necessidade de romper com todas as tradições herdadas, que nada havia contribuído para a construção de um mundo justo. Uma época em que o trabalhador não tinha “voz” e nem “vez”, vivendo sob a ditadura, sob a repressão, sob a exploração. A necessidade em buscar uma alternativa “real” para os que se encontravam acorrentados por um regime militar opressor, por um sistema capitalista excludente, por uma sociedade que fechava os olhos para a inflação, para a pobreza, para a miséria.

Assim, o PT nasceu, ou tomou forma legal em 10 de fevereiro de 1980, na região conhecida como ABCD Paulista, grande palco de lutas sociais e sindicais. Ao abarcar o discurso do “novo”, uma apropriação de certa forma da idéia presente na época de “novos” movimentos sociais, “novo sindicalismo”. Um partido que não seria somente dos trabalhadores, mas regido diretamente por eles.

O partido, para Gramsci, é o primeiro ato da vontade coletiva que se pretende universal e que, como tal, pode ser qualquer aparelho privado de hegemonia, é a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais ². Essa vontade coletiva, tal como expressa Gramsci, reuniu de marxistas a cristãos, na tentativa de organizar um aparelho que não só se pretendeu universal, como cumpriu esse papel. O PT nos seus 26 anos de existência é considerado o maior partido político do Brasil, seu

² GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**, Op. Cit.,

crescimento eleitoral e sua aceitação como um partido de esquerda pela sociedade foi estabelecida de forma contínua desde o seu surgimento ³.

A agremiação petista surgiu como expressão dos movimentos populares, dos sindicatos dito combatentes, autônomos e independentes do Estado. Foi contestador de uma política eleitoralista, clientelista e populista; ao mesmo tempo em que criticava a esquerda ortodoxa e os partidos de caráter socialista autoritário influenciados pela ex-URSS. O Partido reuniu em seu seio cristãos e marxistas, contou com a contribuição de militantes da Teologia da Libertação e de intelectuais⁷. Por consequência, o PT tem traduzido, desde a sua formação em 1980, a fé numa política menos corrupta e mais ética.

Não obstante, nos últimos anos o partido vem sofrendo uma série de críticas, dentre as quais se destaca a idéia de que atualmente o que se vê no cenário político é um novo PT, regido por valores e regras muito diferenciadas daquelas que originou o partido. O discurso radicalizado abriu espaço para o discurso da negociação. A sociedade contemporânea vive sob o estigma da democracia plena, materializada desde a promulgação da Constituição de 1988. No entanto, a apatia frente à política, assim como uma desconfiança em relação aos políticos é presente de forma significativa. Esse estado de impassibilidade se agravou com o descontentamento em relação ao governo do Partido dos Trabalhadores, uma vez que grande parte da sociedade brasileira nele depositou muita esperança⁴.

³ O ápice dessa conquista foi a vitória de Luis Inácio Lula da Silva em 2000 como presidente da República do Brasil.

⁴ Essa crise foi agravada com a denúncia de corrupção realizada em junho de 2005, primeiramente, pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) conhecida como mensalão, uma mesada supostamente paga a deputados da base aliada do governo, em troca de apoio político em votações no Congresso. Assim, o PT estaria totalmente envolvido no esquema de corrupção de compra de votos.

Para exemplificar algumas dessas críticas, segue abaixo opiniões que expressam o sentimento de muitos brasileiros em relação ao partido:

*“Sua liderança [PT] corroeu, (...) parte expressiva da esquerda. Não deixará nenhum legado político, teórico ou moral”*⁵.

*“O fato é que Lula e o PT morreram. Enterramos Lula e, sem compaixão, deixemos o PT chorar os seus mortos. E que o espectro de Lula não ronde as esquerdas brasileiras nos próximos anos (...)”*⁶.

Essas críticas, somadas às de que o partido teria se burocratizado e rompido com os seus valores originais após a década de 1990, motivaram-me a escolher o Partido dos Trabalhadores como objetivo de pesquisa.

A seleção do objeto deve-se ao fato também de que o PT se colocou, ao longo de sua trajetória, como detentor de uma possível “cultura diferenciada”, por ser um partido único e diferente dos restantes. Além disso, acreditava-se que o seu processo de formação estaria ligado a uma nova idéia de esquerda para o Brasil, rompendo com os partidos de vanguarda. O PT pretendia nascer como o primeiro partido de massas brasileiro, onde existiria a participação de todos os membros e não somente de uma elite intelectual: “O nível de participação dos membros do PT é incomum na vida política brasileira”⁷. Margaret Keck deixa claro no próprio nome de sua obra, que o Partido dos Trabalhadores pertencia a uma “lógica da diferença”.

⁵ César Benjamin: fundador do PT e dirigente até 1995. **Folha de São Paulo**. Caderno Mais, 07/08/2005, p.1.

⁶ Reinaldo Gonçalves: professor de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Folha de São Paulo**. Caderno Mais, 07/08/2005, p. 5.

⁷ KECK, Margaret E. **PT: a lógica da diferença**. São Paulo: Ática, 1991, p. 143.

Nesse sentido, as críticas que se alastram pelo Brasil e pelo mundo em relação ao PT podem acabar por jogar na lata do lixo toda a história do maior partido popular, que tanto contribuiu para a construção da democracia no país. No contexto de combatividade que caracterizou o quadro dos anos 1970 e 1980 no Brasil, a agremiação simbolizou a maior luta pelo fim da repressão e exploração existente. Não obstante, esse quadro de contestação social redimensionou-se nos anos 1990, configurando um novo cenário associativista no país. Esse novo momento foi composto por uma maior disponibilidade dos atores da sociedade negociarem com o Estado, demonstradas por experiências de parceria entre Estado e atores da sociedade civil; uma tendência à institucionalização dos movimentos sociais, que vinha se estabelecendo desde 1985. As relações políticas estabelecidas a partir da década de 1990, acabaram por caracterizar o terceiro setor, que propunha a extinção da luta de classes. Assim, o partido mudou e os seus militantes mudaram porque também a sociedade mudou.

Muitos membros do partido não podem comprometer toda uma história. Refiro-me aos grupos oportunistas existentes no interior da agremiação, que atualmente procuram transferir toda a culpa à direção partidária e aos ex-parlamentares do PT que, abrigados sob outras legendas, aparecem como seres regidos pela moral e pela ética. A mídia também tem contribuído para o “enterro” da história do PT, ao acobertar ou noticiar de forma superficial e conivente as denúncias de corrupção. Atualmente, no Brasil, assistimos a um processo de construção de memória em que os conservadores procuram associar a experiência histórica do PT a qualquer ato ou tendência negativa de corrupção política.

Ainda que escrever a história de um partido seja algo atrativo, ao revelar um ponto de vista monográfico da história do Brasil – como quer Gramsci -,

escrever a história do PT é, particularmente, complexo, ao lidar com tendências e grupos diversos no partido. Assim, escrever a história da tendência majoritária não seria o mesmo que escrever a do grupo minoritário. Não obstante, a solução poderia ser dada por mesclar discussões de alguns grupos dentro do partido. O que não deve ser ignorado é o fato de que uma parcela significativa dos militantes partidários aderiu a um modelo viciado empregado durante várias décadas por outras legendas e contra o qual o PT, em sua origem, se rebelava e denunciava. Portanto, é totalmente pertinente “sondar” e analisar aspectos reveladores da história do partido, ao procurar reconstruir uma memória que a cada dia se perde frente aos novos acontecimentos, que insistem em transformar o PT como símbolo de uma utopia um dia sonhada.

Aproximando o objeto das fontes: o potencial e os problemas da documentação utilizada.

O Partido dos Trabalhadores surgiu no contexto de crise no Regime Militar (1964-85), um período caracterizado por governos ditatoriais e repressores, que restringiam quaisquer ações políticas contestatórias, impedindo manifestações contra o *status quo*. A resistência à ditadura constituiu-se em um longo e complexo processo. Ao longo desse período, os grupos e facções de esquerda existentes sofreram crises internas devido às dissidências que ocorriam por meio dos conflitos entre diferentes projetos políticos⁸. Ao final desse processo, o PT apresentou-se como uma alternativa em dois sentidos: ocupar um espaço no contexto da crise em

⁸ Para uma discussão acerca dos grupos de esquerda, suas crises e dissidências políticas, ver: CUNHA, Maria de Fátima. **Eles ousaram lutar: a esquerda e a guerrilha nos anos 60/70**. Londrina: Ed.UEL, 1998. REIS F., Daniel A. **A Revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Brasiliense, 1989. RIDENT, Marcelo. **O Fantasma da revolução**. São Paulo: Ed.UNESP, 1993.

que a esquerda se encontrava; e servir de mecanismo para o estabelecimento da democracia no Brasil, incorporando uma luta dos trabalhadores contra o regime repressor e as injustiças sociais: “(...) o PT propõe-se a representar os interesses dos trabalhadores, dos pobres e dos excluídos (...)”⁹.

O Partido, no entanto, tem perdido, desde a década de 1990, um referencial de prática política no cenário da vida pública nacional, que permitia caracterizá-lo como um partido diferente dos demais, pelo fato de haver aglutinado, em sua formação, sindicalistas, intelectuais, setores da Igreja, professores, artistas e diversas organizações operárias – parte dela de origem trotskista (Convergência Socialista, Organização Socialista Internacionalista, a Democracia Socialista, etc).

Assim, estudar um tema tão próximo dos debates políticos atuais implica reconhecer dificuldades, teses e conclusões movediças. O recorte temporal estabelecido nesta pesquisa (1980-1996) insere-se na “história do tempo presente”, portanto, precisa de cuidados e alguns esclarecimentos.

Como distinguir a fronteira cronológica que separa a história (do passado) de uma história do presente? Serge Bernstein e Pierre Milza apresentam uma resposta: “Digamos claramente que essa fronteira é mutável, variável, e que nenhuma definição parece capaz de convencer”¹⁰. Os autores salientam que a data de 1939 representa para alguns a ruptura do passado e do presente. Já Pierre Nora observa que a maioria dos historiadores ingleses e franceses se refere à História do Presente, como tendo início no período pós Segunda Guerra Mundial¹¹. Embora não exista um consenso da fronteira que separa o estudo da história do passado e

⁹ KECK, Margaret E. **PT: a lógica da diferença**, p.260.

¹⁰ MILZA & BERSTEIN. “Conclusão” In: CHAUVEAU, A. & TÉTART, P. **Questões para uma história do presente**, Bauru: EDUSC, 1999, p. 128.

¹¹ NORA, Pierre. “O acontecimento e o historiador do presente”. In: LE GOFF, Jacques et all. **A nova história**. Lisboa: Edições 70, [1984].

do presente, as opiniões geralmente direcionam-se para meados do século XX, sendo este limite totalmente flexível.

Para Jean-Pierre Rioux a história do presente é “um vibrato do inacabado que anima repentinamente todo um passado, um presente pouco aliviado de seu autismo, uma inteligibilidade perseguida fora de alamedas percorridas”¹², sendo seu estudo original à medida que escreve sob o olhar dos seus atores. Pierre Nora declara a importância da pesquisa do presente ao comentar do perigo de sermos “desmemorizados” face a uma sociedade onde muitas coisas acontecem rápido demais. O historiador sugere, portanto, que o estudo do tempo presente possibilita que a memória ou um fato não se perca: “a massa dos acontecimentos e a sua repercussão são (...) maiores, e sente-se a necessidade de reintegrar o cotidiano numa inteligibilidade provisória (...) que a História pode dar”¹³.

Um dos empecilhos apresentados pela historiografia ao estudo do tempo presente refere-se ao fato de que esta história terá que ser revista. No entanto, a história, independentemente do período que estuda, está sempre sendo reescrita, mesmo os estudos do período medieval ou da Grécia Antiga foram e continuam sendo revistos. A história do tempo presente, talvez seja mais do que qualquer outra, como salienta François Bédarida, uma história inacabada, em constante movimento¹⁴, mas segundo René Remond: “a história do tempo presente

¹² RIOUX, Jean-P. “Pode-se fazer uma história do presente?” In: CHAUVEAU & TÉTART. **Questões para uma história do presente**, Bauru: EDUSC, 1999, p. 50

¹³ NORA, Pierre, Op. Cit., p. 52.

¹⁴ BÉDARIDA, François. “Tempo presente e presença na história” In: AMADO, J. & FERREIRA, M. de Moraes (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 5º ed. Rio de Janeiro: Edit. FGV, 2002.

é um bom remédio contra a racionalização *a posteriori*, contra as ilusões de ótica que a distância e o afastamento podem gerar”¹⁵.

A abundância da produção escrita, sonora, visual e informática do tempo contemporâneo e a desorganização dessas fontes mostram-se também como obstáculos para o estudo do presente¹⁶. As fontes orais, nesse sentido, apresentam-se, por excelência, como uma opção: “a história oral, de fato, por ser feita com testemunhas vivas e fontes proteiformes, (...) é levada a desconstruir o fato histórico sob a pressão dos meios de comunicação (...)”¹⁷. Chartier menciona que é um privilégio para o historiador do tempo presente trabalhar com fontes orais, uma vez que a pesquisa não é uma busca desesperada de almas mortas, mas um encontro com seres de carne e osso que são contemporâneos daquele que lhes narra as vidas¹⁸.

Assim, esse trabalho escreve uma história a partir do olhar de seus atores, ao possibilitar a reconstrução de uma memória política que pode se perder ao longo do tempo, e ser confrontada com o que é produzido pelos meios de comunicação.

Em relação ao espaço geográfico selecionado, afirma-se que a escolha não foi aleatória, ela se deve ao fato de ser um município de médio porte que presenciou na década de 1990 uma administração petista. É feito uso da cidade

¹⁵ REMOND, René. “Algumas questões do alcance geral à guisa de introdução”. In: AMADO, J. & FERREIRA, M. (orgs.). op. cit., p. 209.

¹⁶ CHARTIER, Roger. “A visão do historiador modernista”. In: AMADO & FERREIRA (orgs.). op. cit.

¹⁷ RIOUX, Jean-Pierre, op. cit., p. 49.

¹⁸ CHARTIER, Roger. “A visão do historiador modernista”. In: AMADO & FERREIRA (orgs.). op. cit.

de Londrina como uma região epistemológica e não geográfica, como propõe Gilmar Arruda, a região deve ser desnaturalizada ¹⁹.

Ao longo da pesquisa em Londrina, um fato não programado foi detectado e acabou por se apresentar como empecilho: a falta de documentos escritos da máquina partidária, ou seja, da burocracia do partido. Há evidências na própria fala dos fundadores e militantes do PT londrinense de que a ausência de fontes foi uma estratégia política: “A história do PT de Londrina não existe, porque os documentos foram perdidos, os computadores roubados, os documentos foram destruídos, na verdade” ²⁰. A história do Partido dos Trabalhadores ao longo do seu crescimento, conforme detalharei no terceiro e quarto capítulos, foi marcada por crises, dissidências e conflitos nas convenções partidárias, e muitas vezes, o “sumiço” de atas e documentos apresentava-se como resultado dessas divergências.

A solução para esse empecilho foi a busca de fontes “alternativas”: o uso do jornal como fonte histórica e da produção do documento oral, além dos documentos escritos encontrados.

O jornal é um importante instrumento de informação que fornece dados essenciais, mas não está desvinculado da visão de uma classe ou um grupo social, portanto, carrega valores e forma opiniões. Assim, o uso dele como fonte histórica deve ser feito com critérios claramente definidos, embora penso que

¹⁹ ARRUDA, Gilmar. História, historiadores, regiões e fronteiras. **História: Debates e Tendências**, vol. 3, n.2, 2002.

²⁰ Depoimento Osvaldo Lima, 25/08/2005. Osvaldo Lima é contador em Londrina, e foi um dos fundadores do PT na cidade.

qualquer documento acaba por refletir a ideologia de quem o produziu, seja um indivíduo ou um grupo.

A função do jornal é registrar as idéias e os valores da cultura na sua diversidade e contradições, e por isso tem uma forma peculiar de observar e relatar o cotidiano da sociedade ²¹. Além disso, esse veículo de comunicação possui uma linguagem produtora de significados e, na busca de garantir uma objetividade pragmática frente ao leitor, trabalha com o conceito de “verdade” já que a notícia necessita de provas, um conceito, no entanto, que precisa ser relativizado, afinal mesmo com essa pretensão de objetividade e comprovação, o jornal reflete a visão do grupo ao qual está vinculado.

Numa outra perspectiva, há os que contestam a validade do texto jornalístico como fonte de pesquisa, ao alegar a falta de objetividade do mesmo já que, as notícias e os editoriais podem representar um olhar sobre o fato ou acontecimento que, de alguma forma, transmite a ideologia de seus redatores, vale destacar que as notícias ou os editoriais são construções sobre os fatos que têm implicações ideológicas como todo e qualquer documento ²². Não obstante, foi-se o tempo em que as preocupações do historiador se restringiam ao acontecido, ao fato em si. Todo e qualquer documento nunca é o resultado de uma situação histórica dada, mas o produto da representação social que se tem sobre ela.

Por isso, há de ser mais que necessário repensar as informações produzidas pelo jornal, ao procurar perceber a quem está dirigindo o discurso e por

²¹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo, Edusp, 1988.

²² RODRIGUES, J. H. et ali **A imprensa como fonte histórica**. São Paulo: ECA-USP, 1970. Ver: FREYRE, G. , RAMOS, A. & DUVERGER, M. **A imprensa como objeto de estudos das Ciências Sociais**. São Paulo: ECA-USP, 1970.

quem está sendo produzido, no entanto, isso não descarta o uso dele como documento para o historiador.

Mesmo considerando todos esses fatores, o uso do jornal como fonte histórica se concretizou à medida que a pretensa objetividade, que permitia expressões recorrentes como “deu no jornal é verdade”, passassem a ser repensadas. A outra vertente que considerava como empecilho a subjetividade do jornal foi suprimida quando a compreensão da história como ciência em construção, passível de interpretações díspares a partir de fontes, abordagens e problemáticas diferentes, comprometeu o argumento da parcialidade dos jornais como empecilho para sua utilização na pesquisa histórica. Assim, o jornal passou a ser de uso corrente como fonte na historiografia brasileira.

Por sua vez, a produção do documento oral segue essa mesma visão, a de que

(...) somos nós os historiadores que problematizamos aqueles eventos que elencamos, e os documentos que descobrimos são aqueles nos quais buscamos determinadas respostas. Portanto, somos os construtores deste conhecimento chamado história. Sempre vamos ao mundo empírico vestidos de teoria, de conhecimentos e nele encontraremos exatamente o que fomos buscar, ao invés de encontrarmos uma realidade em si.²³

Essa pesquisa adotou uma dada metodologia de história Oral, ao atender a linha da terceira geração da história oral dos anos 1970, denominada de história oral antropológica. Essa corrente estuda os temas da vida cotidiana de um grupo social, pensando não somente os atores principais²⁴. Além disso, o

²³ VIEIRA, Rosângela L., A relação entre o documento e o conhecimento histórico. **Mimesis**, Bauru, v. 20, n. 1 p. 147-155, 1999, p. 153.

²⁴ JOUTARD, Philippe. “História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos” In: AMADO, J. & FERREIRA, M. de Moraes (orgs.). op. cit.

subjetivismo (conceito primordial da quarta geração dos historiadores orais) é valorizado, já que “certamente todos reconhecem que a objetividade absoluta não existe”²⁵, porém sem abandonar regras e o trabalho crítico, sem rejeitar uma abordagem científica com a confrontação com outros tipos de fontes.

Desde que a história oral se estabeleceu como prática e movimento nos anos 1960 e 1970 do século XX, os historiadores orais debatem questões referentes à memória e à história. A memória é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto toda memória é, por definição, “coletiva”, como sugeriu Maurice Halbwachs²⁶, ela é entendida como um fenômeno coletivo e social, um fenômeno construído coletivamente e submetido à transformação, sendo a história capaz de moldar e subverter a memória coletiva.

A memória coletiva predomina portanto nas sociedades ou grupos sociais, mas existe uma tensão entre memória coletiva e individual, nem sempre as duas constituem a mesma coisa. Assim, há um conflito entre memória e identidade. Por exemplo, a memória de um militante do PT pode se confrontar com a memória de um ex-militante sobre um mesmo fato, e isso foi evidenciado nas entrevistas realizadas para essa pesquisa, afinal as reminiscências sobre o passado podem variar dependendo das alterações sofridas pela identidade pessoal.

O historiador oral Alistair Thomson chama a atenção para a relação entre memória coletiva e identidade, ao relatar que existe a necessidade de compor

²⁵ BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença na história”. In: AMADO, J. & FERREIRA, M. de Moraes (orgs.). **Usos e abusos da história oral**, p. 222.

²⁶ ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que era”. In: AMADO & FERREIRA (orgs.) op. cit., p. 94.

um passado pelos depoentes com o qual possam conviver. A identidade, portanto, “é a consciência do eu que, com o passar do tempo, construímos através da interação com outras pessoas e com nossa própria vivência”²⁷. Assim, segundo o autor cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva e que este ponto de vista muda de acordo com o lugar que se ocupa no grupo.

Ao analisar um documento oral, deve-se ter em mente que a memória é permanentemente reelaborada de acordo com a visão dos indivíduos sobre o seu passado. A definição acerca de um fato anterior tanto pode conter avaliações positivas, críticas ou idealizações. Essa questão tornou-se clara nas entrevistas, pois versões diferenciadas foram dadas em relação a um mesmo acontecimento ou fato porque esteve na dependência das mudanças pessoais de cada indivíduo e das influências do meio social no qual a pessoa está inserida:

Experiências novas ampliam constantemente as imagens antigas e no final exigem e geram novas formas de compreensão. (...) Que memórias escolhem para recordar e relatar, e como damos sentidos a ela são coisas que mudam o passar do tempo (...) ²⁸.

Nesse sentido, procurou-se construir uma memória constituída por um grupo político, já que “a história da memória constituiu enfim um elemento doravante essencial na análise das culturas políticas”²⁹. Assim, essa memória política, mesmo que muitas vezes seja reconstruída em outro momento histórico e atenda a interesses, desejos e visões de mundo presentes dessa pessoa, na qual há visões idílicas, valorização e superestima dos papéis desempenhados, mostra nada menos que a cultura política de um grupo como também as modificações dessa cultura.

²⁷ THOMSON, Alistair. Reconpondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e a memória. In: **Revista Projeto-História**. Ética e História Oral. São Paulo (15), p.51-84, abril/1997.

²⁸ THOMSON, Reconpondo a memória, p. 57.

ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que era”. In: AMADO & FERREIRA (orgs.) op. cit., p. 96.

No entanto, “a cultura (...) não é um conjunto empírico de características passadas intactas de uma geração a outra; mas, criativamente reconstruída a cada geração para solucionar problemas (...) do presente”³⁰. Nesse sentido, existe uma preocupação maior em analisar uma “cultura política original” que esteve formada no início da constituição de uma organização partidária antes que ela se perca e desapareça na próxima geração. Nessa perspectiva, a história oral aparece como um instrumento privilegiado para avaliar os momentos de mudanças e de transformação, haja vista que a cultura política seleciona a memória.

A história oral como método, adotando a memória política como fonte, é capaz de produzir representações e não constituições do real. No entanto, existe alguma fonte que não produz representações da história? Michel Pollak responde à pergunta:

se a memória é socialmente construída é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta³¹.

As fontes orais nesta pesquisa atenderam a seguinte modalidade: faceta metódica, com o estilo do analista completo, sugerido por Jorge Eduardo Aceves Lozano³². O autor sugere que se considere a fonte oral em si mesma e não só como mero apoio factual ou de ilustração qualitativa; colher, ordenar, sistematizar e criticar o processo de produção da fonte, mantendo a disposição de voltar atrás sobre os passos percorridos; analisar, interpretar e situar historicamente os

³⁰ CRUIKSHANK, Julie. “Tradição oral e história oral: revendo algumas questões”. In: AMADO & FERREIRA (orgs.) op. cit, p.164.

³¹ POLLAK, Michael. “Memória e Identidade social”. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, p. 207.

³² LOZANO, Jorge E. A. “Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea”. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**,

depoimentos e evidências orais; pensar o não dito, a hesitação, o silêncio, a repetição desnecessária, o lapso, a divagação e a associação.

As entrevistas foram de caráter semidirigida, estabelecendo um meio termo entre monólogo da testemunha e um interrogatório direto, ao fazer um certo número de perguntas pertinentes à experiência do indivíduo, dirigidas às pessoas que se destacaram ou foram lideranças na formação do PT em Londrina. As dez entrevistas realizadas foram feitas com militantes e ex-militantes que tiveram participação na formação do Partido e exerceram influência no meio sindical, nos movimentos sociais, na relação com a Igreja ou foram dirigentes partidários ou candidatos pela agremiação.

Ao produzir um documento oral, pode-se empregar métodos diferentes que não são nem melhor nem pior que qualquer outro. O importante é analisá-lo, confrontá-lo com outros tipos de fontes, submetê-lo ao rigor dos questionamentos com base no arcabouço teórico e nas evidências de outras informações e análises sobre o tema. Por ser um procedimento complexo, no qual é impossível prever com antecedência todos os desdobramentos de uma entrevista, foi estabelecido um roteiro inicial que passou a ser reconstruído no diálogo com os depoentes, e novas perguntas foram sendo formuladas. Portanto, alguns temas foram levantados no momento anterior da entrevista e outros surgidos no seu decorrer. O roteiro era aberto, e os temas surgiam do ato de rememoração em si mesmo, juntamente com alguns temas anteriormente definidos. Aliás, como lembra

Alessandro Portelli, entrevistas podem revelar aspectos desconhecidos de eventos conhecidos ³³.

Em relação às transcrições das fontes orais, todas as fitas foram transcritas, conferidas e enviadas aos depoentes para autorizar a publicação. Os textos foram produzidos de forma fidedigna ao que havia ocorrido durante a entrevista. Mas claro que o tom, o volume e o ritmo do discurso popular carregam significados e conotações sociais irreproduzíveis na escrita. Por isso, a transcrição transforma fonte auditiva em visuais, modifica e recria as interpretações, conforme nos demonstrou Portelli:

A mesma afirmativa pode ter consideráveis significações contraditórias, de acordo com a entonação do relator, que pode ser representado objetivamente na transcrição, mas somente descrito aproximadamente nas próprias palavras do transcritor ³⁴.

A escrita não capta as emoções do narrador, nem o silêncio, o não dito, a ênfase em palavras, por isso na argüição do historiador devem constar essas questões que a transcrição não comporta, ao descrever, quando possível, os elementos emocionais da entrevista.

Classificando as fontes e objeto de análise.

A reflexão nessa pesquisa tomou como objeto o PT nacional e o PT do município de Londrina, estado do Paraná, no momento de sua formação, numa tentativa de interrogar e redimensionar a luta do PT pela sua consolidação e difusão

³³ PORTELLI, Alessandro. "Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral". In: Revista **Projeto História**. São Paulo, n. 15, pp-13-50, abril/1997.

³⁴ PORTELLI, Alessandro. "O que faz a história oral diferente". Revista **Projeto História**, São Paulo, n.14, fev. 1997, p. 27.

nos municípios interioranos. A pesquisa selecionou o ano de 1980 como recorte temporal inicial, pois é o momento em que inicia a formação do partido tanto em nível nacional quanto regional. O recorte temporal final é o ano de 1996, quando o município já havia experimentado um governo petista.

Conforme já foi dito, na busca por fontes foi constatado que o partido em Londrina havia perdido, talvez propositadamente como estratégia política, grande parte de sua documentação. Numa forma de preencher as lacunas e sanar o problema, optei pelo jornal como uma das fontes, sendo a **Folha de Londrina** o mais utilizado. A produção de documento oral foi outro recurso utilizado, por meio de entrevistas com militantes e ex-militantes. As outras fontes usadas foram as Resoluções do PT nacional, e documentos produzidos pelo PT londrinense.

A intenção maior foi investigar a “cultura política” de um partido, mostrando as possíveis especificidades, condutas, regras, tradições, ressaltando normas e valores que demonstram seu comportamento e sua “ideologia política”. A intenção é conhecer as crenças, os compromissos de um partido, formado por um grupo que possui interesses e ideais “comuns”, assim como perceber o seu papel no processo de socialização, reconhecendo novas formas de sociabilidade e da formação de uma nova consciência.

A história do Partido dos Trabalhadores em nível nacional e de Londrina será escrita sob o viés da *cultura política* e por meio de seus elementos constitutivos, ou seja, destacando as organizações, grupos, tendências, ideologias, valores que contribuíram para a formação do PT. Assim, a análise do objeto tomará como base a idéia de que a experiência política cria e recria uma cultura, possui tradições, mesmo negando-as. Afinal, cultura é um processo dinâmico, suscetível

continuamente a mudanças, numa convivência de valores culturais novos com os antigos.

Para tanto, o primeiro capítulo é constituído pela apresentação e análise do conceito de *cultura política*, ao mostrar suas raízes - Almond e Verba -, interlocutores, críticos, e sua aplicação nessa pesquisa. Em seguida, propus uma discussão sobre a idéia de *cultura política diferenciada* existente no interior do PT, e para isso foi necessário discorrer sobre o socialismo e a democracia petista como preconizadas pelo diretório nacional. O discurso do *novo* e o processo de burocratização do PT fecha o primeiro capítulo, ao questionar a radicalização da idéia do novo pregada pelo PT e as influências internas e externas – globalização, neoliberalismo, colapso do socialismo *real* – que o partido sofreu. Sobre o processo de burocratização optei pelas discussões teóricas estabelecidas por Robert Michels e Pierre Bourdieu.

O segundo capítulo, também acerca do PT nacional, discorre sobre os elementos que estiveram presentes na formação da agremiação, tal como as organizações da esquerda; a Igreja e as CEBs; os movimentos sociais e o *novo sindicalismo*. A intenção primordial é mostrar as heranças culturais que teve o partido, revelando suas diversas tendências, como também estabelecer uma analogia entre a burocratização dos movimentos sociais nos anos 1990 com a profissionalização política dos militantes do PT no mesmo período. A partir dessa mesma idéia, propus uma reflexão acerca do *novo sindicalismo*, a instituição que mais contribuiu na formação do partido, repensando o que, de fato, era novo e o que havia em termos de continuidades.

No terceiro capítulo, faço uma apresentação sobre a formação do Partido dos Trabalhadores em Londrina, ao mostrar como se deu o processo, os grupos e as tendências presentes. Ao introduzir a discussão sobre a cultura política do PT londrinense, faço uso das eleições de 1982; as relações do partido com os núcleos, com a Igreja Católica e com os movimentos sociais; as disputas pelo poder – importante revelador de valores e crenças – através das convenções, das tendências e as ideologias pertencentes aos grupos existentes no interior do PT na época. A intenção é reconstruir uma memória que permita refletir sobre a cultura política de um grupo social em dois momentos diferentes: formação, consolidação e crescimento do partido como oposição (1980-1992).

O quarto, último capítulo, propõe evidenciar uma mudança de cultura política no PT em Londrina, ao discutir temas como o socialismo, as alianças partidárias, o governo petista de Luiz Eduardo Cheida, durante o período de 1993 a 1996, procurando analisar uma administração municipal do partido. O capítulo é concluído por meio da apresentação de algumas versões dos próprios petistas acerca da mudança de cultura do partido, ao destacar as transformações político-sociais dos anos 1990 e as diretrizes do Congresso Nacional do PT em 1991.

CAPÍTULO 1 - A HISTÓRIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES A PARTIR DA CULTURA POLÍTICA.

1.1 – O conceito de cultura política no estudo de um partido.

A expressão *cultura política* foi criada na década de 1960 nos Estados Unidos por Almond e Verba³⁵ através de relações entre as perspectivas sociológicas, antropológicas e psicológicas no estudo da política. Lúcio Rennó esclarece que o conceito apareceu somente nos anos 1960 devido à desilusão com as expectativas iluministas e liberais e ao avanço de técnicas de pesquisa e abordagens metodológicas que permitiam tratar questões relacionadas ao campo cultural³⁶. A necessidade de pensar a cultura na política era a de incorporar uma abordagem comportamental que pudesse dar conta dos aspectos subjetivos do político. Almond e Verba definiram *cultura política como a expressão do sistema político de uma determinada sociedade nas percepções, sentimentos e avaliações de sua população*³⁷. A intenção dos autores era pensar o papel da *cultura política* no funcionamento dos regimes democráticos, ou seja, as mudanças culturais e de comportamento político que pudessem se estabelecer através da concretização da democracia.

A cultura, portanto, foi entendida pelos autores como uma articulação de padrões de comportamentos que foram apreendidos socialmente, através da transmissão de idéias e tradições, sem nenhuma determinação biológica. Aliás, não se tratava de definir o conceito de cultura, mas de elaborar um método que permitisse utilizar esse conceito para instituir os comportamentos políticos. Almond

³⁵ ALMOND & VERBA. **The civic culture**. Princeton: Princeton University Press, 1963.

³⁶ RENNÓ, Lúcio. Teoria da cultura política: vícios e virtudes. **BIB**, RJ, n.45, 1º sem. 1998, pp.71-92.

³⁷ ALMOND & VERBA. **The civic culture**, p. 13.

e Verba seguiram um modelo *culturalista* que tinha por objetivo estabelecer as inter-relações entre cultura e estrutura política ³⁸.

Desde o seu surgimento, o conceito e os pressupostos envolvendo a *cultura política* têm sofrido uma série de críticas, especialmente de estudiosos que atuam no campo de conhecimento inaugurado por Almond e Verba. Em termos gerais, a grande rejeição ao conceito esteve baseada na crítica em relação ao alcance explicativo que ele postulou, concebido originalmente como uma variável independente na compreensão dos fenômenos políticos, sustentado numa forte ideologização justificadora da superioridade dos valores cívicos fundados na cultura liberal-democrática de matriz anglo-saxônica. Entre essas críticas, podemos destacar a que diz respeito aos pressupostos da obra *The Civic Culture*: a postulação de um determinado tipo de *cultura política* como requisito necessário e absoluto para a constituição e consolidação da democracia, no caso, a *cultura cívica* existente no Estados Unidos e na Grã-Bretanha ³⁹. Essa perspectiva não considera que as diferentes *culturas políticas* são fruto de diversas experiências históricas e que não necessariamente caminham para a mesma conformação institucional. Além disso, coerente com a *ciência política* norte-americana da época do pós-guerra, Almond e Verba defenderam a democracia liberal como modelo ideal de sociedade.

Já para K. Kuschnir e Leandro P. Carneiro, *cultura política* refere-se ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia

³⁸ Para uma discussão detalhada, Ver KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 23, 1999.

³⁹ PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

o comportamento de seus atores ⁴⁰. Os autores explicam que em sociedades complexas, cada indivíduo, à medida que participa de diferentes tipos de instituição (família, classe, partidos políticos, sistema educacional etc.), estaria exposto a várias formas de socialização.

Portanto, podemos pensar o conceito de uma forma um pouco mais abrangente daquela estabelecida por Almond e Verba, pois eles utilizam o termo para designar a expressão de um sistema político, como também as mudanças culturais e os comportamentos político-sociais perante a instalação do regime democrático. Já Kuschnir e Leandro Carneiro, através de uma releitura dessa definição de *cultura política*, alargam o sentido da categoria explicativa ao estabelecer a possibilidade de várias *culturas políticas* no mundo, presentes em instituições diferenciadas. Essas organizações permitem concretizar uma *cultura política* própria, procurando, em alguns casos, externá-la para o restante da sociedade.

Para Rennó, *cultura política* “inclui conhecimentos, crenças, sentimentos, compromissos com valores políticos e com a realidade política” ⁴¹. Aliás, a filiação partidária é fruto de opção subjetiva ⁴², a política não segue somente regras racionais, mas também subjetivas. É daí que surge a necessidade de pensar os elementos culturais no estudo da política, ou seja, os comportamentos, crenças, ideologias, tradições, ritos, símbolos políticos.

Kuschnir e Carneiro salientam que a ciência política possui tradições acadêmicas que negam a importância dos estudos sobre *cultura política*, ao

⁴⁰ KUSCHNIR & CARNEIRO, As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política, p.227.

⁴¹ RENNÓ, Teoria da cultura política: vícios e virtudes, p.71.

⁴² RENNÓ, Teoria da cultura política: vícios e virtudes.

enfatizar a importância de fatores socioeconômicos na definição da performance de um regime político ou de uma instituição democrática. Nesse sentido, os modelos analíticos que procuravam explicar as características funcionais, organizacionais e constitucionais das instituições políticas a partir de variáveis socioculturais constituíam (...) uma tradição minoritária da ciência política ⁴³. As principais críticas remontam à idéia de que Almond e Verba têm como foco o processo de construção de uma tipologia dos sistemas políticos. No entanto, para esses dois autores, as análises de *cultura política* são um campo privilegiado para determinar as conexões entre as dimensões micro e macro da política, pois têm como meta compreender os valores que orientam as motivações e as atitudes dos indivíduos frente à política institucional ⁴⁴.

Nessa perspectiva, com a intenção de “romper” com o conceito estabelecido por Almond e Verba, é necessário incorporar aspectos que contemplem crenças e valores subjetivos sobre o conhecimento e as expectativas políticas, que são produto da experiência histórica das nações e dos grupos políticos. Em outras palavras, não basta verificar as atitudes e as opiniões políticas de determinada sociedade para que se compreenda adequadamente o papel que a *cultura política* exerce sobre a ação política. Dessa forma, em vez de enquadrar as diferentes sociedades em uma tipologia construída *a priori*, os estudos de *cultura política* devem servir para que se construa uma compreensão da realidade que considere as diferentes experiências históricas.

Assim, a *cultura política* apareceria como um marco ou limite explicativo das opções disponíveis ao alcance dos atores políticos, possibilitando

⁴³ KUSCHNIR & CARNEIRO, As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política.

⁴⁴ ALMOND & VERBA, **The Civic Culture**.

pensar então as mudanças e permanências a partir de uma perspectiva histórica. Desse modo, seria possível explicar, por exemplo, a mudança cultural em termos de *cultura política*, mesmo em conjunturas bastante limitadas temporalmente. Nessa reorientação, o conceito perde a sua rígida axiologia, ganhando flexibilidade e operacionalidade ao verificar heranças e mudanças culturais no mundo político.

A intenção nesse trabalho é usar o conceito como categoria analítica no estudo de um objeto – instituição partidária⁴⁵ – e verificar o conjunto de práticas e experiências que legitimam a política, ao atribuir sentidos e ritos⁴⁶.

É importante perceber que o conceito de *cultura política* foi aceito pela ciência política e também pela história, mais precisamente, pela *nova história política*: “Os historiadores contemporâneos atribuem hoje uma importância fundamental aos ritos como expressão de uma cultura política específica”⁴⁷. No Brasil, como observa Kuschnir e Carneiro, há estudos sobre *cultura política*, por exemplo quando José Murilo de Carvalho direcionou as suas pesquisas para a história política, discutindo como os diversos aspectos da cultura política brasileira, das elites, tiveram impacto significativo na formação das instituições políticas⁴⁸.

A possibilidade de se pensar um estudo de cultura política supõe analisar as condutas, normas e valores de um grupo político, mas também de

⁴⁵ Para uma discussão acerca do uso do conceito de cultura política e sociabilidade na análise de um partido político ver: HILÁRIO, Janaina Carla S. Vargas. História Política – *cultura política* e *sociabilidade partidária*: uma proposta metodológica. **História Unisinos**, São Leopoldo, vol.10, nº 2, ago/2006.

⁴⁶ GOLDMAN, Marcio e SANT’ANNA, Ronaldo S. Elementos para uma análise antropológica do voto. In: PALMEIRA, Moacir. e GOLDMAN, Márcio. (orgs.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro, Contra Capa, 1996. p. 13-40.

⁴⁷ BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996, p. 89.

⁴⁸ Conforme, por exemplo: CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo, Cia. das Letras, 1987; e **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo, Cia. das Letras. 1990.

considerar a relação destes com o contexto institucional e histórico em que são formados.

Pensar uma “cultura política” implica perceber possíveis modificações na construção dessa cultura, adequando-a a novas conjunturas que são formadas ao longo do tempo. Antonio Gramsci chama a atenção para o fato de que a criação de uma nova cultura significa fazer descobertas e difundi-las com verdades já estabelecidas, “socializá-las”, transformá-las em bases de ações vitais⁴⁹. A análise acerca da cultura política deve ser feita através de uma discussão que destaque a convivência de valores novos com antigos. Afinal, a experiência cria e recria uma “cultura política”.

O conceito, de acordo com as teses aqui apresentadas, pode ser entendido como um universo de percepções, sentimentos, atitudes, crenças, compromissos que definem o comportamento de um grupo, de uma instituição ou de um regime político. A *cultura política* como quer Serge Berstein pode ser expressa através de alguns elementos:

(...) se exprime por um sistema de referências em que se reconhecem todos os membros de uma mesma família política, lembranças históricas comuns, heróis consagrados, documentos fundamentais, símbolos, bandeiras, festas, vocabulário de palavras codificadas⁵⁰.

A perspectiva presente no uso do conceito de *cultura política* é o resgate do político através do estudo da tradição, das sobrevivências, das

⁴⁹ GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da historia**. 4ªed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, s/d.

⁵⁰ BERSTEIN, Serge. Os Partidos, p. 89.

continuidades que atravessam a ideologia dos governantes, o pensamento político e a mentalidade comum ⁵¹.

O estudo dos partidos, de uma forma geral, assim como a história política, sofreu um descrédito pela historiografia, embora no Brasil ela tenha também perdido uma certa visibilidade e reconhecimento acadêmico, a história política nunca deixou de ser feita ⁵². Em parte, esse descrédito podia ser explicado pela tipologia de trabalhos produzidos, que consistiam na reconstrução, de uma maneira factual, da vida dos partidos: nascimento, desenvolvimento (processo de constituição histórica), tendências, diretrizes, aspectos de sua existência histórica; e de estudos que se concentravam na base ideológica do partido, pelo seu projeto de sociedade, o que resultou em um aglomerado de trabalhos dedicados aos partidos de esquerda, tendo como principal objeto, o Partido Comunista ⁵³.

A análise dos partidos era direcionada a uma história crônica e factual, pensando sempre os aspectos de ordem racional no estudo da política. Essa tendência é, sem dúvida, importante, mas não o suficiente para possibilitar a

⁵¹ FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, p.265-271.

⁵² Para uma discussão acerca da *nova história política* ou *história política renovada*, e sua influência na historiografia brasileira, Ver: REMOND, René. Uma história presente. In: **Por uma história política**. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996; FALCON, Francisco. FALCON, Francisco. “História e Poder” In CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997; JULLIARD, Jacques. A Política. In LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (orgs.). **História: novas abordagens**. Tradução de Henrique Mesquita. 3º ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Ed., 1988; DÁLESSIO & JANOTTI, A esfera do político na produção acadêmica dos programas de pós graduação (1985-1994). **Estudos Históricos**. RJ, vol.9, nº 17, 1996, pp.123-149; RÉMOND, René. Por quê a história política. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.7, n.13, 1994; CAPELATO, Maria Helena R. História Política. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.17, 1996; LAPA, J. R. do Amaral. **A historiografia em questão. A historiografia brasileira contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1976; FICO, Carlos & POLITO, Ronald. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos – tentativa de avaliação crítica. In: **A velha história: teoria, método e historiografia**. Campinas: Papyrus, 1996; ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. ANPUH/Editora Contexto, 1995, v. 15, n. 30, p.9-22; BORGES, Vavy P. História e política: laços permanentes. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, set. 1991/ago.1992, v. 12, n.23/24, p. 7-18; LE GOFF, Jacques. A política será ainda a ossatura da história? In: LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso e o cotidiano medieval**. Portugal: Edições 70, 1985.

⁵³ BERSTEIN, Serge. “Os partidos” .

compreensão das relações entre o público e o privado nas mediações políticas, como também as relações permeadas pela cultura e, muitas vezes, pelo emocional, fugindo aos padrões de análise que priorizam os aspectos racionais da política.

Se tomarmos o conceito de *cultura política* estabelecido por Karina Kuschnir e Leandro Carneiro como uma categoria analítica no estudo de um partido, podemos pensar a agremiação como um lugar onde se forma um conjunto de crenças, atitudes e regras que dão significado para o comportamento dos militantes. Numa outra perspectiva, é possível pensar as instituições como geradoras de uma cultura para a sociedade global, ou seja, forma-se um partido que tem por intenção criar uma *cultura política* para o país no qual está inserido. Por exemplo, uma agremiação que possui tendências completamente discrepantes em relação ao pensamento político dominante tem a necessidade de introduzir uma cultura política diferenciada para a população a quem ela dirige seus discursos. Esse é o caso dos partidos de esquerdas que vigoram num regime totalmente de direita e autoritário ⁵⁴.

Os fatores socioeconômicos, assim como os processos de burocratização que uma agremiação sofre ao longo do seu crescimento interferem na definição e organização de um partido político. No entanto, é preciso pensar os aspectos subjetivos da política, incorporar na análise de uma instituição partidária, uma abordagem comportamental, como as atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político. Afinal, são essas crenças e compromissos que viabilizam o entendimento acerca dos valores políticos que estão de acordo com a realidade política.

⁵⁴ Este trabalho compartilha com os conceitos de esquerda e direita estabelecidos por Norberto Bobbio em **Direita e esquerda: razões de uma distinção política**.

Toda e qualquer decisão política, toda mudança que um partido sofre se relaciona diretamente com os valores e compromissos assumidos, assim como uma transformação cultural se deve às modificações sócio-históricas. Não há como analisar uma agremiação política pelo viés de seu comportamento e das suas crenças sem pensar a convivência entre os valores culturais novos com os antigos.

A crença dentro dos partidos, que dão significado e razão para suas atitudes tanto práticas quanto na elaboração de seus discursos, é muito bem discutida por Michel de Certeau⁵⁵. Segundo o autor, a crença se mantém ligada aos seus objetivos e, preservando estes, aquela se preserva; ela funciona tendo como base o valor do real que se supõe “assim mesmo” no outro. O autor faz uma relação entre a igreja e os partidos de esquerda: uma defendia um *outro mundo*; já os partidos, desde o século XIX; promovem um *futuro diferente*, e completa:

Tanto numa parte como na outra se percebem características funcionais semelhantes: a ideologia e a doutrina desempenham aí um papel importante que não lhes é dado pelos detentores do poder; o projeto de uma outra sociedade tem aí como efeito o papel prioritário do discurso (reformista, revolucionário, socialista etc.) contra a fatalidade ou normalidade dos fatos (...) ⁵⁶.

Diz o autor que cada partido constrói a sua credibilidade por meio de elementos que diz crer e faz crer a respeito de si mesmo. Cada discurso político tira efeitos do real graças ao que supõe e faz supor da análise econômica que o sustenta: “No seio de cada partido, os discursos profissionais dos *responsáveis* se mantêm graças à credulidade que supõem nos militantes de base ou nos eleitores (...)” ⁵⁷. O que Certeau defende é a construção de crenças dentro do discurso e das práticas políticas. Assim, um partido político é formado e se mantém devido à

⁵⁵ CERTEAU, Michel de. “Credibilidades políticas” In: **A Invenção do Cotidiano: 1. artes de fazer**. 9ª ed Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

⁵⁶ CERTEAU, “Credibilidades políticas”, p. 284-285.

⁵⁷ CERTEAU, “Credibilidades políticas”, p. 290.

elaboração de crenças que seus militantes concebem como *verdades* ou como *real*: “O *real* é aquilo que, em cada lugar, a referência a um outro faz acreditar”⁵⁸.

Assim, este trabalho se afasta dos estudos que privilegiam as estabilidades, eficácias institucionais ou consolidação da democracia, ao oferecer uma proposta que explora a análise da *cultura política* em um pequeno grupo, através da reflexão acerca da influência das instituições na formação da *cultura* em um partido político, ou seja, as heranças culturais, como também as mudanças que essa mesma cultura sofre ao longo do tempo para se adequar às novas conjunturas.

O conceito é usado como categoria analítica no estudo de um objeto – instituição partidária – ao verificar o conjunto de práticas e experiências que legitimam a política, ao atribuir sentidos e ritos⁵⁹, ao mesmo tempo em que analisa as crenças, e suas mudanças, concebidas como reais para os atores políticos.

1.2 Partido dos Trabalhadores: cultura política.

Diferentemente de todos os partidos por aí, com sua dança de letras e siglas, o PT é simplesmente o Partido dos Trabalhadores, é **único** de estruturas, é **único** de tendências, é **único** de finalidade. (...) Ele é o que é, guia-se por sua prática, acerta por seu **instinto** (grifo nosso)⁶⁰.

Mário Pedrosa, em discurso pronunciado na fundação do Partido dos Trabalhadores em São Paulo, é quem introduz aqui as reflexões sobre a formação de uma instituição partidária que se apresentou como *nova, diferente* (em

⁵⁸ CERTEAU, “Credibilidades políticas”, p. 289.

⁵⁹ GOLDMAN, Marcio e SANT’ANNA, Ronaldo S. Elementos para uma análise antropológica do voto.

⁶⁰ Mário Pedrosa, por ocasião da assinatura do Manifesto de fundação do PT, no Colégio Sion em São Paulo, em 10/02/1980. Fonte: “Contra Capa” In: **Partido dos Trabalhadores, Resoluções de Encontros e Congressos**. Diretório Nacional do PT. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 1998.

relação às outras instituições existentes) e, nesse sentido, única, construída sob uma lógica que não se baseia somente na racionalidade, mas no instinto.

O Partido dos Trabalhadores é apresentado como uma organização detentora de uma possível “cultura diferenciada”, por ser um partido único e diferente dos restantes:

“Possivelmente, caso único no mundo, o PT reuniu marxistas e cristãos desde o início, apresentando uma composição bastante heterogênea que pretendia reunir todos os grupos de esquerda descontentes (...) aspirava ser radicalmente diferente dos partidos políticos”⁶¹.

Além de que o seu processo de formação estaria ligado a uma nova idéia de esquerda⁶² para o Brasil, rompendo com os partidos de vanguarda. O PT pretendia nascer como o primeiro partido de massas, possuindo uma participação de todos os membros do partido e não somente de uma elite intelectual “o nível de

⁶¹ LACERDA, Alan Daniel F. O PT e a unidade partidária como problema. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 45, nº 1, 2002, p. 48.

⁶² O conceito “esquerda” utilizado neste projeto está baseado na teoria do cientista político Norberto Bobbio na sua obra **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. SP: Ed.UNESP, 1995. Para o autor, “direita e esquerda são termos antitéticos, que há mais de dois séculos têm sido habitualmente empregados para designar o contraste entre as ideologias e entre os movimentos em que se divide o universo, eminentemente conflitual, do pensamento e das ações políticas” (p.31). As duas palavras (esquerda e direita) remetem à Revolução Francesa. As diferenças que o cientista político ressalta entre os dois termos se referem à questão da igualdade e do conservadorismo. Em relação à primeira diferença, o autor salienta que o homem de esquerda pretende estabelecer a igualdade em relação à libertação dos privilégios de raça, classe e sexo. A esquerda, para ele, é igualitária, mas não igualitarista, partindo da convicção de que a maior parte das desigualdades são sociais e elimináveis. O inigualitário, ou seja, o homem de direita acredita que as desigualdades são naturais e, portanto, inelimináveis. A boa convivência para a direita é a diversidade, necessária para a luta pelo melhoramento da sociedade. “Para um partidário da direita a igualdade como elemento tradicional da ideologia de esquerda torna-se nivelamento, para um partidário de esquerda, a desigualdade, entendida como dado de fato não ideologicamente conotado na definição da direita, torna-se ordenação hierárquica” (p.71). Outra distinção efetuada pelo autor refere-se à idéia de conservadorismo e mudança. O partidário da esquerda não está ligado à tradição, por isso é que as reivindicações feministas e os abortistas, por exemplo, tendem a ser esquerdistas.

Emir Sader propôs uma periodização para a história da esquerda brasileira: a primeira geração seria aquela protagonizada, desde a década de 1920, pelo PCB; a segunda geração, surgida na década de 1960, seria composta pelas organizações criadas em oposição ou por meio de dissidências do PCB, que fizeram opção pela luta armada pós 1964; a terceira geração, a que pertence o PT, teve origem no final da década de 1970, definida como “esquerda democrática” (SADER, Emir. **O anjo torto: esquerda e direita no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1995). No entanto, se considerarmos a hegemonia anarquista na década de 1910, podemos dizer que o PT seria a quarta geração da esquerda.

participação dos membros do PT é incomum na vida política brasileira”⁶³. Margaret Keck deixa claro no próprio nome de sua obra, que o Partido dos Trabalhadores pertence a uma “lógica da diferença”.

O PT tem traduzido, desde a sua formação em 1980, a fé numa política menos corrupta e mais justa. Sua criação está contextualizada num período marcado por “novos movimentos sociais”, “nova esquerda”, “novo sindicalismo”. Assim o Partido foi consolidado através da apropriação do fenômeno e do impacto do “novo”. Mas por quê se fala tanto em “novo” no final da década de 1970 e nas décadas de 1980? Porque, segundo Eder Sader, há nesse momento a presença de um sujeito novo, criado pelos próprios movimentos sociais populares, coletivo e descentralizado, pois se verificou uma espécie de alargamento do espaço da política ao “inventarem” novas formas de fazê-la⁶⁴.

O período entre 1978 e 1985 (entre as greves do ABC e a vitória de Tancredo Neves no Colégio eleitoral) ficou marcado como momento decisivo na transição para uma nova forma de sistema político, sendo que o impacto dos movimentos sociais em 1978 contribuiu para uma revalorização de práticas sociais que estavam presentes no cotidiano popular. É nessa conjuntura que novas idéias e novas práticas surgem no cenário político: “Na linguagem da Igreja, fala-se em “conscientização”; na das esquerdas, em “reflexão crítica”; na do sindicalismo, em “socialização do saber”⁶⁵.

Participaram dessa “nova” política as pastorais da igreja, parlamentares da oposição, ordem dos advogados, sindicatos, artistas, estudantes,

⁶³ KECK, Margaret E. **PT: a lógica da diferença**. São Paulo: Ática, 1991, p. 143.

⁶⁴ SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e luta dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁶⁵ CHAUI, Marilena. Prefácio. In: SADER, **Quando novos personagens entraram em cena**, p. 13.

jornalistas, professores que assumiram a greve do ABC como expressão da luta democrática durante o período militar no Brasil. As correntes sindicais contestadoras da estrutura ministerial tutelar, o aparecimento das comunidades de base, as greves a partir de 1978, e a formação do Partido dos Trabalhadores foram manifestações de comportamento coletivo de contestação da ordem social vigente.

O PT, portanto, surge com a intenção de questionar o governo militar, estabelecer a democracia, representar os trabalhadores através de um sindicalismo autêntico e autônomo. Os novos atores, que auxiliaram em sua criação, viam no PT, ainda que de forma variada, o verdadeiro instrumento de representação política dos trabalhadores⁶⁶. Nesse sentido, o Partido se apropriou de todas as matrizes discursivas da época - o cristianismo das comunidades de base, o marxismo e o novo sindicalismo – assim como teve uma relação íntima com os movimentos sociais.

Antes de indagarmos sobre a expressão do “novo” utilizada pelo Partido dos Trabalhadores na sua formação, é necessário conhecermos o processo de construção deste Partido, o seu discurso, a sua ideologia, a elaboração das suas crenças e da sua cultura.

Um tema, portanto, totalmente pertinente à análise da cultura partidária é apresentado por Berstein, quando argumenta que para surgir um partido:

é necessário (...) que se produza uma crise, uma ruptura bastante profunda para justificar a emergência de organizações que, diante dela, traduzam uma tendência da opinião suficientemente

⁶⁶ SANTANA, Marco Aurélio. Política e História em Disputa: o “novo sindicalismo” e a idéia da ruptura com o passado. In: RODRIGUES, Iram Jácome (org.). **O novo sindicalismo – vinte anos depois**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

fundamental para durar e criar uma tradição capaz de atravessar o tempo⁶⁷.

O partido só pode sobreviver se responder a um problema fundamental da sociedade, quando existe adequação entre a imagem que pretende produzir com as aspirações primordiais de uma parcela da sociedade. E é claro que a instituição só vai sobreviver se conseguir comprometer-se com o fim das condições e crises que favoreceram o seu surgimento.

O PT nacional, fundando em 10 de fevereiro de 1980, surge por meio de duas propostas, uma de caráter externo e outra interno: a primeira refere-se à intenção de promover a democracia no país por meio da constituição de um partido de esquerda, e acabar com o regime autoritário e antidemocrático dos militares⁶⁸; a segunda relaciona-se à crise que a esquerda sofria devido às cisões dos grupos nas décadas de 1960 e 1970, à burocratização do PCB, à participação de militantes na luta armada, e à inexistência de um partido que não só representasse os trabalhadores, mas permitisse a sua real participação.

Francisco Weffort, num livro que é resultado de um seminário organizado para o PT, em que parte dos debates visa obter contribuições para a definição da estratégia da campanha e do governo do Lula, salienta que o Partido nasceu contra a política existente, contra a classe dominante. Nasceu fora das tradições políticas da esquerda que se achava bastante reprimida, fragmentada e perplexa para se atrever a dizer aos trabalhadores o que eles deveriam fazer⁶⁹. Podemos afirmar que o PT pretendia romper com as tradições políticas, ao se

⁶⁷ BERSTEIN, Os Partidos, p. 67.

⁶⁸ Os regimes militares vigoraram no Brasil durante o período de 1964-1985. Tinham um caráter extremamente autoritário e ditatorial.

⁶⁹ WEFFORT, Francisco. **PT: um projeto para o Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

apresentar como *novo*, mas isso não significa que o partido tenha surgido fora das tradições políticas de esquerda da forma como argumenta Weffort.

O autor ainda afirma que não foi a teoria que veio de fora da classe operária para organizá-la em partido socialista (o que os partidos de esquerda, essencialmente o PCB, haviam feito até então), mas a classe operária que tomou a iniciativa de criar um partido, e depois, no processo de formação deste, propiciou as condições para o desenvolvimento de uma consciência política e de uma nova integração da teoria. Sua tese é a de que o Partido tenha surgido de forma espontânea:

(...) não me parece exagerado reconhecer que, na curta história da vida do PT, a espontaneidade – virtude da luta social e traço dominante dos movimentos operário e popular em toda a fase histórica de luta contra a ditadura – foi se tornando, para muitos, no vício do espontaneísmo político⁷⁰.

Na mesma obra, José Dirceu ao tecer seu comentário a respeito, discorda totalmente de Weffort, e defende que a fundação do PT é a própria negação do espontaneísmo. Para ele, o PT adota uma postura pragmática de aversão àquele dogmatismo teórico, que imperava na década de sessenta, e em toda a história do movimento socialista, o PT foi o maior elaborador coletivo de teoria política na história do país:

(...) O PT revolucionou a prática política das esquerdas no Brasil, superando velhas concepções enraizadas no movimento que conduziam nossa prática ao impasse. O PT teve a sensibilidade de perceber o fracasso da aplicação mecânica de visões marxistas ortodoxas no movimento operário brasileiro (...) ⁷¹.

Nessa perspectiva, O PT teria renunciado às doutrinas socialistas clássicas já no começo da década de 1980, assumindo uma concepção socialista democrática que afrontava a memória histórica da formação política dos militantes socialistas, ao

⁷⁰ Weffort, **PT: um projeto para o Brasil**, p. 62.

⁷¹ Weffort, **PT: um projeto para o Brasil**, p. 86.

superar uma esquerda tradicional que afluía ao partido com a formação marxista obtida pela militância no PCB de vertente soviética: “O fenómeno PT teve origem (...) tanto em termos de quadros intelectuais como pela sua base no movimento sindical operário, a partir de uma concepção socialista-democrática”⁷². A relação, no entanto, era dialética. Ao mesmo tempo em que o PT negava, preservava e repensava certas tradições políticas.

De acordo com as teses aqui apresentadas, até então, o PT teria surgido como proposta de ser uma nova alternativa de partido de esquerda do país, ao sugerir o estabelecimento de uma nova ideia de socialismo, a democrática, diferente, portanto, da assumida pelos grupos de esquerda da época, embora essas organizações também defendiam e afirmavam ter uma democracia diferente da pregada pelos partidos burgueses. A crítica que o PT fazia era a de que tanto o PCB quanto os grupos e tendências de esquerda da época atuavam como partidos de vanguarda, portanto, os intelectuais que ditavam as regras para a massa trabalhadora⁷³. Uma das primeiras crenças e valores culturais do Partido foi construir a ideia de ser um Partido diferente dos restantes, ao propor um socialismo democrático que atendesse às massas e ao formar uma instituição de base e não de vanguarda: “No PT quem manda são as bases. Bem ao contrário dos partidos tradicionais, onde quem manda e decide são algumas lideranças ou uma vanguarda”⁷⁴. Esse fator mostra a primeira demarcação da cultura política petista.

⁷² Weffort, **PT: um projeto para o Brasil.**, p. 87.

⁷³ Essa discussão acerca do ideal de democracia assumido pelos partidos e grupos de esquerda das décadas de 1960 e 1970 é polêmica. Não cabe aqui resolver esse impasse, pois não se trata de meu problema essencial. No entanto, é pertinente apontar essa questão e salientar que o Partido dos Trabalhadores se apresentaram como os precursores na constituição de uma agremiação essencialmente socialista e democrática.

⁷⁴ FONTE: O que é o Partido dos Trabalhadores? Secretaria Nacional De Formação Política. Diretório Regional Do PT, Maio de 1995, p 20.

1.2.1 – O socialismo.

O socialismo como ideologia petista sempre foi tratado de uma forma um tanto difusa. Difundida através da cultura política, a ideologia preenche algumas funções que interessam ao historiador. Ela define a imagem de um partido, como também a sua perenidade ⁷⁵, pois é a vulgata ideológica que constituiu o núcleo de coesão das formações políticas, que garante a perenidade dos partidos além dos acontecimentos conjunturais. Geralmente, uma ideologia baseia-se diretamente numa doutrina claramente formulada e apoiada em bases filosóficas, formando um sistema ideológico fechado; diferentes são as ideologias “abertas” que não pretendem fornecer um sistema global de explicação do mundo ⁷⁶. Podemos afirmar a partir disso, que o socialismo dentro do PT foi uma ideologia “aberta”, construída pelos próprios militantes, e que sofreu alterações no modo como foi concebida pelo Partido:

O socialismo não voltou a ser discutido depois de 1991, e, na prática, a partir de 1995 a Revolução Democrática virou o nome do programa de reformas que o PT quer para o Brasil, ainda que o socialismo se mantenha “como uma possibilidade histórica aberta para a humanidade na era do capitalismo”, como decidiu o congresso de 1999 ⁷⁷.

O socialismo assumido como ideologia inicial do PT não tratava a estatização dos meios de produção como uma peça essencial. No que diz respeito à propriedade, a posição do PT era a de privilegiar a propriedade social, porém sem eliminar, por decreto, a propriedade privada ⁷⁸. A perspectiva era a de combinar diversas formas de propriedade (estatal, coletiva, social, pública, particular, mistas), privilegiar “as formas de propriedade de carácter social” e estabelecer “limites à

⁷⁵ BERSTEIN, Os Partidos.

⁷⁶ BERSTEIN, Os Partidos.

⁷⁷ SINGER, André. **O PT**. São Paulo: Publifolha, 2001, p. 43.

⁷⁸ SINGER, André, **O PT**.

propriedade individual”⁷⁹. Seria uma espécie de socialismo, portanto, que se adequasse ao sistema capitalista, sem deixar de atender aos interesses da classe trabalhadora, de modo que pudesse beneficiá-la através da existência de outros tipos de propriedade. Ora, esse discurso criado pelo Partido dos Trabalhadores visava mesclar interesses diversos, ao atender a massa e incorporar setores importantes das classes médias e dos pequenos proprietários ao partido. Além disso, intelectuais afirmavam que não se podia confundir socialização com estatização, muitos deles eram influenciados pela social-democracia européia, mesmo nos primeiros anos da existência do partido, apontando a necessidade de socialização sem a expropriação da propriedade.

O PT negou totalmente a social democracia, mas o seu percurso e suas características consolidadas ao longo do crescimento do partido, mostraram que a agremiação se identificava muito com a social democracia, embora nunca tenha afirmado isso, pelo menos oficialmente.

Ao longo da história do Partido, como mostra seus congressos, o socialismo foi tratado de maneira diversa e difusa, e o conceito reconstruído de forma dinâmica. Assim se definiu no início o partido: *classista, de massas, de luta, democrático e socialista*⁸⁰. Na Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores elaborada por uma Comissão Nacional Provisória em 01 de maio de 1979, declarou o compromisso com a educação plena, exercida diretamente pelas massas, afirmando não haver socialismo sem democracia, e democracia sem socialismo⁸¹. Em relação à estatização, há menção na mesma carta sobre a necessidade de abolir

⁷⁹ SINGER, André, **O PT**.

⁸⁰ FONTE: O que é o Partido dos Trabalhadores? Secretaria Nacional De Formação Política. Diretório Regional Do PT, Maio de 1995, p. 17-18.

⁸¹ **Partido dos Trabalhadores, Resoluções de Encontros e Congressos**. Diretório Nacional do PT. Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo. Projeto Memória. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

qualquer empresa estatal monopolista que não atendessem a população . A falta de clareza sobre que tipo de socialismo o PT busca construir está nítida em seus documentos, quando explica que para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, será necessário que os trabalhadores se transformem em classe hegemônica na sociedade civil e conquistem o poder do Estado. Isso resultaria da luta de um sujeito democrático coletivo sem com isso negar o indivíduo. Assim, o partido deveria lutar pela liberação das mulheres, contra o racismo, a discriminação e o preconceito contra os homossexuais, em defesa dos direitos dos jovens e dos idosos, dos portadores de deficiências, bem como lutar contra todas as formas de opressão, favorecendo a uma democracia integradora.

O socialismo petista então passou pela necessidade de incentivar o pluralismo e a auto-organização em todos os níveis da vida social. No plano político, lutou-se por um socialismo que deveria não só conservar as liberdades democráticas duramente conquistadas no interior da sociedade capitalista, mas ampliá-las para todos os cidadãos ⁸². Ao mesmo tempo em que o PT propunha o resgate das empresas estatais e reivindicava o poder para os trabalhadores (tal como o socialismo soviético sugeria) não defendia o fim das atividades econômicas privadas, pois reconhecia o capitalismo o regime político econômico vigente.

Segundo Antonio Ozaí da Silva, o socialismo petista em linhas gerais era, nas origens, marcadamente anti-capitalista. Além disso, o autor afirma que a proposta era genérica e propensa a ambigüidades: “a definição de socialismo

⁸² FONTE: O que é o Partido dos Trabalhadores? Secretaria Nacional De Formação Política. Diretório Regional Do PT, Maio de 1995.

inicial distanciava-se tanto da social-democracia clássica quanto do stalinismo”⁸³. A intenção do partido foi manter um discurso totalmente diferenciado da esquerda existente, assim era necessário negar tanto a social democracia europeia, quanto o stalinismo visto como uma tendência não democrática: “Quando associa o socialismo real ao stalinismo e ambos à falta de liberdade e de democracia, quando afirma, a necessidade do socialismo democrático, o Partido dos Trabalhadores condena o stalinismo”⁸⁴.

Embora o Manifesto de lançamento do PT (maio de 1979) seja claramente anticapitalista e aponte para o socialismo como perspectiva estratégica, é somente no discurso de Lula no encerramento da 1º Convenção Nacional em 1981 que o Partido é definido como socialista⁸⁵. O Primeiro encontro nacional do PT realizado em 1981, apresenta assim o socialismo:

O socialismo que nós queremos se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares, como resposta política e econômica global a todas as aspirações concretas que o PT seja capaz de enfrentar (...). O socialismo que nós queremos não nascerá de um decreto, nem nosso, nem de ninguém. O socialismo que nós queremos irá se definindo nas lutas do dia-a-dia, do mesmo modo como estamos construindo o PT. O socialismo que nós queremos terá que ser a emancipação dos trabalhadores. E a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores⁸⁶.

A falta de precisão na definição do socialismo para o partido é extremamente nítida na citação acima, pela sua aparente fragilidade teórica, difícil de ser palpável, afinal

⁸³ SILVA, Antônio Ozaí da. **Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e descontinuidades**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998, p.86.

⁸⁴ AZEVEDO, Clóvis Bueno de. **A Estrela partida ao meio: ambigüidades do pensamento petista**. São Paulo: Entrelinhas, 199, p.15.

⁸⁵ **Partido dos Trabalhadores, Resoluções de Encontros e Congressos**. Diretório Nacional do PT. Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo. Projeto Memória. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

⁸⁶ **Partido dos Trabalhadores, Resoluções de Encontros e Congressos**. Diretório Nacional do PT. Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo. Projeto Memória. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 114.

não há como deixar que militantes com culturas políticas diferenciadas construam uma idéia de socialismo comum, através da prática. A questão principal do ponto da estratégia era evitar um problema que certamente levaria à divisão interna, definir o que se entendia por socialismo certamente racharia o Partido. Então, esses documentos eram produtos desses conflitos e tensões no interior do Partido. Embora tivesse bases filosóficas, o socialismo do PT tinha um caráter pragmático que apontava um caminho, mas não declarava uma teoria totalmente fechada e acabada. Devido às tendências diversas do Partido, era muito difícil assumir uma posição clara, embora a posição majoritária que rompia com o marxismo foi declarada a oficial do PT.

A resolução do 2º encontro Nacional, em 1982, afirma que o socialismo será definido por todo o povo, nas lutas do dia-a-dia, e será sinônimo de emancipação dos trabalhadores e de todos os oprimidos ⁸⁷.

A resolução do 4º Encontro Nacional ressalta que no processo de construção socialista, com base nos elementos do desenvolvimento capitalista brasileiro, não se podem seguir mecanicamente os preceitos de substituição imediata da propriedade privada dos meios de produção. A proposta aprovada no 4º encontro, em 1986, não pretende nivelar o padrão de vida da população por baixo, mas sim por cima, favorecendo o bem estar e o conforto de todos, e não apenas de minorias privilegiadas. A democracia, no socialismo, deve ser entendida como a socialização dos meios de produção e também dos mecanismos de poder entre os trabalhadores. O Brasil terá que enfrentar os seus próprios caminhos para chegar ao socialismo e as suas próprias maneiras de construir a sociedade socialista.

⁸⁷ Partido dos Trabalhadores, Resoluções de Encontros e Congressos, Op. Cit.,

Verifica-se que nos primeiros encontros nacionais do Partido, houve a afirmação de que a construção do socialismo seria um dos principais objetivos do PT. Esse socialismo passaria pela necessidade, de um modo geral, de estatizar os meios de produção, definido e dirigido pelos trabalhadores, mas não através da concepção de um socialismo burocrático, de partido único.

O 5º Encontro Nacional do PT realizado em 1987, para Reginaldo B. Dias, apresentou o papel do Estado e do mercado na construção socialista. O autor salienta que o programa Democrático-popular estabelecido no encontro, ostentava uma visão eminentemente estatizante da sociedade, ao propor estatização do setor financeiro e dos transportes: “essa concepção é natural decorrência da forma limitada como é visualizado o papel da auto-organização da população, cuja finalidade é mais preparar a conquista do Estado do que ser fonte de gestão do poder”⁸⁸.

Assim, podemos dizer que até 1989, havia um desenvolvimento rudimentar e genérico da concepção de socialismo. Ele era definido pela negativa: não era social democracia, não era socialismo real. Havia identidade, no entanto, com a estatização e a prática era reformista.

No 7º Encontro Nacional realizado em 1990, a resolução declara:

(...) O PT não possui filosofia *oficial*. As distintas formações doutrinárias convivem em dialética tensão (...). O que une essas várias culturas políticas libertárias, nem sempre textualmente codificadas, é o projeto comum de uma nova sociedade, que favoreça o fim de toda exploração e opressão⁸⁹.

⁸⁸ DIAS, Reginaldo B. **O SOCIALISMO PETISTA: anotações sobre um projeto político em formação**. Diretório do Partido dos Trabalhadores de Maringá, 2000, p. 8.

⁸⁹ **Partido dos Trabalhadores, Resoluções de Encontros e Congressos**. Diretório Nacional do PT. Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo. Projeto Memória. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 430.

No fragmento acima citado, o partido assume não possuir filosofia oficial, porque reconhece a existência de tendências no seu interior, ou seja, de grupos diferenciados que possuem interesses diversos. Por isso, não podemos dizer que o PT teve uma ideologia ou filosofia fechada e exata, mas ideologias “abertas” advindas de vários valores culturais, tendo, portanto, em seu interior várias culturas políticas.

Embora o PT soubesse da necessidade de aprofundar o seu conceito socialista, no 7º Encontro, a agremiação apenas reafirmou o que já havia sido discutido, transferindo essa tarefa para o I Congresso a se realizar em 1991.

A intenção de avançar na definição do socialismo, após 1989, pode ser explicada pela tentativa do PT, no contexto do desmoronamento do Leste Europeu, em aprofundar sua concepção socialista num processo de mudanças, afinal mesmo negando o *socialismo real*, o partido era atingido pelo impacto provocado por sua queda.

O I Congresso, realizado em 1991, ocorreu sob a repercussão do desmoronamento do socialismo real e da expansão da hegemonia liberal. Ozaí salienta que o partido aprofundou a formulação sobre o *socialismo petista* do 7º EN, ao rejeitar a ditadura do proletariado, e confirmar a democracia como valor universal. Afirmou-se também a necessidade de um Estado de direito no qual prevalecessem as mais amplas liberdades civis e políticas⁹⁰. Por sua vez, no campo social, o partido almejou a abolição entre governantes e governados, a extinção das desigualdades de classe e do Estado como aparelho de dominação, e criticou novamente a social-democracia.

⁹⁰ SILVA, Antônio Ozaí da. **Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e discontinuidades.**

Os Encontros Nacionais realizados posteriormente – 1993, 1994, 1995 – não apontam diretamente uma discussão acerca do socialismo, mas afirmam a necessidade de estabelecer um governo democrático, popular, sem exclusões. Não obstante, a estatização e o fim do capitalismo não foram mais mencionados, e cada vez mais o partido se aproximava das perspectivas da social-democracia. Embora em discursos, quanto em documentos aparecia a idéia de um novo socialismo, dessa vez sem o fim do capitalismo e sem a entrega do poder nas mãos das classes trabalhadoras, é no 11º Encontro Nacional, realizado em 1997, que aparece na resolução a opção do PT:

Um novo projeto socialista contemporâneo deve dar conta dos grandes problemas onde o socialismo do século XX acabou fracassando: promover o crescimento acelerado da economia, que os países periféricos exigem, realizando um processo sustentando de distribuição de riqueza. É fundamental mudar radicalmente a organização dos processos de trabalho em todas as esferas da atividade econômica, fazendo com que as atividades produtivas sejam cada vez mais momentos criativos de autoconstrução individual e coletiva ⁹¹.

Esse novo projeto socialista deveria atender, portanto, às necessidades econômicas, sociais e políticas do final do século XX. Nesse sentido, um socialismo revolucionário e o fim da propriedade privada não eram mais possíveis de se estabelecer num mercado capitalista. Assim, O PT constrói uma nova ideologia, um novo valor cultural, uma crença para os militantes e os eleitores brasileiros.

Infere-se que o Partido dos Trabalhadores anunciou um socialismo democrático, que tanto deveria ser distinto do stalinismo quanto da social democracia. Contudo, não o formulou adequadamente na intenção de permitir a integração do partido e impedir tensões e conflitos entre as tendências existentes. A incapacidade de formulação pode ser explicada também pela dificuldade em

⁹¹ Partido dos Trabalhadores, Resoluções de Encontros e Congressos, p. 663.

expressar uma idéia socialista clara e diferenciada no contexto da queda do socialismo real do Leste Europeu, simbolizados pelo fim da URSS e pelo desmoronamento do muro de Berlim.

Clóvis Bueno de Azevedo argumentou que a pretendida marca diferenciadora do socialismo petista era o fato da pretensão em ser democrático. Todavia, relata o autor que não se fizeram claros nem o socialismo, nem a democracia petista ⁹². Azevedo vai além quando afirma que embora o PT tenha defendido um caminho democrático, acabou por pregar um método que em nada se distinguia do social democrata: “Em síntese, não há *socialismo democrático* original nas propostas do Partido dos Trabalhadores, mas convivência do leninismo e da social-democracia” ⁹³.

Se levarmos em conta os diversos grupos e organizações que se inseriram no PT, pode-se chegar à conclusão de que havia tendência leninista na agremiação ⁹⁴. Embora o partido sempre tenha negado a social democracia, os historiadores, sociólogos e cientistas políticos têm feito analogias entre um partido social democrata e o PT. Afinal, a agremiação a partir da década de 1990 não negou mais o capitalismo, mas defendeu uma sociedade que buscasse superar as desigualdades em todos os sentidos. Assim, o socialismo passou a ser direcionado para uma sociedade livre, na qual haja Estado de Direito, eleições, Parlamento,

⁹² AZEVEDO, Clóvis Bueno de. **A Estrela partida ao meio: ambigüidades do pensamento petista**. São Paulo: Entrelinhas, 1995.

⁹³ AZEVEDO, Clóvis B. **A Estrela partida ao meio: ambigüidades do pensamento petista**, p. 149.

⁹⁴ De forma sucinta, a estratégia leninista corresponde à tomada do poder por um partido que, uma vez tomado o poder, elimina os demais partidos. É o desenvolvimento teórico e prático do marxismo que se baseia no caráter democrático da tomada de decisões internas e no estabelecimento do poder absoluto da classe operária com primeira etapa na construção do socialismo. Os leninistas acreditam na construção de uma “ditadura do proletariado”.

pluripartidarismo. A socialismo democrático seria a convivência dos diferentes e não a dos iguais, uma sociedade em que convivessem os contraditórios.

Antônio Ozaí ao destacar o dilema do êxito eleitoral do PT no crescente desempenho nas eleições a partir de 1989, afirmou que houve um abrandamento do conteúdo programático para torná-lo mais abrangente e digerível. Para ele, a ênfase no caráter classista e independente da organização e da luta dos trabalhadores foi atenuada e diluída pela necessidade de incorporar outros setores sociais e de ampliar as alianças. Assim, resume o autor que: “Na sua práxis, o PT incorpora o processo histórico vivido pela social-democracia”⁹⁵, corroborando com a tese de que o partido ao longo de seu crescimento adaptou-se à lógica social-democrata.

Francisco de Oliveira numa crítica ao exagero sobre a possível novidade que o PT representava, declara que o Partido contou com a participação de uma nova classe operária que nunca teve uma cultura política socialista: “(...) o socialismo saiu do horizonte de qualquer discussão, de qualquer comunicação, o que produziu, (...) uma nova classe operária sem cultura socialista ou comunista e mesmo sem cultura política”⁹⁶. Relata o autor que com o esfacelamento do PC brasileiro e a posterior criação dos grupos de esquerda saídos do PC brasileiro, a centralidade da participação deslocou-se para membros das classes médias, com reduzidíssima ou nula participação operária: não apenas a memória do movimento se esvaía entre intermináveis discussões, colocando questões alheias ao operariado. A opção pela via clandestina também se mostrou como empecilho para

⁹⁵ SILVA, Antônio Ozaí da. **Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e discontinuidades**, p. 98.

⁹⁶ OLIVEIRA, Francisco de. “Qual é a do PT?” SADER, Emir (org.) **E agora PT: caráter e identidade**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 13.

a divulgação dessa cultura política. A opção pelas guerrilhas afastou definitivamente qualquer possibilidade de participação operária. Em terceiro lugar, afirma Oliveira, o regime autoritário cortou todas as ligações entre sindicatos e partidos, mesmo os não operários ⁹⁷.

Embora Francisco de Oliveira reconheça a participação dos movimentos sociais, da Igreja dita progressista, e do *novo sindicalismo*⁹⁸ no PT, ele declara que essa classe operária participante nesses setores carecia de cultura política socialista, e nesse sentido, o partido também não conseguiu construir o socialismo como valor cultural. Um grande setor que forma o PT, saído de bases cristãs (organizadas anteriormente no interior de movimentos criados e/ou protegidos pela Igreja Católica) é aquele que se origina nos chamados “movimentos sociais”. Declara o autor que estes são, quase por definição, produto da falta de identidade política da classe operária.

O que Francisco de Oliveira parece negligenciar é que se o PT carecia de uma cultura socialista mais elaborada, a do socialismo tradicional dos partidos comunistas, isso não significava que o partido não possuísse uma cultura que, de forma predominante, mesclasse diferentes concepções de socialismo, dando origem a um amálgama de um outro tipo de socialismo, mesmo que ele fosse vago ou impreciso. De fato, de forma majoritária, os homens e as mulheres que dedicaram parte da sua vida à construção do PT acreditavam em alguma forma de socialismos, depositavam as suas esperanças nele, sonhavam com ele. Enfim, criaram uma cultura socialista mesmo que muito vaga. Outro fato a se destacar é que o PT contou com a participação de dissidentes dos partidos comunistas e das organizações

⁹⁷ OLIVEIRA, *Qual é a do PT?*

⁹⁸ Os elementos que constituíram o PT como o *novo sindicalismo*, a Igreja, os movimentos sociais, as greves do final da década de 1970 serão discutidos e analisados no segundo capítulo.

comunistas clandestinas e influenciaram a constituição dessa cultura política petista. A compreensão que se pode fazer através da visão de Francisco de Oliveira é a de que o socialismo como ideologia petista foi tratado de forma difusa e imprecisa, o que contribuiu para que o Partido construísse valores culturais sem consistência, fáceis de serem modificados para se adequar às novas conjunturas:

(...) o PT não consegue ir além de um vago enunciado em que se diz que o socialismo petista será definido pelas massas, o que é rigorosamente um silogismo, pois se as massas do PT carecem de uma cultura política socialista, fica pouco claro que proposta socialista poderá emergir⁹⁹.

Francisco Oliveira vai além quando afirma que o PT utiliza o silogismo freqüente na esquerda de alto a baixo: a de que o socialismo brasileiro não poderá ser importado de modelos vigentes alhures, o que parece uma desconfiança em relação às experiências do “socialismo real”, mas esconde na verdade a inexistência do socialismo como cultura. Assim estaria explicado porque no Primeiro Encontro Nacional, em 1981, o partido apresenta uma noção e definição tão vaga do socialismo.

Ora, embora plausível, a argumentação de Oliveira nega as diversas tendências dentro do PT, pois o autor ao afirmar a falta de cultura política socialista, acaba por homogeneizar o partido, e fazer vistas grossas aos diversos militantes socialistas existentes. O Partido dos Trabalhadores foi declaradamente socialista nos primeiros anos de sua formação, e seus filiados afirmava ser fiel a esse princípio, mesmo que alguns não tivessem base ideológica socialista. O PT deve ser entendido como uma congruência de traduções leninistas, trotskistas, comunistas,

⁹⁹ OLIVEIRA, Qual é a do PT? p. 17.

stalinistas ¹⁰⁰. Além do socialismo de base cristã, uma herança cultural das CEBs e da Igreja Católica.

A partir disso, podemos constatar que o Partido dos Trabalhadores, conforme já foi afirmado, construiu o discurso e a crença socialista de forma dispersa com a intenção de impedir uma divisão no Partido, e não ficou imune à perplexidade que tomou conta da esquerda logo após a queda do muro de Berlim. Atribuir sentidos para o comportamento e ações políticas implica elaborar cursos com valores culturais pertinentes. Portanto, negar o socialismo soviético (que estava em crise) era necessário para o crescimento do partido, assim como construir a idéia de um socialismo diferente, mesmo sem efeito prático.

Numa entrevista, publicada no livro *As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil* ¹⁰¹, João Batista Oliveira de Araújo, conhecido mais como Babá, argumenta que o PT não representa mais a luta pelo socialismo. Para o ex-deputado petista agora no P-SOL, basta ver o processo de submissão que ele tem hoje em relação ao grande capital, ao capital financeiro e ao imperialismo. Ainda para o deputado, isto indica que o Partido dos Trabalhadores abandonou a luta pelo socialismo no que diz respeito à orientação de sua direção majoritária. Afirma ainda que o papel de social-democrata é falso, porque não é possível realizar um governo verdadeiramente social-democrata no Brasil.

¹⁰⁰ Os partidos que representam a tradição stalinista: PCB e PC do B. O PCB, fundado em 1922, foi hegemônico na esquerda brasileira durante décadas e se constituiu no tronco principal do marxismo em nosso país. Este partido incorporou a concepção de partido marxista-leninista e a teoria e cultura política prevaletentes no movimento comunista internacional com a vitória de Stalin contra Trotsky no seio do Partido Comunista da URSS e da III Internacional. Defendiam a radicalização da ditadura do proletariado; a centralização dos processos de tomada de decisão no núcleo dirigente do Partido; a burocratização do aparelho estatal, entre outros. (SILVA, Antônio Ozaí da. **Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e discontinuidades**).

¹⁰¹ DEMIER, Felipe (org.) **As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2003.

Na mesma perspectiva, Marcelo Badaró Mattos, na apresentação também de uma entrevista, salienta o projeto original do PT como socialista, embora esse socialismo fosse difuso, mal definido, e passa para a linha que hoje tem a social-democracia na terceira via:

(...) Sendo assim, hoje ele não apresenta nada de novo em relação aos partidos que estão colocados, nada de diferente em relação aos partidos que estão no poder ou que têm forte participação política no mundo ocidental ¹⁰².

Daniel Aarão Reis traz uma contribuição importante ao relatar as tradições e culturas políticas das esquerdas no Brasil. Entre as tendências apresentadas pelo autor, a que nos interessa é a tradição nacional-estatista surgida no país com muita força a partir do Estado Novo. Poucos concebem a idéia de que o nacional-estatismo ou o trabalhismo configurasse uma tendência de esquerda ¹⁰³. Explica Daniel Aarão Reis que a partir do golpe de 1964, e da dissolução do PTB em 1965, houve uma tendência muito forte entre os estudiosos da esquerda em conceituar essa tradição como *populista*. Desde então, o *populismo* foi caracterizado como uma *política de massas da burguesia*, e nos anos posteriores a 1964, formou-se a então autodenominada *esquerda revolucionária*, ou *nova esquerda*, que considerava o trabalhismo um lixo.

Há três momentos dessa tradição: o primeiro é a ditadura do Estado Novo (1937-1945) que se desenvolve, amplia e consolida um programa nacional-estatista para o Brasil, integrando os trabalhadores, reconhecendo seus direitos sociais, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), promulgada em 1943. O segundo momento é o governo democrático de Vargas, eleito em 1950, quando há

¹⁰² DEMIER, **As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil**, p. 104-105.

¹⁰³ REIS FILHO, Daniel Aarão. "As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições". In: FORTES, Alexandre (org.). **História e perspectivas da esquerda**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

grandes movimentos sociais pela estatização de setores estratégicos da economia (a luta pela Petrobrás, por exemplo), um esboço de planejamento econômico centralizado e um investimento maior do governo no processo de mobilização e organização dos trabalhadores. Já um terceiro momento (1961-64), é gerado no país uma intensa agitação social, quando se formula o programa *reformas de base*, nitidamente hegemônico pela tradição nacional-estatista ¹⁰⁴. Em todos esses momentos, principalmente nos dois últimos, há uma grande mobilização social, de massas e de lideranças, o que contribuiu “para a impregnação das referências nacional-estatistas na cultura política popular de nosso país” ¹⁰⁵.

O autor defende a tese de que sempre que o comunismo ganhou projeção social (1945-64) foi como decorrência da adoção da tradição nacional-estatista como eixo norteador de suas táticas políticas (por ex., *queremismo* ¹⁰⁶). Na conjuntura entre 1961-1964, o Partido Comunista adquiriu projeção social e se transformou num partido próximo ao que se poderia chamar de um partido de massas.

Entre as vertentes da tradição nacional-estatista, há uma direita, com forças conservadoras; há os que fogem da díade esquerda-direita, que só pensam em parasitar o Estado e suas agências. Há ainda uma esquerda que pode inclusive adquirir um caráter revolucionário, que, por exemplo, às vésperas de 1964, criou, à esquerda do PTB, uma organização revolucionária, o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), inspirado e liderado por Leonel Brizola ¹⁰⁷. Essa tradição também esteve presente no interior das organizações autodenominadas

¹⁰⁴ REIS FILHO, As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições.

¹⁰⁵ REIS FILHO, As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições, p. 176.

¹⁰⁶ Movimento *Queremos Getúlio* mobilizado pelo Partido Trabalhista Brasileiro com o apoio dos comunistas para manter Getúlio Vargas no poder em 1945.

¹⁰⁷ REIS FILHO, As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições.

esquerdas revolucionárias nos anos 1960-70, como por exemplo, na Ação Libertadora Nacional, Comandos de Libertação Nacional (Colina), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), sem falar do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), para constatar a permanência, a impregnação de valores, referências, propostas e linguagem da tradição nacional-estatista.

Daniel Aarão Reis mostra como a tradição e a cultura permanecem ao longo do tempo em diferentes grupos, ao mesclar antigos e novos valores. A riqueza do texto “*As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições*” está em mostrar como o trabalhismo esteve presente em diversos grupos de esquerda. Os movimentos sociais dos anos 1980 possuíam claramente essa tendência, e influenciaram o Partido dos Trabalhadores. Além disso, muitos atores políticos dos grupos de esquerda das décadas de 1960-70, conforme citado pelo autor, participaram da formação e da consolidação do PT. Numa outra perspectiva, afirma Reis Filho:

É visível (...) no interior do Partido dos Trabalhadores (PT), a presença das referências nacional-estatistas e das referências nacionalistas, muito marcantes nos movimentos dos servidores públicos, nas lutas dos empregados das empresas estatais contra a privatização, nos anos 1980 e 1990, bases sociais fundamentais, como se sabe, do PT e da Central Única dos Trabalhadores (CUT)¹⁰⁸.

Embora exista no Brasil a tradição socialista democrática, que, segundo Daniel Aarão Reis Filho, possui o estilo trabalhista de fazer política como a sedução das lideranças carismáticas e o autoritarismo implícito, essa tradição ainda apresenta muitas carências e lacunas, principalmente porque o PT, talvez o partido

¹⁰⁸ REIS FILHO, *As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições*, p. 178.

que mais a divulgou não soube defini-la tanto na prática quanto na teoria. O autor também reconhece essa tendência no interior do PT:

Penso que o PT, desde a fundação, para além de seus problemas, de suas faculdades, contradições e carências, soube afirmar, pelo menos parcialmente, um veio democrático, permitindo e incentivando o debate interno, a constituição de maiorias e minorias que se alternam, o que não era muito comum na trajetória das esquerdas brasileiras, sobretudo na tradição nacional-estatista (...) embora o PT, até porque tem também dentro dele a tradição nacional-estatista, não consiga superar de modo cabal as tendências autoritárias, prontas, sempre, conforme as circunstâncias, a ressurgir com força

¹⁰⁹

Constata-se através das análises realizadas, que o PT, de fato, divulgou um socialismo democrático pouco definido no campo teórico e prático. Assim, procurou também escamotear a existência de lideranças no partido, e abafar qualquer tipo de autoritarismo implícito. O Partido dos Trabalhadores é uma instituição como qualquer outra, que sofre as mudanças ao longo do tempo, e é constituída por pessoas que carregam tradições e heranças culturais enraizadas. Portanto, é problemático afirmar que a agremiação rompeu com o trabalhismo, tão presente nos movimentos populares e sindicais da década de 1970-1980.

1.2.2 A democracia.

A questão da democracia soava como principal elemento político nas décadas de 1970 e 1980. Desde a formação do PT, a palavra democracia foi externada pelos dirigentes partidários, sempre de maneira significativa. Ainda nos primeiros discursos, o ideal democrático servia de base para o fim do autoritarismo do regime militar. Logo, a intenção de construir um partido que possuísse que possuísse sólidos mecanismos democráticos em seu interior, passou a ser discutida de forma predominante, afinal isso permitia diferenciar o PT dos outros

¹⁰⁹ REIS FILHO, As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições, p. 180-181.

partidos de esquerda. Berstein chama a atenção para a questão da democracia no interior do partido. Para ele, é essencial saber quem detém realmente o poder, pois a maioria dos partidos políticos modernos se quer democrática¹¹⁰ ou se vêem como democráticos. É necessário refletir sobre isso e procurar perceber se o partido não pertence a uma elite dirigente, pois nesse caso mesmo que se suponha democrático, o funcionamento do partido é incompatível com a democracia. Outro caso importante a ser destacado é quando os partidos surgem em torno de um personagem carismático¹¹¹ e ele sozinho toma as decisões, sem consultar os membros da instituição.

Nesse sentido, a reflexão acerca do ideal de democracia é importante na análise da “cultura política”. Pacheco menciona que a definição da “performance” das instituições democráticas e o estabelecimento da democracia como regime político, sugerem uma maior proximidade com os estudos da cultura política¹¹².

A Carta de Princípios do PT já estabelecia o seu compromisso com a democracia plena, sem, no entanto, definir o conceito, afirmando somente que deveria ser dirigida pelas massas. Em vários documentos, como a própria Carta de

¹¹⁰ BERSTEIN, Os Partidos.

¹¹¹ A palavra carisma é usada para descrever a habilidade em influenciar e atrair outras pessoas. Refere-se especialmente a qualidade de certas pessoas em motivar com facilidade a atenção e admiração de outros graças a qualidade “magnética” de personalidade ou de aparência. O termo carisma foi difundido na sociologia por Weber, mas antes já havia sido utilizado por historiadores das religiões. Segundo estes, o carisma é o encanto ou a graça que estão presentes em alguns homens, cuja explicação passa por motivos mágicos ou divinos. Weber identificou o carisma como uma das fontes legítimas de poder, isto é, como uma das maneiras de influenciar ou determinar o comportamento de outros sem valer-se da força física. As relações de dominação baseadas no carisma ocorrem sem a resistência dos comandados, justamente por eles acreditarem na fonte do poder do líder. Na maioria das vezes essas relações são fortemente assimétricas (desiguais), onde um grande grupo de seguidores concentra suas atenções em (geralmente) um único chefe “iluminado”. As relações carismáticas são freqüentemente encontradas em grupos religiosos, mas também podem surgir em partidos e outras organizações. (WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Editora Cultrix, 1998).

¹¹² PACHECO, Vavy B. Política: totalidade e imaginário. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.17, 1996.

Princípios, o Programa, Regimento Interno do Partido, declara a opção da instituição, pelo menos na teoria, pela democracia direta e não representativa. A intenção, portanto, do Partido era o tentar construir uma cultura, regra ou crença de democracia exercida diretamente pelos trabalhadores. Nessa perspectiva, a constituição de núcleos de bases, que permitisse um diálogo entre a massa e o partido, entre os bairros e movimentos sociais com a liderança partidária, foi a solução encontrada pelo PT. A Carta de Princípios expressa os núcleos de base como o princípio fundamental do partido, pois sem ele, o PT poderia sobreviver como partido legal, mas não se consolidaria como o partido de massas como tanto almejavam. Declara também que sem os núcleos o PT não teria diferencial algum em relação aos partidos tradicionais. Além disso, o documento conclamava os militantes a fortalecerem os núcleos por local de moradia, por categoria profissional, por local de trabalho e de estudo, e por movimentos sociais ¹¹³.

Segundo o Regimento Interno do Partido dos Trabalhadores, aprovado na reunião do Diretório Nacional em maio de 1984, as funções dos núcleos de base seriam as seguintes:

- a) organizar a ação política dos filiados, segundo a orientação dos órgãos de deliberação e direção partidária, estreitando a ligação do Partido com os movimentos sociais.
- b) aprender e assimilar, transmitindo ao Partido e ao conjunto da sociedade, a realidade existente, as condições de vida, de trabalho e de estudo, bem como os problemas e aspirações dos trabalhadores (...)
- c) participar, no âmbito do programa e das resoluções das convenções (...)
- d) estimular e fortalecer as entidades representativas dos trabalhadores e dos movimentos populares, participando regularmente de suas reuniões e campanhas reivindicatórias, em todos os níveis;
- e) participar dos movimentos sociais e orientar e encaminhar a ação política dos militantes de núcleo nesses movimentos, respeitando sempre suas decisões:

¹¹³ **Partido dos Trabalhadores, Resoluções de Encontros e Congressos**, Op. Cit.

1. emitir opinião sobre as questões municipais, regionais e nacionais que sejam submetidas a seu exame pelos respectivos órgãos de direção partidária;
2. aprofundar e garantir a democracia interna do Partido dos Trabalhadores;
3. promover a educação política dos militantes e filiados;
4. sugerir aos órgãos de direção partidária consulta aos demais núcleos de base sobre questões locais, regionais ou nacional de interesse do Partido; (...)¹¹⁴

Assim, os núcleos de base serviriam como um elemento de intermediação entre os trabalhadores e a direção do partido, ao criar meios que pudessem garantir a conscientização e a educação política dos militantes. A participação em reuniões e dos movimentos sociais, ao verificar os modelos de ação política dos filiados, conclamava a esses que lutassem pela permanência da democracia interna do partido.

Ainda que pese o fato de que os núcleos se constituíram como aparelhos de tendência e disputa do poder, não podemos negar a sua existência como importantes veículos para o estabelecimento da democracia. O PT, nesse sentido, introduziu no país uma idéia de cultura política participativa e democrática, no entanto, ela não foi concretizada, haja vista que os núcleos que o partido defendia foram se extinguindo ao longo do tempo. Esse fato se mostra como uma das explicações do distanciamento entre a direção do partido e as suas bases e entre essa mesma direção e os movimentos sociais. No entanto, não se pode deixar de observar que sempre existiu uma certa visão romantizada sobre os núcleos. Mesmo quando existiam e serviam de intermédio entre a massa (os trabalhadores) e o partido, somente os dirigentes ou os líderes tinham acesso à agremiação. Em qualquer bairro havia os líderes que comandavam e que, muitas vezes, repassavam ao partido reivindicações que não eram da população em geral, mas visavam a

¹¹⁴Partido dos Trabalhadores, Resoluções de Encontros e Congressos, Op. Cit., p. 157.

interesses particulares. No entanto, não podemos ser ingênuos e pensar a possibilidade de ausência de líderes em uma instituição. A existência deles não destrói a experiência democrática, mas é importante entender que se deve atender aos representados e nunca a interesses próprios.

Uma questão importante a ser discutida refere-se à autonomia dos movimentos sociais, quando a aproximação do PT acabou por ocasionar uma certa interferência nos movimentos. Alexandre Fortes¹¹⁵ declara que o PT abriu possibilidades para que os movimentos sociais viessem a ser atendidos, criando canais democráticos para sua expressão e negociação, e fez uma crítica à idéia de que o institucional fez “calar a voz” dos movimentos: “(...) em vez de falar de uma opção pelo institucional em detrimento dos movimentos, poderíamos dizer que o partido vem explorando as possibilidades de transformação da cultura política nacional via jogo eleitoral (...)”¹¹⁶. Ora, não há como negar que o partido passou a instrumentalizar os movimentos sociais, e não há como negar que a política adotada pela via eleitoral e a institucionalização e, por conseqüência, a burocratização acabou por solapar a autonomia dos movimentos sociais. Assim, Francisco de Oliveira nos chama a atenção para esse fato:

Esta sensação difusa de que no PT os movimentos sociais *podem* falar é a outra face da persistente e ampla anticultura política do populismo, onde os movimentos sociais apenas ouvem o discurso de cima da falsa isomorfia entre “políticos” e “povo”¹¹⁷.

Esses setores (movimentos sociais) se reconheciam no PT porque este era “diferente”, diz o autor, porque nele não estavam a burguesia nem os

¹¹⁵ FORTES, Alexandre. Reflexões sobre o lugar do PT na história da esquerda brasileira. In: FORTES, Alexandre (org.). **História e perspectivas da esquerda**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

¹¹⁶ FORTES, Alexandre. Reflexões sobre o lugar do PT na história da esquerda brasileira, p. 204.

¹¹⁷ OLIVEIRA, Qual é a do PT?, p.16.

“políticos profissionais”, e isso é mais aparente que real, posto que qualquer partido funciona como uma burocracia, lugar privilegiado dos “políticos profissionais”, e sobretudo nos partidos de esquerda. Embora Oliveira tenha razão ao levantar a hipótese de que era questionável a participação democrática dos militantes dos movimentos sociais no PT, uma vez que a presença de líderes existia, não podemos pensar também que os movimentos eram manipulados pelo partido e que não houvesse participação efetiva deles como sujeitos de decisão. Se assim fosse, conceberíamos qualquer instituição como antidemocrática.

Mostra-se difícil, para não dizer impossível, a inexistência de representantes e representados numa instituição. Assim, nos núcleos, nos movimentos sociais e no PT havia dirigentes, que muitas vezes eram os mesmos atores. Os profissionais da política, tal como salienta Oliveira, estavam presentes no partido, mas também no núcleo, no movimento popular, no sindicato, e esse fato, por si só, não exclui a democracia. Não obstante, é claro que uma expressiva profissionalização dos quadros, seja no partido, no sindicato ou nos movimentos sociais acaba por levar o militante ou funcionário - porque ele se torna os dois ao mesmo tempo - a lutar pelos seus interesses, gerando uma apropriação privada do espaço da política em detrimento do projeto político coletivo.

Uma outra forma de estabelecer uma democracia direta pelo Partido dos Trabalhadores foi a elaboração do Orçamento Participativo, um conselho presente nas prefeituras, que visa a consultar a população, e os representantes de bairros, para as propostas orçamentárias do governo municipal. André Singer nos apresenta o Orçamento Participativo como a base do método petista de governar, sendo um dos seus méritos a quebra da cadeia clientelista. Relata-nos que os

participantes acompanham a execução das obras decididas por eles mesmos, tornando assim mais difícil haver desvios de recursos ¹¹⁸.

Há quem critique o papel dessa instituição, como Vírginia Fontes numa entrevista, ao afirmar que o Orçamento Participativo não passa de uma espécie de vitrine decorativa¹¹⁹. No entanto, embora apresente problemas como a falta de formalidade nas delegações ou representações, e o número de pessoas presentes é ínfimo em relação ao número de habitantes – isso não se caracterizaria como problema se a população de fato se envolvesse nos debates que elegessem os seus representantes para participar do conselho – , o Orçamento Participativo é uma maneira de canalizar demandas de faixas carentes da população que encontram uma forma de manifestação: “Do ponto de vista político, o orçamento participativo tem sido apresentado como uma forma de democracia direta que se contraporía ou substituiría as formas de democracia representativa” ¹²⁰. Seria, portanto, uma maneira de substituir a democracia representativa, identificada como burguesa ou liberal.

Nesse sentido, o PT estaria promovendo meios de implantar uma democracia que atingisse as bases sociais, mesmo o Orçamento não sendo eficaz no atendimento das reivindicações por inúmeros fatores: a falta de manifestações e participação popular; e a delegação para líderes que acabam por tomar decisões sem a consulta dos seus representados. Além disso, apenas uma pequena parte do orçamento é discutido e aplicado, pois grande parte dele é destinado à educação, à folha de pagamento, às dívidas judiciais, por fim resta pouco para a população deliberar.

¹¹⁸ SINGER, O PT.

¹¹⁹ Publicado em DEMIER, **As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil**.

¹²⁰ Rosenfield, Denis L. **PT na encruzilhada: social-democracia, demagogia ou revolução?** Porto Alegre: Leitura XXI, 2002, p. 39.

Em todos os documentos oficiais petistas, a democracia apareceu como um dos principais lemas de defesa, passando da luta pela redemocratização do Brasil com o fim do regime militar, pelo fim do preconceito, das desigualdades sociais, físicas, raciais, até pela democracia interna partidária. O primeiro elemento usado como veículo para uma sociedade democrática foi a constituição de alguns núcleos de base, que “funcionou” por um tempo e acabaram se extinguindo pela falta de dinamismo e clareza nas relações entre o líder do núcleo com o partido, e principalmente, pelo interesse nas eleições e pelo processo de institucionalização do partido, que fez com que aos poucos os núcleos deixassem de ser a questão primordial do PT.

Num segundo momento, o PT construiu um modo diferenciado de governar através do estabelecimento do Orçamento Participativo. Um Conselho que tem por intenção promover a “democracia participativa”, uma nova forma de democracia representativa, haja vista que somente representantes da população participam das reuniões. De fato, não haveria outra forma. Afinal não é possível fazer uma assembléia onde estivessem, por exemplo, todos os habitantes de uma cidade para decidir sobre o orçamento do município.

O Orçamento Participativo não é, de fato, um exercício de democracia direta. Trata-se de uma nova forma de democracia representativa. Afinal, ele é um instrumento do Estado, e pode ser entendido como alargamento do espaço público na construção de uma área pública não estatal. Mas pode ser interpretado, de outro lado, como um processo de institucionalização e cooptação da participação da população.

Enfim, podemos inferir que no discurso as intenções petistas de construir nesse país uma cultura democrática foram concretizadas, passando como uma crença de militante a militante, de filiado para filiado. Os resultados reais e práticos desse discurso ainda têm encontrado dificuldades de se apresentar.

Mas, como salienta Alexandre Fortes, é necessário reconhecer a profundidade do vínculo originário entre o PT e a classe trabalhadora brasileira como a singularidade do contexto político da sua construção, que o levou a ser fruto e ator do processo de democratização mais profundo e sério do país ¹²¹. O autor só não esclarece porque esse processo é profundo e mais sério que já existiu, ou porque é mais do que o PCB tentou construir em vários momentos da nossa história. Não podemos negar que a criação do PT contou com cristãos, leninistas, trotskistas, intelectuais independentes, ex-comunistas, socialistas ortodoxos e heterodoxos, estudantes, sindicalistas, ou seja, pessoas com diversas ideologias e filosofias políticas; e ainda que essas mesmas pessoas reuniram-se dentro do partido, formando várias tendências, portanto, nesse sentido, internamente, o PT é democrático e responsável pela elaboração, nesse contexto, de uma cultura política democrática.

¹²¹ FORTES, Reflexões sobre o lugar do PT na história da esquerda brasileira,

1.3 Partido dos Trabalhadores: o discurso do novo e a burocratização.

“O PT perdeu um referencial de prática política no cenário da vida pública nacional, que permitia caracterizá-lo como um partido diferente dos demais”

¹²² (Felipe Demier)

“(...) o PT das greves e das lutas é visto senão como um adolescente rebelde e contestatório que inevitavelmente caminha para um amadurecimento responsável familiar-profissional, livrando-se enfim, das aventuras e inseqüências da jovialidade” ¹²³ (Felipe Demier)

“O próprio PT era um partido muito mais vivo, muito mais militante do que é hoje (...)O PT tornou-se um grupo abertamente conservador, voltado para um projeto de poder, não um projeto de sociedade. É uma esquerda liberal, muito fraca” ¹²⁴ (César Benjamim)

“(...) O PT nasceu como um partido classista, como um partido que levantou as bandeiras da esquerda.(...) e se transformou em mais um partido da ordem, em mais um partido que implementa os interesses da burguesia “ ¹²⁵ (Luciana Genro)

“O PT hoje é um partido transgênico. Os genes do PT das origens foram modificados” ¹²⁶ (João Batista Oliveira de Araújo - Babá)

Acima estão descritas algumas críticas que refletem a opinião de muitos brasileiros acerca do Partido dos Trabalhadores nos últimos anos. Só é interessante observar que elas podem servir de uma ação política que tem a mesma

¹²² DEMIER, *As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil*, p. 6

¹²³ DEMIER, *As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil*, p. 8

¹²⁴ DEMIER, *As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil*, p.12

¹²⁵ DEMIER, *As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil*, p.116.

¹²⁶ DEMIER, *As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil*, p.117.

base eleitoral, pois provém de ex-militantes que romperam com o Partido. As críticas estão direcionadas, essencialmente, para as mudanças culturais que o partido sofreu ao longo da sua história, modificações que permitiram descaracterizar essa agremiação como diferente, tal como grande parte de sua historiografia e de sua militância construiu.

Essas modificações culturais não são percebidas somente pelas mudanças no discurso e nas próprias práticas políticas, mas também na simbologia do partido. O tratamento dado entre os membros do Partido dos Trabalhadores foi sempre regido pela palavra *companheiro*, expressando uma idéia de convivência plena, com um valor democrático, com senso de militância, significando uma participação de todos os cidadãos, considerados como iguais. A palavra tem sido deixada de ser usada no partido, nos espaços de sociabilidade petista, como também, nas próprias cartas enviadas aos filiados. Claro, que isso é um processo que vem se concretizando aos poucos e de modo desigual nos diversos diretórios petistas..

A estrela vermelha, símbolo do partido, é um símbolo que tem por intenção trazer a imagem de algo que brilhe, que se diferencie, que se destaque. A cor vermelha esteve associada por muito tempo às lutas operárias, ao sangue dos trabalhadores. No entanto, em vários lugares, ela tem deixado também de ser símbolo petista, substituindo-a, por exemplo, por uma estrela cor de rosa, o que caracteriza uma certa flexibilidade das tendências do partido. No próprio estado do Paraná, em Curitiba, nas campanhas à prefeito de Ângelo Vanhoni em 1996 e 2000, a estrela vermelha do PT foi substituída por uma amarela com o desenho de uma careta sorridente, alegando o agrado as crianças, que acabou por gerar a idéia entre os militantes mais à esquerda de que o Partido havia amarelado. O Babá, numa

entrevista, relata bem isso ao comentar que em 1998, o partido fez campanha com bandeiras brancas, em alguns Estados era amarelo, em outras azul, sumindo com a bandeira vermelha, que simbolizava as lutas do proletariado mundial ¹²⁷.

O Partido dos Trabalhadores tem rompido com alguns valores culturais, negado outros, conforme demonstramos na sua discussão sobre o socialismo, a democracia, e o interesse em reafirmar um discurso contra o populismo. As críticas que a instituição vem sofrendo advém não somente dessas mudanças culturais, mas deve-se ao fato de que o partido exagerou na sua afirmação como *novo, diferente*.

Embora o PT tenha sido construído num momento específico da história brasileira, como no regime militar, não podemos conceber o estabelecimento dessa instituição como uma ruptura em relação a todos os partidos que haviam sido construídos até então, embora tenha tido algumas especificidades, o partido herdou muitas características dos grupos anteriormente existentes, como por exemplo, do PCB.

O Partido dos Trabalhadores nasceu sob o estigma do novo, no momento em que se falava também de novos movimentos sociais e *novo sindicalismo*. A novidade refere-se, primordialmente, à sua composição social, haja vista que o partido foi formado por sindicalistas, cristãos, intelectuais e pessoas já ligadas aos outros grupos e partidos de esquerda:

(...) possivelmente, caso único no mundo, o PT reuniu marxistas e cristãos desde o início, apresentando uma composição bastante heterogênea que pretendia reunir todos os grupos de esquerda

¹²⁷ Publicado em DEMIER, **As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil**.

descontentes (...) aspirava ser radicalmente diferentes dos partidos políticos ¹²⁸.

O sociólogo Alan Lacerda deixa claro que o PT aspirava ser diferente dos outros partidos políticos, resta-nos entender se, de fato, ele foi. José Álvaro Moisés ¹²⁹ compartilha dessa idéia, ao expor que a grande novidade do PT consistia, precisamente, em que setores estratégicos das classes populares propuseram a se organizar através de uma força política independente e autônoma em face dos outros grupos sociais. No entanto, ressalta o autor, o Partido se constituiu com uma possibilidade nova na história do Brasil, mas toda possibilidade histórica é algo que se constrói: “Não há nada que garanta, portanto, que *necessariamente* vai se transformar em uma novidade real na política brasileira. É apenas uma possibilidade” ¹³⁰. Tudo indica, através das críticas e das mudanças que o partido tem sofrido, que militantes e dirigentes não construíram algo tão novo assim.

Conforme já foi salientado, a composição social original do PT foi algo diferente, o carisma do Lula e a presença de metalúrgicos trouxe uma certa originalidade na formação do partido: “Sem os metalúrgicos e a liderança carismática de Lula, o PT provavelmente não seria mais do que um (...) partido católico, democrata-cristão, ou talvez mais provavelmente social-cristão” ¹³¹. Rodrigo Patto Sá Motta apresenta o mesmo argumento, relatando que a originalidade advém

¹²⁸ LACERDA, Alan Daniel F. O PT e a unidade partidária como problema. **Dados**, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 1, 2002, p. 48.

¹²⁹ MOISÉS, José Álvaro. **Lições de liberdade e de opressão: o novo sindicalismo e a política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção Estudos Brasileiros, v.56).

MOISÉS, **Lições de liberdade e de opressão: o novo sindicalismo e a política**, p. 217.

¹³¹ RODRIGUES, Leôncio M. **Partidos e Sindicatos**. São Paulo: Ática, 1990. p. 28.

exatamente dessa mistura, não isenta de conflitos, responsável pela união de católicos, marxistas, intelectuais e operários numa mesma entidade ¹³².

A composição social e o contexto histórico em que o PT foi formado permite, de alguma maneira, caracterizá-lo como *novo*. No entanto, não podemos negar suas heranças culturais e nem analisá-lo como uma ruptura, em todos os sentidos, em relação aos outros partidos. Existe na constituição do partido, uma ênfase na afirmação do *novo* e uma persistente negação das tradições culturais, afinal era necessário construir o PT sem a idéia de que o *novo* poderia reconstruir o velho, porém, em situações históricas diferentes: “(..) a *novidade* que o PT representa é, de fato, relativa, pois combina continuidade e descontinuidade, ruptura e tradição, o *velho* integrado no *novo*”¹³³.

Marcelo Badaró Mattos ¹³⁴ ressalta que o PT surgiu com um discurso de ser um novo partido, principalmente, em relação ao PCB e às organizações de esquerda dos anos 1960, e um novo partido em relação à experiência internacional. Portanto, negava ser partido stalinista, comunista típico, partido social-democrata: “Pode-se dizer que o PT exagerou na afirmação de sua novidade” ¹³⁵. Explica o historiador salientando que mesmo no Brasil, se analisarmos o ressurgimento do PCB na redemocratização de 1945, notamos que ele tem muita semelhança com o surgimento do PT e a sua trajetória no início dos anos 1980. Então a novidade não era tão grande assim.

¹³² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Introdução à história dos partidos políticos brasileiros. **Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.**

¹³³ SILVA, Antonio Ozaí da. **Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e descontinuidades**, p. 94.

¹³⁴ Entrevista publicada em DEMIER, **As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil.**

¹³⁵ DEMIER, **As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil**, p.104.

Francisco de Oliveira também critica essa “novidade” que o PT afirma, ao relatar certas semelhanças deste com o PCB ¹³⁶. Essa rejeição, diz o autor, é originária da falta de cultura política socialista dos militantes petistas, e do desconhecimento da anterior história do movimento operário brasileiro e suas projeções nos partidos políticos. O Partido Comunista do Brasil – denominação original do atual PCB – constituiu o primeiro partido de origem operária, no cruzamento com alguns intelectuais e membros de uma incipiente classe média no Brasil dos anos vinte, segundo Oliveira:

O PC brasileiro contou, durante alguns períodos, com importante participação operária, manteve fortes influências no movimento sindical, e nunca deixou de se reclamar a exclusividade da representação da classe operária brasileira ¹³⁷.

O PT aparece, portanto, para o autor, como continuador do PC brasileiro, em sua versão inicial. Isto é, o PT recoloca a “questão operária” (em situação econômica, política, social e cultural radicalmente diferente) colocada pelo PC brasileiro nos anos vinte. Francisco de Oliveira ainda afirma que os intelectuais petistas rejeitam a história anterior porque acham que o próprio PCB nunca foi suficientemente obreirista, sectário, stalinista e revolucionário para merecer os lauréis de partido da classe operária brasileira.

Todavia, o PC brasileiro possuiu uma concepção política oscilante, um oportunismo, virando-se ora para um revolucionarismo sem base social, ora para alianças à direita que terminaram por destruir a relação de identidade entre o partido e a classe que dizia representar. Não se pode negligenciar, e que seria um dos principais elementos que diferencia a história do PT do PCB, é que o último surgiu sem base social organizada.

¹³⁶ OLIVEIRA, Qual é a do PT?

¹³⁷ OLIVEIRA, Qual é a do PT?, p. 10.

Um outro autor que debate essa questão e reafirma a novidade petista é Alexandre Fortes em *Reflexões sobre o lugar do PT na história da esquerda brasileira*. Para ele, o PT é singular em relação às experiências de outros períodos históricos ou às demais forças políticas de esquerda que lhe foram ou são contemporâneas, pois a própria natureza do Partido dos Trabalhadores é marcada indelevelmente pelo fato de ele ser a primeira organização nacional da esquerda brasileira construída num período em que foi possível a atuação política legal continuada. No entanto, isso não explica o fato do PCB não haver sido expressivo e possuído um papel importante na formação e conscientização da classe operária como também lutado pela sua representação.

Reconhece Alexandre Fortes que há um paralelo entre a emergência do PT e alguns momentos da história do Partido Comunista Brasileiro (PCB), mas o autor salienta a necessidade de perceber que os militantes operários e populares comunistas jamais chegaram a ter primazia na definição das políticas do seu partido. Talvez pelo fato do PT haver surgido em um contexto histórico diferenciado, num momento em que se verificavam presentes novos atores sociais inseridos em movimentos populares e sindicais, possa se justificar a posição de Alexandre Fortes. Além disso, a democracia interna do PT é caracterizada também pela existência de tendências diferenciadas no partido, não somente pela participação efetiva dos trabalhadores.

Afirma ainda Fortes que os petistas denunciaram “(...) o stalinismo, a ausência de democracia interna, a ortodoxia teórica e a falta de autonomia na relação com movimentos sociais que caracterizavam o comunismo”¹³⁸. De fato, o partido construiu um discurso contra essa política, mas ao longo de seu crescimento

¹³⁸ FORTES, *Reflexões sobre o lugar do PT na história da esquerda brasileira*, p. 210.

acabou por assimilar algumas características da política que tanto criticava. Antonio Ozaí argumenta que quando o partido priorizou o institucional em detrimento da mobilização social, e estabeleceu uma política de alianças que perdeu de vista a necessidade de manter o perfil diferenciado da agremiação, e passou a ter uma ação governamental centrada no administrativo, acabou por transformar o PT num partido tradicional ou stalinista ¹³⁹.

O Stalinismo foi rejeitado pelo PT devido às circunstâncias, que não possibilitava nada algo diferente do pluripartidarismo, embora o Partido dos Trabalhadores apresentava-se como a solução única, ou seja, o único partido capaz de resolver os problemas que a classe trabalhadora apresentava.

No que se refere à falta de autonomia dos movimentos sociais, pode-se destacar de que eles tendem a ser, regra geral, rebeldes no início com intensa participação popular, no entanto, há momentos de cristalização das estruturas, de burocratização, no qual a única solução é apenas ouvir o discurso de cima, que acaba por dificultar a autonomia da classe trabalhadora ou mesmo dos movimentos sociais. Sidnei Munhoz em *Movimentos Sociais e Organizações: da rebeldia ao conservadorismo*¹⁴⁰, salienta que muitas das organizações criadas por movimentos contestatórios abandonam a sua rebeldia inicial, adotando comumente posições conservadoras que contribuem muito mais para o controle e a subordinação dos trabalhadores, do que como instrumento de pressão sobre os patrões e o Estado.

¹³⁹ SILVA, Antonio Ozaí. **Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e discontinuidades.**

¹⁴⁰ MUNHOZ, Sidnei. *Movimentos Sociais e Organizações: da rebeldia ao conservadorismo.* In: **I Fórum de Pesquisa**, PGH-UEM/UEL, p. 348-351, set. 2001.

Esse processo, por exemplo, relata o autor, fez com que a prática política executada pelo *novo sindicalismo* fosse se aproximando cada vez mais do modelo de organização sindical a que ele se opunha. Conforme o movimento foi se consolidando como situação nos sindicatos, adaptou-se à estrutura sindical vigente. Em parte a renegava e a reformava, em parte adaptava-se a ela. Assim, uma parcela significativa dos sindicatos ligados à CUT tornou-se muito parecida com as antigas entidades que criticava.

Ainda que o PT tenha exagerado no discurso do novo ou do partido diferente dos restantes, ao negar qualquer tipo de herança cultural, como se isso fosse possível, a mudança de atitudes e de postura dessa agremiação é explicada também pelo seu processo de burocratização. Marcelo Badaró Mattos também numa entrevista editada explica que as idéias do Adam Przeworski no livro *Capitalismo e Social-democracia* servem de entendimento para as transformações petistas, ao declarar que os partidos social-democratas precisam fazer uma opção: ou mantêm sua base social original e os seus programas originais que apontam para mudança social e não conseguem aquilo que eles dizem querer, que é ganhar o poder por meio do voto, ou flexibilizam os seus programas, fazendo alianças para além da sua base social, chegando ao poder pela via eleitoral. Nessa perspectiva, torna-se difícil manter o mesmo compromisso com a mudança em virtude do interesse primordial pelas eleições¹⁴¹.

À medida que um partido cresce e conquista mandatos¹⁴², o aumento do número de assessores, de verbas públicas e de instituições acaba por

¹⁴¹ Publicado em DEMIER, **As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil**,

¹⁴² As eleições municipais de 1985 marcaram um momento importante que caracterizou o crescimento eleitoral do PT, no qual a legenda recebeu uma excelente votação nas principais capitais do Brasil.

burocratizar a agremiação. As pessoas passam a lutar por cargos, a se preocuparem com o poder e encontrar maneiras de se manter nele, isso faz com que outras questões como a parte social, a luta pelos ideais partidários fiquem de lado, principalmente quando a flexibilização das propostas se torna necessária e condição para a aquisição de novos mandatos.

É essencial ter em mente que só os grupos minoritários se condenam eternamente à oposição, já um partido político importante, em condições de exercer o poder, é sempre levado a articular compromissos mesmo com adversários, procurando apoio em diversos meios sociais ¹⁴³. Essa é uma provável explicação que justifica as mudanças de valores do PT, porque em algumas ocasiões ele se nega a fazer certas alianças partidárias e, em outros momentos, as alianças se concretizam de forma bem simples. Por exemplo, no 5º Encontro Nacional do PT em 1987, o Partido reafirmou seu slogan das eleições de 1986: “o PT não se funde, nem se confunde” ¹⁴⁴, declarando que a aliança não é uma questão de princípios para o PT, mas o PT só faria alianças com princípios, ou seja,

Em 1985 o crescimento eleitoral do PT em relação a 1982 foi inegável, o partido recebeu nas urnas cerca de 10% dos votos válidos do pleito nacional em disputa. Ganhou a prefeitura de Fortaleza, quinta maior capital do país, chegou em segundo lugar em Vitória, Aracaju e em Goiânia, onde até hoje afirma-se que houve fraude eleitoral, e em terceiro lugar em Porto Alegre. Na Região Norte, a votação deu um salto de 2,0% para 4,8%; na Região Sul, de 4,2% para 6,1%; na Região Nordeste, de 4,0% para 15,8%; e na Região Centro-Oeste de 1,0% para 7,1%, a Região Sudeste foi a única que teve a votação diminuída, de 88,8% para 66,2% da totalidade dos votos do partidos a nível nacional. (Dados: GARCIA, Cyro. **Partido dos Trabalhadores: rompendo com a lógica da diferença**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, 2000).

Em 1988, o partido chegou ao poder em 36 prefeituras e 3 vice-prefeituras, em aliança com outros partidos. Dentre elas, as capitais São Paulo, Porto Alegre e Vitória; as cidades do ABCD paulista, São Bernardo, Santo André e Diadema; no estado de São Paulo elegeu em Campinas, Santos e Piracicaba; além das “cidades do aço” de Minas Gerais. Outros destaques: Ronda Alta (RS), cidade que simbolizava a luta e resistência dos trabalhadores sem-terra; e a reeleição em Diadema (SP), Icapuí (CE), que expressam a aprovação a população às administrações anteriores. No final da década de 80 o partido estava consolidado e tornara-se o principal partido de oposição, com condições para disputar o governo central e se colocar como projeto político alternativo. (SILVA, Antônio Ozaí. **Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e descontinuidades**, Op. Cit., p. 8-9).

¹⁴³ BERSTEIN, Os Partidos.

¹⁴⁴ **Partido dos Trabalhadores, Resoluções de Encontros e Congressos**, Op. Cit., p.324.

com partidos que tivessem base no movimento operário e popular. Aliás, os debates sobre a questão das alianças sempre foram muito intensos no interior do Partido e refletiam posições divergentes sobre o tema. Para uns era questão de princípio não fazer alianças, para outros era necessário. Decidir por alianças num ou em outro local ou numa e noutras eleições dependia da correlação de forças no momento. A historiadora Margareth Keck na obra em que defende o PT como partido original conclui que:

O PT ainda propõe-se a representar os interesses dos trabalhadores, dos pobres e dos excluídos. A diferença é que ele não considera mais estar falando apenas a esses setores da população; ele reconhece que, para falar com eficácia em nome desses setores, deve ampliar a sua base de apoio. (P.260).

É justamente essa base de apoio ampliada a justificativa para se fazer alianças antes inimagináveis porque rompiam com os princípios petistas. Um exemplo claro disso é a eleição para presidência do Brasil em 2002, quando o PT articula alianças com o PL (partido liberal), ideologicamente do lado oposto.

Pierre Bourdieu também apresenta elementos possíveis de serem pensados no *campo político*¹⁴⁵ que podem interferir diretamente na mudança de valores culturais de um partido. Um exemplo elencado pelo autor refere-se às alianças partidárias que num momento são inimagináveis; e em outros, elas acontecem de maneira tão fácil. Por exemplo, o sociólogo salienta que o discurso político é duplo, deve atender fins internos e externos:

Os discursos políticos produzidos (...) são sempre duplamente determinados e afetados de uma duplicidade que nada tem de

¹⁴⁵ BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 3ªed. Rio e Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. O conceito de *campo político* refere-se a um espaço de práticas políticas, produção de discursos e reprodução dessas práticas; é um campo de forças, de lutas e disputas políticas.

intencional visto que resulta da dualidade dos campos de referência e da necessidade de servir ao mesmo tempo aos fins (...) das lutas internas e aos fins (...) das lutas externas ¹⁴⁶.

Aliás, o partido não pode, segundo Bourdieu, ser consagrado a virtudes exclusivas, para não se ver excluído do jogo político e da participação do poder, à medida que a política se profissionaliza, e que os partidos se burocratizam, a luta pelo poder político se torna mais intensa. Assim, a agremiação passa ter a necessidade de se adequar aos novos momentos, alterando seu programa, conseqüentemente, sua “cultura partidária”: “(...) os partidos são levados a sacrificar o seu programa para se manterem no poder ou simplesmente na existência” ¹⁴⁷. Essa é a ambigüidade política: combate por idéias e ideais, que é ao mesmo tempo um combate por poderes, e, quer se queira quer não, por privilégios ¹⁴⁸.

Bourdieu afirma que um partido muitas vezes necessita mudar o seu programa, e conseqüentemente a sua cultura, para se adequar às novas conjunturas e para se manter no poder. Não podemos negar, portanto, a conjuntura em que o partido está inserido, as relações políticas externas, o contexto político do país e as tendências que forçam uma instituição a mudar para acompanhar as transformações históricas, rompendo com antigos valores. Nessa perspectiva, é pertinente pensar o que Gramsci ¹⁴⁹ nos apresentou sobre a cultura, como um processo dinâmico, suscetível continuamente a mudanças, numa convivência, portanto, de valores culturais novos com os antigos, e nenhuma organização deixa de sofrer isso.

O fenômeno da burocratização também foi estudado por Robert Michels em seu estudo clássico *Sociologia dos partidos políticos*, no qual o autor apontou a burocratização como conseqüência inevitável do processo de expansão

¹⁴⁶ BOURDIEU, A representação política: elementos para uma teoria do campo político., p.177.

¹⁴⁷ BOURDIEU, A representação política: elementos para uma teoria do campo político., p. 196.

¹⁴⁸ BOURDIEU, A representação política: elementos para uma teoria do campo político p. 202.

¹⁴⁹ GRAMSCI, **Concepção dialética da história.**

dos partidos operários de sua época. Para além da análise histórica, Michels estabeleceu uma condenação político/moral do processo, em que “o burocratismo é o inimigo declarado da liberdade individual, de toda iniciativa corajosa em matéria de política interna”¹⁵⁰. Para ele, a dependência em relação às autoridades superiores acaba por sufocar a personalidade entre a média dos empregados e contribui para imprimir à sociedade inteira um rótulo extremamente pequeno-burguês. Assim, a burocratização seria uma “teoria das elites”, e o partido político à medida que cresce, inevitavelmente, se burocratiza, um fenômeno que Michels chamou de “lei de ferro da oligarquia”.

Em decorrência da análise feita acerca dos “ideais” petistas, podemos inferir que a burocratização do PT decorreu, precisamente, do fato do partido haver abandonado o seu programa socialista e democrático original e, cada vez mais, tornado-se uma máquina para o controle do poder de Estado. O principal elemento de burocratização do partido, no sentido de Robert Michels, é a poderosa máquina partidária, que, em torno dela, gravitam empregos, interesses materiais concretos¹⁵¹. O PT à medida que atingiu um espaço importante na política brasileira passou a usufruir dessa máquina.

Para Florestan Fernandes, o ano de 1989 foi um marco do crescimento eleitoral e de amplitude da base social petista, que se estendeu na década de 1990:

O ano de 1989 pode ser considerado o “ano do PT”. Aquele no qual o partido reuniu as condições objetivas para o seu amadurecimento organizativo e teórico. Não que alcançasse sua plenitude nas duas direções: conseguiu ser testado positivamente em ambas¹⁵².

¹⁵⁰ MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Ed. UNB, 1982, p.106.

¹⁵¹ MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**,

¹⁵² Florestan Fernandes. “O ano do PT”. **Folha de São Paulo**, 08/01/1990.

Esse mesmo período foi estudado por Cyro Garcia na sua dissertação de mestrado, em que o autor evidenciou a mudança de perfil da composição social do partido. Segundo Garcia, na década de 1990 verificou-se que os professores universitários constituíam o maior segmento no interior do PT, e os dirigentes estavam ligados às atividades econômicas do setor terciário, de serviços. Isso mostra que os níveis de renda acompanharam, em sua progressão, os níveis de ascensão na hierarquia partidária ¹⁵³.

Nesse contexto, o Partido dos Trabalhadores não foi neutro em relação às transformações de comportamento da sociedade perante o Estado, ou seja, em relação às mudanças políticas ocorridas na década de 1990. Com a mudança de contexto sócio-político e econômico nos anos 1990, o discurso radicalizado abriu espaço para o discurso da negociação. As relações políticas foram alteradas devido à incorporação de uma sociedade civil que passou a ter uma postura mais propositiva em relação ao Estado, tomando algumas responsabilidades deste sob o termo do princípio da solidariedade. Nessa perspectiva, a política não é mais um campo de contestação, mas de negociação, e o Estado não é mais o único responsável pelos problemas sociais, ele passa a dividi-los com a sociedade. Em termos de longa duração, essa perspectiva desemboca no abandono da luta de classes.

É claro que essa mudança influenciou diretamente as relações partidárias, e o PT sofreu e tem sofrido essas modificações. Sua cultura, assim como suas práticas políticas, foram se alterando com a intenção de se adequar às novas configurações políticas.

¹⁵³ Ver: GARCIA, Cyro. **Partido dos Trabalhadores: rompendo com a lógica da diferença**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, 2000.

Nas décadas de 1970 e 1980 o Brasil contou com a construção de novas sociabilidades e de novos mecanismos de gestão de políticas públicas que foram conquistas alcançadas através de uma ampla participação dos movimentos sociais. Exemplos disso foram as articulações como a luta pela Anistia; o movimento contra o aumento do custo de vida nos anos 1970; o movimento pelas Diretas-Já no início dos anos 1980; a campanha pela participação popular na elaboração da Constituição de 1988; e o movimento pró-impeachment do presidente Collor no início dos anos 1990.

No entanto, esse quadro foi alterado. O contexto de combatividade que caracterizou o quadro dos anos 1970 e 1980 redimensionou-se, nos anos 1990, configurando um novo cenário associativista no país. Esse novo momento foi composto por uma maior disponibilidade dos atores da sociedade negociarem com o Estado, demonstradas por experiências de parceria atualmente entre Estado e atores da sociedade civil, uma tendência à institucionalização dos movimentos e das ONGs ¹⁵⁴.

O processo de globalização, juntamente com a política neoliberal, que favorece apenas o capital financeiro, nacional, internacional, e as grandes corporações que se dedicam às exportações, contribuem para o aprofundamento cada vez mais da pobreza, da desigualdade social e da miséria. A principal característica é a integração dos mercados mundiais com a exploração de grandes empresas multinacionais. Junta-se a isso a grande revolução tecnológica e a uniformidade das informações. Com isso, os países passam a interagir não só na economia e na política, como também na cultura. Nesse contexto, os partidos

¹⁵⁴ Sociedade Civil e Democracia: reflexões sobre a realidade brasileira. Idéias, **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, Universidade Estadual de Campinas, 1998-99.

perdem a sua autonomia, e os dirigentes políticos passam a administrar segundo essa lógica, ou seja, seguindo os ditames econômicos e políticos estabelecidos internacionalmente.

É totalmente relevante destacar ainda que nesse novo cenário político, como no meio acadêmico, está presente a incorporação de um novo conceito que traduz as relações políticas estabelecidas a partir da década de 1990, o terceiro setor. O Terceiro setor faz *contraponto às ações do governo* – os bens e os serviços públicos resultam não apenas da atuação do Estado, mas também de iniciativas particulares. Isso implica em alterações na cultura cívica do país, desdobrando novos modos de conduzir as políticas públicas. Ainda, faz *contraponto às ações do mercado* – abre o campo dos interesses coletivos para a ação individual. O mercado não satisfaz as necessidades e os interesses manifestados, uma parte substancial das condições que viabilizam o mercado precisa ser atendida por investimentos sem fins lucrativos. O Terceiro setor *projeta uma visão integradora da vida pública*, ao enfatizar a complementaridade que existe entre ações públicas e privadas ¹⁵⁵.

Assim, o governo está desaparecendo da vida das comunidades ¹⁵⁶, o seu papel é cada vez menos importante, ao passar a delegar verbas e programas.

¹⁵⁵ FERNANDES, Rubem César. O que é o terceiro setor? In: **3º Setor: Desenvolvimento Nacional Sustentado**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

¹⁵⁶ Vale destacar de que no Brasil, o governo nacional (Lula: 2003-2006) possui uma política assistencialista, como o programa Fome Zero, um conjunto de políticas e ações do governo que se propõe a garantir o direito ao alimento de qualidade com o apoio de entidades e organizações sociais. Assim, o papel do Estado não é tão enxuto como a academia aponta. Através da implementação de programas de transferência de renda, o governo começou a lançar as bases de um novo tipo de apoio, agora assentado no segmento de mais baixa renda do país. Há quem diz que essa política constitui as bases de um “novo populismo”, no qual o governo Lula necessita, para poder se manter no poder, construir uma base de sustentação política confiável (e por isso sólida), o que somente pode ser feito a partir da população mais pobre e com menos experiência organizativa. (Ver: MENDES, Áquilas & MARQUES, Rosa M. *O social no governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal*. In: **Revista de Economia política**, São Paulo, vol. 26, n.01, jan/março de 2006).

O mercado está cada vez mais globalizado e não interno, a responsabilidade da vida cívica passará a ser dele e do setor não governamental. Por conseguinte, o Partido dos Trabalhadores teve que se adequar.

CAPÍTULO 2 - A HISTÓRIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES A PARTIR DOS SEUS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS: GRUPOS DE ESQUERDA, IGREJA, MOVIMENTOS SOCIAIS, GREVES, NOVO SINDICALISMO.

2.1 Partido dos Trabalhadores: apontamentos sobre a sua origem.

O processo de redemocratização no Brasil, iniciado no governo do general Ernesto Geisel em 1974, teve seu efetivo estabelecimento na promulgação da Carta Constitucional de 1988. No entanto, as greves, os movimentos sociais, a luta pela Anistia e pelas Eleições Diretas contribuíram para esse processo. A manutenção do bipartidarismo havia se tornado inconveniente para o estabelecimento da democracia, assim sob pressão das forças políticas opositoras, o governo enviou ao Congresso um projeto de reforma partidária, aprovado em dezembro de 1979, que previa a extinção dos partidos existentes (ARENA e MDB) e a regulamentação de novas agremiações políticas. Isso se fez necessário, salienta Olavo B. de Lima Junior, porque a redemocratização requereu como um de seus principais condutos um novo sistema de partidos políticos efetivos, representativos e legítimos ¹⁵⁷.

O Partido dos Trabalhadores foi originado por homens que participavam dos movimentos sociais, de outros grupos e partidos de esquerda, da igreja, dos sindicatos. O que diferencia é que o PT abrigou sindicalistas e cristãos, e uma figura carismática como Luís Inácio Lula da Silva, além de que a formação desse partido deve-se, essencialmente, pela ação dos sindicatos, conhecidos como

¹⁵⁷ LIMA JR., Olavo Brasil de. **Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

novo sindicalismo. E nessa perspectiva, embora com origens semelhantes a outros partidos, o PT teve sua especificidade.

A fundação do Partido dos Trabalhadores e a leitura do manifesto do partido aconteceram na data de 10 de fevereiro de 1980 no Colégio Sion. No entanto, o processo para a constituição da agremiação – até chegar na sua fundação – passou por discussões, brigas e lutas de intelectuais, de setores da classe média e pequenos empresários e da classe trabalhadora.

O surgimento do PT só pode ser compreendido no contexto da intensa mobilização social que se espalhou do ABCD para o país todo entre 1978 e 1989: “Em (...) 1978 o panorama político brasileiro mudou. As greves começaram (...) em São Bernardo e se alastraram pelo estado de São Paulo, trouxeram a classe operária (...) e seus dirigentes sindicais para o centro do cenário brasileiro”¹⁵⁸. A paralisação da Scania, por exemplo, nos relata André Singer, conduzida por um metalúrgico da geração de Lula, Gilson Menezes, gerou uma reação em cadeia, que fez pipocar greves por todo o ABCD. A onda depois se alastrou para São Paulo e Osasco. Justamente quando essa onda grevista se espalhava por São Paulo, ocorria um debate sobre a formação de partidos¹⁵⁹. Estimuladas pela perspectiva da reforma partidária e pelas greves, iniciativas diversas, que terminaram por fundir-se no PT, despontam no decorrer de 1978. Políticos, intelectuais, lideranças e grupos de esquerda afluem ao sindicato de São Bernardo, num movimento “Por um Partido dos Trabalhadores” ou “Por um Partido Operário”.

¹⁵⁸ FARIA, Marcos Moutta de. **PARTIDO SOCIALISTA OU PARTIDO DOS TRABALHADORES?** Contribuição à História do Trotskismo no Brasil. A experiência do Movimento Convergência Socialista. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Programa de Pós-Graduação em História, Comparada, 2005. Dissertação de Mestrado em História Comparada, p. 113.

¹⁵⁹ SINGER, O PT.

No entanto, o pequeno grupo que levou diante a proposta do PT foi: Lula do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo; Jacó Bittar; Olívio Dutra do Sindicato dos Bancários; José Cicote do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André; Paulo Skromov; Henos Amorina do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco; e Wagner Benevides, presidente do sindicato de Petroleiros de Minas Gerais ¹⁶⁰. Entre os professores universitários que se aproximaram do PT, havia um que, transitava da academia para o congresso: o suplente de senador pelo MDB de São Paulo, Fernando Henrique Cardoso, eleito em 1978, com o apoio de Lula no ABCD. FHC fazia parte de uma articulação que envolvia, entre outros, políticos como o deputado estadual do MDB paulista Eduardo Suplicy e o ex-ministro do Trabalho Almino Affonso. Além desses, havia também os intelectuais Francisco Weffort, José Álvaro Moisés e Paul Singer, como também alguns políticos de grupos de esquerda:

Além de adesões individuais, o PT receberia o ingresso de uma porção de grupos clandestinos de orientação leninista, alguns deles remanescentes da experiência da luta armada. De 1979 a 1981, a Ação Popular (AP), o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), o que havia restado da Ação Libertadora Nacional (ALN), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e o Partido Revolucionário Comunista (...) decidem ingressar no PT ¹⁶¹.

É importante entender que os trabalhadores na década de 1970 e 1980 passaram a desempenhar um papel ativo no debate sobre a elaboração de um partido. As aspirações e reivindicações da classe trabalhadora deixaram de se constituir em mero debate entre intelectuais e ganharam contornos de pauta nas discussões entre grupos cada vez mais organizados ¹⁶².

¹⁶⁰ SINGER, **O PT**.

¹⁶¹ SINGER, **O PT**, p. 26.

¹⁶² FARIA, **PARTIDO SOCIALISTA OU PARTIDO DOS TRABALHADORES?**

Os sindicalistas tiveram importância primordial no interesse em organizar uma agremiação para os operários ou para os trabalhadores, conforme já foi relatado por André Singer. Isso se deve, principalmente, à idéia construída acerca dos sindicalistas conhecidos como “autênticos”, ligados às propostas reivindicativas, que propunham o aumento de salário e a constituição de sindicatos autônomos. Esse grupo formou-se em oposição à cúpula da estrutura sindical na realização do V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) em julho de 1978 no Rio de Janeiro. No entanto, o grupo dos sindicalistas autênticos incluía, segundo a visão de alguns, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão: “O Joaquinzão apesar de ser um burocrata, era uma pessoa muito tratável, muito educado com os companheiros de outros sindicatos. E fazia parte do movimento intersindical que tínhamos, do grupo dos autênticos” ¹⁶³ (depoimento de Paulo Skromov). Por um outro lado, Joaquinzão era identificado como sindicalista pelego do Sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, e sua oposição sim era caracterizada como autêntica, pertencente ao chamado *novo sindicalismo*.

Havia ainda uma outra articulação com a intenção de formar um partido político, integrada por Joaquinzão e visava à constituição de um “partido social trabalhista”, composto por dirigentes sindicais a partir de um convite feito por políticos da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), dentre eles o Secretário do Trabalho de São Paulo, Malufy Neto. E também existia uma terceira articulação conhecida como sindicalistas combativos, tendo como membro principal, o próprio Lula ¹⁶⁴.

¹⁶³ HARNECKER, Marta. **O sonho era possível**. São Paulo: Casa América Livre, 1994, p.73.

¹⁶⁴ FARIA, **PARTIDO SOCIALISTA OU PARTIDO DOS TRABALHADORES?**

Aliás, antes mesmo dessas propostas surgirem, Fernando Henrique Cardoso havia feito propaganda a respeito da formação de um Partido Popular que deveria se apoiar sobre os movimentos sociais que estavam sendo organizados no Brasil. Em 1978, Cardoso se convenceu de que o MDB poderia ser transformado nesse partido popular.

Lula possuía certas hostilidades em relação aos estudantes, às organizações de esquerda e ao Movimento Convergência Socialista ¹⁶⁵, aliás este último, segundo alguns sindicalistas, não era bem visto porque a Convergência Socialista possuía estigma de organização radical e subversiva, enquanto a proposta de criação do Partido dos Trabalhadores esteve mais fortemente identificada com o MCS ela não foi bem recepcionada por algumas organizações da esquerda revolucionária. Já em relação aos estudantes, declara Lula:

quando os estudantes resolveram fazer, outro dia, um ato público para angariar esmolas para a classe trabalhadora eu fiz uma nota oficial - que fossem dar esmola para a mãe deles. [...] Eu sou malvisto por alguns estudantes porque eu não acredito na aliança estudante-trabalhador. [...] Eu tenho certeza de que o movimento da classe trabalhadora é muito mais sério. [...] a melhor maneira de os estudantes ajudarem a classe trabalhadores seria eles ficarem dentro das universidades ¹⁶⁶ (Luís Inácio Lula da Silva).

Já os setores sociais com os quais o Movimento Convergência Socialista procurou estabelecer uma luta pela formação de um Partido Socialista com o movimento estudantil, com as organizações de esquerda, intelectuais e

¹⁶⁵ O movimento Convergência Socialista (MCS) foi fundado em 1978 por iniciativa da clandestina organização trotskista Liga Operária. Sua intenção era organizar um movimento de unidade política dos socialistas brasileiros com vistas à legalização de um amplo e democrático partido socialista como forma de superar o bipartidarismo (Arena e MDB). Havia consenso na CS de que se deveria apoiar a formação do PT por ele representar a expressão das experiências concretas vividas pela classe trabalhadora. Depois de maio de 1979, a Convergência se afastou da convivência e não participou ativamente do PT até 81, até o início do processo de legalização, e acabou por ser expulso do partido em 1992 e assumir identidade autônoma como Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU). Ver: Faria, Op. Cit.

¹⁶⁶ FARIA, **PARTIDO SOCIALISTA OU PARTIDO DOS TRABALHADORES?** p. 130.

personalidades políticas. O Movimento Convergência Socialista apoiou várias candidaturas nas eleições para o legislativo em 1978 que se comprometeram com o apoio à fundação de um partido socialista. Destacou-se a de Benedito Marcílio, presidente do sindicato dos metalúrgicos de Santo André, que foi eleito deputado federal nas eleições de 1978 ¹⁶⁷. A pedido do candidato, de Partido Socialista passou-se a Partido dos Trabalhadores, como declarou José Maria de Almeida: “O Marcílio falou: Olha, o trabalhador ainda não sabe o que é socialismo! Porque a gente não propõe organizar um Partido dos Trabalhadores” ¹⁶⁸.

Somente a partir do segundo semestre de 1978, explica Farias, é que o Lula declarou-se favorável à criação de um novo partido político que deveria refletir intensamente as reivindicações e as lutas dos trabalhadores e, principalmente, ser controlado por eles. Em finais de 1978, a proposta de criação de um partido dos trabalhadores, que durante a campanha eleitoral havia sido veiculada apenas pelo comitê eleitoral do Benedito Marcílio, tornou-se hegemônica no MCS e foi apresentada no Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo realizado em janeiro de 1979 na cidade de Lins.

O congresso de Lins foi convocado para unificar as lutas que os metalúrgicos deveriam promover durante o ano de 1979 no estado de São Paulo. Reuniu os dirigentes sindicais com a proposta de promover a unidade de todos os sindicatos de metalúrgicos de São Paulo, incluindo desde os dirigentes considerados mais combativos, como Lula de São Bernardo do Campo, até aqueles considerados mais pelegos pela oposição sindical, como Joaquinção, de São Paulo e Henos

¹⁶⁷ FARIA, **PARTIDO SOCIALISTA OU PARTIDO DOS TRABALHADORES?**.,

¹⁶⁸ FARIA, **PARTIDO SOCIALISTA OU PARTIDO DOS TRABALHADORES?**, p. 135.

Amorina, de Osasco¹⁶⁹. Portanto, não foram somente membros do chamado *novo sindicalismo* que participaram da formação de um partido que fosse dos trabalhadores, mas também sindicalistas criticados por aqueles, que traduziam o oposto do sindicato autônomo.

Foi nesse mesmo congresso que houve a primeira decisão coletiva expressa publicamente pela criação do PT. A proposta foi lançada formalmente através de um texto elaborado por um grupo de trabalhadores, do qual se destacava Benedito Marcílio, líder dos Metalúrgicos de Santo André e ligados ao grupo de esquerda Convergência Socialista¹⁷⁰.

O documento com a proposta da criação do Partido dos Trabalhadores, conhecida como tese Santo André-Lins, começava denunciando os governos autoritários, e conseqüentemente, o capitalismo. As propostas do PT passavam pela necessidade de conscientizar e mobilizar os trabalhadores, para esses forçarem uma modificação na estrutura política. Assim, propõe o Partido dos Trabalhadores:

democratização dos sindicatos;

que se lance um manifesto, por este congresso, chamando todos os trabalhadores brasileiros a se unificarem na construção de seu partido, o Partido dos Trabalhadores¹⁷¹.

Após o congresso, o presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade, propôs em fevereiro de 1979 que se

¹⁶⁹ HARNECKER, **O sonho era possível.**

¹⁷⁰ MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido 1979-1982.** São Paulo: Paz e Terra, 1989.

¹⁷¹ Faria, **PARTIDO SOCIALISTA OU PARTIDO DOS TRABALHADORES?**

iniciasse a coleta das assinaturas necessárias para iniciar o processo de legalização do PT ¹⁷². A presença desses dirigentes sindicais inibia a participação das oposições sindicais, sobretudo a que era organizada pelos metalúrgicos da cidade de São Paulo. Embora tivesse esse empecilho, havia um movimento no PT que procurava convocar esses trabalhadores. Isso nos permite concluir que houve certos equívocos na historiografia existente acerca da formação do Partido dos Trabalhadores. Em vários momentos, e de forma significativa, a idealização desse partido e as práticas que pudessem viabilizar o projeto contou com alguns sindicalistas pelegos da época, o que afastava a participação de alguns setores das oposições sindicais.

O segundo passo foi formar uma Comissão Provisória que deveria redigir a Carta de Princípios e encaminhar as questões referentes à fundação do PT. Essa comissão foi composta por Jacó Bittar (Sindicato dos Petroleiros de Campinas), Paulo Skromov (Sindicato dos Couros de São Paulo), Henos Amorina (Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco), Wagner Benevides (Sindicato dos Petroleiros de Belo Horizonte), Robson Camargo (sindicato dos Artistas de São Paulo): “A Carta, polemizando com as diferentes propostas partidárias, procura ressaltar a essência classista do PT em oposição aos partidos controlados pela burguesia” ¹⁷³. Uma proposta de defender a unidade política das oposições em torno do MDB foi discutida na Carta de Princípios. Além disso, a Carta de Princípios era “uma consolidação do que vínhamos discutindo, debatendo sobre o que seria o Partido dos Trabalhadores. Para quê? Como ele funcionaria? Que visão tinha do país, dos movimentos sociais? (...)” ¹⁷⁴.

¹⁷² Faria, **PARTIDO SOCIALISTA OU PARTIDO DOS TRABALHADORES?**

¹⁷³ Faria, **PARTIDO SOCIALISTA OU PARTIDO DOS TRABALHADORES?** p. 148.

¹⁷⁴ Depoimento Olívio Dutra. HARNECKER, **O sonho era possível.**, p.66.

O novo partido formado, logo no seu surgimento deveria reunir, além dos operários fabris, “os movimentos sociais, os trabalhadores não envolvidos diretamente com a produção fabril e os profissionais liberais”¹⁷⁵. Todavia, reafirmava, pelo menos em discurso, um certo repúdio em relação aos burgueses e aos seus representantes.

Logo no início da formação do PT, houve a idéia de tomar o Partido Trabalhista Inglês como modelo para a organização dessa agremiação no Brasil. Esse foi realmente um traço marcante nas elaborações da Convergência socialista desde as formulações produzidas pela Liga Operária¹⁷⁶. Contudo, a legislação brasileira vetava as filiações coletivas das quais estabelecia que todos os filiados do sindicato seriam automaticamente filiados ao partido. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, Henos Amorina, havia se declarado favorável a que o PT assumisse um perfil parecido ao do Partido Trabalhista na Inglaterra, foi um dos defensores da proposta de construir um partido profundamente ligado aos sindicatos. Essa idéia não foi colocada em prática, assim que formado e legalizado o Partido, as propostas e os discursos salientavam a separação do sindicato do partido, como elementos independentes, os sindicalizados tinham toda liberdade de escolher qual partido iriam se filiar.

Em relação à participação da Convergência Socialista na formação do PT, Marcos Moutta de Faria declara que a organização se orgulhava em ter exercido atividades nas articulações pela criação do partido e percebia seu nascimento como uma vitória histórica dos trabalhadores brasileiros. “(...) no entanto, a consciência de desempenhar um papel secundário na condução do PT pareceu

¹⁷⁵ HARNECKER, **O sonho era possível**, p. 151.

¹⁷⁶ HARNECKER, **O sonho era possível**.

haver abatido a organização e instaurado um período de crise interna (...)”¹⁷⁷. E acabou por encontrar divergências no interior da agremiação, por possuir posições mais radicais, atuar numa política mais revolucionária e na defesa do socialismo. A burocratização partidária e as mudanças de valores originais que o PT acabou por sofrer gerou um processo de tensões que culminou na expulsão da Convergência Socialista, que se desligou da instituição em 1992, formando uma entidade autônoma conhecida como Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados¹⁷⁸.

A historiadora Margareth Keck salienta que o Partido dos Trabalhadores deveria ser um canal através do qual esses grupos poderiam organizar-se e participar politicamente, transformando a visão dominante da política como esfera de atividade de elite em uma nova concepção de construção de uma democracia de base¹⁷⁹. Por isso, os movimentos sociais e populares, a Igreja Católica, políticos descontentes que pertenciam a grupos e partidos de esquerda e intelectuais tomaram a iniciativa de se adentrarem no PT.

Em relação aos setores sociais que contribuíram para a constituição do Partido dos Trabalhadores, André Singer e Lúcio Kowarick mostram que “(...) trata-se de um partido com grande número de militantes que (...) ajudou a construir os movimentos sindicais e populares e ao mesmo tempo foi por eles construído”¹⁸⁰. Explica ainda que poucos são os parlamentares que ingressaram no PT no momento de sua criação e vários foram os grupos e orientações ideológicas nele presentes: católicos que bebem nas águas da Teologia da Libertação, social-democratas

¹⁷⁷ Faria, **PARTIDO SOCIALISTA OU PARTIDO DOS TRABALHADORES?** p. 161.

¹⁷⁸ A Convergência Socialista não respeitava a disciplina interna prevista pela regulamentação de tendências no PT desde o quinto encontro.

¹⁷⁹ KECK, Margareth. **PT: a lógica da diferença. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira.** Tradução de Maria Lucia Montes. São Paulo: Ed. Ática, 1991.

¹⁸⁰ SINGER, André & KOWARICK, Lúcio. A experiência dos Partidos dos Trabalhadores em São Paulo. In: KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 281.

radicais e grupos que seguem a tradição marxista-leninista. Alguns se pautaram nas várias versões trotskistas ou até maoístas e muitos são ideologicamente ecléticos. Outros eram adeptos aos revolucionários vividos a experiência da guerrilha. É forte a presença de grupos dissidentes do Partido Comunista Brasileiro, como também de um ideário socialista não comunista e anti-soviético, freqüentemente marcado por uma visão instrumental das instituições políticas e da própria democracia: “(...) Não raro, (...) e até hoje é comum a existência de ferrenhos conflitos entre as diversas tendências e grupos presentes no PT” ¹⁸¹.

O PT, portanto, surge com a intenção de questionar o governo militar, estabelecer a democracia, representar os trabalhadores através de um sindicalismo autêntico e autônomo: “os novos atores, que auxiliaram em sua criação, viam no PT, ainda que de forma variada, o verdadeiro instrumento de representação política dos trabalhadores” ¹⁸². Nesse sentido, o Partido se apropriou de todas as matrizes discursivas da época - cristianismo das comunidades de base; marxismo; *novo sindicalismo* – assim como teve uma relação íntima com os movimentos sociais, e reelaborou essas mesmas matrizes a partir da experiência e das lutas políticas.

Eder Sader observa que essas práticas sociais só foram possíveis graças às matrizes discursivas, entendidas como modos de abordagem da realidade, implicando diversas contribuições de significados, e para isso, o autor propõe três: a *teologia da libertação*, que emerge nas comunidades da Igreja e tem raízes mais fundas na cultura popular; a *crise marxista* nos grupos de esquerda, que

¹⁸¹ SINGER & KOWARICK, A experiência dos Partidos dos Trabalhadores em São Paulo p. 280.

¹⁸² SANTANA, Marco Aurélio. Política e História em Disputa: o “novo sindicalismo” e a idéia da ruptura com o passado. In: RODRIGUES, Iram Jácome (org.). **O novo sindicalismo – vinte anos depois**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

traz um corpo teórico elaborado a respeito dos temas de exploração e da luta sob e contra o capitalismo; e a matriz *sindicalista* que extrai sua força do lugar institucional em que se situa e gerencia conflitos trabalhistas ¹⁸³.

É importante conhecer essas matrizes discursivas, pois elas ocasionaram um processo de conscientização e politização sobre a massa, influenciando os movimentos que elaboraram e mesclaram essas diretrizes em seu processo de constituição.

2.2 O PT e as organizações de esquerda.

Numa busca de alternativas políticas para enfrentar a ditadura, houve uma radicalização geral das organizações de esquerda, inclusive de grupos provenientes de setores dito populistas, conduzindo ao fracionamento orgânico do PCB, com a multiplicação de grupos e organizações (Ação Libertadora Nacional – ALN; Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR-8; Vanguarda Popular Revolucionária – VPR; Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR), além de outros grupos menores, frutos de cisões e reagrupamentos, mesclando antigos trotskistas e setores do PCB e do PC do B. Ainda assim, com exceção do PCB e de alguns setores trotskistas, a esquerda se lançou a variadas formas de luta armada no período que vai de 1967-1974 ¹⁸⁴.

A derrota da luta armada juntamente com a morte de alguns militantes sob a repressão brutal, leva a uma fase de revisão e de reflexão crítica sobre o papel da esquerda, que coincide com o movimento democrático e popular

¹⁸³ SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e luta dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)**.

¹⁸⁴ **Socialismo em debate (1917-1987)**. Setor de Publicações – Instituto Cajamar, 1988. (Coleção Universidade Livre dos Trabalhadores).

que exigia o fim do regime militar. O ápice da luta pela democracia esteve nas greves operárias do ABC, iniciadas em 1978, um processo que acabou por desembocar na formação do Partido dos Trabalhadores em 1980. De um lado, permaneceram atuando os dois PCs (PCB e PC do B), do outro, outras organizações menores, a grande maioria abrigada no interior do PT.

Nesse sentido, evidentemente, que o Partido enfrentou problemas em fundir, numa única instituição, correntes de oposição com experiências políticas variadas: Todas elas possuíam, e em alguma medida ainda possuem, vícios de origem, concepções ideológicas e políticas e práticas diferentes”¹⁸⁵. Wladimir Pomar ainda completa seu raciocínio afirmando que o dia em que no PT não existirem divergências de opinião e condições para debatê-la, será um partido morto.

Seria mais que imprescindível entender como foi a adesão desses grupos de esquerda no PT, quais eram e como atuavam esses grupos. Afinal, essas organizações influenciaram a formação da cultura política petista.

Na sua obra *O sonho era possível*, Marta Harnecker faz um trabalho no qual conta a história do Partido dos Trabalhadores a partir dos depoimentos de seus protagonistas. Assim, os militantes e fundadores do partido relatam a experiência dos grupos de esquerdas na agremiação. Ao questionar os militantes sobre a afirmação de que o PT preencheria um vazio na esquerda brasileira devido às contínuas cisões, dissidências, e à crise advinda da luta armada, Paulo Skromov responde:

¹⁸⁵ POMAR, Wladimir. **Quase lá: Lula, o susto das elites**. São Paulo: Editora Brasil Urgente, 1990, p. 24.

Não é tanto. Na verdade, quando o PT surge, as organizações de esquerda estavam num processo de franca recuperação. É claro que tinha um outro quadro de siglas, de organizações, as correntes tinham se reciclado no exílio, na volta do exílio. Mesmo antes do retorno dos exilados já havia uma reanimação muito forte de movimento de esquerda no Brasil ¹⁸⁶.

A Ação Popular, relata-nos Jorge Almeida, foi fundada no início da década de 1960, originária de organizações juvenis da Igreja Católica, principalmente a JEC e JUC. Um dos seus principais fundadores foi o Herbert de Souza, o Betinho. A partir do golpe de 1964, passa a ser maoísta e ter como característica o anticlericalismo, sendo uma das condições para pertencer à organização, o ateísmo. Em 1968, a organização passa a se chamar Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil (APML). Com o surgimento das propostas em formar um Partido dos Trabalhadores, a organização vivia um momento grande de crise. Em meados de 1979, quando ficou claro que a proposta do partido popular era inviável, o comitê central reuniu-se para definir uma posição e a maioria decidiu se incorporar ao Movimento Pró-PT. Uma menor parte, basicamente localizada em São Paulo, defendia a entrada no MDB, e ficou caracterizada como *direita*. Os que defendiam o PT também se dividiam em duas posições: uma *esquerda*, adepta ao lema de que PT era partido de classe, mais claramente definido numa perspectiva socialista e revolucionária; e um *centro*, que defendia o PT como um partido popular, mais amplo e mais voltado para a institucionalidade: “(...) Todas eram clandestinas no começo do PT (...) com autonomia, organização própria, centralismo próprio, direção própria, (...) estatutos, e tinham um projeto próprio para o PT” ¹⁸⁷.

¹⁸⁶ HARNECKER, **O sonho era possível**, p. 137.

¹⁸⁷ Depoimento: Jorge Almeida. HARNECKER, **O sonho era possível**, p 141.

A ALA VERMELHA nasceu, segundo Alípio Freire, como uma organização de inspiração maoísta. O projeto era de construção de um partido marxista do proletariado, com viés de classe definido. Grande parte dos militantes da Ala Vermelha apoiou a formação de núcleos e a organização do novo partido ¹⁸⁸.

Já a ALN (Ação Libertadora Nacional) era uma organização fundada por Carlos Mariguella e tratava-se de uma cisão do PCB que atuou de forma significativa na formação do Partido dos Trabalhadores.

O PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) nasceu em abril de 1968, e enfrentou uma terrível luta política para se organizar. A organização expressava uma base social composta de operários, camponeses e setores da classe média, mas como todas as organizações revolucionárias que enfrentavam a ditadura naquela época, a maioria dos seus militantes vinha do movimento estudantil, que experimentou um grande ascenso de massas em 1968 ¹⁸⁹. Em 1971, constituiu-se uma Frente Armada composta pela PCBR, ALN, a VAR-Palmares, a VPR e o MR-8. Esta frente realizou imensas ações de propaganda armada, confisco de dinheiro nos bancos e de armas em delegacias e quartéis. Mas isso não impediu que a PCBR atuasse na formação do PT, como declara Bruno Maranhão:

(...) Apostamos no PT. Nossa contribuição para a construção do PT se deu desde o primeiro momento de forma extremamente positiva, sem instrumentalismo ou utilitarismo. Nunca achamos que o PT era um espaço de recrutamento de militantes (...) Por outro lado, além do trabalho de formulação teórica e elaboração política, participamos do trabalho de organização interna das atividades de base e de massa do partido, do trabalho de montagem da estrutura que possibilitou ao PT se transformar num partido nacional. E fomos um conjunto

¹⁸⁸ Depoimento: Alípio Freire. HARNECKER, **.O sonho era possível.**

¹⁸⁹ HARNECKER, **O sonho era possível.**

militante bastante destacado na memorável campanha de filiação para a legalização do PT ¹⁹⁰.

O MEP (Movimento pela emancipação do proletariado) é a fração bolchevique da Polop. Foi fundado em janeiro de 1976, nasceu com poucos quadros, mas tinha uma possibilidade grande de crescimento. Atuaram na construção do PT desde o primeiro momento, quando os jornais demonstram apostar na construção de um partido de massas, socialista. No entanto, Ivan Valente aponta que havia muitas desconfianças, assim mantinham uma organização política em paralelo, e uma parte atuava no PT: “(...) era uma questão natural, na nossa opinião. Primeiro, porque a ditadura levaria mais seis, sete anos, ainda pela frente” ⁱ. Ou seja, a decisão mais plausível seria manter paralelamente a organização e atuar na constituição do PT.

Pensar as formas em que se deu a participação dessas organizações no PT não é tão significativa, se levarmos em conta a questão intercultural e a mistura de valores desses grupos de esquerda com o PT, pois as heranças culturais herdadas é que influenciaram as regras de conduta adotada pelo partido. Houve transformações em ambos os lados, e fica difícil afirmar que essa instituição partidária possa haver tido uma cultura política, mas uma mistura de culturas políticas diferenciadas, heranças maoístas, trotskistas, leninistas, que por sua vez resulta em uma nova cultura que sofre transformações contínuas . Olívio Dutra assim expressa sua opinião: “(...) as correntes de esquerda tiveram um aprendizado muito grande dentro do PT. Mas sem elas o PT também não teria clareza em tantas coisas que teve de enfrentar para definir o seu perfil” ¹⁹¹.

Assim conclui Jorge Almeida, militante da AP:

¹⁹⁰ HARNECKER, **O sonho era possível**, p. 145.

¹⁹¹ Harnecker, **O sonho era possível**, p. 164.

(...) o PT não é uma continuidade das organizações e nem surgiu a partir de uma proposta pré-elaborada de vanguardas organizadas. O PT surgiu de uma situação muito especial do ponto de vista histórico, e com características nacionais fundamentais, (...) foi o ascenso dos movimentos sociais e da luta democrática, o vazio político existente e as possibilidades institucionais que se abriam, que permitiram que o PT surgisse e se viabilizasse com aquela força, totalmente imprevista pela esquerda um ano antes ¹⁹².

Almeida destaca ainda que a expressão de massas principal eram os sindicalistas e o Lula em especial, mas sem a militância da esquerda revolucionária este movimento não teria se constituído com a força política que veio ter, com destaque para a importância das organizações. Afirmar que o PT foi viabilizado também pelo vazio político não significa inferir que ele tenha vindo “salvar” os militantes da crise da esquerda existente, até mesmo porque já foi salientado que essa crise não era tão grande assim quando aconteceu a formação do Partido dos Trabalhadores. Aliás, o vazio acabou por facilitar, mas o que viabilizou foi o interesse de militantes de esquerda, movimentos sociais, sindicalistas e igreja em formar um partido que representasse e fosse dirigido pelos trabalhadores.

2.3 O PT, a Igreja e as CEBs.

A Igreja Católica teve uma participação muito significativa no período autoritário que se encontrava o Brasil nas décadas de 1970 e meados de 1980, ela pôde, como instituição, confrontar-se com o Estado. A Igreja assumiu posições contra a tortura, repressão e a opressão econômica e social que, segundo Margareth

¹⁹² Harnecker, **O sonho era possível**, p. 162.

Keck eram freqüentemente mais fortes que as de suas congêneres em outras partes da América Latina ¹⁹³.

Embora a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, não tenha declarado uma guerra contra o regime autoritário, a Igreja, como forma de resistência, organizou ainda as Comunidades Eclesiais de Base, lançadas nas dioceses por todo o Brasil, no final dos anos 1960, sobretudo após a Conferencia dos Bispos Latino-Americanos de 1968 em Medellín, na Colômbia. Embora as CEBs tivessem um referencial religioso significativo, aqui será destacado o seu aspecto político, nas suas relações com os movimentos sociais e os grupos políticos organizados. Muitos membros dessas comunidades passaram a se integrar ativamente em movimentos sociais, em especial nos movimentos de bairro e no movimento operário:

Por exemplo, da Pastoral Operária, em São Paulo, participavam militantes sindicais que também eram membros das CEBs e que, desde 1976, passaram a concorrer com chapa própria às eleições do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo. Os ativistas sindicais e dos movimentos sociais que participavam das CEBs também colaboraram na organização do apoio da Igreja às greves dos metalúrgicos em 1978-80 ¹⁹⁴.

Os autores de *Comunidades Eclesiais de Base* ¹⁹⁵ relatam que é difícil situar com precisão o momento de aparição das CEBs no Brasil, como é complexo desenhar os contornos do que vem a ser uma Comunidade Eclesial de Base, embora Eder Sader esclareça que o seu surgimento primeiro se deu na zona rural e depois se proliferou na área urbana ¹⁹⁶. Ao que tudo indica, foram de início

¹⁹³ Keck, **PT: a lógica da diferença**.

¹⁹⁴ Keck, **PT: a lógica da diferença**, p. 61.

¹⁹⁵ CAMARGO, Candido Procópio F. & SOUZA, Beatriz Muniz & PIERUCCI, Antonio Flavio de Oliveira. *Comunidades Eclesiais de Base*. In: SINGER, Paul & BRANT, Vinícius Caldeira (orgs.). **São Paulo: o povo em movimento**. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

¹⁹⁶ Sader, **Quando novos personagens entraram em cena**.

grupamentos voluntários com linhas e características ainda não muito nítidas. O que se sabe ao certo é que surgiram no Brasil a partir de 1960. É somente a partir da segunda metade dos anos 1960 que documentos do episcopado falam de “comunidades de base”¹⁹⁷.

As CEBs constituem formas de organização popular para fazer frente a condições precárias de sobrevivência partilhadas pela maioria pobre dos habitantes da cidade. Nesse sentido, o catolicismo acabou por se transformar e se renovar, elegendo uma ética social ideologicamente significativa para as camadas pobres da periferia como o núcleo da prática religiosa. Possuíam uma política contra o autoritarismo, atuavam em reivindicações, como em movimentos sociais, mas, como participantes da Igreja.

Eram realizadas também orações com a leitura da Bíblia, especialmente do Novo Testamento, e a reflexão sobre o conteúdo e a aplicação da mensagem cristã. Todos os componentes do grupo eram estimulados a participar, procurando associar os fatos da vida com a palavra de Deus.

Além de orações, leituras da Bíblia, reflexão sobre as mensagens cristãs, havia reuniões periódicas para discutir a repercussão das atividades, as dificuldades encontradas. Essas reuniões fortaleciam laços de solidariedade local e tendiam a ampliar o horizonte de consciência e a capacidade de organização das populações periféricas, a partir da construção de uma identidade comum de interesses e direitos: “A CEB é um lugar onde se cria consciência de por que o ônibus é assim, por eu não ter esgoto, por que o salário é assim”¹⁹⁸.

¹⁹⁷ CAMARGO & SOUZA & PIERUCCI, Comunidades Eclesiais de Base.

¹⁹⁸ CAMARGO & SOUZA & PIERUCCI, Comunidades Eclesiais de Base, p. 75.

As Comunidades Eclesiais de Base se constituíam como uma unidade eclesial essencialmente leiga, cuja inspiração era estabelecer o relacionamento solidário entre os homens, conforme a um modelo democrático de autogestão. Contudo, não dispensavam o estímulo inicial do clero e a proteção institucional católica conveniente e necessária para legitimar a organização de movimentos populares e as suas reivindicações face aos aparatos de repressão do Estado. Nesse sentido, essas instituições desburocratizaram a dominação eclesiástica, enquanto, na prática, desmitificavam aspectos alienantes da ideologia religiosa, cúmplices da injustiça institucionalizada ¹⁹⁹.

Aliás, a maioria dos movimentos sociais que surgiram no final da ditadura militar tiveram origem no trabalho de Igreja Católica porque cada um dos cristãos que estavam inseridos nas comunidades Eclesiais de Base fazia opções por esse ou aquele movimento. O movimento por direito à moradia, o movimento pela saúde, pela educação e o próprio movimento sindical se fortaleceram bastante com a ação dos cristãos que estavam nessas comunidades de base. Os depoimentos dos militantes mostram que os cristãos estavam engajados politicamente, questionavam o papel da própria Igreja Católica, refletiam sobre a realidade, descobrindo e formando uma consciência de agente transformador da sociedade ²⁰⁰.

Eder Sader mostrou-nos através das matrizes discursivas presentes durante o regime militar, que a *teologia da libertação* era a base teórica das Comunidades Eclesias de Base. No ano de 1971, constituíram-se na Igreja Católica equipes de “educação popular” na periferia sul para promover a alfabetização segundo o método Paulo Freire, proibido pelo regime militar. Criticavam as

¹⁹⁹ CAMARGO & SOUZA & PIERUCCI, Comunidades Eclesiais de Base,

²⁰⁰ Harnecker, **O sonho era possível**,

pretensões vanguardistas de grupos de esquerda que não se preocupavam com a participação ativa e consciente da população:

Para os educadores, a alfabetização era um meio para a formação de consciências críticas no interior de coletividades auto-organizadas. Para os educandos, a motivação inicial era a capacitação para melhor enfrentar o mercado de trabalho e poder melhorar de vida²⁰¹.

Os católicos se engajavam em atividades de “conscientização” de trabalhadores. Já, os grupos leigos da ação Católica (principalmente a Juventude Universitária Católica e a Ação Católica Operária) se ligaram às lutas populares, denunciando injustiças e assumindo posturas de contestação política. Nesse sentido, ela se abriu para reconhecer as aspirações e lutas humanas, denúncias das estruturas sociais.

Esse novo estilo de pensar desse setor da Igreja Católica, ou seja a *teologia da libertação*, e as pessoas a ele relacionadas, diz Sader, consistia em tomar como ponto de partida exposições que testemunhavam as condições de vida da população, apresentadas pelas próprias pessoas implicadas; efetuar uma reflexão teológica sobre esses fatos, confrontando essa realidade vivida com as sagradas escrituras; e concluir com a definição de pistas para a continuidade do trabalho coletivo de evangelização. Candido Camargo, Beatriz Souza e Antonio Pierucci completam afirmando que as CEBs percorriam um caminho de aprendizado que induzia à consciência crítica coerente com a descoberta do Evangelho como libertação, ao criar um projeto de transformação histórica.

Além das reuniões de reflexão crítica, havia as reuniões nas quais reivindicavam creches comunitárias; reclamavam da falta de ônibus; da ausência ou

²⁰¹ Sader, **Quando novos personagens entraram em cena**, p. 148.

precariedade da coleta de lixo; em adição, apontava para a organização de um movimento em defesa dos direitos dos moradores em loteamentos clandestinos; direitos aos serviços de saúde dos moradores do bairro e pelo direito à educação ²⁰². Embora se falasse muito em obtenção de direitos, os movimentos sociais atuavam mais na conquista de pequenas reivindicações alcançadas em médio prazo, como medidas imediatas que melhorassem de alguma forma a vida da população (atendimento médico e odontológico, aumento das linhas de ônibus, por exemplo).

Em relação à descoberta do Evangelho como libertação, tal como salienta Candido Camargo, Beatriz Souza e Antonio Pierucci, o tema dos discursos é centralizado na *libertação*, apresentada como contraposição à opressão. A própria libertação é libertação do egoísmo, da alienação, da miséria e das injustiças, em suma, dos pecados pessoais e sociais. Os sinais de libertação seriam demarcados pelo início da tomada de consciência da realidade, através das ações nas quais o povo começou a perceber a força da união e acabou por formar grupos solidários, assim as pessoas aprenderam a decidir juntas, ao renovar a igreja e as comunidades de base ²⁰³.

Portanto, foi através da formação das CEBs, tendo como base essa nova ideologia – a *teologia da libertação* – que a Igreja Católica, ou uma parte dela, passou a ser regida por um novo pensamento e atuava, direta e indiretamente, nos movimentos sociais, e conseqüentemente, na formação do PT.

A Igreja Católica passou a oferecer abrigo e espaço para movimentos estudantis e outros desvinculados da filiação religiosa que constituíam núcleos de resistência à opressão do Estado autoritário. Em 1978-1979, ao definir as

²⁰² CAMARGO & SOUZA & PIERUCCI, Comunidades Eclesiais de Base.

²⁰³ Sader, **Quando novos personagens entraram em cena.**

prioridades para a ação pastoral, a Igreja Católica confirmou os objetivos considerados essenciais já no biênio anterior. As prioridades aceitas envolviam quatro pastorais: *Pastoral do Mundo do Trabalho*, voltada para a classe operária e para outros trabalhadores; *Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados*, preocupada com as violações de direitos humanos fundamentais (natureza constitucional, relações de trabalho); *Pastoral da Periferia*, voltada para as populações pobres, das áreas periféricas da cidade; *Pastoral das Comunidades Eclesiais de Base*, cujos objetivos eram renovar as estruturas eclesiais por meio de novas formas de sociabilidade, intencionalmente diversas de padrões de relacionamento humano na metrópole ²⁰⁴. Atuando, portanto, na solução dos problemas sociais e políticos do regime autoritário que o Brasil enfrentava.

Quando da emergência dos movimentos grevistas, a Igreja Católica manifestava o seu apoio ao movimento, assumindo também a distribuição de alimentos aos grevistas ²⁰⁵. As CEBs atuavam juntamente com os sindicatos, afirma Silvio Bava, e foi por meio disso, que surgiu o fundo de greve como entidade independente do sindicato; as comunidades de base e os grupos de bairro solicitavam a presença de representantes do sindicato para avaliarem a greve. E nas empresas as discussões se faziam junto com o representante do sindicato, o diretor de base, e caminhava para a afirmação da necessidade de comissões de fábrica, da organização dos trabalhadores dentro das empresas ²⁰⁶.

Vera da Silva Telles ao apresentar os diversos personagens políticos presentes nas reivindicações contra o regime militar salienta a importância da igreja,

²⁰⁴ CAMARGO & SOUZA & PIERUCCI, Comunidades Eclesiais de Base.

²⁰⁵ BAVA, Silvio Caccia. A luta nos bairros e a luta sindical. In: Kowarick, **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente.**,

²⁰⁶ BAVA, Silvio Caccia. A luta nos bairros e a luta sindical. In: Kowarick, **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente.**

afirmando que muitos participantes das CEBs também se encontravam no movimento sindical e no movimento popular. Através de um relato de um militante da oposição sindical, de origem não católica, a autor conclui que não existia Oposição Sindical separada da Pastoral Operária, em muitas reuniões da Oposição sindical, havia padres, tanto que existia uma certa confusão em nomear as reuniões, as vezes chamada de Oposição, outras de Pastoral ²⁰⁷.

A pastoral desenvolvia uma prática militante nos bairros, com seus membros participando dos grupos comunitários, das comissões de moradores e movimentos reivindicatórios, de forma que incorporava e elaborava um sentido comum às experiências vividas nos bairros e nas fábricas. Esse trabalho operário foi a base para o surgimento de novos militantes ²⁰⁸.

Isso nos chama a atenção para o fato de que havia atores políticos em comum nos bairros, nas fábricas e na igreja. Os personagens dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 estavam presentes também nas pastorais, nos sindicatos, nas comissões de fábrica. Foi através dessas experiências, que esses sujeitos políticos passaram a projetar a idéia de formar um partido político, cujo programa atendesse as reivindicações e fosse regido pelos próprios trabalhadores atuantes nessas experiências políticas.

Nessa perspectiva, Paul Singer observa que para os movimentos cumprirem sua finalidade, eles teriam que suscitar a formação de partidos, com

²⁰⁷ TELLES, Vera da Silva. Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. In: KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

²⁰⁸ TELLES, Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos.,

programa e prática condizente à realidade dos trabalhadores e grupos oprimidos ²⁰⁹. Telles, nessa mesma vertente, explica que as experiências políticas permitiram pensar a possibilidade de constituição de um espaço político a partir da diversidade dos sujeitos, reconhecidos pela sua ação e pela legitimidade dos direitos exigidos. Completa a autora, dizendo ser essa uma das possíveis formas para se pensar o significado do PT, no momento de seu surgimento, logo após o término do ciclo grevista de 1978-80 ²¹⁰. Silvio Caccia Bava, nesse mesmo sentido, conclui que: “(...) em seu programa [PT] estão contidas as reivindicações do movimento operário e popular (...)” ²¹¹.

2.4 O PT e os movimentos sociais

Defende-se a idéia de que o PT apareceu não como um partido para sintetizar as experiências dos diversos movimentos sociais, mas um meio de participação política institucional para esses movimentos: “O espaço de atuação política do PT estaria na busca da consolidação legal dos direitos reivindicados pelos movimentos sociais, na busca pela cidadania democrática dos indivíduos” ²¹². O que se pretende analisar, portanto, é o fenômeno dos movimentos sociais surgidos nos anos 1970, que deram base ao surgimento do PT, tais como os movimentos de bairro, de favela, de donas de casa, de negros, de mães, e comissões de saúde.

²⁰⁹ SINGER, Paul. Movimentos sociais em São Paulo: traços comuns e perspectivas. In: SINGER & BRANT, **São Paulo: o povo em movimento**.

²¹⁰ TELLES, Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. In: KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**

²¹¹ BAVA, A luta nos bairros e a luta sindical. In: Kowarick, **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**, p.266.

²¹² RIDENTI, Marcelo. **Política pra quê? Atuação partidária no Brasil Contemporâneo**. 7^o ed. São Paulo: Atual, 1992, p. 57.

Esses movimentos sociais nos anos 1980 no Brasil podem ser entendidos segundo a conceituação de Alain Touraine: “entendo (...) por movimentos sociais a ação conflitante de agentes das classes sociais lutando pelo controle do sistema de ação histórica [poder] ²¹³”. Seus objetivos concentravam-se na relação tradicional entre sociedade e Estado, tendo a visão clássica de política de Weber: “a participação do poder, ou a luta para influir na distribuição do poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado” ²¹⁴. Torna-se necessário então ter em mente que essas organizações sociais caracterizavam-se por uma transformação do conflito social em luta contra o poder estabelecido. Os movimentos de bairro e sindicais atuantes na formação do PT tinham por intenção questionar a estrutura vigente e estabelecer uma nova cultura que rompesse com a cultura política dominante no Brasil. Ou ainda como quer Maria da Glória Gohn, esses movimentos sociais são ações sóciopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, criando um campo político de força social na sociedade civil ²¹⁵.

Por exemplo, o Movimento Contra a Carestia²¹⁶ tinha por intenção questionar o governo acerca do custo de vida, como também profissionalizar as mulheres e discutir os problemas do momento. O movimento era feito com os auspícios à Igreja Católica, ligado intrinsecamente às Comunidades Eclesiais de Base e só foi possível graças à organização das mulheres. Num depoimento

²¹³ TOURAINE, Alain. Os movimentos sociais. In: **A Sociedade de Classes**, p. 335.

²¹⁴ WEBER, Max. A política como vocação. In: **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967, p.98.

²¹⁵ GOHN, Maria da Glória. Uma proposta teórica – metodológica para a análise dos movimentos sociais na América Latina. In: **Teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1997.

²¹⁶ Esse movimento se espelha no seu congênere do imediato pós Segunda Guerra Mundial. O movimento da *Panela Vazia* no Rio de Janeiro na década de 1940 foi orientado pelos comunistas, e tinha semelhanças com o Movimento Contra a Carestia da década de 1970, mais uma evidência de que o novo se espelhava no velho. Ver: GAWRYSZEWSKI, Alberto. **Panela Vazia: o cotidiano carioca e o fornecimento de gêneros alimentícios: 1945-50**. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Secretaria Municipal das Culturas, 2002.

concedido à Marta Harnecker, Irma Passoni, participante ativa do movimento assim explica:

Nessa época eu atuava com um grupo na periferia de São Paulo, especificamente num bairro chamado Santa Margarida, da Zona Sul, perto da represa do Guarapiranga. Era uma frente global chamada Movimento Popular, e atuávamos na frente da organização chamada Mundo do Trabalho, que seria a Pastoral Operária da época. Começamos a organizar as mulheres em Clubes de Mães. A partir dos problemas apontados, percebemos que havia a necessidade de fazer uma mobilização em torno do problema da carestia²¹⁷.

Num segundo momento, após o alcance de alguns objetivos, como movimento pela Educação, construção de escolas e creches, o Movimento Contra a Carestia passou a ser ecumênico e ter organização autônoma, tendo como militantes pessoas de esquerda, e de outros movimentos populares.

Irma Passoni ainda em entrevista, relata que em 1972, o movimento solicitava o congelamento do custo de vida, a reforma agrária e a retomada de possibilidade de empregos e reajuste salarial. Para isso, enviaram uma carta ao Congresso Nacional, e logo depois foi feita uma pesquisa sobre o que acontecia de um ano para outro, como em nível da inflação anual dos produtos básicos alimentares. Eram listados cinco ou seis produtos da cesta básica e comparado o aumento do custo de vida com o aumento da inflação desses produtos básicos. O trabalho ainda era feito de casa em casa, de porta em porta, onde as militantes pesquisavam com as donas de casa e as convidavam para participar. Podemos afirmar que o movimento foi uma mistura de grandes e pequenas lutas que resolviam problemas práticos, não uma luta por direitos propriamente ditos, embora muitos acreditavam estar lutando pelo direito à alimentação: “Fui chamada de populista. Fomos acusados de muitas coisas por parte dos grupos de esquerda e

²¹⁷ Harnecker, **O sonho era possível**, p. 102.

motivo de divisão”²¹⁸. A militante ainda informou que reunia no movimento todas as pessoas que estavam em outros, como movimentos por creche, escolas, habitação, saúde, transportes, até decidir participar da construção do PT.

Penso ser importante questionar a influência dos movimentos sociais na formação e crescimento do Partido dos Trabalhadores. O exemplo aqui dado do movimento contra a carestia nos permite refletir as heranças culturais que os militantes desse movimento podem haver deixado no partido. As reivindicações atendidas estavam diretamente ligadas ao direito por ter direitos – moradia, saúde, educação. A questão da cidadania estava muito presente nos movimentos sociais, como a discussão acerca da democracia, porque pressupõe desafiar e desestabilizar as culturas políticas dominantes²¹⁹, como pretendeu também o PT, embora a agremiação não tenha conseguido criar uma cultura política socialista, democrática tal como pretendia. A instituição ainda sofre certas críticas atualmente por haver rompido com os valores culturais originais, e penso que os movimentos sociais também tiveram uma influência nessa mudança do PT. Afinal, os movimentos sociais das décadas de 1970-80 possuíam características diferenciadas se analisadas com os da década de 1990, isso significa que as relações entre sociedade e Estado, assim como o comportamento dos movimentos foram alterados devido às novas circunstâncias e a nova conjuntura.

Nessa perspectiva, percebemos que os anos 1990 foram marcados, geralmente, por movimentos sociais que negociavam com o Estado, e não propunham derrubar uma cultura política dominante; já na década de 1970,

²¹⁸ Depoimento Irmã Passoni. Harnecker, **O sonho era possível**, p. 34.

²¹⁹ O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americano. In: ALVAREZ, Sonia & DAGNINO, Evelina Dagnino & ESCOBAR, Arturo. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos** (novas leituras). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

construiu-se uma sociedade que se rebelava contra o Estado, embora houvesse situações em que havia a negociação; e nos anos 1980 construiu-se uma outra configuração de experiência social e política também contestadora do *status quo*. E o PT também passou pelo mesmo processo, embora tenha sua dinâmica própria de funcionamento. Essa tendência, no entanto, acaba por se apresentar como natural: quando não há canais de negociação, surgem movimentos contra o Estado, se eles existem, busca-se a negociação.

Vera da Silva Telles ao analisar os movimentos populares, afirma que ao contrário do otimismo dos primeiros tempos em que muitos viram neles uma promessa de futuro, hoje não são poucos os que apontam seus limites e, alguns, até mesma sua inviabilidade política. A autora aponta os seguintes problemas: o localismo de práticas que se esgotam em pressões sobre os órgãos públicos para o atendimento de reivindicações específicas; a fragmentação de interesses e a primazia de uma noção corporativa de direitos; o seu isolamento num certo tipo de comunitarismo que não os impede de se abrirem às manipulações populistas do Estado; a afirmação de uma basíssima que tem como contrapartida a recusa das formas de representação política e uma visão instrumental das instituições²²⁰. O que Telles explica através de seus questionamentos, é o fato de que hoje os movimentos populares aparecem numa imagem muito diferente da construída nos anos 1980:

No debate político e intelectual da época, esses movimentos eram percebidos como algo carregado de virtualidades. Num tempo que trazia as marcas da violência política, do arbítrio, do controle sobre sindicatos, instituições e associações de classe, esses movimentos apareciam como agentes de uma transformação sentida como necessária²²¹.

²²⁰ TELLES, Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. In: KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**.

²²¹ TELLES, Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. In: KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**, p. 217.

A autora completa salientado que os tempos mudaram, que novas questões foram postas, e que a dinâmica do país tomou novos rumos. No que se refere àqueles que foram investidos pela novidade que os movimentos populares pareciam trazer, houve uma mal disfarçada decepção perante uma promessa não realizada. Por isso, é pertinente pensar a questão cultural e as experiências passadas que criam tradições elaboradas, reinterpretadas por elementos diferenciados engendrados por matrizes sociais e políticas. Daí ser possível pensar também o PT como reflexo dessas tradições reelaboradas, ou seja, ele também é fruto dessas mudanças que modificaram as estruturas dos movimentos sociais, como também é fruto das heranças culturais que os movimentos da década de 1970 estabeleceram.

Tanto o PT quanto os movimentos populares dos 1980 foram construídos sob o signo do novo. No entanto, os movimentos sociais dos anos 1970 também o foram:

(...) que, nos anos 70, foi tomado como evidências de uma novidade da qual aqueles movimentos seriam portadores, ou seja, as então chamadas novas formas de participação, identificadas em práticas e discursos que enfatizavam a ação e a participação coletivas, os procedimentos da *democracia de base*, a independência e autonomia frente a instituições e partidos²²².

Percebo, então, duas relações dos movimentos sociais com a história do PT: uma está ligada às modificações culturais que os movimentos sofreram ao se adequar às novas conjunturas, ao passar de contestador a negociador; e a outra se refere à questão do novo, isto é, os movimentos populares da década de 1970 foram construídos com o discurso do novo, e os seus atores usaram o mesmo discurso ao constituir o Partido dos Trabalhadores.

²²² TELLES, Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. In: KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**, p. 220.

O interesse pela idéia do novo, pela ruptura e a recusa das tradições são necessários quando se quer construir algo que seja diferente dos restantes, para renovar as esperanças de uma sociedade e legitimar a formação de instituições e movimentos. Por isso se fala tanto em novos movimentos sociais, em nova esquerda, em novo sindicalismo, em novo partido nas décadas de 1970-80.

Em relação aos movimentos sociais, Paul Singer ao destacar as práticas realizadas pelas CEBs, não desconsidera os movimentos sociais pré-64, salientando sua importância. Segundo o autor, os movimentos de bairro de São Paulo apresentaram duas fases em sua história: uma primeira, com a formação das Sociedades de Amigos de Bairro (SAB), sobretudo na década de 1950; e uma segunda a partir da década de 1970, quando surgiram em bairros periféricos as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que em muitos casos passaram a ser a organização matriz dos movimentos de bairro ²²³.

A origem das SABs, explica Paul Singer, está ligada à Sociedade Amigos da Cidade (SAC), formada em 1934, por iniciativa de profissionais liberais e de figuras da chamada “aristocracia paulistana”, e que se preocupava em “orientar e fiscalizar o crescimento, já tão intenso e pouco controlado de São Paulo. No pós-guerra, surgiram na periferia da cidade, organizações inspiradas no exemplo da SAC, como a Sociedade de Amigos de Osasco e a de São Caetano. As SABs funcionavam como elo de ligação entre a população carente de serviços básicos e o poder público, que tinha possibilidades de atender, pelo menos em parte, às reivindicações apresentadas ²²⁴.

²²³ SINGER, Paul. Movimentos de bairro. In: SINGER & BRANT, **São Paulo: o povo em movimento.**

²²⁴ SINGER, Paul. Movimentos de bairro. In: SINGER & BRANT, **São Paulo: o povo em movimento.**

Singer destaca ainda que, por um tempo, a SAB representava o centro das reivindicações locais, porém, ela acabou por se desviar dos seus interesses iniciais, como a luta por melhorias do bairro, para se tornar local de disputas político-partidárias desvinculadas dos interesses mais imediatos da população. Ainda segundo o autor, tal fato haveria provocado um esvaziamento da entidade, o que não permitiu a constituição de movimentos de bairro à época:

Não se deve supor, no entanto, que o esvaziamento das SABs, ou sua transformação em entidades fundamentalmente recreativas tenha por si mesmo suscitado formas alternativas de organização popular nos bairros. Estas surgiram a partir do estabelecimento das Comunidades de Base²²⁵.

Diz, portanto, o autor que os movimentos de bairros possivelmente nasceram, ou renasceram, em São Paulo, nessa conjuntura, ampliando-se paulatinamente, e a multiplicação das CEBs acabou por suscitar um novo movimento de lutas locais que retomava as reivindicações da SAB (serviços urbanos clássicos), mas também levantava novas bandeiras, que tendiam a extravasar o âmbito puramente local, unificando e mobilizando a população da periferia em torno de objetivos mais amplos²²⁶. Não se pode pensar como uma ruptura então a organização das SABs com as CEBs, mas uma continuação sob uma nova conjuntura, que luta pela solução dos mesmos problemas e mesmas reivindicações com a introdução de novas questões pertinentes ao período.

Aliás, o que caracterizava o novo movimento de bairro em São Paulo, em contraste com o antigo (das SABs), é que aquele surgia “(...) a partir de uma proposta *para dentro*: criar uma nova consciência, uma mentalidade de união

²²⁵ Singer, **O PT**, p.91.

²²⁶ Singer, **O PT**.

para a auto-ajuda na população (...)”²²⁷. Contudo, as heranças permaneciam, com as mesmas reivindicações a nível local, com modos semelhantes de fazer política. O processo de adaptação no interior das instituições permite pensar alguns paradoxos, muitas vezes o combativo de hoje pode virar o cooptado ou pelego de amanhã.

Paul Singer, num outro texto denominado *Movimentos Sociais em São Paulo: traços comuns e perspectivas*²²⁸, reforça a idéia de que houve rupturas, mas também, e principalmente, permanências com os movimentos populares da década de 1980 com o período anterior ao golpe de 1964, destacando que não somente os acertos, mas os erros e problemas também foram revividos nos anos 1980:

Mas não se pode deixar de reconhecer que, mesmo antes do golpe, o movimento operário se encontrava num impasse, pois apesar de sua influência política ele se mostrou incapaz de formular um projeto para o país que contivesse soluções consistentes para as contradições que afetavam os trabalhadores. O atual movimento operário é, de certa forma, herdeiro tanto dos acertos como dos erros da fase anterior²²⁹.

O fundamental, diz Singer, é que os movimentos sociais da população trabalhadora não conseguiram aproveitar as oportunidades oferecidas pelo regime democrático-eleitoral, que prevaleceu com altos e baixos entre 1945-1964, para estabelecer uma representação própria e fiel aos interesses de classe de suas bases, no plano político. No momento em que a perspectiva de redemocratização se reabriu ao país, no final da década de 1970, a mesma problemática ressurgiu. Esse regime “democrático-eleitoral” começou logo em 1946-

²²⁷ Singer, **O PT**, p. 104.

²²⁸ SINGER, Paul. *Movimentos sociais em São Paulo: traços comuns e perspectivas*. In: SINGER & BRANT, **São Paulo: o povo em movimento**.

²²⁹ SINGER, Paul. *Movimentos sociais em São Paulo: traços comuns e perspectivas*. In: SINGER & BRANT, **São Paulo: o povo em movimento**, p. 219.

1947 exercendo brutal repressão sobre esses movimentos. Muitos deles foram colocados na ilegalidade, tiveram os seus líderes presos, torturados etc.

Todas essas informações colocam em xeque a novidade dos movimentos sociais nas décadas de 1970-80, e conseqüentemente, a novidade do PT. Afinal, o partido foi formado por esses movimentos, apropriando-se desse discurso, conforme já foi salientado. Além do mais, as mudanças de paradigma e de estrutura dos movimentos também se alterou na década de 1990, modificando também a política petista.

O legado dos anos 1980 é exatamente esse: um espaço público onde se difundiu uma “consciência do direito a ter direitos”, conformando os termos de uma experiência em que cidadania é buscada como luta e conquista ²³⁰. Entre o início dos anos 1970 e meados dos 1980, a idéia do “povo como sujeito” compareceu nos discursos de diversos atores (Igreja Católica, intelectuais, movimentos): “nunca como neste período as idéias de *povo* e de *participação popular* ganharam tanta significação positiva no pensamento sociológico brasileiro”

²³¹.

No entanto, essa configuração política, por não ser estática e sofrer as mudanças históricas, foi alterada ao longo dos anos 1980 e 1990, contribuindo para o surgimento de novas exigências. É importante ressaltar que a diferença talvez essencial entre os movimentos sociais das décadas de 1980 e 1990, é que o primeiro foi regido através da confrontação com o Estado; o segundo pela

²³⁰ PAOLI, Maria C. & TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ & DAGNINO & ESCOBAR (orgs.). Op. Cit.,

²³¹ DOIMO, Ana Maria. Povo como sujeito de sua própria história: metáfora de um novo tempo. In: **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relumê-Dumaré, 1995, p. 75.

negociação. Essa é uma tese que implica mudanças nas instituições políticas, e o PT, sem dúvida, sofreu também os impactos.

Telles e Paoli afirmam que a Constituição de 1988 foi um marco importante, celebrado como um momento que funda uma modernidade democrática que prometia enterrar a ordem legal instituída por 21 anos e governos militares. A partir dos anos 1990, houve um novo cenário marcado pela redefinição da modernização e reestruturação no país, que pelo revés das propostas neoliberais alteraram as relações do movimento sindical; as relações trabalhistas; as relações entre os movimentos organizados com o Estado, que passa a ser baseada no princípio de cidadania ativa, reivindicando soluções para os problemas sociais mais urgentes²³².

As relações políticas do Brasil atual têm se configurado desde a década de 1990, onde se pensa a democracia como consolidada, aberta ao reconhecimento formal de direitos sociais, garantias civis, no entanto, a sociedade convive com a violência e a reiteradas violações aos direitos humanos fundamentais. Portanto, é nesse paradoxo que a crise dos tempos atuais vem se processando²³³. O Partido dos Trabalhadores reflete a mesma crise: cresceu sob o discurso de resolver os problemas sociais e estabelecer a democracia; e hoje sofre as críticas por não haver sanado os problemas que foram motivos para sua formação, justamente pelo fato de ter se adequado às estruturas políticas atuais.

Os novos mecanismos de representação (Conselhos, novos movimentos sociais, ONGs) reestruturaram as relações entre sociedade civil e

²³² PAOLI & TELLES, Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ & DAGNINO & ESCOBAR (orgs.). Op. C.

²³³ PAOLI & TELLES, Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ & DAGNINO & ESCOBAR (orgs.). Op. C.

estado, assim como ampliou os espaços públicos de participação, proporcionando novas formas de regulação da vida social, contribuindo para o surgimento de novas diretrizes políticas que reinventam e reordenam os partidos políticos, traduzindo a diversidade da sociedade. É claro que essas novas relações entre sociedade e Estado, a nova visão que se passa ter do que é política, interfere nos valores de um partido político. Nesse sentido, por quem e pelo que a “cultura política” do PT foi diretamente influenciada?

Pensando as questões pertinentes a essa nova configuração política que se acentua no Brasil nos anos 1990, o texto “Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais” de Tilman Evers²³⁴ traz alguns pontos importantes. Primeiro, o autor enfatiza a expansão da esfera “do político” como essencial para o estabelecimento das novas relações entre sociedade e estado. Para os novos movimentos sociais da década de 1990 (ou novíssimos, como querem alguns), o poder não é fundamental, eles podem ser informais, com pouca gente, com pouco distanciamento entre líder e participantes, apresentam um projeto emancipatório, de autonomia, independente²³⁵.

Evers nos dá um bom exemplo:

(...) ceder ao peso da realidade, aceitando algum espaço para respirar e talvez algumas pitadas de poder (...) ao preço de conformar-se a uma posição subordinada: ou tentar sustentar autonomamente uma identidade, ao preço de continuarem fracos, ineficazes e permeados de contradições (...) Talvez a experiência brasileira com o Partido dos Trabalhadores seja o exemplo mais substancial desta combinação²³⁶.

²³⁴ EVERS, Tilman. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. **Novos Estudos**, CEBRAP, v.2, n.4, 1984, p. 11-23.

²³⁵ EVERS, Tilman. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais.

²³⁶ EVERS, Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais, p 17.

Ceder ao peso da realidade, talvez seja essa a razão primordial de tantas críticas que o PT tem recebido nos últimos anos, por negar seus valores originais. A crise atual desse partido, mostra Evers, decorre do resultado de tentativas de “libertar-se” dos compromissos para com os movimentos sociais que trouxeram o partido à luz.

2.5 O PT e o novo sindicalismo.

De todos os movimentos sociais, o movimento sindical foi o mais atuante na formação do Partido dos Trabalhadores. Conforme foi discutido no primeiro item deste capítulo, os homens mais presentes na consolidação do partido eram sindicalistas, conhecido como “autênticos”, e inseridos nos sindicatos que se convencionou chamar de *novo sindicalismo*. É, portanto, mais que imprescindível analisar e também questionar a história desses sindicatos, pois eles também compartilharam da idéia do novo tão presente nos anos 1980. Mas antes de indagarmos sobre o novo, é necessário conhecer as greves, a atuação do movimento operário e sindical no período caracterizado pelo autoritarismo.

A característica de novo atribuída ao sindicato dos anos 1980 deve-se à sua contraposição em relação ao sindicato do período 1945-64, que foi contemplado por muitos como um sindicato atrelado ao Estado. Já, o sindicato dos anos 1980 buscava a autonomia e a independência do Estado, uma vez que foi um processo de luta em que muitos sindicatos ainda eram dependentes, mas possuíam oposições sindicais que lutavam por isso. Seus principais representantes são os *Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo* e a *Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo*. Esses sindicatos atuaram nas greves de 1978, 1979 e 1980, mobilizando primeiramente os trabalhadores em nível local, estendendo a todo

o estado de São Paulo, e acabou por influenciar trabalhadores de todo o Brasil a lutarem por seus direitos.

Laís Wendel Abramo, no texto *Greve Metalúrgica em São Bernardo: sobre a dignidade do trabalho*²³⁷, faz uma discussão sobre os motivos que levaram os trabalhadores a formar comissões de fábricas, atuar de forma mais significativa nos sindicatos, enfim, lutar por melhores condições de vida. Diz a autora que os trabalhadores sentiam a perda salarial, as longas horas gastas nos transportes, o aumento da jornada, a intensificação dos ritmos de trabalho. Além de que, eram obrigados a suportar diariamente o despotismo impune da hierarquia interna encarregada de manter a disciplina e a produtividade nas fábricas: “O orgulho profissional de estar trabalhando nas empresas mais modernas do maior parque industrial do país mesclava-se a um profundo sentimento de injustiça”²³⁸. Havia, portanto, por parte dos trabalhadores a convicção de não estar sendo devidamente recompensado por seu esforço.

Toda essa insatisfação estava relacionada à perda salarial, pois sempre havia uma forte e frustrada expectativa de que os salários deveriam ser mais altos devido aos aumentos de produção e lucro, no entanto, esse aumento salarial nunca acontecia. Os trabalhadores da indústria automobilística, exatamente os detentores dos mais altos salários no conjunto da categoria perderam mais que os outros²³⁹. Os metalúrgicos achavam que necessitavam e mereciam salários mais altos, e sabiam que as empresas podiam pagá-los. Laís Wendel nos chama a atenção também para o receio que os trabalhadores tinham de serem punidos,

²³⁷ ABRAMO, Laís Wendel. *Greve Metalúrgica em São Bernardo: sobre a dignidade do trabalho*. In: KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**.

²³⁸ ABRAMO, Laís Wendel. *Greve Metalúrgica em São Bernardo: sobre a dignidade do trabalho*. In: Kowarick, Lucio (org). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**, p. 185.

²³⁹ ABRAMO, Laís Wendel. In: Kowarick, Lucio (org). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**.

despedidos, daí o medo em participar de greves e atuar na oposição sindicalista. A autora, através da sua pesquisa, relata que aparecia no cotidiano expresso na fala direta dos trabalhadores, o cansaço, desgaste físico e psicológico.

Aliás, era em São Bernardo do Campo, ou na região do ABCD paulista, o lugar em que concentrava as modernas fábricas automotivas no Brasil. O salário dos metalúrgicos era um dos maiores da classe operária. Não é a toa que foi nesse local o início de grandes movimentos operários, com a incidência de greves altamente significativas.

E antes mesmo da formação de comissões de fábricas, da luta sindical e das greves, os trabalhadores não deixaram de criar formas de resistência mesmo nos períodos mais repressivos. Atuavam de diversas maneiras, “como brigas com os chefes, atos de sabotagem, quebra de máquinas e ferramentas, diversos tipos de operação tartaruga”²⁴⁰.

A Oposição Metalúrgica de São Paulo - OSM-SP nasceu em 1967-68, quando se formou a primeira chapa de oposição ao pelego Joaquim dos Santos Andrade. A constituição da Oposição Metalúrgica esteve associada ao combate à estrutura sindical e à defesa da organização pela base da classe operária. Nesse processo, foram fundamentais os debates sobre as experiências de Comissões e Grupos de Fábrica, como mostra Eder Sader:

Através de sua história, a OSM foi constituindo uma identidade, embora cortada por descontinuidades e rupturas. Essa identidade resulta de experiências comuns (a organização de chapas nas eleições sindicais, a participação nas assembleias do sindicato, em lutas fabris, a feitura de jornais)²⁴¹.

²⁴⁰ ABRAMO, Laís Wendel. Greve Metalúrgica em São Bernardo: sobre a dignidade do trabalho. In: Kowarick, Lucio (org). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**, p. 202.

²⁴¹ SADER, **Quando novos personagens entraram em cena**, p.228.

Participavam da OSM agrupamentos de esquerda (AP, grupos trotskistas, dissidentes do PCB, além do PC do B que atuava mais no interior da Pastoral Operária da Igreja), e militantes da Pastoral Operária. Por meio do jornal *Luta Sindical*, os sindicalistas faziam crítica à estrutura sindical, propaganda das comissões de fábrica, e procuraram orientar seus leitores em assuntos da legislação trabalhista.

Na onda grevista de 1978-79, os trabalhadores repudiaram a direção sindical e reconheceram a liderança da Oposição. Nas eleições sindicais de 1978, a equipe de Joaquim dos Santos Andrade só venceu graças às fraudes nas apurações. A campanha eleitoral para eleger a nova diretoria para o sindicato se desenvolveu paralelamente à onda grevista, e isso reforçou a Oposição que propôs a greve em assembléia do sindicato, obteve a sua aprovação e organizou a mobilização e paralisação nas fábricas ²⁴².

Explica Faria que as greves não foram convocadas pelos sindicatos, nem mesmo pelos mais atuantes, como o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Foram os trabalhadores fabris que determinaram a deflagração desse movimento grevista. No entanto, os sindicatos promoveram ações prévias no sentido de denunciar o parcialismo da justiça do trabalho e do governo aos trabalhadores e a necessidade de que os trabalhadores realizassem protestos. O sindicato declarou a necessidade de greve, mostrando que só haveria modificação no dia que os trabalhadores parassem as máquinas, mas não os convocou a fazê-las ²⁴³. Foi através dessa greve, portanto, estabelece José Álvaro Moisés que as

²⁴² SADER, **Quando novos personagens entraram em cena.**

²⁴³ FARIA, **PARTIDO SOCIALISTA OU PARTIDO DOS TRABALHADORES?**

comissões de fábrica ou grupos de base afirmaram sua experiência e importância no movimento sindical ²⁴⁴.

Em relação à greve de 1978, Laís Wendel Abramo observa que apesar de haver surpreendido a quase todos, ela não foi obra do acaso, mas explicitação no social de uma “prática invisível” de resistência, organização e criação de formas de luta e sociabilidade que vinha se desenvolvendo no interior das empresas durante toda a década de 1970 ²⁴⁵. Sua importância está relacionada às conquistas salariais obtidas. A recuperação da dignidade dos trabalhadores e a sua reafirmação como sujeito capaz de se organizar, de agir coletivamente na defesa de seus interesses e de obter vitórias frente a um sistema político-econômico, a uma legislação repressiva, a um patronato e a um Estado que acreditaram na sua onipotência e impunidade ²⁴⁶.

Desde o início dos anos 1970, embora a marca da OSM fosse a organização pela base e a crítica à estrutura sindical, uma parte tinha o sindicato como referência. Havia pontos básicos aceitos por praticamente todos: combate ao estatuto padrão e ao imposto sindical; a importância decisiva das comissões de fábrica como mecanismo de democratização do sindicato. As divergências eram de peso e remetiam à relação entre a organização autônoma das fábricas e a atuação no interior dos sindicatos existentes ²⁴⁷. As opiniões em comum direcionavam-se para o fim do sindicato pelego, atrelado ao Estado.

²⁴⁴ MOISÉS, Alvaro J. **Lições de liberdade e de opressão: o novo sindicalismo e a política.**

²⁴⁵ ABRAMO, Laís Wendel. Greve Metalúrgica em São Bernardo: sobre a dignidade do trabalho. In: Kowarick, Lucio (org). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente.**

²⁴⁶ ABRAMO, Laís Wendel. Greve Metalúrgica em São Bernardo: sobre a dignidade do trabalho. In: Kowarick, Lucio (org). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente.**

²⁴⁷ Sader. **Quando novos personagens entraram em cena.**

No início, a oposição acreditava que as lutas nas fábricas e as comissões de fábricas contribuíam para que os trabalhadores se assumissem como sujeitos políticos. Ao longo do tempo, a Oposição Metalúrgica constituiu-se como organização pública e com força para disputar a representação da categoria, reafirmando a organização autônoma das fábricas como base para um sindicato legítimo, objetivando a sua institucionalidade.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo de Campo e Diadema, *conhecido como Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo também teve a autonomia como principal lema*. Segundo José Álvaro Moisés, desde o final dos anos 1970, a grande questão era a da autonomia sindical frente ao Estado e de sua independência diante dos partidos políticos ²⁴⁸. No curso da década, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo tornou-se um centro de elaboração das experiências dos operários nas indústrias metalúrgicas da região, relata Sader, tornando-se exemplo de resistência coletiva que influenciou o conjunto do país. Ele se transformou ao longo de sua história numa agência de organização e mobilização dos trabalhadores na defesa de seus direitos ²⁴⁹.

Contudo, o Sindicato no início da década de 1970 tinha dificuldades em mobilizar a população, e a diretoria do sindicato procurou meios de aumentar o número de associados, chegando a levantar a hipótese de pleitear a restrição dos reajustes salariais apenas aos sindicalizados. Na concepção destes, a função sindical não era assistencial, mas de defesa dos interesses dos trabalhadores. Muitas vezes o sindicato estava ausente das iniciativas tomadas por grupos de

²⁴⁸ MOISÉS, Alvaro J. **Lições de liberdade e de opressão: o novo sindicalismo e a política**.

²⁴⁹ SADER, **Quando novos personagens entraram em cena**.

trabalhadores dentro das fábricas e em alguns casos chegou a negar o apoio por eles solicitado. No decorrer dos anos, o sindicato desempenhou, segundo Laís W. Abramo, crescentemente, sua ação e seu discurso, importante papel de articulação progressiva das experiências que se davam na base e de elaboração de seu significado²⁵⁰.

Depois que o Lula e seus companheiros conquistaram a hegemonia em sua diretoria, tentaram criar um espaço de reivindicação de luta entre os metalúrgicos de São Bernardo e avançar na unificação e configuração de sua identidade. As reivindicações apresentadas nas sucessivas campanhas salariais desenvolvidas entre 1971 a 1977 estavam voltadas para a defesa econômica da categoria²⁵¹.

Foi na campanha de 1976 que o sindicato conseguiu fazer valer pela primeira vez seus direitos através de um encaminhamento independente da Federação. Após o dissídio (que foi conduzido pela Federação), o sindicato apelou para o Tribunal do Trabalho e terminou sendo atendido. Essa abertura de um espaço real de negociações, segundo Sader, esteve vinculada, de um lado, à política de *abertura* iniciado por Geisel; de outro, ao dinamismo da resistência operária no interior das empresas.

No entanto, havia uma distância entre o sindicato e as fábricas, diferentemente da Oposição Sindical de São Paulo. O sindicato procurava manter a sua presença nas empresas através das atividades dos diretores sindicais de base.

²⁵⁰ ABRAMO, Laís Wendel. Greve Metalúrgica em São Bernardo: sobre a dignidade do trabalho. In: Kowarick, Lucio (org). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente.**

²⁵¹ ABRAMO, Laís Wendel. Greve Metalúrgica em São Bernardo: sobre a dignidade do trabalho. In: Kowarick, Lucio (org). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente.**

Eles tinham por tarefa distribuir os materiais do sindicato e realizar o maior número possível de sindicalizações. Laís Abramo relata que as Comissões de Fábrica criadas a partir de 1981 permitiu diminuir essa distância: “(...) sua atuação, o espaço e o respeito conquistados frente ao poder patronal são exemplos (...) de como a luta pela transformação (...) se amplia, aprofundando os caminhos abertos em 1978”²⁵². Eder Sader informa que em 1974 foi Criado o Conselho de Coordenação dos Trabalhadores de Base (CCTB), com a função de fazer avançar a presença do sindicato nas empresas. O Conselho, ainda em 1974, realizou um Congresso, reunindo todos os trabalhadores, Sader ressalta que foi um momento decisivo na constituição de uma ampla liderança sindical, que começou a estreitar as relações entre fábrica e sindicato²⁵³.

As atitudes tomadas pelos sindicatos não foram limitadas às questões que retratavam os salários. Em 1972, denunciaram a metalúrgica Carfriz, pelo fato de haver alterado o horário de trabalho com um turno até as 22h30, embora só registrasse como se fosse até às 22 h, para não pagar adicional noturno. Outras foram denunciadas por colocar seus operários ante a alternativa de serem demitidos ou aceitaram salários mais baixos. Outros pedidos também foram aceitos: depósito de dinheiro correspondente ao fundo de garantia sobre as horas extras trabalhadas, em atraso desde 1967; a incorporação das horas extras no 13º salário e na remuneração de férias²⁵⁴.

Um grande movimento importante realizado pelos sindicatos foi o da Reposição Salarial de 1977, iniciado pelos Sindicatos dos Metalúrgicos de São

²⁵²ABRAMO, Laís Wendel. Greve Metalúrgica em São Bernardo: sobre a dignidade do trabalho. In: Kowarick, Lucio (org). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**, p. 209.

²⁵³ SADER, **Quando novos personagens entraram em cena.**

²⁵⁴ SADER, **Quando novos personagens entraram em cena.**

Bernardo do Campo e Santo André, no momento em que foi divulgada pela imprensa a manipulação governamental do cálculo de inflação de 1973 “que acarretara uma perda salarial acumulada de 34,1% para os metalúrgicos do ABC, foi extremamente importante no processo de elaboração coletiva (...)”²⁵⁵. O Movimento de Reposição Salarial em quatro meses envolveu mais de cem sindicatos e, pela primeira vez, em muitos anos, os sindicalistas conseguiram se projetar para a sociedade e fazer ouvir suas denúncias conforme deixa claro Lula:

Há muito tempo nós tínhamos certeza de que os dados não eram verdadeiros, mas não possuíamos nenhuma prova. Hoje temos a palavra oficial do governo. Por isso mostraremos aos trabalhadores o quanto abusaram deles. Nós usamos o termo roubo, provamos que fomos roubados²⁵⁶.

Com as greves ocorridas entre 1978 e 1980, o sindicato tornou-se um “espaço público operário” em que os metalúrgicos da região constituíram-se como um sujeito coletivo, tendo a presença ativa de operários no interior das empresas. O sindicato não organizava as greves, no entanto, eram freqüentes as referências de seus dirigentes e assessores a uma greve como única forma de obrigar os empresários a ouvir os reclamos de seus empregados²⁵⁷.

Ainda em 1978, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo assinou com o Sindicato Empresarial da Indústria Automobilística uma convenção coletiva que concedia um aumento de 11% e mais uma antecipação de 13% para os operários do setor. Esse acordo tornou-se referência para as demais empresas. Tratou-se de uma dupla vitória para o sindicato: conquistas materiais obtidas e

²⁵⁵ ABRAMO, Laís Wendel. Greve Metalúrgica em São Bernardo: sobre a dignidade do trabalho. In: Kowarick, Lucio (org). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**, p. 205.

²⁵⁶ ABRAMO, Laís Wendel. Greve Metalúrgica em São Bernardo: sobre a dignidade do trabalho. In: Kowarick, Lucio (org). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**, p. 205.

²⁵⁷ Sader, **Quando novos personagens entraram em cena**.

estabelecimento de uma convenção coletiva, iniciando uma nova fase nas relações trabalhistas²⁵⁸.

Na campanha eleitoral de 1979, o sindicato assumiu claramente o movimento grevista. A partir da própria luta dos trabalhadores, os temas de liberdade de greve, da autonomia sindical, da política salarial, foram trazidos ao debate político, além de ser modelo de manifestação de luta democrática contra o regime militar. Quando o regime interveio no sindicato numa clara tentativa de limitar a ação das lideranças “autênticas”, o movimento se perdeu, momentaneamente, e ficou à deriva: “(...) só não caminhou para saídas de tipo voluntarista e/ou espontaneísta por causa da intervenção de alguns novos atores (Igreja, jornalistas, partidos políticos, etc.)”²⁵⁹.

O cenário político privilegiado para a expressão do movimento grevista foi o Estádio de Vila Euclides, onde se realizavam as grandes assembleias plebiscitárias, movidas pelos discursos inflamados das principais lideranças metalúrgicas. Nesses eventos, o momento crucial e catalizador das atenções era sempre marcado pelo discurso do Lula. O estádio foi o lugar onde provavelmente se firmou a liderança carismática de Lula entre a massa operária do ABC. O Lula, ressalta Sader, passou a se projetar como uma expressão da vontade coletiva. Marcos Moutta de Faria reforça essa idéia, ao expor que dentre os dirigentes sindicais combativos, Lula tornou-se a *figura-chave*, o *centro de equilíbrio* para a formação do PT, pois as greves o tornaram líder operário responsável pelo movimento sindical que mobilizou a moderna classe operaria brasileira. Seu apoio tornou-se fundamental para a proposta de formação de um novo partido, fosse ele

²⁵⁸ Sader, **Quando novos personagens entraram em cena.**

²⁵⁹ Moisés, **Lições de liberdade e de opressão: o novo sindicalismo e a política**, p. 129.

operário, socialista ou popular, fornecendo a legitimidade necessária ²⁶⁰. Não obstante, é necessário amenizar a referência sobre a figura carismática de Lula, claro que sua participação foi importante, mas destacá-la como figura-chave talvez seja um exagero, pois acaba por desconsiderar os outros atores políticos que tiveram uma participação não menos e nem mais significativa que Lula.

Os empresários e o governo se esforçavam em desmoralizar o movimento com referências à situação “privilegiada” dos metalúrgicos do ABC. Foram presos em 1979 líderes sindicais e outras figuras oposicionistas. Foram proibidas manifestações públicas no Estádio de vila Euclides e no Paço Municipal. Organizações que expressavam a “sociedade civil” em oposição ao regime militar (OAB, Comissão de Justiça e Paz, entidades estudantis, sindicatos, organizações de mulheres, de negros, de artistas) assumiram a luta dos metalúrgicos do ABC como sua e a Igreja ofereceu todo o apoio para a agilização do fundo de greve ²⁶¹.

Com a greve de 1980, o movimento realmente extravasou, enfrentou o regime esboçando uma alternativa dos trabalhadores, que acabou por formar um Partido que os pudesse representar – o PT. Foram 41 dias de greve que os metalúrgicos de São Bernardo sustentaram em 1980, tornando-se um marco na história do movimento operário brasileiro. José Alvaro Moises diz ser necessário recolocar a greve de 1980 no contexto mais amplo da conjuntura política que se abriu a partir de 1978 no país, com o fim do AI-5, a concessão da anistia aos presos políticos e a “reforma partidária” que impôs o fim dos antigos partidos políticos, daí sua importância e significado serem maiores ²⁶².

²⁶⁰ FARIA, **PARTIDO SOCIALISTA OU PARTIDO DOS TRABALHADORES?**

²⁶¹ SADER, **Quando novos personagens entram em cena.**

²⁶² Moisés, **Lições de liberdade e de opressão: o novo sindicalismo e a política.**

O Estado tratou com radicalismo o movimento grevista, um movimento reconhecido como legítimo e justo pela imensa maioria dos moradores da cidade, que acabou por colocar quase toda a população a serviço da greve. Depois da intervenção no sindicato e a prisão dos líderes, entre eles o Lula, a greve cresceu e ganhou a adesão popular, reforçando o movimento e transformando o conflito numa luta dos trabalhadores em geral contra o Estado opressor ²⁶³.

Silvio Bava ao analisar a luta sindical, esclarece que depois de proibidas as assembléias no estádio de futebol e nas praças públicas, as bases de organização do movimento foram para os bairros. Mesmo, o movimento sendo liderado pelos metalúrgicos, ele se estendeu para toda a população de São Bernardo. As inúmeras tarefas que garantiram a continuidade da greve abriram espaço para que todos quisessem participar. Formaram-se, portanto, comissões em cada bairro e suas atividades ocupavam muito o tempo dos seus participantes, com piquetes em pontos de ônibus para impedir os “fura-greves”; distribuições de boletins; arrecadação de alimentos feito em casa para o fundo de greve; visitas às casas dos operários, panfletagens ²⁶⁴.

Silvio Bava ainda mostra que o movimento se estendeu a outros setores dos trabalhadores, como o caso da “Campanha do Quilo” levada às escolas do 1º grau pelas professoras, que pediam aos alunos que trouxessem de casa um quilo de mantimentos como contribuição para o fundo de greves. Os padres faziam o mesmo nas igrejas, durante as missas; e os estudantes passaram a organizar pedágios para a coleta de dinheiro:

²⁶³ BAVA, Silvio C. A luta nos bairros e a luta sindical. In: KOWARICK (org.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente.**

²⁶⁴ BAVA, Silvio C. A luta nos bairros e a luta sindical. In: KOWARICK (org.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente.**

O movimento grevista é derrotado pelo governo no seu 41º dia de resistência e luta. Cansados, sem recursos, mas mais do que isso, sem perspectivas de que o governo abrisse negociações e com a repressão a cada dia mais cruenta, uma assembléia de 4 mil metalúrgicos decide e volta ao trabalho. Seguem-se as represálias patronais e os trabalhadores amargam sua derrota com a panela vazia e infundáveis demissões²⁶⁵.

Muitos agrupamentos de esquerda, principalmente vinculados ao movimento estudantil, recolhiam contribuições em todo o país em solidariedade ao movimento. A derrota dos metalúrgicos de São Bernardo em 1980 abre um período de refluxo das grandes manifestações de massa no Brasil. O peso da recessão, do desemprego, a retaliação do empresariado que inicia um processo de demissões em massa, a intransigência governamental, contribuiu para que em 1980 encerrasse um ciclo de greves operárias²⁶⁶.

O movimento grevista acabou por criar novos patamares de consciência e organização que se refletiram na construção de novos organismos no interior do movimento operário e popular. Entre estes novos organismos destacaram-se as comissões de fábrica.

Depois das greves de 1978, 1979 e 1980 que trouxeram repressão governamental e varias prisões (inclusive do Lula) com ganhos materiais relativamente modestos, os trabalhadores do ABC paulista deram-se conta de que não bastava a organização em sindicatos, mesmo nos combativos. Marcelo Ridenti argumenta que a experiência ensinou que deveriam construir seu próprio partido, já que a oportunidade institucional foi criada em 1979 com a lei que permitiu a criação de novas agremiações. Ao lado de outros sindicalistas, de setores ligados a Igreja

²⁶⁵ BAVA, Silvio C. A luta nos bairros e a luta sindical. In: KOWARICK (org.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente.** p.264.

²⁶⁶ BAVA, Silvio C. A luta nos bairros e a luta sindical. In: KOWARICK (org.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente.**

Católica, de socialistas e de alguns economistas, fundaram em 1980, o PT²⁶⁷. Segundo Badaró as greves permitiram recolocar o movimento dos trabalhadores no centro do debate político nacional²⁶⁸.

Ainda mostra Marcelo Badaró, que o discurso do *novo sindicalismo* dependia da ruptura com a estrutura sindical, que atrelava os sindicatos ao Estado e dificultava uma mobilização consciente dos trabalhadores. Defendiam o fim da contribuição sindical, que por sua vez também atrelava o sindicato ao Estado, e a reformulação da legislação e da estrutura sindical.

Após a onda grevista, os sindicatos idealizaram e formaram as Centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 28 de agosto de 1983. As lideranças que constituíram a CUT tiveram como adversários, os sindicalistas ligados às organizações da esquerda tradicional (PCB, PC do B e MR8) alinhados em torno da corrente “Unidade Sindical” por meio da Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat) que em março de 1986 deu lugar à Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Aliados a diversos dirigentes antes ligados à ditadura e ao sindicalismo atrelado ao Estado, os militantes da esquerda comunista acabavam por perder espaço na CGT que por fim abandonaram para ingressar na CUT, já nos anos 1990²⁶⁹. O resultado, portanto, de todas as greves, do movimento sindical, que por muitas vezes esteve junto aos movimentos de bairro, e da expressiva atuação dos sindicatos e comissões de fábrica foi a formação da Central Única dos Trabalhadores.

²⁶⁷ RIDENT, Marcelo. **Política pra quê? Atuação partidária no Brasil Contemporâneo.**

²⁶⁸ BADARÓ, Marcelo. **O sindicalismo brasileiro após 1930.** Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2003.

²⁶⁹ BADARÓ, **O sindicalismo brasileiro após 1930.**

A CUT expressou a idéia de um novo sindicalismo que rompesse com toda a estrutura sindical herdada do período Vargas. Resta agora indagarmos sobre o discurso e a prática dos sindicatos que se declaravam como *novo*.

2.6 Repensando o novo sindicalismo

As conseqüências da greve foram muitas, principalmente em relação à organização dos trabalhadores pela base, a construção de organismos independentes, a questão da organização político-partidária. Os resultados concentraram-se na formação de um partido e nas centrais sindicais. Nesse contexto, sem dúvida, tanto as greves de 1978-80, quanto a ação dos sindicatos, e em alguns casos, do sindicato paralelo ou comissões de fábrica fizeram soar a injustiça e descontentamento de trabalhadores que discutiam e reivindicavam sobre reposições salariais, benefícios e questões referentes às condições de trabalho. Toda essa mobilização contou com a presença de novos atores sociais dos bairros, da igreja, das universidades, tendo como figura-chave, o Lula.

Mesmo com toda sua importância e especificidades, o *novo sindicalismo* que ajudou de forma predominante na criação do PT pelo fato dos trabalhadores verificarem a necessidade de construir um partido que não só os representasse, mas fosse por eles dirigidos, não pode ser visto como totalmente novo, afinal ele possuiu heranças da estrutura sindical anterior. Conseqüentemente, se o *novo sindicalismo* tivesse exagerado no novo, ou até mesmo, equivocado-se em relação a ele, reforço a minha tese de que o Partido dos Trabalhadores não representava o novo, pelo menos não da forma como dizia. Penso que em grande

parte representava, mas como o processo é dinâmico, acabou por se adaptar à estrutura.

José Álvaro Moisés em *Lições de Liberdade e opressão*²⁷⁰, no qual analisa o *novo sindicalismo*, faz uma alusão a Karl Marx no início do segundo capítulo – Mudança ou Farsa Histórica – referente a uma observação que Marx fez em relação à história: *a história ocorre sempre duas vezes: a primeira, como tragédia, a segunda, como farsa*. Esse pensamento nos leva a indagar sobre a ocorrência de repetições na história, permitindo pensar se estamos diante de novas tragédias ou de velhas farsas. O autor aponta, portanto, o problema da eficácia em comparar momentos históricos, recomendando cautelas para evitar comparações artificiais entre situações distintas. Mas num outro sentido, afirma que “(...) **nunca há descontinuidades históricas absolutas (grifo nosso)**, a não ser para justificar, ideologicamente, certas funções de dominação que (...) precisam apelar para o argumento de *um novo começo* para ter eficácia²⁷¹”. Parece que os novos movimentos sociais, e principalmente, o *novo sindicalismo* e o PT usaram o argumento de um *novo começo* para legitimar a sua formação.

Nessa perspectiva, Álvaro Moisés informa que já havia, no período pré 1964, reivindicações pela liberdade sindical, pelo direito de greve e pela autonomia dos movimentos sociais frente ao Estado, como na década de 1970-80. Mesmo reconhecendo um mérito nos movimentos do ABC: a formação de um verdadeiro movimento de massas pela democracia, como talvez nunca tenha havido outro na história do país²⁷². Sem dúvida, a mobilização e o movimento de massas pode haver sido maior nos regimes militares, no entanto, não podemos deixar de

²⁷⁰ MOISES, *Lições de liberdade e de opressão: o novo sindicalismo e a política*.

²⁷¹ MOISES, *Lições de liberdade e de opressão: o novo sindicalismo e a política*, p. 122.

²⁷² MOISES, *Lições de liberdade e de opressão: o novo sindicalismo e a política*.

reconhecer a atuação dos sindicatos e dos trabalhadores no período pré-1964, que também foi significativa.

A característica de novo atribuída ao sindicato dos anos 1980 deve-se a sua contraposição em relação ao sindicato do período 1945-64, que, conforme já explicado, foi contemplado por muitos como sindicato atrelado ao Estado. Já, o sindicato dos anos 1980 foi considerado como autônomo e independente do Estado.

Para entender o processo sindical de 1945-64 é necessário ter em mente que não houve homogeneidade no sindicalismo nesse período, portanto, contrapô-lo com o *novo sindicalismo* requer alguns cuidados.

Marcelo Badaró Mattos esclarece que no início do processo de redemocratização pós-1945 no Brasil, o PCB se organizou e obteve um desempenho eleitoral importante, com cerca de 5% dos votos para a Constituinte e em torno de 10% dos votos para a Presidência a República, fazendo de seu candidato, Iedo Fiúza, o terceiro colocado na disputa. Em abril de 1945, os militantes criaram o Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), estimulando a criação de comissões de trabalhadores nos locais de trabalho. Tais comissões tiveram papel destacado em boa parte dos movimentos grevistas²⁷³. Isso revela a autonomia e presença dos trabalhadores no cenário político brasileiro.

Em 1946, o Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, realizado no Rio de Janeiro, defendeu a maior autonomia dos sindicatos, além de discutir temas como estabilidade, direito de greve, participação nos lucros, segurança no trabalho, trabalho da mulher e do menor, seguro social. No tocante à

²⁷³ BADARÓ, O sindicalismo brasileiro após 1930.

liberdade e autonomia sindical, o congresso aprovou resoluções que permitissem organizar estatutos, pôr fim no poder de intervenção e restrições à fiscalização do Ministério do Trabalho. No entanto, houve uma onda repressiva que se seguiu ao fechamento do PCB e atingiu, em 1947, as uniões sindicais que foram fechadas pelo governo Dutra.

Sidnei Munhoz em *Ecos da Emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953)*²⁷⁴ faz uma discussão sobre a repressão política ocorrida no Brasil pós Segunda Guerra, apontando elementos que demonstram o retorno do conservadorismo e anticomunista no país: “(...) observava-se, já nos primeiros meses do governo Dutra, um retrocesso democrático, com a intensificação da repressão aos movimentos sociais e às organizações políticas de esquerda”²⁷⁵. O general Dutra, ao fim do governo Vargas, discordava da concessão da anistia política e da legalização do Partido Comunista. Contudo, posteriormente acabou por ceder. Após eleito presidente desencadeou um intenso processo de repressão aos comunistas.

Durante esse período, frente à passividade dos dirigentes pelegos e da orientação de contenção dos ativistas comunistas, muitas greves surgiram à margem dos sindicatos, através das comissões por local de trabalho²⁷⁶. As intervenções governamentais nos sindicatos foram altamente significativas²⁷⁷. Infere-se, portanto, que embora a repressão fosse grande, algumas comissões de fábrica manifestaram suas reivindicações, porém sem a participação do sindicato, reafirmando a tese de que o sindicato permanecia dependente do estado:

²⁷⁴ MUNHOZ, Sidnei. Ecos da Emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953). In: **Revista Diálogos**, v..6.

²⁷⁵ MUNHOZ, Ecos da Emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953).

²⁷⁶ BADARÓ, **O sindicalismo brasileiro após 1930**.

²⁷⁷ MUNHOZ, Ecos da Emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953).

Em 15 de abril de 1947, a Juventude Comunista teve suas atividades suspensas por seis meses. (...) No dia 07 de maio, o PCB (...) foi posto na ilegalidade. (...) A Confederação dos trabalhadores no Brasil (CTB), as Uniões Sindicais e outras organizações similares foram suspensas por seis meses. Além disso, o decreto destituiu as direções e instituiu juntas governativas indicadas pelo Ministério do Trabalho nos sindicatos (...). Somente nesse dia, 14 sindicatos sofreram intervenção governamental, e ao final do período somavam-se 143 intervenções, representando 15,15% de todas as entidades reconhecidas pelo governo²⁷⁸.

Já no segundo governo Vargas, houve uma retomada das grandes mobilizações dos trabalhadores quando em 1953, aconteceu a Greve dos 300 Mil em São Paulo, causando grande repercussão na conjuntura política do país devido a sua dimensão. Paul Singer destaca que o movimento alcançou diversas vitórias, desde reajustamentos salariais periódicos, proporcionais ao aumento do custo de vida, até o 13º salário e a participação operária na direção dos órgãos da previdência social²⁷⁹.

Paulo Fontes em *“Centenas de estopins acesos ao mesmo tempo” – a greve dos 400 mil, piquetes e a organização em São Paulo (1957)*²⁸⁰, texto em que analisa, como o próprio nome diz a mobilização grevista em 1957, também argumenta acerca da importância do movimento sindical e popular pré-1964:

(...) não se pode falar em ausência completa de organização sindical nos locais de trabalho, no período entre 1945 e 1964. Apesar das limitações impostas pela estrutura sindical e da forte repressão patronal amplamente ancorada na ação policial, diversas categorias de trabalhadores conseguiram desenvolver alguma política de organização nos locais de trabalho²⁸¹.

²⁷⁸ MUNHOZ, Ecos da Emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953).

²⁷⁹ SINGER, Paul. Movimentos sociais em São Paulo: traços comuns e perspectivas. In: SINGER, Paul & BRANT, Vinícius Caldeira (orgs.). **São Paulo: o povo em movimento**.

²⁸⁰ FONTES, Paulo. Centenas de estopins acesos ao mesmo tempo: a greve dos 400 mil, piquetes e a organização em São Paulo (1957). In: FORTES, Alexandre [et al]. **Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho**. Campinas: Ed.Unicamp, 1999.

²⁸¹ FONTES, Paulo. Centenas de estopins acesos ao mesmo tempo: a greve dos 400 mil, piquetes e a organização em São Paulo (1957), p. 164.

O governo JK contou com uma relativa liberdade democrática, permitindo a mais ampla mobilização sindical até então conhecida. As lideranças comunistas buscaram alianças com os trabalhistas de esquerda para a conquista de direções de sindicatos e órgãos de cúpula da estrutura oficial. Os anos JK foram marcados por um aumento significativo da produção e energia elétrica, além da de petróleo; o capital estrangeiro resultou em um incremento da produção de bens de consumo duráveis, com destaque para o setor automobilístico. O salário mínimo atingiu o mais alto patamar, mas chegava em queda a 1960 e caíria mais nos anos seguintes. Houve uma fase de ascensão do movimento sindical graças ao desenvolvimento industrial no Brasil entre meados da década de 1950 e o golpe de 1964, constituído pelo crescimento do número de greves, visibilidade dos sindicatos pela opinião pública, participação de entidades sindicais na formulação de pautas políticas para o país, e constituição de organismos intersindicais ²⁸².

Houve um crescimento contínuo das mobilizações grevistas entre o fim da década de 1950 e o ano de 1963.

Categorias como metalúrgicos, bancários, têxteis, operários navais, entre outras, tinham nas “comissões sindicais” ou “comissões de empresas” um importante instrumento de mobilização. Mesmo quando as diretorias sindicais apostavam no caminho da negociação e evitavam as greves de categorias, as organizações de base agiam de forma relativamente autônoma, convocando paralisações freqüentes ²⁸³.

Se tomarmos a análise feita por Marcelo Badaró, podemos concluir que de fato não existiu uma atuação firme e independente do sindicato, mas das comissões de fábricas, ou seja, organizações paralelas ao sindicalismo oficial, tendo uma certa semelhança com a Oposição Sindical de São Paulo na década de 1980.

²⁸² BADARÓ, **O sindicalismo brasileiro após 1930.**

²⁸³ BADARÓ, **O sindicalismo brasileiro após 1930.**, p.44.

Mas não há como deixar de salientar a importante representatividade das lutas dos trabalhadores no início dos anos 1960, aliás os que ocasionaram o golpe de 1964 sabiam disso.

As greves de 1978-1980, associadas diretamente ao “novo sindicalismo”, também não foram convocadas pelos sindicatos, mas a coesão dos trabalhadores em torno dos movimentos indicava um acúmulo de experiências de resistência nas fábricas, um profundo descontentamento com a política salarial da ditadura e um nível razoável de representatividade do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Segundo Badaró, havia uma maior aproximação entre os dirigentes e a base (trabalhadores) no “novo sindicalismo”, ao contrário do que acontecia no período 1945-64.

Marco Aurélio Santana em *“Política e História em disputa: o “novo sindicalismo” e a idéia da ruptura com o passado”*²⁸⁴ procura mostrar que existiu uma tendência muito forte em afirmar que o “novo sindicalismo” simbolizava uma ruptura com o passado, principalmente com as práticas sindicais do período 1945-64. Aquele se caracterizava como autônomo diante dos partidos e do estado, organização voltada à base e ímpeto reivindicativo direcionado para o interesse dos trabalhadores. No entanto, salienta o autor, estudos recentes defendem que não houve muitas rupturas, mas continuidades.

O movimento sindical dos anos 1980, segundo Santana, foi dividido em dois blocos: os chamados sindicalistas autênticos, reunidos em torno dos sindicalistas metalúrgicos do ABC, agregando sindicalistas de diversas categorias e

²⁸⁴ SANTANA, Marco Aurélio. *Política e História em Disputa: o “novo sindicalismo” e a idéia da ruptura com o passado*. In: RODRIGUES, Iram Jácome (org.). **O novo sindicalismo – vinte anos depois**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

partes do País, os quais, com os grupos integrantes das chamadas Oposições sindicais (OSM SP, por ex.) compunham o bloco combativo; do outro lado a Unidade Sindical, vinculados aos setores denominados pelegos, e os militantes de setores da esquerda, tais como o PCB, PC do B, MR8. O primeiro grupo foi responsável pela criação da CUT, o segundo pela criação da Conclat. Já o movimento sindical pré-1964, na opinião do autor, complexo e rico em termos de experiências, acabava reduzido: na visão do primeiro grupo, à mera colaboração de classe; na visão do segundo grupo, a um radicalismo tresloucado: “o sindicalismo do passado aparecia, para os “novos sindicalistas”, como de cúpula, sem bases, de gabinete, marcado por interesses políticos, distante da classe trabalhadora”²⁸⁵.

Estudos recentes indicam que a prática comunista²⁸⁶ e, como decorrência, pelo menos a da parcela hegemônica do sindicalismo do pré-1964, não pode ser caracterizada por um afastamento das bases nas empresas:

Ao contrário, os militantes de base do partido e dos sindicatos intensificaram a constituição de um sem-número de organismos dentro dos locais de trabalho, que serviram de elo de ligação entre o sindicato e a base, reforçando a pressão desta sobre aquele²⁸⁷.

²⁸⁵ SANTANA, Política e História em Disputa: o “novo sindicalismo” e a idéia da ruptura com o passado. In: RODRIGUES, Iram Jácome (org.). **O novo sindicalismo – vinte anos depois.**, p. 146.

²⁸⁶ Obras que discutem os vínculos de continuidade entre o novo e o velho sindicalismo, como também a atuação dos comunistas no espaço sindical: H. Costa. **Em busca da memória**, Scritta, 1995. P. Fontes. **Trabalhadores e cidadãos – nitroquímica: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50**. Annablume/Sind. Dos Químicos e plásticos SP, 1997; M. H. Guedes Ladosky. **Movimento sindical e estratégia corporativista: a trajetória e os impasses da CUT no rio de Janeiro**. Dissert. Mestrado. UFRJ, 1995; H. H. T. de Souza Martins. **Igreja e movimento operário no rio de janeiro (1955/1988)**. Tese doutorado, 1996; BADARÓ MATTOS. **Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro**. Tese doutorado, UFF, 1996; R. H. Nascimento. **Peões e trabalhadores no Brasil – novos e velhos militantes no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro**. Mestrado, UFRJ, 1993; E. Pessanha e R. Morel. Gerações operárias: rupturas e continuidades na experiência de metalúrgicos do Rio de Janeiro. Anpocs/Relume Dumará. **Revista brasileira de ciências sociais**, n.17, out/1991; Marco Aurélio SANTANA. Partido e militância sindical – a atuação comunista no sindicato metalúrgicos no rio de janeiro. **Revista de Sociologia e política**, n.8. , 1997; SANTANA, Marco A. O novo e o velho sindicalismo: análise de um debate. **Revista de sociologia e política**, n.10/11, 1998b.

²⁸⁷ SANTANA, Política e História em Disputa: o “novo sindicalismo” e a idéia da ruptura com o passado. In: RODRIGUES, Iram Jácome (org.). **O novo sindicalismo – vinte anos depois**, p. 147.

As pesquisas, ressalta o autor, apontam ainda que apesar das dificuldades, os comunistas tentaram se implantar também nas empresas.

Outros estudos, mostra Santana, indicam as possibilidades dos vínculos de continuidade entre o novo e velho sindicalismo. Por exemplo, a política e a militância, ou os processos formacionais no interior dos locais de trabalho.

O autor levanta críticas quanto ao fato do novo sindicalismo propor tarefas que não foram realizadas. A defesa da alteração, ou transformação da estrutura sindical cedeu lugar a um certo acomodamento. Na maioria dos casos, a estrutura do sindicalismo oficial não foi alterada, o que mudou, como no passado, foi a condução do mesmo. A organização nos locais de trabalho, pensada como base de sustentação ao novo modelo sindical, não se espalhou, sendo inferior ao volume conseguido no pré-1964.

No que diz respeito ao imposto/contribuição sindical, apontado como o maior atrelamento dos sindicatos ao Estado, os novos sindicalistas trataram o assunto de forma dúbia: quando se tornaram *status quo*, passaram a indicar as dificuldades para sua extinção imediata.

O *novo sindicalismo*, como idéia e proposta, é construído e reconstruído coletivamente por vários atores sociais e a partir de diferentes lugares. Tanto dirigentes e militantes sindicais, como também pesquisadores ressaltam as práticas sindicais que se instauram e ofuscam ou negam as tradições políticas e culturais como se elas não existissem, colaborando para ocultar algumas experiências de luta que fazem parte da memória histórica e do processo de formação das classes trabalhadoras. Nesse sentido, Leila Maria da Silva Blass diz que: “O fato do movimento operário e sindical apresentar maior visibilidade pública,

em determinados momentos, não significa que seja portador de práticas inovadoras, pois o novo pode recriar o velho, sob outras condições históricas”²⁸⁸.

Leila Blass reforça seu argumento, afirmando que existe uma persistência de certas práticas sindicais, e que apesar das descontinuidades pontuarem a trajetória de lutas operárias e sindicais na sociedade brasileira, há predominância sobre as rupturas. Mesmo o fato de os trabalhadores terem ampliado, nos últimos anos, o âmbito da sua participação e representação política no interior das empresas e na sociedade, as práticas sindicais persistem porque se adaptam conforme as condições históricas, portanto, as continuidades prevalecem sobre as rupturas²⁸⁹. Agora, isso não significa, automaticamente, que houve mais continuidade que ruptura, ou ao contrário. O importante a salientar é que através do desenvolvimento dos projetos, no qual o processo é dinâmico, houve mudanças lentas e graduais que alteraram o projeto.

Assim, se olharmos o movimento sindical sob a longa duração da história, as propostas sindicais e operárias que surgem no cenário social brasileiro desde o final dos anos 1970 até meados da década de 1980, não apresentam um caráter tão inovador quanto querem fazer crer alguns sindicalistas e grande parte dos estudiosos.

Marcelo Badaró Mattos, na mesma perspectiva, salienta como a imagem cupulista do sindicalismo no pré-64 cristalizou-se com o reaquecimento das lutas operárias no final da década de 1970. Conforme o autor, a idéia de “novo” foi cunhada em dois sentidos: primeiro no contraponto ao peleguismo; e segundo, na

²⁸⁸ BLASS, Leila M. S. *Novo Sindicalismo: Persistência e Descontinuidade*. In: RODRIGUES, Iram J. (org.). **O novo sindicalismo – vinte anos depois**, p. 36.

²⁸⁹ BLASS, Leila M. S. *Novo Sindicalismo: Persistência e Descontinuidade*. In: RODRIGUES, Iram J. (org.). **O novo sindicalismo – vinte anos depois**.

oposição ao “velho sindicalismo” vigente até 1964. Essa oposição entre “novo” e “velho” foi sendo cristalizada tanto nos meios sindicais, quanto acadêmicos, carregada de juízos de valor ²⁹⁰. Para exemplificar seu argumento, o autor completa:

(...) as greves de metalúrgicos, bancários e ferroviários, em fins dos anos 50 e início dos anos 60, encontrei um quadro muito diferente. Greves participativas, organizadas a partir do local de trabalho e com integração viável entre demandas políticas gerais e bem sucedidos encaminhamentos de reivindicações econômicas ²⁹¹.

No texto *Trabalhadores, Sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-53)*²⁹², Hélio da Costa resgatou a experiência dos trabalhadores em São Paulo no período de 1943 a 1953, ao dirigir o foco além dos enunciados formais, com a intenção de captar a complexa realidade de luta dos operários paulistas com suas ambigüidades, contradições, vitórias e derrotas que marcaram esse período. O autor, em relação à comparação entre os sindicatos de 1970-80 e pré-1964, afirmou que não se pode negar as rupturas, afinal se trata de dois tempos distintos intercalados por uma ditadura. Não obstante, relatou ser necessário considerar as semelhanças e reconhecer o significado do movimento operário pré-64, pois o corte abrupto entre “novo” e “velho” acaba por desqualificar este último.

Pode-se notar, através de todos esses exemplos e discussões que o *novo sindicalismo* não foi tão novo assim, embora seu contexto tenha sido particular e proporcionado uma ação maior dos trabalhadores se comparada ao período pré-1964. Pensar o discurso no novo como algo criado para legitimar as práticas sindicais dos anos 1980 implica pensar também o papel do PT nesse processo, pois

²⁹⁰ BADARÓ MATTOS, M. **Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro.**

²⁹¹ BADARÓ MATTOS, M. **Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro**, p. 317.

²⁹² COSTA, Hélio da. *Trabalhadores, Sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-53)*. In: FORTES, Alexandre [et al]. FORTES, Alexandre [et al]. **Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho.**

ele usou o mesmo discurso para se estabelecer como o maior partido de esquerda do país e muito provavelmente do mundo.

Não podemos esquecer também que a organização do Partido dos Trabalhadores contou com a participação de dirigentes sindicais considerados na época como pelegos, mesmo que a participação tenha sido somente no início do projeto. Em finais de 1978, a proposta de criação de um partido dos trabalhadores, que durante a campanha eleitoral havia sido veiculada apenas pelo comitê eleitoral do Benedito Marcílio, tornou-se hegemônica e foi apresentada no Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo realizado em janeiro de 1979 na cidade de Lins.

Penso ainda que o exagero do discurso do PT e do novo sindicalismo, materializada na constituição da CUT, acabou por renovar as esperanças, criar expectativas, gerando decepção, haja vista que se mostraram pouco diferentes. Afinal, quais são as características atuais do sindicato que se assemelham com o chamado *novo sindicalismo*? Em relação aos sindicatos nos anos 1990, Marco Aurélio Santana retrata que a abertura econômica trouxe consigo o discurso da competitividade e precipitou a fechada economia brasileira na rede global. Tal processo contribuiu para a reestruturação das empresas e a incorporação de novos padrões produtivos, dificultando a ação sindical²⁹³, e eu completaria dizendo, flexibilizando as relações de trabalho. Aliás, até as reivindicações não são mais as mesmas, pois o contexto da década de 1990 é marcado pelo desemprego e pela precariedade. Nesse sentido, Santana conclui dizendo que se nos anos 1980

²⁹³ SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida N. (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

a questão econômico-salarial assumia prioridade, nos anos 1990, a temática da garantia de emprego e as tentativas de combate ao desemprego assumem o primeiro plano²⁹⁴. Portanto, os sindicatos atuais não lutam mais por ajuste salarial, mas por estratégias de manter o emprego.

Em meio a tudo isso, concluímos que o novo é marcado por uma dialética entra a negação, a conservação e a superação do modelo anterior, e que o Partido dos Trabalhadores, o *novo sindicalismo* e os movimentos sociais criaram expectativas de suas novidades. Ao dizer em discurso que negavam totalmente as tradições políticas, acabaram por decepcionar o seu público no momento em que mostraram não serem tão diferentes de seus antecessores. Mais que isso, procuraram se adequar, continuamente, às mudanças políticas na década de 1990, e passaram a viver a lógica do capitalismo, do neoliberalismo, ao entender a democracia e cidadania como “estabelecidas”, e assim, não há sentido em se confrontar com o Estado.

²⁹⁴ SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida N. (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.**

CAPÍTULO 3 - A EXPERIÊNCIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES EM LONDRINA A PARTIR DA CULTURA POLÍTICA E DOS SEUS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS.

3.1 A formação do Partido dos Trabalhadores em Londrina.

O município de Londrina foi resultante da expansão da cafeicultura brasileira que partiu dos centros mais dinâmicos da economia nacional, principalmente de São Paulo, numa época de consolidação das relações capitalistas no Brasil, e por isso o município acabou por se isolar economicamente das outras regiões, ao gerar um rápido crescimento populacional juntamente com o processo de urbanização. Assim, a cidade apresentou uma estrutura de classes mais diversificada quando comparada aos municípios do interior brasileiro.

Segundo Ana Cleide Cesário não houve, em Londrina, o controle monopolístico da terra por latifundiários. O fato singular e importante é que a propriedade de terra que estava com uma grande empresa imobiliária – a CNTP (Companhia de Terras Norte do Paraná) – restringiu-se apenas aos primeiros anos da ocupação. Por vias de consequência, este foi um dos fatores do não aparecimento do controle familiar na política local ²⁹⁵. Assim, a colonização recente do “Norte Novo do Paraná” não gerou, pelo menos em Londrina, a política do *coronelismo* ou do *mandonismo*: “Há fortes indícios de que, em Londrina, surgiram grupos partidários atuantes, em substituição à “política de clientela com base em

²⁹⁵ CESÁRIO, Ana Cleide C. **Poder e partidos políticos em uma cidade média brasileira: um estudo de poder local: Londrina-Pr. – 1934-1979**. Tese de doutorado. Depto. De Ciências Sociais – USP, 1986.

famílias”, predominantes em cidades mais antigas do interior brasileiro”²⁹⁶. Ressalta ainda a autora que os dados da história recente e passada do município revelam que a política sempre se manifestou de forma bastante dinâmica e, de certo modo, atípico, quando comparada com outras cidades do interior do Brasil. Porém, Ana Cleide Cesário pronunciou que isto não implicava a existência de uma democracia em Londrina, ou que tenha se instalado um tipo de poder local democrático. Explica ela que o termo *política de oposição* há muito tempo vinha sendo utilizado para definir o poder local e a política partidária no município. Antes de 1974, ano em que a oposição conseguiu a sua primeira votação expressiva após 1964, com o MDB, o município já se considerava por muitos como uma “cidade de oposição”. Este termo refere-se não apenas aos últimos vinte anos mas também ao período do Estado Novo e à fase em que a UDN foi o partido hegemônico na localidade:

Os dados sobre as eleições em Londrina e no Estado do Paraná como um todo revelaram que a partir de 1947 o eleitorado preferia, através do voto, os candidatos e partidos políticos contrários ao governo estadual. Contudo, essa tendência era mais clara nas eleições locais do que nas de nível estadual e federal²⁹⁷.

O que a autora quis demonstrar foi a “independência”, pelo menos relativa, do município em relação à política estadual e federal, ao evidenciar de forma mais clara a especificidade de Londrina.

O município, formado legalmente em 1934, teve uma atuação política, e uma estrutura econômica e urbana diferenciada em relação a outros municípios interioranos, que acompanhou o crescimento da cafeicultura num sistema capitalista. Assim, Ana Cesário destaca a mudança qualitativa do parque industrial com instalação de grandes empresas, e da agroindústria nos anos 1970, fazendo

²⁹⁶ CESÁRIO, Ana Cleide C. **Poder e partidos políticos em uma cidade média brasileira: um estudo de poder local**, p. 15.

²⁹⁷ CESÁRIO, Ana Cleide C. **Poder e partidos políticos em uma cidade média brasileira: um estudo de poder local**, p. 30.

surgir problemas de ordem social: desemprego, sub-habitação e a má qualidade de vida. Em Londrina, o esvaziamento do campo foi brutal após as geadas que acabaram por dificultar a produção do café na década de 1970. Nessa perspectiva e nesse novo contexto é que surge a idéia de organizar um partido que fosse, de fato, uma oposição, e que atendesse aos novos problemas que a cidade anunciava.

Assim como em São Paulo e São Bernardo do Campo, em Londrina também havia grupos que discutiam a formação de um Partido dos Trabalhadores, na intenção de criar uma instituição partidária que pudesse ser um mecanismo de lutas sociais contra o regime militar e repressor, ao mesmo tempo em que conscientizava os trabalhadores sobre o seu papel de sujeito ativo de transformação social e política. Dessa maneira, o PT seria, de forma sintética, um partido de classe, popular e de massas, vindo na esteira dos movimentos sociais. Numa outra vertente, havia grupos que se inclinavam pela proposta do Partido Popular ²⁹⁸. O primeiro era constituído por professores, opositores sindicais – ligados, principalmente, ao Sindicato dos professores - e profissionais liberais; o segundo grupo formado tinha vínculos com o PCBR ²⁹⁹.

A aproximação das duas vertentes destacadas acima resultou no interesse em formar o PT londrinense num desafio de concretizar um sonho dividido entre os atores dessa luta: uma sociedade que suprimisse as desigualdades em todos os sentidos, social, racial, de gênero. As primeiras reuniões que visavam discutir a formação do Partido foram feitas no Posto Três Marcos e no Colégio Marista de Londrina. Esse novo grupo era composto pelas seguintes categorias

²⁹⁸ A idéia pela formação do Partido Popular em Londrina baseou-se na proposta de Fernando Henrique Cardoso em nível nacional. Esse fato foi discutido no item *PT: apontamentos sobre a sua origem* no segundo capítulo.

²⁹⁹ Depoimento José Maschio, 05/10/2005. Atualmente, José Maschio é jornalista. Quando participou da formação do PT, era bancário e fazia parte da oposição no sindicato dos bancários.

profissionais: professores; estudantes; membros da oposição sindical bancária; profissionais liberais. Havia um grupo que não tinha tendência política e formava o bloco independente; como também pessoas ligadas ao PCBR e ao PRC; trotskistas ligados à *Libelu* (Liberdade e Luta)³⁰⁰. E mais tarde houve a inserção de militantes da esquerda do antigo MDB, e de homens ligados à igreja progressista, conhecido como “igrejeiros”:

O PT de Londrina, formado inicialmente por companheiros do PCBR e da Tendência *O Trabalho*, recebeu mais tarde militantes de esquerda do PMDB e setores da Igreja Católica³⁰¹.

A grande maioria era oriunda de movimentos sociais, inseridos em lutas sociais da cidade, tanto no meio da oposição sindical, quanto nas instituições eclesiais. Segundo Osvaldo Lima “(...) quem tinha conhecimento político, militância política e militância de esquerda veio do MDB”³⁰², embora os militantes da Libelu, como das organizações comunistas (PCBR) deveriam possuir experiência política, mesmo que em partidos não legalizados. Já Vander Rodrigues aponta que foi ínfima a participação de dissidentes do MDB no PT. Para ele, o pessoal do MDB não via com bons olhos o PT porque achava que o partido fazia o jogo da ditadura, e por isso a maioria foi organizar o PTB³⁰³. Além disso, existia um preconceito no interior do PT em relação aos militantes do MDB, mas isso não impediu que uma parte significativa da ala popular do antigo partido se inserisse no PT tanto em nível nacional, quanto em Londrina.

³⁰⁰ A organização no interior de uma tendência estudantil chamada *Liberdade e Luta* produzia o jornal *O Trabalho*.

Depoimento Osvaldo Lima. É atualmente contador em Londrina. Foi um dos fundadores do PT em Londrina, candidato a prefeito da cidade em 1982.

³⁰¹ Encontro Municipal – PT – Londrina, abril/1991. – “Construindo o Socialismo”.

³⁰² Depoimento Osvaldo Lima, 25/08/2005.

³⁰³ Depoimento Vander Rodrigues. Professor da rede pública de ensino. Atuou diretamente na inserção do PT nos movimentos sociais da cidade. Esteve ideologicamente ligado ao grupo do PCBR.

A visão do fundador Vander Rodrigues em relação aos dissidentes do MDB, mais tarde PMDB, mostra a intenção de legitimar a posição em que se encontravam, num grupo inserido na militância de esquerda ligado aos partidos comunistas -PCBR. Sem dúvida, existia uma certa ojeriza entre PT e PMDB. Luiz Eduardo Cheida, pertencente ao grupo que saiu do PMDB e se inseriu no PT em 1982, afirma:

o PMDB não queria a gente porque a gente tinha um trabalho muito revolucionário para a época, não tinha nada de revolucionário, mas a gente tinha um trabalho popular e o PMDB não gostava, o trabalho do PMDB era um trabalho político convencional como todos os partidos são hoje, de filiar pessoas, fazer festas, fazer algazarras, distribuir fichas de filiação. E o PT não gostava da gente, achava que a gente era burguês, que a gente vinha de um partido burguês, que o PMDB era um partido de apoio à ditadura, etc.³⁰⁴

Essas divergências de opiniões refletem o início da formação de tendências no partido, haja vista que ele foi construído por homens que dividiam um ideal comum, mas pertenciam a experiências políticas diferenciadas. Divergências que se expressaram nitidamente nas convenções realizadas para a escolha da direção do partido, ao longo de seu crescimento.

A entrada do grupo ligado à Igreja Católica, à Pastoral da Juventude, à Pastoral da Terra e do Operário não era visto com bons olhos, sendo apelidados por alguns de “igrejeiros”. Nedson Micheleti, apontado como importante membro no crescimento do PT na cidade pelos militantes e fundadores, e o principal responsável pela entrada desses católicos no partido, relata que esses homens eram jovens que queriam o novo:

³⁰⁴ Depoimento Luiz Eduardo Cheida, 23/05/2006. Cheida possuía uma militância estudantil e fazia trabalhos populares e comunitários na periferia da cidade antes de entrar no PT. Foi candidato a vice pelo partido em 1982, eleito vereador de Londrina em 1988 e prefeito do município no período de 1993 a 1996. Desfilou-se do PT em 1998 e atualmente está no PMDB.

Não tínhamos o vício de organização partidária, a fim de articular algo novo, dentro de uma experiência da Pastoral da Juventude, onde o desafio para nós era a chamada transformação da sociedade. Pra nós a palavra não era socialismo, no sentido da palavra, era mundo melhor, as pessoas viverem melhor, era o bem de todas as pessoas, conceitos mais de igreja, do que da filosofia ou da ciência política. Conceitos mais da igreja, como o reino de deus, coisas nessa linha que nos motivavam, e lá dentro depois você faz o debate político, a luta política³⁰⁵.

Segundo Nedson, esse grupo ligado à Igreja Católica já fazia um trabalho nas pastorais e nas CEBs com o mesmo espírito de um partido, ao visar o bem comum. Buscava-se uma nova forma de fazer política em uma agremiação que tinha uma ligação forte com a Igreja, e com o Frei Betto³⁰⁶. Essa ligação era nítida pelo fato daquela se apresentar como uma instituição na qual se pudesse discutir a realidade política do país num governo ditatorial. Por exemplo, o Padre Dirceu, embora tenha entrado no PT londrinense em 1988, relata que “em 1982 as pastorais eram espaços de debate, (...) que se pudesse discutir abertamente a política, as CEBs eram um espaço em que havia uma discussão política, da comissão operária, de luta sindical”³⁰⁷. Aliás, nas reuniões muitas vezes se discutia vários temas diferentes: CUT, pastoral da terra, partido, nas quais as lideranças eram praticamente as mesmas pessoas³⁰⁸.

Por sua vez, o papel desempenhado pelos sindicatos na formação do Partido dos Trabalhadores em Londrina merece ser destacado pela sua diferença em relação a São Bernardo do Campo devido à inexistência do que se

³⁰⁵ Depoimento Nedson Micheleti, 18/04/2006. Nedson era seminarista e pertencia à Pastoral da Juventude (PJ). Entrou no partido em 1981, junto com um grupo do PJ. Mais tarde fez parte da executiva do partido em Londrina. Foi deputado federal em 1986. Prefeito de Londrina pelo PT no período de 2000-2003, reeleito para a gestão 2004-2007.

³⁰⁶ Frei Betto foi um ator político muito importante na participação da Igreja Católica na formação do PT. Foi um ideólogo da Teologia da Libertação.

³⁰⁷ Entrevista Padre Dirceu Luiz Fumagalli – 26/05/2006. Padre Dirceu participou de debates políticos dentro da Igreja Católica nas décadas de 1970, 1980. Sua mudança para Londrina em 1988, resultou na sua entrada no PT, onde atuou junto com a Pastoral da Terra e nas ocupações na região de Tamarana, antigo distrito de Londrina, hoje município independente.

³⁰⁸ Depoimento Padre Dirceu Luiz Fumagalli.

convencionou chamar de *novo sindicalismo*. Enquanto no ABC Paulista os sindicalistas dito “autênticos” formadores de um sindicato autônomo e independente ao romper com o peleguismo atuaram diretamente na criação do PT, sendo os atores principais, em Londrina o mesmo não ocorreu.

Para Leôncio Martins Rodrigues, a originalidade do PT em São Bernardo estaria no carisma de Lula e na presença dos metalúrgicos, pois segundo ele sem os metalúrgicos e a liderança carismática de Lula – que eram o núcleo fundador - o PT provavelmente não seria mais do que um pequeno grupo marxista existente no país ou um partido católico, democrata-cristão, ou social-cristão. Esse é um ponto importante que diferencia PT de São Bernardo e PT de Londrina, embora as influências nacionais sobre as municipais foram nítidas à medida que o grupo petista londrinense iniciou uma luta sindical que rompesse com a estrutura pelega. No entanto, o que pretendemos ressaltar é que a formação da agremiação na cidade não se deu por meio de dirigentes sindicais, mas militantes inseridos nas oposições sindicais, e a busca pela tomada de sindicatos que desestruturassem a máquina administrativa pelega só teve origem depois de consolidado o partido.

O fato nos leva a pensar sobre a originalidade do PT no município se tomarmos a idéia estabelecida por Leôncio Martins Rodrigues. De acordo com essa visão, o Partido aqui não foi original, haja vista que não existia uma figura carismática como Lula e nem um grupo de sindicalistas (embora houvesse alguns pertencentes à oposição sindical). No entanto, a própria trajetória do Partido na cidade, sua inserção nos movimentos sociais, nas diversas pastorais, no meio sindical e sua atuação como um dos principais responsáveis na formação da consciência política dos trabalhadores, mostra a intenção desta agremiação em trazer para o município uma nova forma de fazer política. Portanto, o partido

constituiu ao menos temporariamente uma novidade política em Londrina, independentemente de sua diferença em relação à formação do PT nacional.

A experiência petista londrinense mostra que a busca por conquistas sindicais se deu após o surgimento do partido. Os sindicatos de Londrina não foram marcados pelo fenômeno do “novo sindicalismo”³⁰⁹, pois os sindicalistas eram atrelados ao Estado, com presidentes há mais de 20 anos. Portanto, primeiro fez-se o partido, depois se partiu para os sindicatos:

O sindicato não contribuiu em nada com a formação do PT aqui. Os sindicatos eram pelegos. E o PT se organizou em Londrina, e começou a organizar chapas, sindicatos, ganharam sindicatos de peso. Mas não foi através do sindicato que foi feito o PT, pelo contrário³¹⁰.

Após a criação do partido, os militantes iniciaram uma busca por categorias que tivessem ideais comuns com o PT, e salientavam seu repúdio ao sindicalista pelego: “(...) se fosse sindicalista pelego, a gente não ia atrás, e se quisesse entrar no PT, a gente não deixava”³¹¹. Isso reflete, conforme já foi salientado, a influência dos ideais de São Bernardo do Campo em Londrina, negando em qualquer situação os sindicatos dito pelegos.

Geraldo Fausto dos Santos, conhecido como Ceará, um sindicalista que proporcionou importante contribuição para o crescimento do PT, descreve que sua intenção em se filiar ao partido deve-se ao fato de vê-lo como uma instituição dos trabalhadores, movimentos que lutavam pela terra, nas pastorais, nos movimentos sociais. O motivo de sua inserção na agremiação é o interesse também

³⁰⁹ Embora esse sindicalismo tivesse a sua especificidade, ele havia herdado características dos sindicatos 1945-64, ao mesmo tempo em que, ao longo de seu crescimento, acabou por se adequar à estrutura então vigente, conforme discussão teórica estabelecida no segundo capítulo.

³¹⁰ Depoimento Osvaldo Lima, 25/08/2005.

³¹¹ Depoimento Vander Rodrigues, 19/10/2005. Vander Rodrigues é professor e atuou na associação e sindicato dos professores, um dos fundadores do PT em Londrina. Concedeu entrevista a mim dia 19/10/2005.

no campo eleitoral: “Atuei no partido porque no sindicato não pode eleger prefeito, vereador, então temos que recorrer ao partido”³¹². Sua afirmação comprova que o PT, diferente do que pregava no início de sua formação, almejava as eleições. Para corroborar a tese de que o partido não contou com sindicalistas, a fala de Ceará é totalmente pertinente ao relatar que:

Em Londrina não tinha sindicalistas no PT, ele não foi formado por sindicalistas. Os sindicalistas vieram depois. Mas as oposições sindicais atuaram no partido, o primeiro sindicato que ganhamos foi o Sindicato dos Bancários³¹³.

Após a criação do partido em Londrina, existia a necessidade de conquista das bases, e tomar espaços onde o PT pudesse exercer influência. Assim, uma busca por sindicatos foi iniciada:

(...) passemos então a luta por sindicatos, quase todos os sindicatos em Londrina. Sindicato dos Comerciários, disputamos e perdemos. Sindicato dos Vigilantes, lutamos e ganhamos. Sindicato dos Enfermeiros, disputamos e ganhamos. Sindicato dos Metalúrgicos, esse nós não conseguimos até hoje. O sindicato dos professores sempre foi de esquerda de uma certa forma, pois havia professores na fundação do partido (...) sempre teve na construção de uma nova sociedade que a gente planejava³¹⁴.

Os fundadores apontam que nos anos de 1983, 1984 e 1985 passaram a militar no meio sindical³¹⁵. Além dos sindicatos citados acima, o Sindicato dos Bancários foi o primeiro tomado pelo PT londrinense, pelo fato da Oposição sindical bancária atuar na formação do partido; no Sindicato da Saúde e no da Construção Civil também obtiveram vitória.

³¹² Depoimento Geraldo Fausto dos Santos, o Ceará, 25/05/2006. Em 1983 atuou na oposição sindical, militou no sindicato dos bancários, onde ainda faz parte da direção executiva. Em 1985 iniciou a luta partidária quando “ganhou” o sindicato. Em 1988, foi candidato a vereador, ficando como segundo suplente. Ainda é militante do PT.

³¹³ Depoimento Geraldo Fausto dos Santos (Ceará).

³¹⁴ Depoimento Joaquim Borges Pinto, 29/08/2005. Atuou na oposição sindical bancária no início da década de 1980. E construiu sua trajetória dentro do PT e na direção do Sindicato dos Bancários.

³¹⁵ Depoimento Nedson Micheleti.

Importante é destacar que o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e de Londrina nunca foram ganhos pelos militantes petistas, uma vez que em São Bernardo do Campo a presença do Sindicato dos Metalúrgicos foi extremamente essencial para a constituição do Partido dos Trabalhadores. São Bernardo era um pólo dinâmico da economia e isso havia criado condições para a emergência de um tipo de movimento que não se repetiu em outros lugares. Enquanto no ABCD Paulista havia um conglomerado de empresas que empregava metalúrgicos, em Londrina o mesmo não acontecia. Nedson Micheleti, ao esclarecer que alguns sindicatos nunca foram conquistados, atribuiu essa questão a dois fatores: primeiro porque em alguns casos havia uma organização forte de quem estava do outro lado; segundo porque era difícil ter acesso ao número de filiados na época que estava sob controle da direita:

O Sindicato dos Comerciários nós disputamos várias vezes e nunca ganhamos, porque eles têm um número pequeno de filiados, proporcional à categoria, e aposentados, vinculados à diretoria³¹⁶

Em relação ao Sindicato dos Comerciários, deve ser destacado que são categorias muito vulneráveis, com baixa profissionalização, fáceis de serem substituídos, trabalham em empresas pequenas em que o patrão, regra geral, está presente no local de trabalho e possui enorme controle e poder sobre os seus trabalhadores. Além disso, o chamado peleguismo esteve solidamente implantado nesse setor, no qual há laços de colaboração entre patrões e dirigentes sindicais. Já em relação ao Sindicato dos Metalúrgicos, Nedson diz que em Londrina não emplacou porque este sindicato não tinha tradição de luta sindical. Penso, entretanto, que isso não se explica, pois muitos outros que não tinham essa tradição

³¹⁶ Depoimento Nedson Micheleti.

foram conquistados. Micheleti, por conseguinte, reforça que não havia indústria metalúrgica como referência na cidade, sendo esse um fator importante:

Então, aqui nós tínhamos sindicatos bancários fortes, na época de década de 1980, eram bancos e pessoal da saúde, professores, construção civil era muito forte, Pedro Maria era da turma da igreja, foi seminarista junto comigo, foi o primeiro presidente da construção civil ³¹⁷.

Ceará, como forma de legitimar o fracasso na disputa do Sindicato dos Metalúrgicos, afirma: “(...) é pelego, por falta de liderança, não se transformou em um sindicato de lutas. A oposição é sufocada (...) Não há transparência para lutar” ³¹⁸. O que se pode inferir é que o PT não conseguiu estabelecer uma ligação com a liderança desse sindicato, que ao que me parece não se identificava com o partido.

3.2 A cultura política do Partido dos Trabalhadores em Londrina.

O início da formação de uma *cultura política* petista no município de Londrina foi marcado por uma política “radical”, ou seja, que rompesse com toda a estrutura política vigente, ao refutar, por exemplo, o populismo e dirigida para um setor específico da sociedade: os trabalhadores e oprimidos. Mesmo com esse discurso o partido, legalmente estabelecido em 1981 na cidade, declarava que: “O PT mostra que é viável, porque o trabalhador é viável” ³¹⁹, segundo o primeiro presidente da agremiação, o médico Bruno Piancastelli Filho. A primeira comissão executiva tinha como vice-presidente, o sindicalista Vicente Salomão, a professora Lídia Megumi Saik como secretária e Ayoub Hanna Ayoub como tesoureiro ³²⁰.

³¹⁷ Depoimento Nedson Micheleti.

³¹⁸ Depoimento Geraldo Fausto dos Santos, o Ceará.

³¹⁹ Jornal **Folha de Londrina**, 23, março, 1981, p. 3

³²⁰ Jornal **Folha de Londrina**, 23, março, 1981, p. 3

O crescimento político da agremiação verificou-se, segundo seus fundadores, pela aceitação dos outros partidos, à medida que passou a se impor no cenário político brasileiro. Com cerca de 800 filiados em 1981, Bruno Piancastelli Filho atribuiu essa conquista à inserção do PT nos movimentos sociais da cidade e nas propostas da agremiação, como o fim do regime militar, o estabelecimento da democracia na intenção de sanar as desigualdades sociais, sendo este um projeto em longo prazo:

É um absurdo que aqueles que geram riquezas só tenham como retorno à miséria. Precisamos intensificar o trabalho junto aos camponeses e na periferia, para juntos derrotarmos o regime militar, culpado deste estado de coisas ³²¹.

O Partido dos Trabalhadores era o único partido que não estava nos planos da ditadura, relata seu primeiro presidente, e assim resume e legitima a criação dessa agremiação em Londrina:

(...) nós temos um projeto político para o país, uma nova opção que a participação dos trabalhadores nas tomadas de decisão, na vida do país. O PT nasce para responder às necessidades cotidianas dos trabalhadores³²²

O PT representa o novo, uma nova alternativa e a única opção para o fim da exploração dos trabalhadores, e no caso aqui concreto, do município de Londrina. Além disso, a instituição partidária é diferente dos restantes porque não vive somente para eleições ou somente nas eleições. Mas, uma vida real, concreta, no dia a dia dos trabalhadores, ao estar presente nas lutas sindicais, nos bairros, no campo. Apresentava, portanto, duas diretrizes: uma prática, uma ação política para transformar a sociedade; e a campanha eleitoral, o discurso e promessas, sendo

³²¹ Jornal **Folha de Londrina**, 23, março, 1981, p. 3

³²² Jornal **Folha de Londrina**, 02, out, 1981, p. 3.

que havia um longo debate no interior do partido sobre participar ou não do processo eleitoral.

A *cultura política* do PT em Londrina, portanto, verificou-se por um discurso dirigido aos trabalhadores, e pela intenção de ser uma instituição que negava as eleições como algo primordial. O processo de filiações mostrou-se um importante elemento na revelação dessa cultura partidária. Por exemplo, Geraldo Fausto dos Santos, o Ceará, declarou que precisou fazer cursos, conhecer o estatuto para se filiar em 1985 e que existia um compromisso histórico e ideológico de fazer o partido crescer. Cheida, por sua vez afirmou: “(...) o PT era um partido que para aceitar militância tinha que fazer curso de formação política³²³”. Essa diretriz reflete uma característica importante do partido, na qual havia um comprometimento ideológico, as pessoas ao assinarem sua filiação declaravam, automaticamente, a aceitação das normas e valores políticos do PT.

O militante do PT londrinense da época e membro da organização PCBR, Marcos W. Reale Lemos, relatou que a busca por filiações era feita também pelo grupo ao qual estava vinculado. Nesse processo, relata Lemos os militantes destacavam a figura do Lula e principalmente solicitava que o eleitor lesse o manifesto e o estatuto do PT:

Porque o PT deveria tomar corpo, a gente batia nas casas, mostrava o manifesto, o estatuto, falava é o partido do Lula, aquele operário, lá do ABC, eles perguntavam é do barbudo? E a gente fala é isso, muita gente aceitava. A gente conversava, falava que era um novo partido, uma nova alternativa³²⁴.

³²³ Depoimento Luiz Eduardo Cheida.

³²⁴ Depoimento Marcos Wilson Reale Lemos. Cientista social, foi membro do PCBR e buscou no PT, segundo ele, um modo de participar legalmente da política. Envolveu-se em 1986 numa ação política no Salvador, onde executou um assalto na intenção de buscar recursos para o PCBR. Foi preso durante 10 anos.

Não obstante, Nedson Micheleti, em relação às filiações, apresenta uma outra versão: a de que os militantes possuíam a missão de legalizar o partido a qualquer preço para concorrer às eleições de 1982, por isso as filiações aconteciam sem nenhum comprometimento ideológico:

Então, nós saíamos num domingo, uma turminha e íamos para as cidades aqui da região: Bela Vista do Paraíso, Alvorada, Primeiro de Maio, Porecatu, nos bairros, bater palma na porta da casa, de desconhecido e perguntava se aceitava se filiar no PT somente para dar o número de filiado, e número de cidades para a legalização para fundar o partido³²⁵.

Devido às divergências entre os militantes, interpreto essa questão da seguinte forma: o processo de filiações com a finalidade de legalizar o partido do Paraná, para concorrer às eleições em 1982, foi um caso específico. Penso que as filiações não seguiram um único caminho, houve situações em que a necessidade de conhecer o estatuto era regra obrigatória; em outros momentos algo secundário, ao ficar na dependência dos interesses envolvidos. Assim como também tiveram momentos em que alguns grupos sob a direção de organizações faziam uma filiação de cunho mais ideológico, o que implicava leitura, aproximação, debate; outros seguiam a estratégia da filiação a qualquer custo. Claro que o processo de filiações sofreu mudanças com a consolidação e crescimento do partido em Londrina, questão que será analisada em momento posterior quando a discussão sobre as modificações culturais for estabelecida.

A questão das filiações revela como os processos de memórias são importantes, nos quais cada um privilegia determinados aspectos. As filiações no início eram muito mais comprometidas ideologicamente. Em Londrina havia cursos de formação política, organizados em bairros onde o PT tinha uma inserção

³²⁵ Depoimento Nedson Micheleti.

significativa através dos movimentos sociais. O Estatuto, por exemplo, deveria ser lido aos futuros militantes antes de se filiar. Esse fato, no entanto, não nega a possibilidade de que mesmo no início da formação do PT em Londrina tivessem pessoas que se filiavam sem comprometimento algum.

Importante ressaltar ainda em relação às filiações é a sua ligação com a figura do Lula. Uma fração que não tinha militância nenhuma, nunca havia participado de partido nenhum, só se filiaram ao PT em virtude do Lula³²⁶, por associarem o partido à sua imagem. Afinal, em São Bernardo do Campo, a atuação de Lula nas greves e nos sindicatos permitiu que ele se tornasse a figura chave para a formação de um partido dirigido pelos trabalhadores.

O filiado número um do PT de Londrina, por exemplo, foi Seu Justino, um catador de papel, residente na Favela da Caixa Econômica Federal. Claro que esse fato não passou de uma estratégia política na intenção de legitimar a formação de um partido que fosse, de fato, dos trabalhadores, seria uma contradição com a ideologia do PT ter como primeiro filiado um médico ou um empresário.

3.2.1 As eleições de 1982.

Na campanha eleitoral de 1982³²⁷ o Partido dos Trabalhadores apresentou programas condizentes à sua *cultura política* original. Respeitando o sistema do voto vinculado, em que as agremiações deveriam apresentar candidatos de todos os níveis (Governo do estado; senado; deputado federal e estadual; prefeito e vereador), o eleitor era obrigado a votar em candidatos do

³²⁶ Depoimento Osvaldo Lima.

³²⁷ Nas eleições de 1982, o PT estava organizado no Paraná em 98 municípios, 72 diretórios.

mesmo partido. Concorreram ao governo do Paraná, os candidatos: Edéssio Passos, advogado trabalhista que apoiava oposições sindicais e ex-militante da Ação Popular no Paraná ³²⁸, e como vice José Luiz da Silveira Baldy, médico, importante ator social na construção do PT londrinense. No senado, o operário Manoel Isaias de Santana. Em Londrina, os candidatos à prefeitura foram Osvaldo Lima e como vice Luiz Eduardo Cheida.

O programa do governo estadual, completamente interligado ao municipal e ao nacional, apresentou os seguintes objetivos³²⁹:

1) *levar seu programa aos trabalhadores, usando a campanha para dar continuidade às lutas sociais e para aumentar a organização e a consciência política do povo;*

2) *Constituir-se na expressão partidária que aglutina os trabalhadores numa proposta que representa na luta contra a ditadura, os interesses e as reivindicações do movimento popular. Além disso, visa fortalecer uma iniciativa política diferenciada da oposição liberal burguesa, colocando a questão do poder político do ponto de vista dos trabalhadores.*

3) *Participar da campanha eleitoral lado a lado com as organizações operárias e populares*

4) *Impor uma derrota eleitoral à ditadura e as forças que a apóiam direta ou indiretamente. Denunciar durante a campanha as regras eleitorais da ditadura, como por exemplo, a série de pacotes do governo.*

A intenção de legitimar a participação do Partido dos Trabalhadores nas eleições, apresentando-se na luta pelo poder é explícita nos objetivos acima, ainda que pese o fato das eleições serem realizadas ao lado das lutas sociais e na organização da consciência política do trabalhador. Isso mostra a necessidade desta agremiação em justificar suas decisões pela via parlamentar. Outro valor a ser destacado é o discurso direcionado à luta pelo operário e uma oposição explícita em relação às idéias liberais e aos burgueses.

³²⁸ Sobre a Ação Popular no Paraná ver: DIAS, Reginaldo Benedito. **Sob o signo da revolução brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná – 1962 – 1973**. EDUEM: Maringá, 2003.

³²⁹ Publicado no jornal **Folha de Londrina**, 22/06/1982, p. 3.

Baldy ainda justifica a sua entrada no PT, relatando que nunca havia participado de nenhuma agremiação. O surgimento da agremiação veio oferecer opções diferentes, ao apresentar candidaturas representativas das aspirações populares. Baldy termina dizendo: “O povo unido e aglutinado em torno de um partido político que o represente, como o PT, poderá mudar os rumos dos ventos”³³⁰.

Na opinião da professora Rosemary Fridman Angeli, outra agente social importante do PT regional, disse que a campanha só teria sentido se servisse à mobilização da população e se propagassem as idéias do partido, ao negar a propaganda pessoal: “O Partido dos Trabalhadores tem propostas para transformar as estruturas erradas desse país e vai aproveitar o momento da campanha para divulgá-las”³³¹.

O programa eleitoral de 1982 deixava claro que a instituição partidária não alimentava qualquer ilusão de que a luta parlamentar mudaria efetivamente as estruturas do país. Percebe-se a necessidade do Partido em reafirmar que a opção parlamentar não excluiria a inserção nos movimentos populares. A única possibilidade nas eleições era a ampliação dos quadros do partido e a divulgação do programa político do PT, resumidas nas bandeiras Terra, Trabalho e Liberdade:

(...) existe o domínio das oligarquias em todos os seus níveis, a evasão rural é grande, o desemprego se alastra e a opressão se mantém, embora de maneira sutil e disfarçado, através de critérios ideológicos³³².

³³⁰ Jornal **Folha de Londrina**, 22/06/1982, p. 3

³³¹ Jornal **Folha de Londrina**, 08/08/1982, p.3

³³² Jornal **Folha de Londrina**, 22/06/1982, p. 3

Sem dúvida, o discurso era dirigido aos oprimidos, e o PT, de fato, levou essas idéias nas suas atuações em diversas lutas políticas e sociais em Londrina. O comprometimento nessas eleições também era o de propagar as idéias do PT, para que a grande maioria de uma classe excluída da sociedade pudesse conhecê-la.

Os petistas deixavam claro que a campanha de 1982 seria a mais barata, com uso de jornais e papéis velhos. A intenção era apresentar uma certa identidade com os trabalhadores, ao mostrar uma estrutura econômica frágil. Ainda em relação à justificativa do PT participar das eleições, a agremiação foi clara quando em entrevista ao jornal *Folha de Londrina*, afirmou que não estaria participando das eleições apenas para cumprir a lei, mas como uma alternativa a mais na busca de uma sociedade mais justa ³³³, afinal “o PT não é um partido de véspera de eleições: ele se apóia nos movimentos populares” ³³⁴.

A escolha dos candidatos Osvaldo Lima e Luiz Eduardo Cheida para disputar as eleições municipais em 1982 não tem um entendimento comum entre os militantes. Osvaldo Lima foi votado por unanimidade na convenção partidária. Diferente foi o caso de Luiz Eduardo Cheida, enquanto ele afirma haver ficado surpreso pela sua indicação, Nedson Micheleti salienta que a sua entrada no PT foi uma estratégia política que tinha por intenção lançá-lo candidato:

No começo era todo mundo junto ali, aí na eleição de 1982, o partido lançou vários candidatos, aí o Cheida entrou, o grupo dele entrou para ser candidato, (...) ele saiu da chamada tendência popular do MDB, para ser candidato a vice-prefeito, o último dia de prazo para filiação³³⁵.

Diferente é a própria versão apresentada por Cheida que diz haver entrado para o partido devido à sua militância e ao seu trabalho popular, sem nunca haver pensado

³³³ Folha de Londrina, 24/08/1982.

³³⁴ Folha de Londrina, 08/08/1982, p.3.

³³⁵ Depoimento Nedson Micheleti.

em candidatar-se. Ao relatar sua experiência política, Cheida procurou valorizar, o que é natural acontecer num processo de memória, seu papel desempenhado na história política londrinense. Sua militância começou em 1977, como presidente do diretório acadêmico de medicina, ligado ao grupo Poeira da UEL numa interface com o movimento popular e estudantil. Por volta de 1979, iniciou um trabalho de alfabetização popular na região sul da cidade:

Era na verdade quase uma favela, então eu tinha aula durante o dia, trabalhava também porque eu dava aula, e á noite, quase que diariamente eu dava aula do método Paulo Freire que nós aprendemos lendo, conversando, aprendemos e fomos dar aula. Eu dei aula até em 1981³³⁶.

Em 1978/79 Cheida entrou no antigo MDB, fez parte da primeira executiva do PMDB de Londrina, sendo filiado número 8. Em 1981, relata Cheida que houve o atentado do Rio-centro³³⁷, aquele atentado à bomba no qual morreram alguns policiais, e sua decepção foi quando o Ulysses Guimarães, presidente do partido, resolveu dar um apoio ao general Figueiredo, então presidente do Brasil para dirimir aqueles atos de terrorismo:

E eu achei aquilo um absurdo, um ato de terrorismo é filho de da ditadura, como é que o Ulysses Guimarães vai dar apoio ao Figueiredo que patrocina a ditadura para resolver o atentado ao Rio-Centro. Foi colocada na executiva do PMDB onde tinha Wilson Moreira, Richa, Álvaro Dias, expoentes da política, e eu ainda recém formado coloquei um voto de repúdio ao Ulysses Guimarães, a união toda se virou contra mim, e deram um voto de louvor ao Ulysses Guimarães pela atitude e eu não tive dúvida, saí do PMDB naquele momento³³⁸.

³³⁶ Depoimento Luiz Eduardo Cheida.

³³⁷ Atentado do Rio-Centro foi um ataque a bomba frustrado contra o Pavilhão Rio-Centro no dia 30 de abril de 1981. Na data realizava-se no edifício um show em homenagem ao Dia do Trabalho. Na ocasião o governo acusou como culpado pelo atentado os integrantes radicais da esquerda. Essa hipótese já não tinha sustentação na época e atualmente já se comprovou, inclusive por confissão, de que o atentado no Rio-Centro foi uma tentativa de setores da ditadura de fazer crer que era necessária uma nova onda de repressão e paralisar a lenta abertura política que estava em andamento.

³³⁸ Depoimento Luiz Eduardo Cheida.

Cheida saiu do PMDB junto com grupo de aproximadamente 10 pessoas, que na época era chamada de Tendência Popular do MDB, liderada pelo José Genoíno, em nível nacional. Sua entrada no PT, segundo ele, foi através de um convite de Ayoub Hanna Ayoub.

No mesmo período em que retrata a sua inserção no PT, Cheida dizia fazer um trabalho assistencialista: “Eu formulava a minha vida como médico (...) fazendo um trabalho (...) assistencialista, mas eu não me tocava que era um trabalho assistencialista, achava que era um trabalho bom, humanitário”³³⁹. Todavia, não podemos deixar de pensar que qualquer trabalho dito assistencialista tem o intuito de criar uma organização.

Esta ação política que Cheida dizia realizar era no bairro Novo Amparo, um dos mais violentos de Londrina:

No sábado de manhã eu ia atender no Novo Amparo, no centro comunitário, eu a Brígida, esposa do Nilson Ladeia, secretário hoje do Nedson. A gente ia atender no Novo Amparo, e umas séries de vezes fomos ameaçados, com revolver inclusive, o pessoal invadia, mandava a gente sair, era uma bandidagem terrível. Ficávamos no centro comunitário, a gente improvisava uma máquina, e eu atendia as pessoas ali, atendia e receitava, era um trabalho comunitário. Aliás, eu acho que eu nunca disse isso, você é a primeira pessoa que eu estou falando, era um trabalho que durou 2 anos e era um trabalho muito bonito, porque não existia esse negócio de posto de saúde, centro de saúde. (...) As pessoas tinham dor nas costas, tinha febre, uma diarreia e não tinha onde ir, ou pagava médico particular ou você ia como indigente, não contribuinte. E nós atendemos um bom tempo ali. Aí eu já estava no PT³⁴⁰.

Cheida continuou fazendo esse trabalho comunitário durante os primeiros anos em que esteve no PT, um trabalho em si assistencialista que não conscientizava nenhum trabalhador e nem criava mecanismos de luta por direitos sociais, pelo menos não diretamente. A população nunca iria ter chances de adquirir uma vida

³³⁹ Depoimento Luiz Eduardo Cheida.

³⁴⁰ Depoimento Luiz Eduardo Cheida.

digna através da aquisição de direitos relacionados à saúde se o ex-prefeito petista de Londrina continuasse atendendo as pessoas no Centro Comunitário, mesmo que de alguma forma discursasse com elas a respeito de direitos políticos e sociais, na intenção de formar alguma organização.

É relevante destacar, em meio a tudo isso, que Luiz Eduardo Cheida afirmou que não queria ser candidato à vice-prefeito em 1982, contrariando o relato de Nedson Micheleti ao destacar a entrada de Cheida e seu grupo no partido com a finalidade de concorrer às eleições. Cheida devido à sua opção em manter seu trabalho comunitário, que segundo ele, era o que mais gostava de fazer: “Uma boa parte queria um vice-prefeito que fosse um operário (...) porque o slogan do PT (...) era Partido dos Trabalhadores, Partido sem patrão, então não se admitia que se tivesse um patrão na chapa”³⁴¹. O fato, relata ele, foi que não encontraram nenhum operário que pudesse preencher o cargo de vice, foi então, que o nome de Cheida foi reverenciado e defendido por alguns petistas presentes na convenção. Ele, no entanto, afirmou ter recusado o pedido: “(...) eu queria continuar ajudando (...) eu não estava no partido para ser candidato a nada, não tinha essa vontade de ser candidato”³⁴². O fato foi que, devido às pressões, Cheida salientou que resolveu aceitar ser candidato a vice, sessenta dias depois de sua entrada no PT.

É plausível a hipótese de que Cheida já programava concorrer à eleição e tinha apoio de um grupo inserido no PT. Isso é possível pelo fato de que como ele poderia haver sido aceito como candidato, se ele mesmo afirmou que o Partido não o recebeu bem pelo fato de ter sido ex-militante do PMDB e médico, visto por muitos como um burguês. Cheida não havia atuado em reuniões que se

³⁴¹ Depoimento Luiz Eduardo Cheida.

³⁴² Depoimento Luiz Eduardo Cheida.

discutiam o projeto petista, não tinha comprometimento ideológico com o partido, pelo menos no início. Sua entrada na instituição partidária foi provavelmente uma estratégia política de quem o via como um referencial importante no movimento estudantil e popular, adquirido também nos trabalhos comunitários que construiu na cidade de Londrina. No entanto, somente um depoente aponta essa hipótese, a documentação existente não mostra dados suficientes para afirmar categoricamente que Cheida entrou no PT para ser candidato. A escolha podia ter sido feita também por eliminação, até porque havia uma grande dificuldade em escolher candidatos no início, porque muitos não podiam ser, pois corriam o risco de perder o emprego.

Na entrevista concedida para a realização deste trabalho, Luiz Eduardo Cheida foi questionado em relação ao seu interesse em se candidatar, pois se queria apenas continuar realizando trabalhos comunitários, porque se manter filiado a um partido? O ex-prefeito mostrou-se inquieto com a pergunta, fez pausas, mas respondeu:

Não, meu trabalho antes de ser comunitário, ele já era... ele... era apartidário porque na nossa concepção na época (...) havia duas linhas no pensamento da esquerda, como existe até hoje: uns que achavam que não adiantava ir atrás de partido nenhum, que você tinha que partir para organização das massas, dentro dos sindicatos, nas associações de bairro que estavam começando, do campo, no movimento camponês, e fazer uma aliança operária camponesa que pudesse conquistar o regime democrático, o regime socialista, essa era a visão. Uma outra visão que nós tínhamos que era dentro do POEIRA, era uma visão mais maoísta, é que o partido era fundamental, não necessariamente os partidos burgueses, mas que num determinado momento o avanço da consciência das massas ia desembocar num partido político de massas, de lutas³⁴³.

Cheida, portanto, defendeu a idéia de que num determinado momento existia a necessidade de constituir um partido amplo, democrático porque acreditava na necessidade de se construir uma agremiação de massas. É possível corroborar a

³⁴³ Depoimento Luiz Eduardo Cheida.

tese de que se Cheida acreditava no partido como um espaço de conscientização das massas, o seu trabalho, que segundo ele era assistencialista, tinha o intuito de formar algum tipo de organização ou conscientização política, afinal não podemos conceber os movimentos populares ou trabalhos em bairros completamente dissociados do partido, mesmo que sejam instituições independentes.

O regime militar (1964-1985) trouxe muitas dificuldades para o PT se manter e se desenvolver, uma delas foi o voto vinculado nas eleições de 1982. Quando o partido estava em processo de organização de núcleos, o voto vinculado acabou por representar um empecilho para a sua consolidação, pois os militantes tiveram que direcionar as suas forças para a via institucional, “deixando”, paulatinamente, os núcleos e os movimentos sociais.

Além de organizar o PT em Londrina, os membros foram encarregados de ajudar a organizar o PT no estado. O voto vinculado se apresentou como um grande problema, pelo fato do eleitor ser obrigado a votar em candidatos do mesmo partido, e o PT ainda não tinha grande espaço político, e teve que lançar candidatos para todos os cargos: governo do estado; senado; deputados; prefeitura e vereadores. Esse foi um dos motivos que os fundadores do Partido apontaram em Londrina, como o responsável pelo “desespero” do PT em ampliar suas bases, mesmo que se para isso tivesse que fazer alianças ou profissionalizar a instituição.

Embora Osvaldo Lima considere a Lei Falcão³⁴⁴ democrática, pois não permitia que se prevalecesse o poder econômico, não podemos esquecer que essa lei impedia o debate das idéias políticas, e nesse sentido, é problemático

³⁴⁴ A Lei Falcão foi decretada em 1976, tinha a intenção de limitar a propaganda eleitoral dos candidatos no rádio e na televisão. Apenas o retrato dos candidatos e um breve resumo de suas atividades políticas podiam aparecer na TV.

considerá-la democrática. É possível que a afirmação do Osvaldo Lima seja uma típica construção de memória a *posteriori*. Afinal, na época o partido se pronunciou contra a Lei Falcão, havia um combate em relação a ela. A lei acabou por dificultar também o lançamento de candidatos do PT em Londrina, porque a maioria não era conhecida:

não tinha o mínimo de estrutura, mas em virtude da legislação, tivemos que colocar candidatos em todos os níveis, e aí fui candidato a prefeito e o Cheida, meu vice, não fizemos nenhum vereador em Londrina, passou longe, mas foi o primeiro passo do partido em disputar a eleição (1982) ³⁴⁵.

Cheida, à época, numa entrevista à imprensa, deixou claro o seu repúdio à Lei Falcão e reforçou a dificuldade do voto vinculado, no qual os candidatos eram proibidos de terem acesso aos meios de comunicação para colocarem seus programas e debater opiniões contrárias. Para ele, existia um paradoxo: o pluripartidarismo e a obrigatoriedade de votar em um só partido ³⁴⁶.

A primeira dificuldade, portanto, do PT não só em Londrina, mas em todos os lugares onde o partido havia sido formado, foi o de legalizá-lo e para isso era necessário um número significativo de filiados. É nesse contexto que se justifica a busca por filiações de pessoas descomprometidas ideologicamente com a instituição.

Se o PT não conseguisse a legalização não poderia concorrer às eleições e estaria “fora” do campo político. A agremiação naquele momento buscou nos núcleos e movimentos sociais novos filiados, como também iniciou trabalhos em bairros e, de porta em porta apresentavam o estatuto do partido na intenção de conquistar novos militantes. Mas, não foi naquele momento que o partido se

³⁴⁵ Depoimento Osvaldo Lima.

³⁴⁶ Folha de Londrina, 14/06/1983.

institucionalizou, abandonado as lutas sociais. Aliás, um dos objetivos apresentados na campanha das eleições de 1982 foi a necessidade do partido em construir laços com o movimento social, organizarem-se nos núcleos do partido e estabelecer debates com as bases, sem excluir os cursos sobre questões conjunturais e problemas específicos do movimento operário e popular ³⁴⁷.

O primeiro processo eleitoral que o Partido dos Trabalhadores participou foram as eleições de 1982. Os resultados obtidos não foram satisfatórios em Londrina para os militantes. Mas é necessário considerar que a agremiação acabava de se legalizar, e iniciava aos poucos seu processo de conquista de base eleitoral. Mesmo com esses fatores, o partido teve mais votos que o único candidato do PTB na cidade, e quase o mesmo número de votos de um ex-prefeito, Dalton Paranaguá (1969 –1973).

Eleições 1982 - Prefeitura de Londrina

Wilson Moreira	PMDB	40,00%
Oswaldo Macedo	PMDB	31,00%
Angelo Simeão	PDS	17,00%
Manoel Garcia	PDS	7,00%
Dalton Paranaguá	PDS	1,14%
Oswaldo Lima	PT	1,11%
Antonio Ribeiro	PDT	0,79%
Antonio Franco	PMDB	0,92%
Guilherme Mazironi	PTB	0,44%

Porcentagem aproximada em relação aos votos válidos.

Fonte: **Folha de Londrina**, 19/11/1982, p. 1.

³⁴⁷ Folha de Londrina, 19/07/1982.

Em Londrina, foram eleitos 15 (quinze) membros do PMDB e 6 (seis) do PDS para a Câmara de Vereadores ³⁴⁸. Para o governo do estado, o candidato do PT, Edésio Passos, obteve o quinto lugar. E no senado Manoel Isaías atingiu também o quinto lugar ³⁴⁹.

3.2.2 Os núcleos de base, a Igreja e os movimentos sociais.

O Partido dos Trabalhadores tanto em nível nacional quanto em Londrina, conforme foi discutido no primeiro e segundo capítulos, manteve um interesse, mais que isso, um compromisso político pela formação de núcleos de bases. A idéia era construir um partido que representasse e fosse dirigido pelos trabalhadores, e nesse sentido, ele seria diferente: “Eu acredito que durante um bom período do PT, a ênfase que a gente dava era nos movimentos sociais, numa democracia muito forte, apoiada no movimento sindical autêntico” ³⁵⁰.

Ao ser questionado sobre o impacto da formação do PT em Londrina, um dos fundadores responde:

eu acho que deu um choque na elite em Londrina, não só em Londrina, mas no país todo. Deu um choque no primeiro momento, ganhou Londrina. Mas teve que se adequar a uma constituição, tem que andar de acordo com os padrões da constituição, você governa de acordo com aquilo que está colocado e é permitido ³⁵¹.

Juntamente com a crença em estabelecer os núcleos e se inserir nos movimentos sociais, uma das primeiras normas do PT foi declarar uma posição

³⁴⁸ Folha de Londrina, 20/11/1982, p.4-5.

³⁴⁹ Folha de Londrina, 21/11/1982. José Richa do PMDB se elegeu como governador do estado, e Álvaro Dias também do PMDB foi eleito senador.

³⁵⁰ Depoimento Vander Rodrigues.

³⁵¹ Depoimento Joaquim Borges Pinto, 29/08/2005.

anti-Belinati³⁵², defender uma política que fosse contrária ao populismo, uma vez que esta era identificada como uma política da burguesia, da direita, que tinha a intenção de manipular a massa por meio do atendimento de pequenas reivindicações, que nunca se transformariam em direitos.

Os fundadores destacam que além de estruturar uma política anti-Belinati na cidade, o Partido não visava à eleição, mas a organização do povo, através de núcleos de base, conforme aconteceu com o PT em nível nacional. Alguns núcleos de base que os depoentes apontaram em Londrina foram: Jd. Leonor; Jd. Marabá; União da Vitória; e dois núcleos formados por profissão: bancários e professores, num primeiro momento todos tinham caráter deliberativo, tornando-se, mais tarde, instituições de caráter consultivo³⁵³. A estrutura do PT era de baixo para cima, portanto, quem tomava as decisões seriam os militantes organizados nos núcleos. Além de decidirem questões pertinentes ao Partido, os núcleos tinham um plano de trabalho que pretendia:

Priorizar a formação política dos militantes do PT. Entendemos essa formação política como um processo ligado à reflexão sobre a nossa prática, extraindo daí propostas que contribuam para o avanço dos movimentos que atuamos (...). Socializar os nossos conhecimentos a todos o acesso às informações que permitam o avanço de nossa atuação e de nossas instâncias partidárias³⁵⁴.

Havia, portanto, cursos e palestras nas reuniões de núcleos sobre os temas *economia política, história dos partidos no Brasil, constituinte, pacto social*³⁵⁵,

³⁵² Antônio Carlos Belinati foi prefeito em Londrina em três momentos, sendo que no último teve seu mandato cassado: 1977-82; 1989-92; 1997-2000. Filho de ferroviário, Belinati iniciou sua carreira como comerciante, tornando-se mais tarde radialista. Obteve vitórias através de uma penetração popular conseguida por meios de seus programas diários voltados para as camadas populares e para a juventude local. A importância do rádio era o contato com a grande massa, conseguido pelo “falar fácil”. Ver: CESÁRIO, Ana Cleide C. **Poder e partidos políticos em uma cidade média brasileira: um estudo de poder local: Londrina-Pr. – 1934-1979**. Tese de doutorado. Depto. De Ciências Sociais – USP, 1986.

³⁵³ Depoimento Vander Rodrigues.

³⁵⁴ Fonte: Boletim nº 01 – Núcleo dos estudantes. Abril/1985.

³⁵⁵ Fonte: Boletim nº 01 – Núcleo dos estudantes. Abril /1985.

com vistas a conscientizar e formar o militante petista. A idéia de se pregar à formação de cursos pode ser interpretada de várias maneiras. A intenção poderia ser para conscientizar os trabalhadores, como também poderia servir de um aparelho ideológico que reproduzisse um discurso de “cima”, dos dirigentes partidários ou dos líderes do núcleo com vistas a controlar uma parte da população. Nesse sentido, é complexo caracterizar o núcleo dos estudantes, ou até mesmo dos professores, como democracia direta, sem representantes, aliás é praticamente impossível pensar em democracia direta em sociedades complexas e populosas.

Durante os primeiros anos do partido, os cursos de formação política eram freqüentes, sempre ministrados por militantes que atuavam em núcleos de bairro. Por exemplo, no Jd. Marabá e no Jd. Bandeirantes houve a realização de cursos apostilados com duração de 1 (uma) semana com noções básicas sobre a sociedade capitalista, seus mecanismos de sustentação e exploração e formas de luta para modificá-las, encerrando com o tema: o que é socialismo³⁵⁶. Havia uma íntima ligação entre os cursos de formação com os núcleos existentes, a extinção de um implicou a extinção do outro.

Estudantes universitários ligados ao PT também articularam a formação de um núcleo no interior do movimento estudantil de Londrina. Segundo, o vice-presidente do DCE em 1984, Ronaldo José Ribeiro, a formação de núcleos partidários no seio do movimento estudantil não era prejudicial aos interesses acadêmicos, embora tenha destacado à época a importância em não permitir que as entidades se tornassem aparelhos dos partidos políticos: “mas, a atuação do estudante dentro de algum partido e a sua própria organização em núcleos é

³⁵⁶ Folha de Londrina, 18/11/1983.

saudável”³⁵⁷. Pensar a atuação do PT na universidade, leva-nos a indagar sobre a formação política que os professores estavam adquirindo e a implicação disso no currículo estudantil ou até mesmo na posição como educadores e formadores de opinião. Sem dúvida, a adesão de universitários ao projeto petista fez com que os ideais do PT alcançassem, pelo menos em parte, a elite intelectual londrinense.

Um documento publicado pelo Núcleo de Estudantes da UEL apresenta e discute a participação do PT na campanha de gratuidade, ou seja, o fim do pagamento de mensalidades na Universidade:

(...) constatamos que o acúmulo de força ainda apresenta certa insuficiência e que, portanto, a luta imediata do CONGELAMENTO DO CRÉDITO deve ser o ponto de partida dentro dessa campanha, assumindo prioridade, sendo que no desenrolar das formas de lutas, o BOIOCOTE ÀS MENSALIDADES, com recolhimento de carnês, seguido da paralisação geral, vêm consolidar nosso poder de barganha junto à reitoria³⁵⁸.

O documento é finalizado com uma convocação aos estudantes para uma reunião. Nela deveria ocorrer a apresentação e discussão de programa e plataforma para uma nova gestão, visando dessa maneira selar um levantar compromisso com os estudantes. Esse documento revela que ao menos uma parte do PT tendia à estatização, como também o boicote às mensalidades.

O movimento estudantil na UEL ainda critica a idéia de privatizar a universidade ou tratar o ensino como uma mercadoria a ser vendida e defendem a produção de um conhecimento voltado aos interesses da classe trabalhadora, o que reflete a participação de estudantes e professores da UEL no PT. O documento defende ainda a descentralização e autonomia da universidade, como o ensino

³⁵⁷ Folha de Londrina, 09/05/1984

³⁵⁸ Núcleo de Estudantes da UEL – PT, sem data. No entanto, tudo indica que o documento é do período de 1984-1986 em decorrência da luta pela gratuidade do ensino público ter sido nessa época. O DCE neste momento contou com participação de militantes petistas quando teve como presidente Reginaldo Melhado, atual juiz do trabalho em Rolândia.

gratuito e ressalta o papel do movimento estudantil, conclamando o mesmo a ter novamente a repercussão como na época do grupo articulado em torno do POEIRA³⁵⁹, movimento do qual Luis E. Cheida participou ainda no regime militar, e acabou por se institucionalizar por meio do Partido dos Trabalhadores³⁶⁰.

Durante a formação desses núcleos, e na inserção do PT nos movimentos sociais na cidade, o partido passou a ampliar seus espaços de sociabilidade³⁶¹, ao tornarem-se complexas suas relações sociais e políticas. Assim, ao formar um novo espaço ou se engendrar em um já existente, o partido criou lideranças e alterou suas atividades políticas à medida que formava novas sociabilidades.

³⁵⁹ O Grupo POEIRA era uma frente democrática muito ampla, com a presença de uma tendência de esquerda muito significativa no movimento. Publicava o Jornal *Poeira*, que tinha uma linguagem clara, através do GEIE-Grupo de Estudos de Imprensa Estudantil. Lutavam pela autonomia universitária, pelo ensino gratuito e pelo "DCE Livre". O DCE livre foi estabelecido em 1981 mas não era reconhecido pela UEL como órgão oficial e representativo dos estudantes. Ver: OIKAWA, Líria Yurika. **Jornal Poeira: instrumento de mobilização do movimento estudantil em Londrina**. Londrina: Ed. UEL, 1989.

³⁶⁰ Fonte: PT: núcleo dos estudantes da UEL.

³⁶¹ A palavra sociabilidade foi designada por muito tempo para classificar pessoas e grupos em sociedade, sinônimo de socialização, agrupamento, etc. Maurice Agulhon através de um balanço crítico repensou as perspectivas de abordagem do tema. O autor propôs o conhecimento das sociabilidades não pela intuição nem pela impressão, mas pela densidade da existência de associações constituídas e suas mudanças no tempo e espaço. Instrumento analítico e/ou categoria histórica, a sociabilidade refere-se a um conjunto de formas de conviver com os pares, como um "domínio intermediário" entre a família e a comunidade cívica obrigatória. As redes de sociabilidade são entendidas assim como um "grupo permanente ou temporário, qualquer que seja seu grau de institucionalização, no qual se escolha participar". Segundo o autor, a sociabilidade teria dois sentidos: um amplo, envolvendo formas mais gerais de relações sociais; e um mais restrito, relacionado às formas específicas de convivência com os pares. Para Agulhon a "sociabilidade moderna" data do século XIX e é um fenômeno político ligado às idéias de civilização e de democracia próprias ao contexto da época. Portanto, sociabilidade é vida organizada, sendo que as associações são as mais variadas.

O intuito do autor é o de também elaborar uma tipologia das sociabilidades, ou seja, estudar o movimento associativo de uma organização, e ainda, verificar como as atividades políticas apresentam crescimentos, formando novas sociabilidades associadas à modernidade política. Os espaços de sociabilidade aumentariam à medida que um partido (para dar exemplo de uma organização) atinge uma maior participação política, modificando assim a sua *cultura*. Ver: AGULHON, Maurice. **Penitents et francs-maçons de l'ancienne Provence**, Paris: Fayard, 1968; AGULHON, Maurice. Depoimento. In: NORA, Pierre (org). **Ensaio de ego-história**, Lisboa: Difel, 1989.

Ao mesmo tempo em que a agremiação buscava novos espaços para atuar e fazer ser conhecido seus ideais, os fundadores apontaram como grande empecilho para a luta dos direitos sociais, o afastamento do partido dos núcleos de base, pois à medida que a instituição partidária sofria burocratização, deixava de acatar as decisões dos núcleos. Esse foi um primeiro elemento que contribuiu para as mudanças do partido em relação aos objetivos e ideais originais.

Num Encontro Municipal realizado em 1991, quando o Partido já estava completamente estabelecido e tinha uma participação política importante em Londrina, o PT declarou a preocupação com o papel dos núcleos ao verificar um certo distanciamento da agremiação com as bases, com a existência de líderes e tendências no controle desses núcleos:

núcleos não são sucedâneos das células dos partidos leninistas. Também não são propriedades desta ou daquela tendência que os organizaram. Mas não é possível constituir-se um partido de massas se não existir uma política de nucleação aplicável³⁶².

Verifica-se o paradoxo: os núcleos são formados por determinadas tendências, mas ao mesmo tempo devem existir por ser um mecanismo importante na constituição de um partido dos trabalhadores ou de massa como quer o documento. Essa política de nucleação deveria ser valorizada com poder de decisão dentro do partido, como diz o documento, não somente como caráter consultivo: “(...) devem ser considerados como abertos de convivência, de formação política, de intervenção, (...) de discussão das deliberações partidárias e, inclusive, de crítica dos organismos dirigentes”³⁶³.

Embora o PT saliente a importância da existência de núcleos para a sua “democratização”, a agremiação observa que eles não estavam cumprindo com esse objetivo:

³⁶² Encontro Municipal PT – Londrina, abril 1991.

³⁶³ Encontro Municipal PT – Londrina, abril 1991.

Sabemos que os núcleos têm servido, na maior das vezes, à luta interna, organizando-se em véspera de grandes decisões. Isso mostra o quanto estamos longe de entender que existe uma relação íntima entre política de nucleação e concepção de partido. **Mas não há disputa pela hegemonia das idéias nem garantia de um novo poder se o PT não for um partido de núcleos enraizado enfim, um partido de massas (grifo nosso)** ³⁶⁴.

Podemos inferir e destacar a semelhança de discurso com o PT em nível nacional, no qual salientava o fim dos núcleos de base, como o primeiro elemento que contribuiu para que o Partido se afastasse da massa. Esse processo, no entanto, foi gradual, à medida que o PT crescia como agremiação, se burocratizava, e se distanciava dos bairros, como dos movimentos sociais. É preciso perceber que embora esses núcleos tivessem sua importância, eles foram tanto em Londrina, quanto em São Bernardo do Campo, um tanto romantizados. Embora seu significado tenha sido grande em Londrina, pois foi a primeira e única alternativa encontrada pelos militantes em consolidar o Partido, e permitir sua aproximação com os trabalhadores e com os movimentos de bairro, que lutavam por melhores condições de vida nos bairros: “os núcleos (...) permitiram a inserção do PT em muitos bairros e movimentos” ³⁶⁵.

Todos os membros do partido, tanto na formação quanto crescimento e consolidação da agremiação tinham como convicção a necessidade da organização da classe trabalhadora. Essa era a idéia maior do partido, organizar o trabalhador em seus sindicatos, fortalecer os sindicatos e as associações dos moradores, as associações de classe, sem no entanto, atrelar esses movimentos ao partido:

E teve seus resultados, ganhou vários sindicatos, várias associações de moradores, associações profissionais, nós organizamos a

³⁶⁴ Encontro Municipal PT – Londrina, abril 1991.

³⁶⁵ Depoimento Vander Rodrigues.

associação dos vigilantes, depois fez o sindicato dos Vigilantes, uma associação forte que teve a primeira greve no Paraná que foram dos vigilantes, vigilante armado no regime militar, que foi um negócio de muita coragem na época. Chapa para concorrer aos sindicatos, que acabaram ganhando os sindicatos da saúde, dos bancários, e outros sindicatos. Então havia um movimento não só eleitoral ³⁶⁶.

Conforme já foi informado, o PT londrinense iniciou uma busca por sindicatos depois da constituição e legalização da agremiação. Além da relação direta com a idéia de estabelecer sindicatos autônomos e representantes de classe, ao destituir do poder, os ditos sindicalistas pelegos, tal como acontecia no estado de São Paulo e outras regiões do Brasil, o Partido dos Trabalhadores de Londrina assumiu o compromisso em organizar os sindicatos, ao visar à consciência dos assalariados e implementar o processo de construção da CUT. A defesa era pela inserção do Partido no meio sindical, ao declarar que todos os militantes deveriam se empenhar na organização de sua categoria ³⁶⁷. Nesse sentido, o partido importava a idéia do PT nacional de organizar um núcleo sindicalista comum que representasse a classe trabalhadora e atuasse em lutas sindicais contra dirigentes pelegos, de direita e conservadores, atrelados ao Estado ou ao empresariado local.

O sindicalista Geraldo Alves dos Santos, o Ceará, declarou que nessa corrida pelos sindicatos, na formação de lideranças oposicionistas, de modo que se pudesse fortalecê-las para concorrer com as direções pelegas: “nós tínhamos muita garra, energia muito forte, enfrentamos a UDR, os latifundiários, lutamos pelas diretas já e pela democracia nos sindicatos (...) pela força de acreditar na mudança na história dos oprimidos” ³⁶⁸. Os sindicatos também representaram novos espaços de sociabilidade petista, onde o partido criou novas relações, aumentando suas bases.

³⁶⁶ Depoimento Osvaldo Lima, 25/08/2005.

³⁶⁷ Folha de Londrina, 05/08/1983.

³⁶⁸ Depoimento Geraldo Alves dos Santos.

Setores da Igreja Católica progressista, juntamente com as Pastorais e a CEBs, também atuaram na constituição do PT em Londrina e contribuiu para a formação de uma *cultura política* que tivesse, pelo menos no início, ideais cristãos como o bem comum e a justiça social ou divina. Segundo Nedson Micheleti, seminarista, a metodologia usada era muito ligada à Teologia da Libertação, voltada para o Pastoral da Juventude nacional. A teoria era aplicada nas reuniões dos grupos de jovens, baseada no método ver, julgar e agir:

(...) vejo o problema, analiso aquele problema a luz do evangelho, a luz da Igreja, e agir, a ação, para não ficar na análise do problema. Então, o agir nós tínhamos a compreensão que era agir na política, então, por isso, fazia o debate, canalizava o debate para entrar no PT, para ajudar o PT (...) ³⁶⁹.

Quando Nedson Micheletti, que segundo ele aproximadamente em 1982, foi convidado a participar da agremiação, haja vista que ele era ligado à Pastoral da Juventude, acabou por proporcionar uma contribuição muito grande à organização e ao crescimento do partido: “O PT com o Nedson deu um salto (...) era uma pessoa representativa, articulada, tinha por trás um grupo (ligado à igreja)” ³⁷⁰. Embora, a Igreja Católica era vista como aliada, a sua participação não foi tão significativa em Londrina como em São Bernardo do Campo, onde o pessoal ligado à Teologia da Libertação esteve presente tanto na formação do PT quanto nos movimentos sociais, segundo o depoimento de Vander Rodrigues. Existia ainda um certo preconceito de alguns militantes em relação aos católicos, até porque havia setores conservadores da Igreja Católica que estavam em outros partidos tradicionais ou mesmo apoiando a ditadura, argumentando que eram conservadores e que a Teologia da Libertação era uma enganação.

³⁶⁹ Depoimento Nedson Micheleti.

³⁷⁰ Depoimento Vander Rodrigues.

Outros militantes e fundadores deixam claro que aplaudiam o trabalho das pastorais, mas a Igreja não estava infiltrada no PT e vice versa ³⁷¹. Até porque assumir que o partido era completamente associado à Igreja Católica era “fechar as portas” muitas vezes para um segmento da população que não aceitava ou não entendia essa aliança. O padre Dirceu Fumagalli diz que a Igreja Católica era comprometida com as lutas sociais, ao mesmo tempo em que era complicado atuar como padre e como militante, porque no partido, como o próprio nome diz a pessoa acabar por tomar uma parte: “É um campo prioritário dos leigos. A igreja deve priorizar a educação religiosa, mas não excluir o engajamento, a luta social. Traz um conforto para o clero que não quer assumir uma posição política” ³⁷².

Sem adentrar nas questões políticas que envolvem o posicionamento da Igreja em relação à participação de padres no mundo da política, o fato é que as Pastorais e a Igreja Católica tiveram uma importância primordial na formação de novos espaços sociais que o PT se engendrou. Em vários bairros da cidade - Jd. Leonor, Jd. Bandeirantes, Interlagos - os padres tinham uma articulação muito forte com lideranças petistas ³⁷³. O padre Dirceu observa que o ministério esteve sempre a serviço dos pobres, e por isso a afinidade com o PT, haja vista que o partido dizia fazer uma política dirigida aos oprimidos: “A Igreja não deve somente manter o debate político, mas se responsabilizar” ³⁷⁴.

Além de inserir no movimento sindical, no movimento estudantil e atuar na formação de núcleos, o Partido dos Trabalhadores não somente criou o

³⁷¹ Folha de Londrina, 06/07/1983.

³⁷² Depoimento Padre Dirceu Luiz Fumagalli.

³⁷³ Depoimento Nedson Micheleti.

³⁷⁴ Depoimento Padre Dirceu Luiz Fumagalli.

discurso da necessidade em participar nos movimentos sociais e populares, mas teve experiências concretas nesse sentido na história de Londrina.

O partido procurou logo no início de sua formação, nos primeiros anos da década de 1980, adentrar nos movimentos sociais, e acabou por disputar com o MDB (depois PMDB) a hegemonia nestes movimentos. Em alguns casos, fez alianças com o partido, uma maneira encontrada para se aproximar dos trabalhadores; e em outras situações, como uma forma de estratégia política para fazer frente à política estatal vigente.

A memória dos fundadores do partido em Londrina destaca a experiência na favela da Caixa Econômica, e o movimento de bairro do Jd. Marabá, nos quais o PT teve uma participação mais que significativa:

a gente procurou trazer para o PT, os movimentos sociais (grifo nosso), os representantes dos movimentos sociais, a gente tinha aqui por exemplo, poucos movimentos, tinha no Jd. Leonor, tinha associação de bairro, tinha um trabalho na favela da Caixa econômica, de bairro era basicamente isso. Depois o pessoal do Marabá acabou vindo para o PT que era o pessoal do Cheida, que tinha um trabalho de base bastante importante no bairro. E por isso como era um movimento que a gente considerava importante, a gente aceitou, topou trazê-los para o PT, porque no início eles tinham mais ligações com o MDB, depois PMDB. Como era um trabalho de bairro, de base, a gente acabou convidando eles pra vir pro PT, e eles vieram em 1982. Só que aí a gente já tava organizado, bem avançado ³⁷⁵.

A experiência da formação da associação dos moradores na favela da Caixa econômica, atual Jd. Nossa Senhora da Paz em Londrina, mostra que havia o objetivo de fazer com que a população tivesse consciência de seus direitos, e que um movimento popular podia servir de canal para defender esses direitos através da luta e organização dos moradores. As reuniões organizadas pelos membros do PT eram constituídas de discussões acerca dos problemas de saúde,

³⁷⁵ Depoimento Vander Rodrigues, 19/10/2005.

da política municipal, do ambiente em que viviam, e o que poderia ser feito para mudar a situação, tornando-se um meio de pressionar as autoridades.

O militante Vander Rodrigues, participante do movimento que auxiliou os moradores da Favela da Caixa Econômica a lutar pelos seus direitos, como organizou também a formação da associação relata com entusiasmo essa experiência: “(...) fomos lá e conversamos com os moradores, ouvimos, (...) foi um momento bom para o PT se articular, e aí começamos a participar” ³⁷⁶. Muitas reuniões foram feitas com os moradores com a intenção de discutir o que seria feito na favela. Havia, por parte da prefeitura, uma proposta de levá-los para um outro lugar (atual Limoeiro), numa região totalmente diferente de onde estavam e que ficava muito distante do centro da cidade. Coube aos militantes petistas refletir junto com os moradores se a proposta era plausível ou não: “Conversamos com eles, chegamos à conclusão de que o melhor era organizar uma associação de moradores para discutir os problemas” ³⁷⁷. Assim, a associação foi formada com a intenção de fazer reivindicações à prefeitura, e cabia ao PT oferecer o respaldo necessário e apoiar caso houvesse alguma repressão:

Tanto que em uma dessas reuniões que nós fizemos, havia um homem armado, ostensivamente armado, é claro que a intenção era intimidar o povo (...). Ele era ligado a uma corrente política de Londrina, ele era cabo eleitoral do Belinati ³⁷⁸.

A repressão apontada no depoimento de Vander Rodrigues nos mostra que existia uma política “oficial” que procurava manter todo o controle possível com a intenção de impedir qualquer manifestação contrária ao governo vigente.

³⁷⁶ Depoimento Vander Rodrigues.

³⁷⁷ Depoimento Vander Rodrigues.

³⁷⁸ Depoimento Vander Rodrigues.

Havia um interesse do partido de marcar uma posição na sociedade, e aumentar seus espaços de sociabilidade. Assim, inserir-se no movimento e se posicionar contra o regime vigente era imprescindível. Ainda que pese esse fato, muitos militantes acreditavam em estar criando mecanismos de lutas sociais numa crença em que o Belinati simbolizava a miséria e exploração.

A primeira reivindicação era a urbanização da favela, conseguida depois de meses de negociação e de pressão. A prefeitura dividiu o terreno em lotes, e foi feita a urbanização com a construção de casas pelos próprios moradores.



Figura 1 - Reunião com os moradores da Favela Caixa Econômica Federal - Atual Jd. Nossa Senhora da Paz. No centro da foto, Sr. Justino Alves Guimarães, filiado nº. 01 do PT em Londrina.

A formação da associação dos moradores na favela da Caixa Econômica foi a primeira organização que contou com a participação do Partido dos Trabalhadores em Londrina: “(...) foi eu acredito o primeiro movimento do PT.”³⁷⁹, demonstrando que o partido teve na estrutura inicial, o objetivo de lutar pelas reivindicações dos excluídos, mesmo que fosse por interesse político ou para

³⁷⁹ Depoimento Vander Rodrigues.

aumentar as bases. A moradora da favela Ireni Alves Guimarães achou muito importante o trabalho do PT em seu bairro e, principalmente, da constituição da Associação dos moradores da Nossa Senhora da Paz ³⁸⁰.



Figura 2 - Reunião dos moradores da Favela Caixa Econômica Federal com Sr. Bruno Piancasteli, primeiro presidente do PT em Londrina.

Os militantes declaravam não haver nenhum tipo de assistencialismo no apoio pela formação de associações de bairro, pois negavam o tempo todo em discurso qualquer relação com a política populista, justamente pelo fato de que o Belinati representava tudo isso, e era tudo aquilo que o PT dizia não querer ser. O Partido em Londrina afirmava lutar pelas reivindicações que poderiam se transformar em direitos:

No Jd. Leonor nos anos 80, por aí, nós fizemos um movimento lá pra conseguir umas melhorias no posto de saúde, e uma das pessoas que foi a reunião pra mostrar a situação do posto. Era um funcionário do posto, então havia moradores e gente do posto lá, ele fez reunião no sábado, na segunda feira foi despedido pelo Belinati. Não tinha muito papo não, eles não queriam ver esse movimento crescer., Vinham em cima, incomodava, eles queriam oferecer assim alguma coisa nas eleições, dava aquela melhorada ali no posto, distribuía

³⁸⁰ Folha de Londrina, 23/06/1981.

alguma coisa ali no bairro, mas a nossa intenção, aquelas pessoas que estavam nas associações de bairro, elas estabeleciam as prioridades e essas pessoas iam procurar as autoridades para serem atendidas. Era um movimento reivindicatório, não havia populismo por parte das pessoas que participavam, até mesmo porque a gente não tinha condições de ser populista ³⁸¹.

Sem dúvida, os militantes diriam que quem não estivesse no PT faria de tudo para impedir a formação ou intervenção dos movimentos, justamente para legitimar a posição que haviam assumido e engrandecer a ação que estavam defendendo.

Arno Giesen, um dos fundadores do PT em Londrina, ligado à tendência PCBR, relatou que o primeiro "trabalho" começou na Favela da Caixa Econômica, onde se criou a Associação de Moradores: "passou-se depois para outras favelas, até se chegar na *Federação das Favelas de Londrina*" ³⁸². Essa Federação, segundo ele, teve papel importante na ocupação de área rural (Colônia Penal Agrícola de Tamarana), ato pioneiro dos Sem-Terra no Paraná, e para ocupação da área (então rural) onde atualmente está o Jardim União da Vitória.

As primeiras ocupações de terra em Londrina contaram também com a participação do PT "nós organizamos as primeiras invasões, quer dizer de ocupação" ³⁸³. A primeira ocupação ocorreu no antigo distrito de Londrina, hoje município, Tamarana aproximadamente em 1986 ³⁸⁴. Figuras como D. Lina (primeira suplente para o cargo de vereador pelo PT em 1988) e Padre Dirceu foram importantes na ocupação de terras em Tamarana: "(...) na época, falar em ocupação

³⁸¹ Depoimento Vander Rodrigues.

³⁸² Depoimento Arno Giesen. Participou da primeira convenção provisória do PT no Paraná e em Londrina. Fazia parte do grupo PCBR. Atuou em movimentos populares e no processo de legalização do PT no município e no estado. Atualmente, está no PCB.

³⁸³ Depoimento Osvaldo Lima, 25/08/2005.

³⁸⁴ Depoimento Padre Dirceu Luiz Fumagalli.

de terra era o fim do mundo”³⁸⁵. Grande parte da Favela Ok (próximo ao Jd. Califórnia) foi em Tamarana fazer essa ocupação, que contou também com a Pastoral da Terra.

O diretório municipal promoveu vários encontros destinados na defesa e reflexão dos movimentos sociais em Londrina. Os petistas declaravam que os movimentos surgiam para combater problemas – favelas e desemprego – e se apresentar em lutas espontâneas, de caráter defensivo e reivindicatório dos quais a população pouco participava: “as políticas ligam-se aos movimentos de forma oportunista com a finalidade de se beneficiarem eleitoralmente no futuro”³⁸⁶. Essa era a mesma crítica que o PT sofria da oposição. Cheida apresentou uma solução para isso, resgatar a autonomia dos movimentos em relação aos partidos, democratizando a participação nas decisões, para que não se transforme em manobra política. E fez a mesma observação em relação ao movimento sindical³⁸⁷.

Essa autonomia tão proclamada pelos partidos pressupõe uma certa relatividade, pois mesmo independentes, um partido e um sindicato, como um movimento social e um partido, sempre possuem conflitos de acordo com a conjuntura. Penso que em alguns momentos o militante ora se comportava como apartidário, ora como petista. No entanto, os movimentos não eram transformados em meros instrumentos do partido, possuíam vida própria, mas por diversas vezes ocorriam tensões entre eles e a instituição partidária. Um exemplo claro disso é o

Sindicato dos Bancários de Londrina³⁸⁸.

³⁸⁵ Depoimento Nedson Micheleti.

³⁸⁶ Luiz Eduardo Cheida. **Folha de Londrina**, 30/09/1984.

³⁸⁷ Luiz Eduardo Cheida. **Folha de Londrina**, 30/09/1984.

³⁸⁸ Depoimento Geraldo Fausto dos Santos.

Assim, o PT deveria ser um partido que pudesse intervir nos movimentos, respeitando sua autonomia, mas não permitir políticas paternalistas ou contratar assistentes sociais para atuarem junto aos movimentos com o único objetivo de amenizar as contradições na sociedade³⁸⁹. Essa foi uma crítica que o PT fez ao governador José Richa quando ele esteve no comando do governo estadual.

O mais antigo assentamento de Londrina é o União da Vitória na região sul da cidade. Ele começou a se constituir por meio de 35 famílias que armaram barracos à beira da estrada que liga Londrina a Curitiba, e legalizado como bairro em 1985. A chamada invasão de propriedade privada, designada dessa forma por parte da comunidade londrinense, deu origem ao bairro União da Vitória, atualmente um dos maiores do município. Entretanto, os integrantes do movimento dos “Sem Teto” que contribuíram para o seu surgimento se referem a esse ato como ocupação. O Bairro União da Vitória teve início também junto com o PT:

O União da Vitória saiu do nosso escritório, as 5 (cinco) horas da manhã, quando cinco ou seis famílias ocuparam o terreno e hoje é uma cidade. Organizamos também o movimento sem teto, foram lá para o União da Vitória³⁹⁰.

Algumas dessas famílias militavam no partido, participavam de reuniões, e todo o processo de ocupação de terrenos foi feito por meio de conflitos e pressão policial. Conta Osvaldo Lima que em certos momentos, alguns militantes deitavam no meio da estrada para impedir a polícia passar.

A ocupação do terreno e a formação do bairro União da Vitória foi uma ação nem um pouco pacífica. Nedson Micheleti declarou que a polícia, por várias vezes, obrigou as famílias a desocuparem o local. Nelson Cardoso e Dona

³⁸⁹ **Folha de Londrina**, 15/12/1984.

³⁹⁰ Depoimento Osvaldo Lima, 25/08/2005.

Lina, militantes do PT e dirigentes desse movimento, tiveram que enfrentar a polícia, no sentido literal do termo ³⁹¹.

O Padre Dirceu, num período mais recente, em 1988, afirmou que no União da Vitória havia forte militância, luta pela terra, um núcleo político, uma paróquia progressista, a presença dos sem terra: “a intenção também era fazer o nome do Nelson Cardoso que morava na favela”³⁹². Essa declaração do padre comprova aquilo que eu já havia mencionado: o interesse político e a intenção de aumentar as bases, como criar espaços de sociabilidade diferenciados no PT.

A Questão agrária ganhou uma nova dimensão no PT londrinense em 1987, quando houve a formação de assentamentos na região do Apucarantina e Reserva Florestal do Apucarantina, onde viviam índios. A agremiação forneceu apoio aos sem Terra desses assentamentos, ao unir forças contra os agricultores que seguiam as arbitrariedades dos governos estaduais e nacionais na época, Álvaro Dias e José Sarney ³⁹³. O lugar continuou reservado aos indígenas, e os sem terra dirigiram-se para outros lugares, como a região situada no atual Tamarana. Atualmente, cerca de 70 quilômetros separam o centro de Londrina da Terra Indígena do Apucarantina, a aldeia abriga 1.250 Kaingáng (em torno de 220 famílias) e seus 6.300 hectares. Em 1993, no primeiro governo petista em Londrina, a prefeitura implantou o Programa de Atendimento aos Kaingáng, com atuação nas áreas social, de saúde, educação, agricultura e meio ambiente ³⁹⁴.

Em relação aos movimentos que lutavam pelo direito à moradia, Nedson destacou os movimentos sociais em Londrina contra as prestações da

³⁹¹ Depoimento Nedson Micheleti.

³⁹² Depoimento Padre Luiz Fumagalli.

³⁹³ Fonte: **Planfeto. PT- Londrina**, número 2 – setembro, 1987.

³⁹⁴ Dados: Secretarias Municipais de Assistência Social e de Saúde. Prefeitura de Londrina.

Cohab, ao citar o acampamento dos desempregados na frente da prefeitura no Governo de Wilson Moreira: “um movimento fortíssimo, um acampamento longo feito pelo PT”³⁹⁵. Esse acampamento, cercado por policiamento³⁹⁶, nasceu, das condições de miséria e fome de pessoas desempregadas e endividadas, chamando a atenção dos londrinenses, como afirmou Wilson Moreira, prefeito à época³⁹⁷.

As reivindicações vinham de sessenta moradores de conjuntos habitacionais da zona norte, desempregados e endividados, que solicitavam ofertas de novos empregos na cidade; congelamento das prestações da casa popular; pelo fim do IPTU nos conjuntos habitacionais; fim de ameaças de despejos. Para isso, fizeram passeata pela cidade (cerca de 200 pessoas) e entregaram a lista de protesto, a faixa de manifestação dizia: “Queremos emprego e justiça”³⁹⁸. O prefeito Wilson Moreira foi aos poucos atendendo a algumas reivindicações, à medida que gerou ofertas de empregos, vagas para vigias, auxiliar de costura, pedreiros e trabalhos com equipamentos industriais³⁹⁹.

O acampamento representou uma luta social pelo direito à casa própria e ao emprego. Percebe-se que não há uma conotação assistencialista ou a existência de um caráter populista nesses pedidos. O PT esteve presente na organização, ao atuar como representante dos desempregados. O então prefeito Wilson Moreira criticou a participação do PT, com a finalidade de prejudicar a imagem da agremiação, ao declarar que o objetivo era colocar determinadas pessoas em evidência, com fins meramente políticos: “Como me parece, estes que

³⁹⁵ Depoimento Nedson Micheleti.

³⁹⁶ **Folha de Londrina**, 24/07/1984, p.5.

³⁹⁷ **Folha de Londrina**, 25/07/1984, p.4.

³⁹⁸ **Folha de Londrina**, 13/07/1984, p.4.

³⁹⁹ **Folha de Londrina**, 19/07/1984, p.4

se intitulavam líderes do movimento, perderam não só um precioso tempo como também o respaldo e a credibilidade da população dos conjuntos habitacionais”⁴⁰⁰.

O fim da mobilização pela prefeitura aconteceu quando apresentou uma proposta de ajuda alimentar às famílias realmente carentes, cujos chefes estavam desempregados e sem condições de mantê-la. Osvaldo Lima - um dos responsáveis pelo movimento – observou que as principais finalidades eram demonstrar descontentamento da população dos conjuntos com a administração, e negociar a situação dos mutuários, endividados e inadimplentes: “E pelo menos isso conseguimos”⁴⁰¹.

O movimento contra as prestações da Cohab mobilizou cerca de 1300 pessoas em Londrina, contou com a participação e organização de militantes do PT. Em decorrência, os militantes foram acusados de estarem fazendo jogo político, aproveitando-se da oportunidade para criar novas ou fortalecer lideranças na cidade. Sem dúvida, o governo municipal de Londrina, então vinculado ao partido PMDB, elaboraria esse discurso, como forma de desconstruir a imagem que o PT pretendia formar: como conscientizadores da população oprimida, verdadeiros sujeitos e atores de movimentos que buscavam a transformação social.

As greves também tiveram apoio do PT em Londrina. Na greve geral contra a política econômica ocorrida em 1983 com a recém criada CUT, o PT quis dar apoio, mas os militantes acreditavam que ela podia não acontecer: “Existe muita dificuldade para levá-la adiante, devido à desmobilização das categorias dos

⁴⁰⁰ Folha de Londrina, 25/07/1984, p.4.

⁴⁰¹ Folha de Londrina, 25/07/1984.

trabalhadores em Londrina (...). Na impossibilidade de greve, será realizado um ato público”⁴⁰². De fato, foi o que ocorreu.

Em 1987, outra greve geral no país teve a adesão de servidores da UEL, previdenciários e professores da rede particular de ensino superior. E o PT conclamou os filiados a participarem⁴⁰³.

Através desses exemplos, pudemos verificar a inserção do Partido dos Trabalhadores londrinense nos movimentos sociais e populares municipais. Não obstante, em 1989 numa carta aos filiados, os petistas chamaram a atenção para o fato de que o PT continuava sem inserção nos movimentos, e conseqüentemente, com problemas na consolidação de uma democracia interna efetiva, na sua estrutura organizativa tanto político quanto administrativa:

A atuação do nosso partido em Londrina tem se caracterizado mais por uma prática de reação tardia e respostas aos problemas da cidade do que por uma postura ofensiva, que antecipe suas ações às investidas da burguesia. Não temos tido a capacidade necessária para darmos direção aos movimentos sociais⁴⁰⁴.

Penso que a crítica da direção partidária sobre a ausência do partido nos movimentos sociais seja um apelo para os filiados darem maior apoio à agremiação na disputa pelo poder político. Assim, a falta de capacidade em dar direção aos movimentos não é pela falta de interesse, mas pela falta de possibilidades reais. Aliás, é possível que essas críticas a uma pequena participação do partido nos movimentos sociais tenha por base a ilusão de uma participação ideal e, de fato, inatingível. Hoje, passados mais de uma década daquele momento é possível estabelecer uma comparação entre aquela militância e a de que o PT

⁴⁰² Luiz Eduardo Cheida. Folha, 11/10/1983.

⁴⁰³ Panfleto –PT Londrina– número 02, setembro 1987.

⁴⁰⁴ Fonte: **Impresso - Carta para os filiados**. 1989 – construindo o socialismo, proposta política para o PT de Londrina. Pré Convenção municipal, 12/03/1989.

dispõe atualmente. Com certeza, com base nesse processo comparativo é possível afirmar , que houve nos primeiros dez anos de existência da agremiação, uma participação marcante da militância do PT quer no interior do partido, quer nos movimentos sociais.

3.2.3 A disputa pelo poder e as oscilações da democracia: convenções partidárias, tendências e ideologia.

A questão democrática é essencial para entendermos a cultura e a ideologia petista. Desde a sua formação, o PT, em nível nacional, conforme procurei mostrar no primeiro e no segundo capítulos, construiu um conceito de democracia em dois sentidos: interno e externo. O segundo esteve diretamente relacionado ao regime militar, quando o partido incorporou a luta pelo fim da ditadura ao almejar estabelecer a democracia no país. O primeiro, por sua vez, refere-se à intenção de construir uma democracia partidária interna, na qual todos os filiados pudessem participar das decisões, escolher a diretoria e os candidatos do partido aos pleitos eleitorais em que a população escolheria os novos ocupantes dos cargos de presidente, governadores, senadores, deputados, prefeitos e vereadores. Mas, a democracia almejada pelo partido ia além disso. A transparência, a ética, o compromisso ideológico também faziam parte dela. Esse fato justifica uma reflexão acerca das tendências existentes no interior do PT londrinense, e como o partido desenvolveu a formação de grupos com tendências diferenciadas, verificados por meio das convenções partidárias.

Segundo os fundadores Osvaldo Lima e Vander Rodrigues, as tendências, como a formação de grupos, presentes logo no início do PT londrinense, não eram tão nítidas. No entanto, as informações aqui relatadas

mostram que as tendências eram muito expressivas mesmo no início da formação do partido. Mas claro que ao longo do crescimento da agremiação, elas passaram a se tornar mais evidentes ainda devido às disputas e à busca pelo poder, quando as áreas foram se delimitando.

Na segunda pré-convenção do partido houve uma expressiva disputa, em que os desentendimentos internos foram expressos para a população londrinense. O fato foi interpretado de duas maneiras: democrático para alguns; para outros uma fragilidade do partido.

O fato ocorrido na convenção relacionava-se à disputa de uma nova chapa “Terra, trabalho e Liberdade” para concorrer à direção do partido em Londrina em 1983, constituída por sindicalistas, profissionais liberais, estudantes, pessoas ligadas às associações de bairro. A chapa teceu críticas acusando a inoperância e a falta de representatividade dos dirigentes da época. Cheida declarou naquele momento que ela:

não é representativa, não é vinculada ao movimento operário popular e não tem atuação política (...) esse quadro se deve em grande parte, à falta de atuação da diretoria. Eles não se manifestam sobre nada⁴⁰⁵.

Não podemos deixar de pensar que a visão de Cheida se justifica pelo fato de estar concorrendo pela chapa que fazia oposição à direção da época do partido.

Essa nova chapa possuía como ideais, entre outros, a transformação do PT numa alternativa de participação para os trabalhadores de Londrina, através da vinculação com o movimento operário e popular e a presença na vida política da cidade⁴⁰⁶. Decidiram fundamentar as suas propostas em torno da

⁴⁰⁵ Folha de Londrina, 17/04/1983.

⁴⁰⁶ Folha de Londrina, 17/04/1983.

criação de comissões de movimento popular, sindicais, imprensa e divulgação, e comissões de grupos de apoio que privilegiassem estudos econômicos e nucleação, na intenção de colocar em prática, a luta pela municipalização dos transportes com a direção da empresa exercida pelos trabalhadores. Pretendia-se discutir também a legalização dos terrenos ocupados pelos favelados; a campanha de esclarecimento sobre a política salarial; e pela criação de escolas de ensino médio nos conjuntos habitacionais.

Cheida, principal articulador da nova chapa, incentivou também a organização dentro de entidades representativas: “conseguimos transformar os trabalhadores em pessoas atuantes quando esclarecemos, por exemplo, que um dos canais de participação é o sindicato e um outro ainda mais avançado é o partido”⁴⁰⁷.

Todo o discurso preconizado por essa nova chapa dirigida por Cheida, assim como o da chapa ligada diretamente à direção, revela nada mais que a *cultura petista*, ou seja, as principais medidas apresentadas são completamente condizentes com o discurso realizado nas campanhas, reuniões, entrevistas, panfletos e documentos partidários. No campo prático, mostramos que o PT teve a intenção, à medida do possível, de concretizar esses ideais, ao participar dos movimentos sindicais e populares. Não há, portanto, no campo ideológico alguma diferença substancial dessa chapa com a direção vigente à época.

Ao procurar rebater as críticas feitas pelo grupo do Cheida, a chapa “Partido dos Trabalhadores” ligada à diretoria vigente à época qualificou como baixaria as divergências. Para as lideranças dessa chapa, era natural a existência

⁴⁰⁷ Folha de Londrina, 17/04/1983.

de correntes e de divergências no partido, mas isso não deveria levar a ataques pessoais. Rebateram a idéia de que a antiga direção – a que seria substituída após as eleições - era uma massa amorfa, ao apresentar os seguintes fatos:

“temos um núcleo inter-sindical, 14 categorias e 24 membros; fizemos um encontro municipal dos sindicalistas, discussão sobre os salários, desemprego, a formação da CUT; encontro regional dos sindicalistas em Curitiba; participamos das manifestações mais importantes que ocorreram no município este ano ⁴⁰⁸.

Ayoub Hanna Ayoub, tesoureiro do PT, e um dos principais alvos de crítica de Cheida afirmou:

acho que as críticas que eles fazem é porque nós não fomos candidatos (...). Nós entramos nas eleições de 82 sabendo que elas são manipuladas, têm fraudes, enfim, não são eleições livres. A posição do PT é de não jogar tudo na linha parlamentar. Ela serviria como um complemento apenas ao trabalho principal que é da organização junto às classes trabalhadoras⁴⁰⁹.

Inferre-se dessa afirmação de Ayoub que o partido teve tratamentos diferenciados em relação às eleições de 1982. Enquanto um grupo direcionou todas as suas atividades para a campanha, o outro manifestou uma certa ausência.

A declaração que mais desagradou Ayoub foi a de que vários membros da chapa “PT” estariam fazendo um trabalho semelhante ao da polícia federal, ao dizer que a outra chapa seria composta por alguns comunistas, pertencentes a organizações clandestinas: “É mentiroso que nós estamos acusando

⁴⁰⁸ Arthur Netto (presidente do núcleo inter-sindical). Embora declarem que a direção participou de manifestações em Londrina, o militante não cita quais são elas. Isso nos leva a pensar que as atuações dos petistas nos movimentos sociais da cidade, eram fragmentadas, ou seja, os grupos participavam ora de uma manifestação, ora de outra. **Folha de Londrina**, 18/06/1983.

⁴⁰⁹ **Folha de Londrina**, 18/06/1983.

os outros de comunistas, pertencentes às organizações clandestinas. Nós não faríamos isso porque o prejudicado seria o próprio partido. Seria burrice”⁴¹⁰.

A conclusão que o partido chegou foi a de que ambas as chapas deveriam respeitar primordialmente o partido como um instrumento de luta dos trabalhadores. As disputas no interior da agremiação, como também o emergência de algumas divergências, evidenciam o início da luta pelo poder, mas também a democracia interna.

A luta pela direção partidária em Londrina no ano de 1983 ultrapassou os limites de simples ataques pessoais ou divergências políticas. Houve denúncias de manipulação do processo eleitoral interno. Os membros da chapa “Terra, trabalho e Liberdade”, ligados à Cheida e Osvaldo Lima, citaram irregularidades, como a indefinição do local da pré convenção; a falta de divulgação sobre o acontecimento; a inexistência de um regime interno e, ainda, declararam à época que independentemente do resultado das eleições, iriam requerer junto ao diretório estadual a formação de uma comissão de Ética para apurar as irregularidades e punir os responsáveis pelos desacertos internos⁴¹¹. Houve também o “desaparecimento” das fichas de filiação, da documentação de registro de núcleos⁴¹².

A disputa pelo poder no partido manifestou-se, portanto, por meio de estratégias políticas como o “sumiço” de documentação. Isso, de fato, mostra nenhum compromisso com os trabalhadores, e ainda, demonstra como os militantes

⁴¹⁰ **Folha de Londrina**, 18/06/1983.

⁴¹¹ **Folha de Londrina**, 26/06/1983.

⁴¹² **Folha de Londrina**, 26/06/1983.

ora se comportavam como militantes, ora como homens guiados por interesses pessoais.

No dia da escolha do novo diretório – 17 de julho de 1983 – além do desaparecimento de documentos e dos ataques efetuados às chapas adversárias por meio de denúncias à imprensa, houve tumultos e até ameaças de explosão de uma bomba ⁴¹³. A Polícia Militar recebeu uma ligação anônima avisando que havia, uma “reunião de comunistas” na Câmara Municipal, e que haveria a explosão de uma bomba no local. Os trinta membros da chapa “Terra, Trabalho e Liberdade” acusaram o tesoureiro Ayoub de ser o responsável pelo telefonema⁴¹⁴. A chapa “PT” foi vaiada pelo plenário com ataques pessoais, xingamentos e vaias. Alguns motivados pela ameaça de bomba, abandonaram o local.

Houve ataques de ambos os lados, nos quais cada grupo acusava o adversário de haver realizado o tumulto. Lídia Saiki da chapa “PT”, por exemplo, atacou a chapa concorrente ao declarar:

As pessoas que estavam tumultuando lá dentro são pessoas que vieram do PMDB. Eles são especialistas neste tipo de tumulto. Não têm propostas políticas. Querem apenas a compra de mimeógrafos, de uma sede, essas coisas ⁴¹⁵.

A conclusão a que podemos chegar desse fato é que provavelmente quem gerou o tumulto sobre a bomba queria prejudicar o processo de eleição da direção, ou seja, o grupo que estava perdendo. Existe também a hipótese de que alguém de fora do PT, ao perceber a existência de intrigas no interior do partido e concluir que se poderia explorar essa situação, possa haver efetuado a ameaça para ver o “circo pegar fogo” e se beneficiar politicamente da situação.

⁴¹³ **Folha de Londrina**, 19/07/1983.

⁴¹⁴ **Folha de Londrina**, 19/07/1983.

⁴¹⁵ **Folha de Londrina**, 19/07/1983.

Em relação a esse fato, relata Osvaldo Lima que já havia uma acirrada disputa entre as tendências: “(...) toda vez que tem uma disputa, some tudo com o arquivo do Partido, é comum isso” ⁴¹⁶. No que se refere à denúncia de que havia uma bomba na câmara para dispersar a tendência adversária, diz Osvaldo:

nessa confusão, a caixinha de filiação, a ata, tudo mais, foi juntado tudo lá e levaram embora, e depois nunca mais entregaram . Eu não sei quem levou essa caixa não (...) acho que foi alguém de dentro mesmo, o grupo minoritário (pessoal da Libelu), só podia, porque o majoritário queria votação ⁴¹⁷.

Embora a confusão e os desacertos tenham caracterizado a segunda convenção do PT que tinha por intenção eleger uma nova direção, o plenário decidiu dar prosseguimento à reunião. A vitória foi da chapa “Terra, trabalho e liberdade”, composta pela seguinte comissão executiva: Luiz E. Cheida (presidente); Osvaldo Lima (tesoureiro); Francisco Roberto (vogal); Antonio Roberto (vice presidente); Célia Regina de Souza (secretaria) e Nedson Micheletti (vogal – 1º suplente).

Claro que a chapa derrotada não admitiu de imediato o novo diretório. Não obstante, a confusão logo foi abafada e a direção eleita empossada. As propostas delineadas pela nova direção petista foram apresentadas à imprensa. A primeira declaração do partido londrinense foi a de que a nova diretoria seguiria as orientações do diretório nacional, e assim, afirmava ser contra o modelo econômico em vigência, e defendia a necessidade de uma reforma agrária radical. No que se concerne ao município, a proposta não era nova: estruturação interna e a

⁴¹⁶ Depoimento Osvaldo Lima.

⁴¹⁷ Depoimento Osvaldo Lima.

conscientização das populações periféricas acerca dos problemas nacionais, estaduais e municipais, ou seja, o processo de politização dos trabalhadores⁴¹⁸.

Sem nos adentrarmos às questões nacionais, ainda em âmbito municipal, o partido defendia cursos de conscientização política aos filiados, aos militantes de núcleos e população em geral; pretendia dar resposta imediata a todos os problemas locais e às decisões de vulto da prefeitura e do governo do estado; almejavam fazer reuniões semanais e abertas ao executivo do diretório; elaborar uma comissão de ética para investigar as irregularidades ocorridas no partido; montar uma sede mais acessível; organizar secretarias sindicais, de movimentos populares; mobilizar os filiados e militantes em torno do programa do PT através de uma convivência viva e fraterna, calcada nos interesses do partido, sem privilégio e nenhum grupo⁴¹⁹.

Ao analisar as propostas acima apresentadas, evidencia-se que nos primeiros anos do PT, em Londrina, a conscientização ou politização dos trabalhadores era um dos principais objetivos do partido. Havia um interesse por parte do PT em adentrar nos movimentos na intenção de aumentar os seus espaços de sociabilidade, obtendo assim chances de divulgar suas idéias e formar lideranças. Em relação à formação de uma Comissão de Ética, percebe-se também uma certa preocupação da executiva em justificar ou abafar as disputas políticas. Esse fato está diretamente relacionado com o objetivo de mostrar que o partido reconhecia suas fragilidades, mas tinha a intenção de melhorar. Por isso, existia a necessidade de estruturar e organizar o partido e viabilizar uma nova sede que atendesse às suas necessidades.

⁴¹⁸ **Folha de Londrina**, 19/07/1983.

⁴¹⁹ **Folha de Londrina**, 19/07/1983

Pela terceira vez, desde que foi criado em 1980, o PT elegeu em 21 de junho de 1985, um novo diretório municipal. A disputa envolveu duas chapas: “Articulação – PT de massas”, ligada às pastorais e à igreja; e pela chapa “PT de luta e de massas” formada por sindicalistas, membros dos movimentos populares, profissionais liberais, intelectuais e militantes que apoiavam na época a direção que então se encontrava à frente do partido. Naquele ano, o PT de Londrina contava com aproximadamente 1700 filiados, sendo que na segunda convenção, ocorrida em 1983, havia apenas 200 ⁴²⁰. Esse dado evidencia o grande crescimento do partido na cidade.

A primeira chapa – Articulação - foi criada, segundo o advogado Mauro S. Yamamoto a partir de um modo diferente de ver e fazer o PT. No entanto, não há esclarecimento acerca do que seria exatamente esse diferente. Afirmou à época o militante que as dificuldades para construir o partido em Londrina se deviam às ações centralizadoras com táticas e estratégias pré-elaboradas, características da própria história dos partidos de esquerda. Fez um comentário, por exemplo, sobre a questão da bomba em 1983, ao declarar que o fato ainda não estava resolvido ⁴²¹.

A declaração do advogado é pertinente se pensarmos que o PT propunha desde o início tanto em Londrina, quanto em São Bernardo do Campo, um rompimento com ideais e valores dos grupos de esquerda até então existentes. Mauro Yamamoto afirmou que o PT ratificava táticas e estratégias políticas presentes em outros partidos. Isso evidenciava mais uma herança cultural do PT, heranças que em momentos negava, outros reafirmava.

⁴²⁰ Folha de Londrina, 22/06/1985.

⁴²¹ Folha de Londrina, 22/06/1985.

A segunda chapa “PT - de Luta e de Massas” tinha como candidato à presidência Antonio Roberto Correa e o apoio da direção da época. Defendiam o incentivo da formação política dos militantes; a criação de secretarias para os movimentos sindical, popular e estudantil; fortalecer a CUT e dinamizar os núcleos partidários ⁴²². Tinham propostas direcionadas, portanto, para o estabelecimento e crescimento do partido na cidade, ao ampliar seus espaços de sociabilidade.

A nova direção executiva do PT eleita em 1985 – chapa “PT- de Luta e de Massas” - manteve o mesmo núcleo dirigente da tendência majoritária e o mesmo discurso. O presidente eleito, Antônio R. Correia, declarou na época: “A prioridade é a construção do PT, apoiando os núcleos de base e as secretarias” ⁴²³. Naquele momento, as lutas foram direcionadas à municipalização do Transporte Coletivo Grande Londrina, o apoio aos bóia frias e aos agricultores sem terra. Nedson Micheleti, Osvaldo Lima e Luiz E. Cheida também participavam do diretório, ou seja, as mesmas pessoas que dirigiram o partido nos anos anteriores.

No ano seguinte, outro episódio ocorrido mostrou que em Londrina o PT sofria os efeitos das disputas acirradas travadas entre as tendências existentes. Muitas vezes, essas disputas internas criavam enormes dificuldades para a tomada das decisões necessárias. Além disso, maculava a imagem do partido e dificultava a defesa pública de que o PT era um partido organizado e democrático. A pré-convenção, em 1986, com a finalidade de lançar candidatos às eleições de novembro, indicar os delegados à pré-convenção estadual, e debater suas propostas político-eleitorais acabou sendo suspensa, depois de várias horas de discussão, porque as três chapas – “Nossos companheiros”; “Trabalhadores sem

⁴²² **Folha de Londrina**, 22/06/1985.

⁴²³ **Folha de Londrina**, 25/06/1985.

Terra”; “PT de lutas” - não conseguiram chegar a um consenso sobre quem poderia votar ou não ⁴²⁴.

A opinião dos representantes das três chapas foi unânime ao concordar que houve falta de maturidade, e que esses acontecimentos estariam prejudicando a imagem do PT tanto interna quanto externamente. O desentendimento maior foi em relação à exigência dos documentos necessários para o credenciamento, declarou Cheida à imprensa, naquela ocasião. Além disso, a exposição pública desses conflitos exacerbados passava à população uma idéia de que o PT não era um partido unificado e organizado.

Penso que a imagem propagada pelo Partido dos Trabalhadores na época foi a de um partido que não conseguia encaminhar sua pré-convenção por divergências internas. Numa outra perspectiva, mostra a democracia interna como estabelecida, se levarmos em consideração a aceitação das intransigências de certos grupos, afinal a existência de conflitos é natural no processo democrático.

Mesmo com os conflitos, o PT conseguiu através de um comitê eleitoral divulgar os seus candidatos. Inclusive, apresentou o lançamento das candidaturas às eleições de 1986 em todos os níveis (governador, senador, deputados) com discursos e um show de música sertaneja, regado a quentão e pipoca na Concha Acústica em Londrina ⁴²⁵.

⁴²⁴ **Folha de Londrina**, 25/02/1986.

⁴²⁵ **Folha de Londrina**, 15/06/1986. Importante ressaltar que ao longo do crescimento do PT no município, a agremiação vai abandonar esses “showmícios”, ao reconhecer como estratégia política e manobra de manipulação da classe trabalhadora, o que caracteriza uma mudança de cultura política. No livro **Nem Pátria, nem patrão!** Francisco Foot Hardman faz uma interessante analogia entre as festas do PT com as festas anarquistas do início do século XX. Ambas eram festas operárias, frutos de temporalidades diferenciadas. F. Hardman afirma que os anarquistas do início do século XX ficariam perplexos com uma festa operária em que senadores e deputados estariam presentes; líderes sindicais, a não ser que fossem de sindicatos livres e independentes; e artistas pertencentes à indústria cultural, astros “televisados” e não artistas amadores. Ver: Hardman, Francisco Foot. **Nem**

A participação do PT nessas eleições foi vista de maneira positiva pelos seus militantes, embora o partido não tenha conseguido eleger seu nome mais votado, o médico Luiz Eduardo Cheida, candidato a deputado estadual. Através dessa experiência, a agremiação concluiu que deveria concretizar uma campanha municipal de filiação, além de seminários e debates sobre a administração municipal com o objetivo de dar os primeiros passos na elaboração do programa que o PT apresentaria em 1988, nas eleições para prefeito e vereadores⁴²⁶. Percebe-se que a agremiação começou a partir dessas campanhas a dirigir os seus maiores esforços à política eleitoral, distanciando-se, aos poucos, dos núcleos e dos movimentos sociais.

Numa tentativa de repensar o partido e prepará-lo para as eleições municipais de 1988, o PT divulgou seu programa para a cidade numa entrevista concedida à **Folha de Londrina** em 1987. Cheida iniciou a entrevista reafirmando um discurso conhecido: “As eleições em si não resolvem absolutamente nada, não é na esfera do parlamento que se mudam as relações de poder neste país”⁴²⁷. Mesmo com esse pensamento, o partido não se ausentou de nenhuma campanha eleitoral desde a sua formação. Numa outra perspectiva, reafirmou um outro discurso já conhecido: “Somente os movimentos organizados das diversas categorias de trabalhadores é que realmente conseguem mudar de fato”⁴²⁸. Além disso, disse que o partido apenas tem o papel de conscientizar os trabalhadores de que são agentes de transformação. Criticou ainda o PMDB ao dizer que ele é clientelista, traz

pátria, nem patrão!: memória operária, cultura e literatura no Brasil. 3º ed. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

⁴²⁶ **Folha de Londrina**, 28/11/1986.

⁴²⁷ **Folha de Londrina**, 19/11/1987.

⁴²⁸ **Folha de Londrina**, 19/11/1987.

soluções imediatistas, que ameniza as conseqüências dos problemas sociais, mas não soluciona as suas causas ⁴²⁹.

No entanto, enquanto Cheida esteve no PMDB reconhecia fazer políticas assistencialistas, e assim não apresentava soluções para as causas dos problemas sociais. Foi justamente o “sucesso” nesse trabalho que influenciou a sua acolhida no PT.

Cheida defendeu uma possível coligação com outros partidos, já pensando, claro, na viabilidade do PT se eleger. Afirmou ainda que a agremiação poderia participar de uma coligação com outros partidos progressistas: “(...) Os partidos mais progressistas, mais à esquerda não podem mais uma vez, por erro tático, colocar a prefeitura nas mãos dos conservadores de sempre” ⁴³⁰. Sua intenção era amenizar um discurso radical que negava qualquer coligação com partidos que pudessem viabilizar uma vitória eleitoral. Assim, justificou:

o PT acredita e tem colocado às lideranças de outros partidos que nenhuma união deve ser feita apenas com intuito eleitoral. Temos colocado sempre a necessidade de já começarmos a desenvolver um trabalho conjunto, estar juntos no dia a dia: da luta sindical, apoiando as mesmas chapas e nos movimentos populares⁴³¹.

O Partido dos Trabalhadores alterava um discurso de não fazer alianças para um discurso mais ameno, aberto, que promovesse a coligação com partidos progressistas, sem intencionar, primordialmente, as eleições. Aqui estaria um dos primeiros vestígios de mudanças na cultura política petista, relacionada diretamente aos interesses em ampliar as suas bases e em criar mecanismos concretos para vitórias eleitorais.

⁴²⁹ Folha de Londrina, 19/11/1987.

⁴³⁰ Folha de Londrina, 19/11/1987.

⁴³¹ Folha de Londrina, 19/11/1987.

A novo diretório municipal eleito em 1989, alterou um pouco a imagem de que o PT não era organizado e nem unificado. O presidente eleito, sindicalista Onaur Ruano, relatou que havia um certo equilíbrio entre as tendências que atuavam no PT. O amadurecimento do partido evidenciava-se na composição do novo diretório, eleito em 1989, quando se elegeu dirigentes de duas correntes divergentes e que atuavam de forma predominante no partido: “Articulação” e “Construindo o Socialismo”. Embora o presidente afirmou à época que as divergências eram demonstrações da democracia ⁴³².

A convenção de 1991 não revelou nenhum conflito, ao mesclar dirigentes das duas maiores tendências do partido: “Articulação” e “Construindo o socialismo”. Houve chapa única baseada nos movimentos populares, sociais e no sindicalismo, tendo como presidente Joaquim Borges Pintos, da chapa Articulação, sendo que a vice-presidência (Elenita Antonio) e a tesouraria (José Carlos Alves) eram da chapa Construindo o Socialismo ⁴³³.

O partido, sem dúvida, amadureceu nas suas convenções, mas apresentou uma certa regressão no campo democrático, ao estabelecer chapa única, sem concorrência e disputa, embora houvesse um debate interno na composição dessas chapas.

Ao comentar sobre agrupamentos e tendências do PT, Nedson Micheleti relatou que ao longo do crescimento do partido, no decorrer de sua história, vários agrupamentos saíram, muitos foram expulsos, e se dirigiram para outras agremiações ou formavam outros partidos, como foi o caso do PSTU e do

⁴³² Folha de Londrina, 08/03/1989.

⁴³³ Folha de Londrina, 30/04/1991.

PSOL⁴³⁴: “(...) são pessoas que têm outro tipo de concepção de organização partidária”⁴³⁵. O fato do PT se apresentar como modelo de partido aberto e democrático contribuiu muito para a formação desses conflitos. Nedson diz que em Londrina não foi diferente, desde o início havia disputas: “Tanto que teve encontro municipal que tinha a chapa do Osvaldo Lima e do Cheida; e do outro lado disputando a chapa do Nedson, da turma da igreja, disputando nas convenções”⁴³⁶.

O depoimento de Nedson Micheleti só vem a corroborar a tese de que o PT londrinense teve como característica cultural a formação de tendências e disputas acirradas em convenções, e por meio disso, convalida seu ideal democrático, mas reforça a idéia de um partido não unificado e desorganizado, preocupado, ao contrário do que mostra o discurso, com a disputa pelo poder⁴³⁷. Em que pesem essas questões, é necessário pensar que na tentativa de construir uma organização democrática em uma sociedade herdeira de tradições autoritárias, a emergência de conflitos é quase que natural. A democracia pressupõe a existência de conflitos. Não pelo fato da sociedade ser autoritária, mas mesmo, e principalmente na democracia, os conflitos tendem a aflorar⁴³⁸.

No Encontro Municipal de 1991, os militantes petistas discutiram e fizeram um apelo aos filiados, ao argumentar que era quase impossível alguém pretender participar do PT sem estar alinhado a algum grupo: “O PT não é a soma de suas tendências. Também não é uma federação de agrupamentos. Em Londrina,

⁴³⁴ Esses partidos originaram-se através de dissidências no PT, grupos que passaram a discordar das decisões e atitudes tomadas pelo campo majoritário.

⁴³⁵ Depoimento Nedson Micheleti.

⁴³⁶ Depoimento Nedson Micheleti.

⁴³⁷ Mesmo nas ações políticas a desunião acontecia. Um exemplo disso é quando Cheida e uma parte do PT não apoiaram de forma explícita o candidato à sua sucessão nas eleições em 1996.

⁴³⁸ Ver: CHAUI, Marilena. **Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

todavia, é o que se verifica”⁴³⁹. Ainda, no mesmo documento, o partido declara que desde o seu início, verificou-se uma luta de posições onde o debate de idéias não existia: “Queimações, boicotes, submissões, era o que se verificava. Uma verdadeira luta pessoal cristalizou-se ao longo dos anos e os mais velhos passaram a deter a verdade sobre os acontecimentos”⁴⁴⁰.

Ao considerar esses fatos e afirmações, verifica-se que, em Londrina as tendências surgiram nos primeiros anos de PT, mas foram se acentuando com o crescimento do partido, e reafirmando a posição de um grupo dominante. Verifica-se que no início as posições políticas eram mais radicais e visavam mudanças sociais profundas, aliadas ao grupo que tinha maior influência no Partido – o PCBR. Assim que o PT foi se estabelecendo no campo político, a tendência relacionada às idéias mais conservadores acabou por se tornar hegemônica na agremiação, e o grupo dominante a partir dos últimos anos da década de 1990 passou a estar ligado à Articulação, grupo dominante do PT nacional e também à chapa Construindo o Socialismo. Foi esse grupo, e não a Articulação que ao longo do tempo tornou-se hegemônica no PT de Londrina, o maior responsável pela vitória de Luiz Eduardo Cheida em 1987 para o cargo de vereador, sendo o mais votado na categoria.

Um fato relacionado à questão democrática merece ser destacado. Houve o envolvimento de um grupo existente no PT londrinense, ligado ao PCBR, num assalto ao Banco do Brasil na Bahia. Quem procurou destacar o fato ocorrido foi Nedson Micheleti, ao declarar que o grupo envolvido defendia a luta armada:

(...) o PCBR, o grupo mais ligado ao Arno e ao Osvaldo Lima, Vander Rodrigues (...) tiveram um peso muito grande na construção do PT aqui em Londrina e na região. E eles chegaram ao extremo. O

⁴³⁹ Fonte: Encontro Municipal – PT – Londrina, abril 1991.

⁴⁴⁰ Fonte: Encontro Municipal – PT – Londrina, abril 1991.

problema deles foi quando teve aquele assalto na Bahia dos militantes do PT e era um núcleo de Londrina. Foram presos na Bahia, o Marcos irmão do Fábio Reali (...) ficou preso o maior tempo (...) ⁴⁴¹.

Nedson refere-se ao assalto, ou como querem os ex-militantes do PCBR, à ação política do dia 11 de abril de 1986. No entanto, não foi o núcleo de Londrina quem o organizou. Segundo Marcos Reali Ramos, integrante da ação, membro do PCBR e do PT londrinense, a ação política foi elaborada nacionalmente pela organização clandestina, os integrantes não sabiam o que iriam exatamente fazer, e desconheciam os participantes, identificados através de codinomes.

Os militantes do PCBR tentaram assaltar o posto de serviços do Banco do Brasil no campus da Universidade Federal da Bahia. No início, os participantes negaram qualquer vinculação com o proscrito PCBR e com a luta armada, ao dizer serem apenas militantes do PT. No entanto, não houve provas de que o dinheiro seria destinado de fato ao PCBR ou ao PT, ou manutenção do partido ou grupo político que visse a derrubada do regime pela luta armada ⁴⁴². O fato é que os militantes da época foram presos e julgados, segundo eles, com certa rapidez, o que parecia estranho ao se considerar a costumeira morosidade da justiça. Declararam também que o julgamento seguia um rigor máximo devido às pressões de setores conservadores ⁴⁴³.

Numa entrevista, Marcos Wilson Reali Lemos, preso por 10 anos, relatou essa experiência em que ele e Jari José Evangelista, militantes do PT de Londrina mas abrigados no grupo PCBR, participaram. Ao lado de mais 11 companheiros do PCBR, Reali dizia que a ação política pretendia levantar fundos para a organização, embora no momento em que foi designado para a ação em

⁴⁴¹ Depoimento Nedson Micheleti.

⁴⁴² Folha de Londrina, 13/08/1986.

⁴⁴³ Folha de Londrina, 28/03/1987.

Salvador, ele e os outros integrantes não tinham conhecimento do que iriam realizar.

O assalto deu errado e seis deles foram presos e condenados:

O PCBR era uma organização que pregava a luta armada, nós precisávamos de recursos, fundos. Vários movimentos do PCBR, carinhosamente chamados de BR, pregavam ações de expropriação (...) ter recursos financeiros para se manter, ter infra-estrutura para poder existir. E um dos meios, porque não eram só esses, havia jornais que eram feitos, tinha a capacitação de recursos legal, e os clandestinos. Havia o setor estudantil, sindical, o político e o setor militar. Que depois vieram a ser chamados pelos órgãos de segurança de grupo de fogo. E em 1986, ocorreu a ação no Banco do Brasil lá na Bahia ⁴⁴⁴.

Segundo Marcos Reali, a ação política tinha, portanto, o intuito de arrecadar fundos para a manutenção da organização clandestina abrigada no PT. No entanto, quando presos declararam que o assalto era em solidariedade ao grupo sandinista da Nicarágua. Argumento logo depois recusado pela polícia. Os seis membros presos foram processados pela Polícia Federal e Polícia Militar. Relatou Reali que se o assalto tivesse sido enquadrado como crime político, contra a Lei de Segurança Nacional, a pena teria sido branda, e provavelmente teriam sido anistiados. Não obstante, a pressão policial e principalmente, da mídia acabou por enquadrá-los como assaltantes comuns, o que permitiu uma pena de 10 anos ⁴⁴⁵.

O PCBR representou, durante a primeira década da existência do PT em Londrina, a maior organização abrigada no partido e sua participação foi significativa para o crescimento da agremiação na cidade ⁴⁴⁶. A organização atuava nos movimentos populares, sindicais, greves, mas sempre tinham idéias mais “radicais” em comparação ao restante do PT: “Usávamos métodos mais radicais (...).E internamente algumas idéias eram combatidas no partido, diziam que

⁴⁴⁴ Depoimento Marcos Wilson Reali Lemos.

⁴⁴⁵ Depoimento Marcos Wilson Reali Lemos.

⁴⁴⁶ Depoimento Marcos Wilson Reali Lemos.

devíamos ganhar pelo convencimento, pelo voto adquirir espaço dentro da sociedade”⁴⁴⁷.

Essa ação política – o assalto, como diz Reali, foi combatida por todo o PT, tanto em Londrina, como pelo PT nacional. E foi usada pelos setores conservadores como um elemento político para construir a imagem do partido como desorganizado, violento, e que cometia atos ilegais. Assim, Eduardo Suplicy, membro do diretório nacional na época se expressou acerca do episódio: “É uma ação isolada de elementos que se dizem do PT, mas que agiram em descumprimento ao nosso programa, que repudia isso”⁴⁴⁸. E em Londrina disse Osvaldo Lima: “Cometeram um crime comum e não político (...) nós combatemos isso”⁴⁴⁹. Antes mesmo de serem expulsos pelo partido, os militantes londrinenses, Marcos Reali e Jarí J. Evangelista – já falecido - , assinaram sua desfiliação da agremiação, e o PCBR não só em Londrina, como no Brasil perdeu qualquer prestígio político.

⁴⁴⁷ Depoimento Marcos Wilson Reali Lemos.

⁴⁴⁸ **O Estado de São Paulo**, 12/04/1986, lado 2.

⁴⁴⁹ **O Estado de São Paulo**, 13/04/1986, p. 3

CAPÍTULO 4 – TRAÇOS DE UMA MUDANÇA DE CULTURA POLÍTICA: SOCIALISMO; ALIANÇAS E O PARTIDO DOS TRABALHADORES NO PODER MUNICIPAL.

4.1 Socialismo.

O ideal socialista, conforme procurei demonstrar no primeiro capítulo, foi um pouco difuso no PT. Afinal, se a agremiação assumisse uma posição determinada e limitada, o Partido poderia sofrer dissidências, uma vez que no seu

interior havia agrupamentos distintos que apontavam para caminhos diferenciados. Esse fato, por conseguinte, também esteve presente em Londrina . Os documentos e discursos da época declaravam isso. As cartas enviadas aos filiados eram concluídas pela frase “saudações socialistas”: “o partido era socialista, as coisas caminhavam para isso, pregavam isso, os documentos que circulavam falavam do socialismo, mas durou pouco” ⁴⁵⁰.

Um dos fundadores do PT de Londrina, Vander Rodrigues, argumenta que a bandeira da agremiação era o socialismo: “(...) nós não nos declarávamos socialistas, mas defendíamos o socialismo, estava lá no programa” ⁴⁵¹. Esse socialismo, tal como salientamos no primeiro capítulo, deveria ser diferente do socialismo pregado pelo PCB, considerado não democrático ⁴⁵², ou seja, um socialismo “aberto” que atendesse aos objetivos de todos os militantes e das diversas tendências existentes no partido:

Um socialismo democrático, diferente dos partidos comunistas, a gente fazia a crítica de que eles eram muito fechados. Mesmo os comunistas que vieram para o PT tinham uma visão de que o partido tinha que ser de base, sem aquela estrutura fechada dos partidos comunistas, aquelas teses de cima para baixo, todo mundo tinha que acatar 100%. Já o socialismo do PT era um socialismo mais moderno, era democrático (...) ⁴⁵³.

Esse socialismo, portanto, deveria ser construído pelos próprios trabalhadores e não imposto por intelectuais ou líderes partidários. Assim, o PT não

⁴⁵⁰ Depoimento Osvaldo Lima.

⁴⁵¹ Depoimento Vander Rodrigues.

⁴⁵² A questão do socialismo dentro do PT como no PCB é algo polêmico e que envolve discussões totalmente ideológicas. O que eu aponto tanto no primeiro capítulo quando faço uma análise do socialismo presente no PT, e que defendo neste quarto capítulo, é a idéia de que o Partido dos Trabalhadores em todo o momento negou a influência do socialismo do leste europeu e soviético. Os setores hegemônicos pelo menos o fizeram, ao procurar resgatar heranças democráticas do socialismo e da social-democracia europeus, apresentando, mesmo que em discurso, a idéia de um socialismo mais democrático, que abrangesse todas as expectativas dos militantes e filiados. No entanto, uma fração significativa do PT teve heranças socialistas advindas do trotskismo, e outras próximas ao anarquismo.

⁴⁵³ Depoimento Vander Rodrigues

arriscava construir uma ideologia fechada que pudesse causar uma cisão no partido, e nem reafirmar a experiência dos partidos de esquerda até então existentes. Em relação à estatização, Vander Rodrigues afirma que em Londrina não se discutia muito isso, porém alguns grupos ou tendências a defendiam, outros a negavam, tal como o PT em nível nacional fazia no início do crescimento da instituição.

Manoel de Izaías Santana, presidente do diretório regional do PT no Paraná, em entrevista concedida à Folha de Londrina no ano de 1983, quando a instituição ainda traçava suas diretrizes, definiu sua concepção de socialismo como um elemento a ser construído pelo partido e não um socialismo importado: “com figurinhas importadas da União Soviética, da China, da Albânia, Cuba”⁴⁵⁴. Assim, deveria ser traçada uma luta na qual o trabalhador poderia adquirir no dia a dia os seus direitos, conhecendo-os e lutando por eles. Esse socialismo estaria bem próximo da idéia de que quando o trabalhador estivesse participando do poder de decisão, do poder político, seria socialismo⁴⁵⁵. Nesse sentido, a estatização seria um caminho, mas por si só não garantiria uma sociedade socialista, porque mesmo com a estatização, o “povo” deveria participar dos meios de produção.

O socialismo também esteve intimamente ligado à questão democrática, como um aprofundamento desta, e por isso, o único caminho para a conquista da liberdade seria a organização política dos trabalhadores⁴⁵⁶.

No Sétimo Encontro Nacional do PT realizado em 1990, um período que caracterizava o crescimento do partido no país, com a conquista de várias prefeituras, além de quase haver eleito Lula como presidente do Brasil, a

⁴⁵⁴ Folha de Londrina, 06/07/1983.

⁴⁵⁵ Folha de Londrina, 06/07/1983.

⁴⁵⁶ Folha de Londrina, 24/08/1986.

agremiação continuou reafirmando uma teoria socialista intimamente relacionada com a democracia e com o poder operário: “O PT (...) uma síntese de culturas libertárias (...) não possui filosofia oficial (...) [mas possui] um projeto comum de uma nova sociedade, que favoreça o fim de toda exploração e opressão”⁴⁵⁷. Nesse sentido, ratificaram a superação do capitalismo como indispensável à democracia, conforme o Manifesto e Programa de fundação. Negaram novamente as correntes social-democratas e o *socialismo real*, ao defender a extinção do capitalismo, os trabalhadores conscientes e transformados em classe hegemônica na sociedade civil e no poder do estado.

Esse socialismo, portanto, teria ligação íntima com a democracia: “O socialismo, para o PT, ou será radicalmente democrático ou não será socialismo”⁴⁵⁸, é nessa perspectiva, que a instituição lutaria pela liberação das mulheres, contra o racismo e todas as formas de opressão, uma sociedade na qual a liberdade de opinião, de manifestação, de organização civil e político-libertária fosse concretizada. Assim, seria o socialismo petista, um ideal relacionado à liberdade, ao fim das desigualdades de gênero, ao fim da desigualdade e preconceito racial, e um governo dirigido pelos oprimidos.

Por sua vez, o Encontro Municipal de Londrina em 1991, assim conceituou o socialismo no PT:

A democracia é necessária para se construir uma nova cultura onde as relações sociais sejam fraternas e onde haja respeito dentro da diversidade (...). Sem democracia nas ações táticas, não haverá auto-gestão, condição também fundamental para a sociedade

⁴⁵⁷ **Partido dos Trabalhadores, Resoluções de Encontros e Congressos**. Organização: Diretório Nacional do PT/ Secretaria Nacional da Formação Política e Fundação Perseu Abramo. Projeto Memória. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 430.

⁴⁵⁸ **Partido dos Trabalhadores, Resoluções de Encontros e Congressos**. Organização: Diretório Nacional do PT/ Secretaria Nacional da Formação Política e Fundação Perseu Abramo. Projeto Memória. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 432.

socialista. Auto gestão e democracia: esta é a definição de socialismo para Marx. Esta deve ser a ação socialista para o PT ⁴⁵⁹.

Há, sem dúvida, uma coerente interpretação acerca do socialismo buscado pelo partido em Londrina, quando comparado à agremiação em nível nacional. Ambos buscavam a democracia em todas os campos sociais, como o poder para os trabalhadores. Não se pode esquecer de que o estatuto e as diretrizes estabelecidos pelos encontros nacionais deveriam ser seguidos pelos partidos municipais, porém, sem desconsiderar a realidade local.

O socialismo pode ser apontado em Londrina como um dos elementos que contribuiu para uma mudança de cultura política. Por exemplo, em 1993, no início do governo Cheida, quando pela primeira vez a cidade de Londrina teve uma administração petista, os militantes apontaram uma “crise” em relação ao socialismo. Fizeram uma autocrítica muito grande em relação ao tipo de socialismo que defendiam: “O PT sempre oscilou entre uma crítica velada aos regimes socialistas, ao socialismo real e a uma democracia que ele não conseguia definir” ⁴⁶⁰. Sem fazer uma discussão teórica e profunda sobre o assunto, apresentaram para o governo municipal de Londrina um *socialismo pragmático*, ou seja, uma administração num regime capitalista, ao procurar direcioná-la para conquistas sociais, isto é, uma administração que não negue certos setores sociais, mas seja democrático no sentido de atender todas as camadas sociais ⁴⁶¹.

A importância nesse fato é que o socialismo como ideologia partidária passa a ser usado somente como um elemento a mais na busca de uma sociedade democrática, mais justa, à medida que cresce o partido na cidade. Assim,

⁴⁵⁹ Fonte: Encontro Municipal – PT – Londrina – abril 1991.

⁴⁶⁰ Folha de Londrina, 17/11/1992

⁴⁶¹ Folha de Londrina, 17/11/1992, p. 3.

socialismo não estava relacionado à posse dos meios de produção, à estatização, ou ao fim do capitalismo, mas a um programa partidário voltado às questões sociais, como a miséria, urbanização de favelas, a dignidade das mulheres e dos negros.

Na memória de alguns militantes e ex-militantes petistas, o socialismo é apontado como um sentimento que busca mecanismos para uma vida melhor e mais justa nas relações sociais, sem discutir exatamente modo de produção. “Se o PT fechasse uma definição de socialismo, não seria partido popular, também dentro do marxismo leninismo, no máximo com os intelectuais orgânicos do Gramsci”⁴⁶². Nedson ainda levanta a hipótese de que nem sempre o conceito de socialismo apresentado nas resoluções do PT significava exatamente aquilo que a agremiação acreditava. Havia um discurso das forças hegemônicas e uma prática social diferente. O atual prefeito petista londrinense, assim exclamou sua tese:

Aliás, todos os adversários do PT nesses 26 anos de partido sempre cobravam: mas o que vocês querem dizer quando falam do socialismo? Nunca houve isso, até hoje ainda tem um grupo ou outro de esquerda dentro do PT que fica com o discurso do socialismo clássico, quando as pessoas usam a palavra, usam nesse sentido, mas no PT nunca na luta social, partidária, nunca demonstrou na prática que o que ele pensa de socialismo, seja aquilo que a minoria diz. Nas convenções que nós fazíamos em 1981, 1982, 1983, se mostrava o que nós pensávamos do socialismo era socialização do modo de produção. Nunca foi isso, sempre foi a visão de uma sociedade participativa, democrática, e que as coisas que tem na sociedade sejam acessíveis às pessoas, nunca foi igualitarismo, estatização, nunca foi estatizante. Eu ouço, olha o PT tá fazendo privatização, nunca foi estatizante o PT⁴⁶³.

Não há dúvida que a memória de Nedson é reconstruída de acordo com suas visões de mundo do presente, e seu discurso procura legitimar a posição

⁴⁶² Depoimento Nedson Micheleti.

⁴⁶³ Depoimento Nedson Micheleti.

que atualmente ele tem e sempre teve no partido, a ala dita direita e majoritária do PT. A visão do grupo minoritário era, nessa perspectiva, a que seguia as resoluções, pois, segundo ele, a agremiação nunca foi estatizante, e mesmo quando as resoluções e convenções partidárias apontavam isso, nada mais era que a visão de um grupo minoritário, de esquerda dentro do PT. Ora, sabemos que as resoluções somente estabelecem aquilo que é tratado e aceito pela maioria, portanto, não é plausível o argumento de Nedson, que para ser comprovado precisaria de uma análise mais densa.

Além disso, temos exemplos claros de que o PT tinha propostas estatizantes. Em Londrina, o próprio Cheida defendeu a municipalização dos transportes coletivos, entre outros conforme será analisado em tópico posterior neste trabalho. A administração de Erundina em São Paulo (1989-1992) lutou pela estatização dos transportes coletivos, com a instituição da tarifa zero e dos transportes bancados por impostos; estatização do sistema de saúde e pela formação dos Conselhos Populares, além de priorizar o uso social da propriedade urbana e a não negociação com os interesses econômicos ⁴⁶⁴.

Geraldo Fausto dos Santos, o sindicalista Ceará, levantou um grande problema que ele percebia no partido: “Falar de socialismo na universidade é uma coisa, na favela é outra” ⁴⁶⁵. Para ele, o socialismo às vezes deixou de ser discutido, ou era interpretado de várias formas, porque havia uma certa dificuldade em discutir essa teoria em certos setores sociais. Sua defesa do socialismo petista é muito condizente com a tratada pelas resoluções e convenções tanto nacionais,

⁴⁶⁴ SINGER, André & KOWARICK, Lúcio. A experiência do Partido dos Trabalhadores na prefeitura de São Paulo. In: KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente.**

⁴⁶⁵ Depoimento Geraldo Fausto dos Santos.

quanto municipais: “A idéia de socialismo tem que ser construída na sociedade, passar por uma formação de longo prazo” ⁴⁶⁶.

O sindicalista defendeu também a existência do socialismo no PT atual, em que o foco é na área social, com obras sociais importantes e, nesse sentido, afirmou que a estatização nunca foi uma bandeira fundamental: “mas o interesse não é também entregar o que é público nas mãos de liberais e nem usar o dinheiro para o *mal*”. No entanto, defendeu que no início o partido era estatizante, o que evidencia a mudança de cultura política, mas declarou que algumas lideranças nunca foram, como por exemplo, Lula: “O pessoal da causa operária eram estatizantes, grupos que acabaram saindo do partido, eram radicais, formaram o PSOL” ⁴⁶⁷.

A fala do Ceará revelou que diferentes lideranças no PT possuíam diferentes concepções acerca do socialismo. Ele refutou o argumento de Nedson ao declarar que o partido nunca havia sido estatizante. Mas ao mesmo tempo o reforçou, ao mostrar que alguns grupos nunca construíram discursos contra a privatização.

Conforme mostrei no primeiro capítulo, o socialismo estatizante foi pouco a pouco abandonado para aumentar base social do Partido, e até mesmo se enquadrar nas novas relações políticas que estavam sendo construídas na década de 1990. Em Londrina não foi diferente.

Segundo Luiz Eduardo Cheida, Lula, o próprio líder do PT, nunca foi socialista, o que dirá o partido:

⁴⁶⁶ Depoimento Geraldo Fausto dos Santos.

⁴⁶⁷ Depoimento Geraldo Fausto dos Santos

O socialismo no PT sempre foi uma salada, um balaio de gato, porque o PT é uma grande frente (...) formada por partidos diversos, por segmentos de igreja, segmentos populares, então havia o socialista cristão, o socialista leninista, os maoístas, os albaneses, alguns que vieram do PC do B ⁴⁶⁸.

O ex-militante petista relatou acreditar, tanto no passado, quanto no seu presente, em um regime democrático, no qual haja um socialismo com democracia e liberdade. Nesse sentido, explica ser impossível um cidadão manter-se satisfeito em regime sem liberdade, seja num regime capitalista, ou num regime socialista. E para exemplificar o que entende por socialismo e assim, valorizar seu papel nesse processo, Cheida procurou mostrar como foi socialista na busca pelo fim da desigualdade de gênero enquanto prefeito de Londrina:

Quando a gente vai investigar as causas da violência da mulher, não é por amor à estatística, é porque a gente acha que nenhuma mulher pode ser explorada e aí nós começamos a encontrar homens que apanham das mulheres, e nós começamos a defender esses homens tanto quanto as próprias mulheres porque a questão era não ter violência (...)

Cheida completou afirmando que cabia também ao partido a luta ideológica e não à administração.

De forma sintética, podemos perceber que a estatização era no início do partido aceita pela maioria, mas aos poucos ela foi colocada em xeque pela agremiação. Assim, o PT tanto em nível nacional quanto municipal remodelaram o seu conceito de socialismo para as questões sociais, em que a liberdade, a democracia e a justiça social pudessem ser evidenciadas, mas cada vez mais se distanciavam dos projetos que implicavam uma ruptura com a ordem capitalista. Deve-se ressaltar que documentos internos comprovam que setores importantes do partido defendiam a estatização, é possível, portanto, compreender a mudança de discurso, mas sem negar os valores originais, o seu processo histórico.

⁴⁶⁸ Depoimento Luiz Eduardo Cheida.

4.2 Alianças partidárias.

O Partido dos Trabalhadores foi construído por meio de um discurso baseado na aliança com princípios. Tanto em São Bernardo, como em Londrina, era inaceitável a agremiação fazer coligações com instituições partidárias posicionadas ideologicamente do lado oposto. Portanto, não era cogitada a possibilidade de alianças com os partidos de direita, nem com os de centro esquerda.

Por exemplo, em 1985, Antonio Roberto Correa, então presidente do PT em Londrina, declarou que o projeto político pedagógico do partido era diferente da proposta do PDT, não cabia, portanto, uma aliança. Ainda que PT e PDT tivessem uma certa afinidade política, pelo fato da última agremiação ser historicamente um partido de esquerda, que procurou defender os trabalhadores⁴⁶⁹, a aliança não aconteceria. Percebe-se, então, o compromisso ideológico dos petistas frente às coligações partidárias.

No ano seguinte, Jacó Bittar, na época deputado federal do Estado de São Paulo, afirmou que: “O PT poderá fazer alianças com forças para as próximas eleições ou para campanhas do interesse nacional, como as diretas, mas ficará descartada qualquer ligação com o PMDB, PFL, PDS e PTB”⁴⁷⁰. Aqui se verifica, em nível nacional pelo menos, a aceitação de alianças desde que não fosse com os partidos dito conservadores ou de direita. Importante ser ressaltado, que coligar com o PDT nacionalmente era diferente que coligar com o PDT londrinense, pois nessa cidade, o partido era dirigido por Antonio Belinati, um radialista, tido como populista e corrupto pelos petistas.

⁴⁶⁹ Folha de Londrina, 07/12/1985.

⁴⁷⁰ Folha de Londrina, 01/02/1986.

O 5º Encontro Nacional do partido em 1987 procurou estabelecer uma política de alianças, ao reconhecer que era necessário romper com o sectarismo e a intolerância como empecilhos para o avanço do PT⁴⁷¹, o que revela a necessidade da agremiação em aumentar a sua base eleitoral, e para isso deixar de radicalizar seu discurso. No entanto, essa aliança só poderia acontecer com partidos que se reivindicavam comunistas, socialistas e de trabalhadores, e desde que propusesse publicamente a unidade de ação política da classe trabalhadora⁴⁷².

Nessa perspectiva, o PT londrinense cogitou a possibilidade de coligar com partidos progressistas, e justificou essa posição por ser uma estratégia para impedir a manutenção de governos de direita:

Não estamos tratando apenas da questão legislativa, mas de oportunidade de executarmos alguma coisa. Os partidos mais progressistas, mais à esquerda não podem mais uma vez, por erro tático, colocar a prefeitura nas mãos dos conservadores de sempre
473

Assim, Cheida deixa claro que o PT acreditava e argumentava com as lideranças de outros partidos que nenhuma união deveria ser feita apenas com intuito eleitoral, mas desenvolver um trabalho conjunto, no dia a dia, de luta sindical, ao apoiar os movimentos populares⁴⁷⁴. O partido também não podia simplesmente mudar de estratégia política e romper com todas as normas que nortearam a sua formação, assim fazer alianças era possível, mas sem abandonar os sindicatos e os movimentos sociais.

⁴⁷¹ Partido dos Trabalhadores. Resoluções de Encontros e Congressos. Organização: Diretório Nacional do PT.

⁴⁷² Partido dos Trabalhadores. Resoluções de Encontros e Congressos. Organização: Diretório Nacional do PT.

⁴⁷³ Folha de Londrina, 19/11/1987.

⁴⁷⁴ Folha de Londrina, 19/11/1987.

Essa nova política petista não foi incorporada por todos sem conflitos. Gilberto de Carvalho, sujeito político importante no PT do Paraná, frente a essas mudanças culturais políticas, chama a atenção dos militantes em relação às alianças:

Hoje, o PT é um partido viável para a classe trabalhadora. É um fenômeno de massa. Há perspectivas de ganhar algumas cidades importantes (...) só não podemos nos deixar influenciar pelo processo eleitoral, correndo o risco de perder nossa identidade, enquanto partido socialista, com um perfil ideológico bem definido⁴⁷⁵.

Numa outra perspectiva, um documento que expressa a visão de uma tendência dentro do PT de Londrina, mostra que a aceitação de todos os partidos comunistas ou socialistas como aliança partidária não era consenso na agremiação. O PC do B e o PCB foram extremamente criticados. O primeiro diz o documento não tem base de massa, ao permanecer com sua matriz de construção estalinista, cada vez mais distante da classe trabalhadora. O segundo, contava em seu meio com setores empresariais, e sem nenhuma autocrítica, mantinha-se fiel à sua eterna política de ganhar espaços, mesmo que para isso fosse necessário aliar-se à direita⁴⁷⁶.

O que pretendo mostrar ao apresentar esses fatos é que o PT ao procurar alterar sua cultura ou valores políticos, negava e superava certos paradigmas, reconstruía, reafirmava e criava outros. O processo de constituição e recriação de uma cultura é dinâmico, assim uma parcela do PT enxergava com bons olhos essas mudanças e as vias de maneira muito clara, outros simplesmente não as percebiam.

⁴⁷⁵ Folha de Londrina, 16/01/1988.

⁴⁷⁶ Fonte: Cartilha – PT: Tendência Socialista – 1987-1988.

Em 1989, ao seguir os parâmetros do quinto encontro nacional, e notar que o Partido dos Trabalhadores em Londrina estava deixando de ter uma participação mais ativa nas decisões políticas municipais pelo fato de não fazer alianças, os militantes elaboraram um informativo enviado a todos os filiados que levantava algumas questões. Apontaram a fragilidade do Partido na cidade, mesmo depois de eleito o vereador mais votado, Luíz Eduardo Cheida nas eleições de 1988, e o erro em não estabelecer ligações com o PCB e PSB, o que haveria contribuído para que se elegeisse um número insuficiente de vereadores “progressistas” para a Câmara Municipal ⁴⁷⁷.

Um outro documento reafirmou que a decisão de não fazer coligação eleitoral com o PCB e o PSB foi errada e que contribuiu para o fraco desempenho do partido ⁴⁷⁸.

Depois de assumida essa nova posição, de que o partido precisaria fazer alianças para melhorar o seu desempenho, o PT londrinense passou a justificar e a defender esse discurso. Assim, em 1991 declarou: “combate-se às pessoas e não as idéias – combater uma posição política não significa combater as pessoas que as defendem” ⁴⁷⁹. O interesse era esclarecer que mesmo em alguns partidos em que houvesse pessoas as quais o PT criticava, o importante seria considerar as idéias partidárias. Com isso, era essencial buscar setores comprometidos com a classe trabalhadora e partidos que tivessem identidade programática com o PT acerca construção do socialismo.

⁴⁷⁷ Fonte: Construindo o socialismo: proposta política para o PT de Londrina. Pré Convenção municipal 12/03/1989.

⁴⁷⁸ Fonte: Impresso: Carta para os filiados. **Construindo o socialismo, proposta política para o PT de Londrina**. Pré Convenção Municipal, 12 de março de 1989.

⁴⁷⁹ Fonte: Encontro Municipal – PT – Londrina, abril 1991

A frase “combate-se às pessoas e não as idéias” talvez tenha sido uma das justificativas do PT em estabelecer alianças com o PDT em Londrina. Sabemos que historicamente, a formação do Partido Democrático Trabalhista está ligado a uma visão de esquerda, embora tanto ele, quanto o PTB, possuíam em suas origens uma herança populista, herança que o PT criticava. Além disso, o PDT londrinense possuía em 1992 uma característica específica local, a presença e liderança de Antonio Belinati, um populista a quem o PT sempre manteve ataques políticos, além de Assad e José Janene. Eram homens que tinham experiências no campo político que representavam tudo aquilo que o Partido dos Trabalhadores combatia.

Em que pesem esses fatores, Luiz Eduardo Cheida lançou-se candidato a prefeito de Londrina em 1992 através de uma aliança com o PDT, que cedeu como vice-prefeito Assad Janene, na época secretário de Belinati. Na entrevista concedida para essa pesquisa, Cheida foi questionado sobre esse fato, e teve certas resistências ao responder: “Nós tínhamos... nós tínhamos claro que o Belinati era a pior coisa que Londrina já tinha produzido, naquela época, era populista, um cara de direta, desonesto”⁴⁸⁰. Ao explicar sua candidatura, relatou que Belinati apoiou o candidato Osvaldo Macedo do PMDB, e o restante do PDT resolveu apoiar o PT, e por isso cedeu o vice. Segundo Cheida, quando isso foi decidido Belinati estava em viagem na Europa, e tinha perdido o controle do seu partido.

No primeiro turno não houve, declaradamente, apoio de Belinati, embora não podemos esquecer que Assad Janene estava ligado diretamente a ele. Cheida justificou o apoio de Belinati no segundo turno ao relatar que seria a única

⁴⁸⁰ Depoimento Luiz Eduardo Cheida.

maneira de ganhar eleições. Portanto, vejo aqui uma ruptura com a idéia de fazer alianças com princípios, e com aquilo que em 1987, o próprio Cheida declarou: as alianças não deveriam seguir somente intenções eleitorais, uma clara mudança, portanto, de cultura política.

Luiz Eduardo Cheida observou que estava no início da disputa do segundo turno – entre ele e Wilson Moreira do PSDB - numa posição muito inferior em relação ao seu adversário. Depois de muita militância e batalha política, segundo ele, quando sua eleição estava viabilizada, o Belinati procurou o partido:

(...) foi nesse momento que o Belinati nos procurou, a Emília [esposa de Belinati] nos procurou, depois o Belinati. Eu, a princípio fui contra, completamente contra a vinda dele para campanha, mas havia um núcleo da nossa candidatura que era a favor e me convenceu, e eu achei que naquele momento o apoio dele pudesse até nos garantir a vitória. E hoje eu acho que isso não garantiu a vitória, nós estávamos crescendo e íamos ganhar de qualquer jeito. Mas ele nos apoiou nessas condições ⁴⁸¹.

É evidente que Cheida procuraria justificar essa parceria, ao procurar isentar seu papel no processo. Mas está claro que a “aliança” foi para ganhar as eleições, rompendo assim, com os princípios partidários petistas. A justificativa se sustenta pelo fato de Belinati estar na Europa, não tendo o controle sobre o partido, no entanto, não sustenta o fato de que Belinati o apoiou declaradamente no segundo turno. De qualquer forma Cheida explica que não foi uma aliança, uma coligação com Belinati, mas com o PDT:

Então, primeiro: não foi a gente que foi buscar o apoio dele; segundo não foi o PT, não foi uma aliança que o PT teve com o PDT de Belinati, mas foi assim, Belinati apartado do PDT, aí nós firmamos aquela aliança, foi assim que a gente ganhou ⁴⁸².

⁴⁸¹ Depoimento Luiz Eduardo Cheida.

⁴⁸² Depoimento Luiz Eduardo Cheida.

Nedson, em relação às alianças, procurou apresentar uma visão que legitimasse seu papel na posição majoritária do partido. Por exemplo, ele relatou que essa questão de mudanças nas estratégias de coligação política é falsa, porque o PT sempre fez alianças: “Em 1982 eu não diria porque estava muito cru, mas depois em 1986, 1988, não teve alianças porque os outros não fizeram”⁴⁸³. O que Nedson quer dizer é que simplesmente o PT não fez alianças porque não havia possibilidade ou viabilidade para se eleger, caso houvesse, teria feito sem se preocupar com a questão ideológica:

O PT só não fez aliança onde não tinha perspectiva de governo, onde a disputa acontecia para marcar a posição. Só faz discurso radical antialiança quando se está disputando sem perspectiva de vitória⁴⁸⁴.

Documentos nacionais e locais refutam a argumentação de Nedson. O Encontro Nacional em 1987, conforme foi demonstrado aqui abriu possibilidades de coligar com partidos de tendência comunista e socialista⁴⁸⁵. O encontro municipal em 1989, ao reafirmar o encontro nacional, discutia possíveis coligações com o PCB e PSB⁴⁸⁶. Gilberto de Carvalho, militante petista do mesmo grupo de Nedson Micheleti, declarou em 1988 numa entrevista à Folha de Londrina, a necessidade de não se deixar influenciar pelo processo eleitoral, correndo o risco de perder a identidade⁴⁸⁷. Tudo indica que Nedson construiu sua memória à luz do presente. Eu diria que seu pensamento rompe e nega qualquer valor político que o partido tentou implantar desde a sua formação. Ele afirmou ainda que o PSOL possui um discurso

⁴⁸³ Depoimento Nedson Micheleti.

⁴⁸⁴ Depoimento Nedson Micheleti.

⁴⁸⁵ **Partido dos Trabalhadores. Resoluções de Encontros e Congressos. Organização: Diretório Nacional do PT.** Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo. Projeto Memória. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

⁴⁸⁶ Fonte: Impresso: Carta para os filiados. **Construindo o socialismo, proposta política para o PT de Londrina.** Pré Convenção Municipal, 12 de março de 1989.

⁴⁸⁷ Folha de Londrina, 16/01/1988.

radical, porque querem marcar posição na sociedade e fazer crescer o seu partido: “O PT fez muito disso em um monte de lugar. Onde você não tinha chance real de vitória, fazia uma organização e um discurso radical”⁴⁸⁸.

A fala de Nedson indica que ele não concebe alianças comprometidas ideologicamente, mas construídas com a única finalidade ganhar eleições. Esse pensamento não condiz com o discurso, programa e resoluções do PT desde o seu surgimento.

Há evidências, portanto, de que a aliança realizada entre Cheida e Assad Janene não foi aceita por todo o partido. Geraldo Fausto dos Santos, o Ceará, afirmou que a coligação provocou um racha no partido, no qual cerca de 60% aprovou: “Eu era contra, depois houve mais apoios que não concordamos, como o do Belinati, por exemplo”⁴⁸⁹.

O fato foi que mesmo com discordâncias no interior do PT, Cheida manteve a coligação e se elegeu prefeito de Londrina em 1992 para o mandato 1993-1996. A partir disso, o partido passou a relativizar ainda mais sua política de alianças.

Um exemplo claro disso foi quando André Vargas, membro do diretório regional e delegado do partido, relatou em entrevista à *Folha de Londrina* que a abertura para coligações seria a única forma de viabilizar a candidatura de Lula para o cargo de presidente do Brasil em 1994: “Não é uma eleição solteira. Teremos que trabalhar o Brasil inteiro, aglutinar solteiros. Não adianta o Lula ganhar

⁴⁸⁸ Depoimento Nedson Micheleti.

⁴⁸⁹ Depoimento Geraldo Fausto dos Santos.

e não governar”⁴⁹⁰. As alianças portanto, não seriam usadas apenas para viabilizar as eleições, mas para criar possibilidades de aprovação de projetos.

Em 1995, quando Cheida ainda era prefeito de Londrina, o PT apresentou a necessidade de modificar sua atuação política, no sentido de adotar posições mais de centro esquerda: “Uma combinação entre a luta popular e o parlamentar institucional”⁴⁹¹. A via institucional estava no início em segundo plano, passando, paulatinamente, a se igualar com a luta popular.

4.3 O PT no poder municipal: Governo Cheida (1993-1996).

As eleições municipais de 1992 contaram, como já foi dito, com Luiz Eduardo Cheida, candidato a prefeito pelo PT e Assad Janane do PDT como vice. Os militantes e simpatizantes petistas iniciaram uma luta partidária intensa na intenção de obter a vitória. Cheida havia sido, na gestão anterior, o vereador mais votado em Londrina, o que contribuiu para aumentar seu prestígio político. Em nível nacional, o Partido dos Trabalhadores também havia crescido, e conquistado prefeituras importantes. Em Londrina, o mesmo se verificava. A inserção do partido nos movimentos populares na cidade, além da formação de núcleos centralizados nos bairros com a atuação da Igreja Católica Progressista permitiu que a agremiação se consolidasse. Assim, a estratégia adotada nas eleições municipais de 1992 indicava a intenção do partido em se articular com setores situados no

⁴⁹⁰ Folha de Londrina, 28/05/1993.

⁴⁹¹ Folha de Londrina, 23/07/1995.

campo das esquerdas e mesmo do centro contra os partidos da direita, que continuamente vinha hegemonizando o poder local⁴⁹².

Ao procurar estabelecer um diagnóstico em Londrina, o PT elaborou um programa para 1992, e em um dos seus boletins informativos de campanha traçou as diretrizes do que seria um governo municipal petista. Esse programa tinha por objetivo apresentar um modelo de administração que resolvesse os problemas sociais da cidade, que permitisse um avanço na cidade. Assim, foi delineado o programa do PT para Londrina em 1992 ⁴⁹³:

Comurb: órgão de gerenciamento econômico e financeiro do transporte coletivo (redução de tarifa, maior quantidade de ônibus, terminais nos bairros, cálculo de tarifa de forma transparente);

criação guarda municipal;

criação de silos (sistemas locais de saúde), nas regiões da cidade a fim de planejar e executar ações de saúde com a participação popular;

ampliação de visitas domiciliares com a presença de médico;

escolas de período integral;

arrendamento de terras públicas ociosas para plantio de alimentos;

urbanização de favelas;

arrendamentos de terras particulares ociosas;

criação de centros de convivência para atendimento da população carente com opções de esporte, lazer, apoio social e familiar;

controle de gastos públicos;

reforma administrativa com racionalidade, informatização e modernização da máquina administrativa;

⁴⁹² Encontro Municipal – PT – Londrina – abril 1991.

⁴⁹³ Boletim Informativo: “LONDRINA NA FRENTE – PT, PDT, PPS, PSB, PC do B – CHEIDA PREFEITO 13”.

recuperação econômica da reserva do Apucarantina, promovendo a agricultura auto-sustentável, criação de animais e plantio de matéria prima para artesanato indígena ⁴⁹⁴.

Esse programa político, à época, apresentado pelo PT evidencia o interesse do partido em estabelecer uma administração direcionada principalmente às questões sociais, embora o controle dos gastos públicos e reforma administrativa sejam questões importantes no campo econômico. Dentre os objetivos traçados, podemos destacar que o governo Cheida possibilitou a construção efetiva da Comurb - Companhia de Urbanização, órgão responsável pelo gerenciamento econômico e financeiro da urbanização de Londrina, correspondente ao atual CMTU – Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização; urbanizou favelas; construiu escolas profissionalizantes nos bairros, além das Escolas de Artes, Teatro, Dança e Ballet na intenção de criar centros de convivência para a população carente; informatizou a administração e criou mecanismos que pudessem atender a população indígena.

Através desse programa e de uma política de alianças com o PDT, PPS, PSB, PC do B, Cheida se elegeu prefeito da cidade de Londrina, sendo a primeira vez que o PT administrou o município.

As eleições de 1992 para o município de Londrina marcaram a primeira vitória do PT. Isso significa que o partido adquiriu densidade eleitoral em uma década de fundação, haja vista que ele surgiu em Londrina em 1981.

Eleições 1992 - Prefeitura de Londrina – 1º turno

Wilson Moreira	PSDB	28,80%
Luiz Eduardo Cheida	PT	24,60%

⁴⁹⁴ Boletim Informativo: “LONDRINA NA FRENTE – PT, PDT, PPS, PSB, PC do B – CHEIDA PREFEITO 13” .

Oswaldo Macedo	PMDB	8,90%
Mário Stamm Júnior	PFL	8,80%
Dalci Mendes	PL	0,80%
Branços		7,50%
Nulos		6,20%
abstenção		14,40%

Porcentagem aproximada em relação aos votos válidos – 1º turno
 Fonte: Folha de Londrina, 05/10/1992, p. 11.

Eleições 1992 - Prefeitura de Londrina – 2º turno

Luiz Eduardo Cheida	PT	51,83%
Wilson Moreira	PSDB	48,17%

Fonte: Folha de Londrina, 18/11/1992, p. 1.

Na Câmara de Vereadores foram eleitos 2 (dois) vereadores do PT, Lygia Puppato e Francisco Roberto Pereira, juntamente com quatro membros do PDT, quatro membros do PMDB, três membros do PSDB, dois membros do PTB, dois membros do PST, dois membros do PFL, um do PDS e um do PRN ⁴⁹⁵. Um total, portanto, de seis vereadores que apoiariam na Câmara o prefeito eleito.

Na escolha de seu secretariado, Cheida à época dizia estar totalmente livre para escolhê-lo, sem compromisso com ninguém, com nenhum grupo político ou econômico. O único critério para a admissão de secretários seria a competência técnica na área e a afinidade com a filosofia do governo: “O PT se tornou um partido muito flexível. Mas haverá discussões e necessidades de consulta, não apenas ao PT mas a todos os partidos que compõem a frente, com esses, sim, eu tenho compromisso político” ⁴⁹⁶. O que o ex-prefeito petista teve dificuldades em explicar foi a existência de dois secretários do PFL na sua

⁴⁹⁵ O Estado do Paraná, Norte Pioneiro, 09/10/1992, p. 2.

⁴⁹⁶ Folha de Londrina, 19/10/1996, p.3.

administração, haja vista que, segundo ele, não havia compromisso com ninguém⁴⁹⁷. O fato poderia ser explicado, mas não justificado, pelo interesse em ampliar a base de apoio na câmara para aprovar projetos, uma vez que o governo do PT não tinha vereadores suficientes para isso.

Logo após a vitória de Cheida, os petistas londrinenses mostraram uma preocupação acerca do abandono da luta popular. Um manifesto, assinado por um militante cujo codinome é Piau, reflete bem essa questão, o que evidencia que o partido, ou pelo menos uma parte dele, tinha consciência da burocratização e profissionalização que a agremiação poderia sofrer no momento em que passava a fazer parte da situação, não mais da oposição:

Temos que ter clareza que nossa tarefa primordial é a organização dos trabalhadores. Não podemos menosprezar o movimento sindical, o movimento popular, o movimento estudantil, a luta das minorias, a luta pela terra, a luta ambientalista, etc. em função de um governo municipal. A prefeitura não é um fim em si, ela se justifica, para nós petistas na medida que estiver articulada com as demais frentes na construção do socialismo⁴⁹⁸.

Embora eu tenha já salientado algumas medidas e características do governo Cheida, analisaremos aqui a sua administração, ao procurar verificar se houve fidelidade com as propostas de seu partido, na intenção também de verificar como o PT comportou-se num governo municipal.

Em relação à urbanização de favelas, assentamentos e movimentos de bairro, a administração petista procurou atuar de maneira intensa nesses setores, o que revela o comprometimento do governo com a dignidade da população carente de Londrina. O PT, na administração Cheida, teve uma grande aproximação com as associações dos moradores de bairros, com as favelas, ao proporcionar medidas

⁴⁹⁷ Analisarei esse fato ao longo da discussão deste sub capítulo.

⁴⁹⁸ Fonte: Manifesto – Autor : PIAU – 11/1992, pós-vitória Cheida.

que pudessem melhorar a vida de quem morava em lugares que muitas vezes eram esquecidos.

Era interesse do partido marcar uma posição nesses bairros, de modo que viabilizasse novas relações e novos espaços de sociabilidade. Por exemplo, o bairro União da Vitória na zona sul da cidade, considerado um dos bairros mais violentos de Londrina, contou com a intervenção da administração petista. Foi criado no local o Conselho de Entidades que mantinha campanhas contra violência, alcoolismo e drogas ⁴⁹⁹. O trabalho era realizado pela Secretaria de Ação Social da prefeitura de Londrina, pela Igreja Católica e pelas Pastorais próximas ao bairro. Segundo o Padre Dirceu Luiz Fumagalli, o Conselho de Entidade do União da Vitória iniciou seus trabalhos aproximadamente em 1994:

Uma vez por mês discutíamos com as pastorais, discutíamos com as igrejas evangélicas, Cohab (Companhia de Habitação de Londrina), com o pessoal da saúde, da UEL (Universidade Estadual de Londrina), com os movimentos sociais. Tínhamos prioridades: ampliar postos de saúde, ocupação e legalização da terra; queríamos organizar as campanhas de assistencialismo que existia, e para isso criamos critérios. E o pessoal que quisesse fazer pesquisas, tinha que dar um retorno dessa pesquisa para o povo⁵⁰⁰.

A experiência da Pastoral da Criança no bairro deveu-se à implantação de uma padaria comunitária, que tinha por intenção melhorar a saúde dos moradores. A capacidade da produção chegou a 8 mil pães por dia, segundo o padre Dirceu Luiz Fumagalli, que gerenciou a padaria junto com os moradores, uma vez que somente eles poderiam trabalhar, tendo uma participação na renda obtida pela atividade ⁵⁰¹. O trabalho, portanto, não se caracterizava como assistencialismo, mas permitia uma reeducação alimentar além de criar empregos para a população do local.

⁴⁹⁹ Folha de Londrina, 05/06/1995.

⁵⁰⁰ Depoimento Padre Dirceu Luiz Fumagalli.

⁵⁰¹ Folha de Londrina, 06/08/1995.

Não obstante, a relação entre o bairro União da Vitória com a prefeitura petista não era totalmente harmoniosa, por várias vezes a Associação de Moradores do bairro reivindicou o asfaltamento das ruas e redes de esgoto, além de pavimentação de algumas ruas por onde passavam os ônibus⁵⁰². Segundo Cheida, mesmo com alguns conflitos, a administração municipal chegou a asfaltar 100% o bairro. No entanto, o problema não se resolvia devido às contínuas entradas de novos habitantes e à ocorrência de novas ocupações no local.

A antiga favela Marísia de Londrina, situada às margens do córrego Bom Retiro e ao lado da BR-369, zona norte, tornou-se Vila Formosa ao completar os seus 30 anos de existência: “O que antes era falta de opção para quem não tinha onde morar, hoje é sinônimo de cidadania. Em lugar de favelados, agora eles são simplesmente moradores”⁵⁰³, relatou o *Jornal de Londrina* à época. A conquista foi obtida por meio de lutas, em que primeiramente se conseguiu água encanada e energia. Os barracos improvisados – sujeitos a costumeiras enchentes e outros transtornos – foram a pouco a pouco cedendo lugar a casas de alvenaria construídas em regime de mutirão pelos próprios moradores. Em entrevista ao jornal à época, uma das moradoras mais antigas, dizia que sentia vergonha de morar em favela, porque era discriminada e humilhada, e fazia muita pressão na prefeitura, até ser atendida. A construção das casas fez parte do projeto de urbanização de favelas da prefeitura com recursos do estado. Foram construídas casas em regime de mutirão pelos próprios moradores. O critério para as novas casas beneficiou em primeiro lugar os moradores mais antigos, atendendo ao todo 156 famílias⁵⁰⁴.

⁵⁰² Folha de Londrina, 06/08/1995.

⁵⁰³ Jornal de Londrina, 16/04/1995.

⁵⁰⁴ Jornal de Londrina, 16/04/1995.

Além da urbanização – asfaltamento e construção de casas, e assentamentos de famílias em favelas⁵⁰⁵ – os bairros de Londrina contaram com entidades, trabalhos comunitários e formação de associações que pudessem servir de canal de comunicação com a prefeitura. Destacou-se nesse processo, a líder comunitária da zona sul da cidade, Rosalina Batista, antiga moradora do Jd. Franciscato. A militante petista foi presidente do Clube das Mulheres Batalhadoras da Zona Sul e coordenadora do Consul (Conselho de Saúde da Região Sul). Em entrevista ao *Jornal de Londrina* relatou que se interessou pelas questões sociais quando em 1991 foi pedir emprego na casa de uma mulher:

Quando a mulher ficou sabendo que eu era do Franciscato, não quis me dar o emprego. Aquilo me revoltou. Foi aí que resolvi vestir a camisa para defender meu bairro e resgatar a minha cidadania⁵⁰⁶.

Percebe-se, na fala, a conscientização política que dona Rosalina possuía. Ela participou também do Programa-Uni (Uma Nova Iniciativa na Educação dos Profissionais de Saúde) que tinha por intenção mostrar à comunidade como ela poderia usufruir o Sistema Único de Saúde (SUS), ou seja, direitos da população. A política realizada no Jd. Franciscato estava ligada diretamente à luta por direitos, motivado pelo interesse não somente em melhorar as condições de vida das pessoas do bairro, mas também em auxiliá-las a superar as barreiras do preconceito impostas pelo restante da sociedade.

Na administração petista, a zona sul de Londrina também criou oficinas de tecelagem, que propiciaram a conquista da dignidade para as mulheres da região. Assim, diaristas e desempregadas fundaram uma “cooperativa”, na qual mulheres de baixa renda que moravam em bairros da zona sul de Londrina estavam

⁵⁰⁵ Folha de Londrina, 22/05/1994.

⁵⁰⁶ Jornal de Londrina, 02/08/1995.

tendo a oportunidade de aprender uma profissão e de aumentar a renda familiar através da Oficina de Tecelãs Sempre Viva. A idéia do trabalho surgiu a partir da oficina de tecelagem que era desenvolvida desde setembro pela Coordenadoria Especial da Mulher da prefeitura de Londrina, no Clube das Mulheres Batalhadoras do Jd. Franciscato. No Clube o objetivo era só terapêutico e ocupacional, passando, paulatinamente a representar uma renda para as mulheres ⁵⁰⁷.

A favela do Jd. Marabá entrou em fase de urbanização no governo petista de Cheida depois de muita reivindicação, pois por muito tempo, eles reclamaram da falta de compromisso dos governos municipais com a população que há 20 anos esperava o loteamento da região ⁵⁰⁸.

A transferência dos moradores da Favela do Ribeirão Quati, zona norte de Londrina, para lotes da Cohab foi uma medida confirmada no governo Cheida, quando o chefe do Departamento de Urbanização da Cohab, André Vargas, autorizou o projeto que fazia parte do programa de recuperação dos fundos de vale, encabeçado pela Autarquia Municipal do Ambiente ⁵⁰⁹. Os moradores mostraram-se, à época, entusiasmados com a possibilidade de mudança de endereço. A intenção da prefeitura em fazer a transferência devia-se também a outros fatores. Era necessário melhorar as condições do fundo de vale, porque o local que era trajeto para o Autódromo, espécie de cartão de visita da cidade.

Luiz Eduardo Cheida na entrevista concedida para este trabalho, argumentou que quase todas as favelas de Londrina foram urbanizadas: “Nós fizemos arruamento, dividimos em lotes, cercamos (...), e demos um kit para cada

⁵⁰⁷ Folha de Londrina, 05/03/1995, p. 3.

⁵⁰⁸ Jornal de Londrina, 17/11/1994.

⁵⁰⁹ Jornal de Londrina, 20/01/1994.

favelado fazer o básico da casa dele: para montar o esqueleto, a estrutura (...)”⁵¹⁰. Em alguns lugares, as casas foram construídas em alvenaria e de material reciclável, como no Jd. Morar Melhor, planejado para abrigar os moradores da favela Ok, zona leste de Londrina⁵¹¹.

A partir desses vários fatos e dados apresentados, podemos inferir que a administração petista em Londrina teve uma atuação nos bairros, nas favelas, quer no processo de urbanização, quer em trabalhos comunitários. Deve-se ainda considerar que não somente o governo de Cheida e suas secretarias realizaram esse trabalho, mas houve um profundo envolvimento dos militantes do PT que estavam inseridos nos bairros.

O Orçamento Participativo foi inaugurado em Londrina na primeira administração petista, um projeto que tinha por intenção permitir que a população, pelo menos uma parte, tivesse participação no orçamento da cidade. Por várias vezes Cheida e seu secretariado se deslocaram para os bairros com a finalidade de atender à população e determinar quais trabalhos de melhorias deveriam ser realizados. Diversos diagnósticos dos problemas existentes em Londrina foram feitos por meio desse trabalho, ao procurar atender os pedidos de moradores e dos vereadores. Sem fazer uma discussão teórica acerca do Orçamento Participativo, que foi realizada no primeiro capítulo, em Londrina ele foi usado como uma forma de aproximação entre o prefeito e seus representados.

O Orçamento foi incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual de investimentos. Foi considerado pelos petistas como a essência

⁵¹⁰ Entrevista Luiz Eduardo Cheida.

⁵¹¹ Entrevista Luiz Eduardo Cheida.

da política democrática de uma administração, a essência da cidadania ⁵¹²: “No orçamento participativo, o cidadão tem que ir ao bairro, na favela, no distrito, é imobilizar e discutir com a população. É uma administração militante (...) ⁵¹³”.

Na campanha, Cheida propôs e realizou a implantação do Orçamento Participativo, uma alternativa de trazer para a cidade a experiência de administração coletiva: “Não chegaria a ser uma autogestão, mas nós queremos forçar bastante para que se prepare a população para que os próximos governos possam ter a sociedade se autogerindo” ⁵¹⁴. Assim, a sociedade teria a oportunidade de discutir o orçamento, ao revelar um novo estilo de governar, uma nova forma de sociedade se relacionar com o poder público, além de apresentar uma oportunidade do cidadão decidir o que seria prioridade ⁵¹⁵.

O Orçamento, ainda que pesem as suas “novidades” numa administração, na qual uma parte da população participa ativamente, não podemos considerá-lo como uma administração coletiva. Afinal, somente líderes de bairros, que muitas vezes, não são sequer conhecidos por seus representados, atuavam na decisão do orçamento. Em Londrina, o ex-prefeito petista Cheida inseriu-se nos bairros para ouvir as reivindicações da população, o que não garantia que todas elas seriam atendidas.

Segundo Cheida, o Orçamento Participativo foi uma primeira experiência realizada com a equipe da Secretaria do Planejamento que contou com a ajuda dos petistas do Rio Grande do Sul, onde o orçamento já havia sido implantado : “Claro como em todos os lugares, tinha falha, a população não

⁵¹² Folha de Londrina, 23/06/1996, p.4

⁵¹³ Folha de Londrina, 23/06/1996, p.4

⁵¹⁴ Folha de Londrina, 17/11/1992.

⁵¹⁵ Folha de Londrina, 18/10/1996.

entendia, achava que como o prefeito ia lá discutir com eles, tudo o que eles pedissem ia ser resolvido”⁵¹⁶. No entanto, o ex-prefeito diz que vê a experiência de maneira muito positiva, ao permitir que a população participante reconhecesse como sujeito e agente da política de Londrina.

Um outro trabalho pioneiro feito pelos petistas em Londrina foi a implantação do Orçamento Aberto que permitia a população acessar através de um computador o orçamento do município. Os moradores acompanhavam a arrecadação e as despesas feitas pelo governo municipal durante o ano, um projeto feito em parceria com as empresas CETIL-Informática e Microsens Informática. No início, os aparelhos foram instalados no saguão da prefeitura, na zona norte e no Terminal Rodoviário, depois no calçadão de Londrina. As informações básicas eram apresentadas através de telas didáticas com gráficos, estatísticas e valores principais por áreas da administração municipal. A iniciativa seguiu a proposta de assegurar absoluta transparência às finanças municipais⁵¹⁷.

Cheida ao comentar o Orçamento Aberto, explica que a iniciativa foi proposta pelo fato de não existir internet na época, assim não era possível apresentar o orçamento para a população:

Então você hoje de manhã tinha tudo que arrecadamos ontem, e para onde foram destinados os recursos, você podia monitorar, acompanhar, quanto arrecadou, quanto foi de IPTU, de ISS, e para onde foi o dinheiro, uma coisa fantástica (...) inusitado no Brasil⁵¹⁸.

O Orçamento Aberto vinha de encontro com a base discursiva do PT que nada mais era que fazer política de modo transparente e ético.

⁵¹⁶ Depoimento Luiz Eduardo Cheida.

⁵¹⁷ Folha de Londrina, 28/01/1994.

⁵¹⁸ Depoimento Luiz Eduardo Cheida.

Uma outra iniciativa do governo petista que merece ser destacada, ao relacionar com a intenção do PT em estabelecer uma sociedade na qual não haveria discriminação racial e nem de gênero, é a criação da Coordenadoria Especial da Mulher. Ela tratava, prioritariamente, da violência contra a mulher, e criou o Centro de Atendimento de qualidade nos setores jurídicos, psicológicos, terapias ocupacionais. A preocupação era direcionada em estabelecer medidas que criassem empregos e salário dignos. O trabalho se estendeu nas escolas e universidades na intenção de inserir a mulher na sociedade como uma cidadã plena, com direitos e obrigações ⁵¹⁹.

O ex-prefeito petista destacou além da Secretaria da Mulher, novidade em Londrina, a ação realizada frente aos menores abandonados de rua. Havia na cidade cerca de trezentos menores que dormiam nas ruas, que se prostituíam, se drogavam, eram delinqüentes, dormiam na frente da Folha de Londrina, na prefeitura, no calçadão. O trabalho realizado pela prefeitura através da Secretaria da Ação Social, em parceria com a Universidade Estadual de Londrina conseguiu tirar muitas crianças da rua. Várias ações diferentes foram feitas: trabalhos no shopping, na prefeitura (produção de flores), velórios da Acesf; outros foram moram em casas de abrigo, como o Caic Zona Sul - Centro Integral à Criança e ao Adolescente, com o objetivo de atender a região Sul de Londrina ⁵²⁰; outros foram para a escola oficina, aprender a fazer pão; o Sercomtel ensinou a consertar telefone; e um trabalho de apoio foi realizado para não permitir que novas crianças

⁵¹⁹ Fonte: **Administrações do Município de Londrina – 1934 a 2001**. Secretaria de planejamento e Fazenda – Gerência de Pesquisas e Informações / DPI – Prefeitura Municipal de Londrina.

⁵²⁰ Fonte: **Administrações do Município de Londrina – 1934 a 2001**. Secretaria de planejamento e Fazenda – Gerência de Pesquisas e Informações / DPI – Prefeitura Municipal de Londrina.

voltassem às ruas, era um trabalho que buscava trazer entretenimento, conhecimento e formar cidadãos ⁵²¹.

O Programa Médico da Família, promessa de campanha de Cheida, foi colocado em prática. Tratava-se do atendimento domiciliar, elaborado para permitir o acesso da população rural aos serviços de saúde por uma equipe constituída por médicos, enfermeiros e agentes de saúde que realizavam visitas domiciliares ⁵²². Segundo Cheida a redução da mortalidade infantil foi produto dessa ação política.

Vários projetos na área ambiental foram concretizados: construção de casas com entulhos da construção civil e material reciclável; produção de alimentos com podas de árvores; hortas nas escolas que recolhiam toneladas de alimentos por mês, distribuídos para as creches ⁵²³.

Por exemplo, fazer casa com material de entulho não era só fazer casa, mas pegar a mulher que tomava gadernal por exemplo porque tinha dor de cabeça e o marido que era um bêbado e trazê-los para fazer a casa, era mais demorado, mais eles faziam e eles habitavam a casa, a mulher parava de tomar gadernal, o cara abandonava a pinga. O trabalho era todo de ação social, educação, saúde, meio ambiente, super transversal (...) ⁵²⁴

Cheida relata que recebeu muitas críticas de seu governo, pois a população esperara uma administração desenvolvimentista, não social. Penso que o governo municipal não foi desenvolvimentista não tanto por opção, mas por falta de alternativa. Afinal, não havia respaldo político por parte dos governos estadual e federal, e o PT em Londrina não contava com o apoio e recursos nem mesmo de muitos empresários do município.

⁵²¹ Depoimento Luiz Eduardo Cheida.

⁵²² Fonte: **Administrações do Município de Londrina – 1934 a 2001**. Secretaria de planejamento e Fazenda – Gerência de Pesquisas e Informações / DPI – Prefeitura Municipal de Londrina.

⁵²³ Depoimento: Luiz Eduardo Cheida.

⁵²⁴ Depoimento: Luiz Eduardo Cheida .

A criação do Programa de Atendimento à Comunidade Indígena de Apucarantina pela prefeitura também foi uma iniciativa do governo municipal para estender a cidadania aos índios da região. Uma escola foi construída com a função de alfabetizar em caingangue e ensinar o português, ao preparar o aluno para os estudos no segundo ano do primeiro grau. A iniciativa foi considerada inédita no Brasil. O ensino foi feito através do respeito pela diversidade étnica e cultural, ao considerar a especificidade cultural e garantir o ensino de línguas materna e oficial, reconhecendo o índio como cidadão de direito. Além de quatro professores que falavam o caingangue, a prefeitura colocou à disposição da reserva dois professores da língua portuguesa. A comunidade contava com cerca de 98 crianças em idade escolar ⁵²⁵.

Uma grande ação política do PT no município de Londrina foi a luta contra o monopólio privado do Transporte Coletivo Grande Londrina (TCGL). O partido atacava a empresa de transporte por monopolizar o serviço na cidade, e assim estabelecer valores que obrigavam os cidadãos a aceitarem pelo fato de não ter concorrência. Ao longo da administração de Cheida, a briga pelo fim da exclusividade no transporte coletivo de Londrina foi intensa com idas e vindas na justiça através de liminares e cassações de liminares. A Comurb, nesse sentido, realizou um estudo da lei federal de concessões e permissões, que permitia iniciar a concorrência para novas linhas e empresas na cidade ⁵²⁶. Mas a companhia não aceitou de maneira pacífica e lutou na justiça para impedir a concorrência, aceitando que apenas novas linhas fossem colocadas em funcionamento.

⁵²⁵ Jornal de Londrina, 19/01/1994.

⁵²⁶ Folha de Londrina, 24/02/1995.

O TCGL também atacou o partido, antes mesmo da eleição de Cheida, e depois durante o seu governo, ao relatar que usavam o nome da empresa com intenções completamente eleitoreiras, ao fazer dela um verdadeiro trampolim político. O fato foi que mesmo com os conflitos estabelecidos entre a prefeitura e a empresa, o governo petista conseguiu quebrar o monopólio do transporte coletivo no município, um monopólio explorado há 30 anos pelo TCGL (Transporte Coletivo Grande Londrina).

Um outro projeto elaborado na gestão de Cheida foi o “Londrina Linda”, recebido com receios pela maioria da população e que resultou em muitas críticas ao ex-prefeito petista. O programa previa executar pequenas obras e serviços, ao procurar atender aos pedidos de melhorias feitos pelas associações de bairros, além de descentralizar a administração e obter a participação dos londrinenses nas ações da Prefeitura nos bairros. Para isso, frentes de trabalho com homens da Secretaria de Obras, e da Autarquia do Meio Ambiente – AMA – executaram vários serviços de plantio, podas de árvores, capina, e atividades de varrição e remoção de entulho⁵²⁷.

A intenção do projeto era permitir que a cidade de Londrina fosse mantida limpa, assim lavagem do calçamento toda semana, serviços de iluminação e pinturas de meio fio faziam parte do programa.

O objetivo do Projeto Londrina Linda era levar a administração pública municipal até a população, em todas as regiões da cidade. E por isso trabalhava com programas que tratavam a vivência cotidiana dos cidadãos. Era feito,

⁵²⁷ Jornal de Londrina, 22/06/1994.

mensalmente, um levantamento de todas as reivindicações dos líderes comunitários para cada secretaria, e na prefeitura verificava a possibilidade de executar os pedidos após o orçamento. Havia uma relação entre o Projeto com o Orçamento Participativo. Enquanto o primeiro buscava a participação popular para definir as prioridades das grandes obras, o segundo as pequenas obras e serviços. Alguns moradores do Conjunto União da Vitória, do Jardim Bandeirantes, do Conjunto Vivi Xavier aprovaram o projeto na época ⁵²⁸.

Esse projeto acabou crescendo, proporcionando um novo programa: “Cidade Melhor – por uma Londrina mais Linda e mais limpa”. As principais ações eram: adequação de sinalização vertical e horizontal de vários cruzamentos; pinturas de faixas exclusivas para ônibus em ruas do centro; pinturas de faixas de travessia de pedestre em 122 cruzamentos; poda e erradicação de árvores; revitalização e lavagem semanal do calçadão; limpeza semanal da rua Sergipe; colocação de bancas e lixeiras no calçadão, rua Sergipe e frente à biblioteca (100 bancos de madeira ao todo); mudança do artesão da escadaria para a praça da Bandeira (Floriano Peixoto), transformando os degraus da escada em floreiras ⁵²⁹.

No entanto, a administração petista foi criticada pelo projeto “Londrina Linda”, e Cheida ganhou o apelido de “pintor de meio fio”:

a cidade era uma cidade linda, (...) era capinada, ruas limpas, pintadas, meio fio e etc. E o opositor falava, ah, o Cheida pintava meio fio e claro pintava sim, e a cidade era uma coisa assim, cheirosa, e ressentia coisa limpa e eu tenho uma fixação por isso, eu acho que as pessoas merecem morar numa cidade limpa, agora eu fazia das tripas coração para manter isso (...) ⁵³⁰.

⁵²⁸ Ver: COSTA, João Vitorino da. **Participação popular no Projeto Londrina Linda**. Monografia de bacharelado de Ciências Sociais. Universidade Estadual de Londrina, 1996.

⁵²⁹ Folha de Londrina, 09/11/1996.

⁵³⁰ Depoimento Luiz Eduardo Cheida.

O fato é que, como o próprio Cheida reconhece, a população estava acostumada em esperar do governo municipal grandes obras e uma política direcionada para a vinda de indústrias para a cidade. Sem querer relativizar, não há como deixar de considerar que o primeiro governo petista em Londrina não contou com o apoio do governo estadual e federal, e isso impossibilitava a realização de grandes obras no município.

Ao fazer uma análise da administração de Cheida há importantes elementos que revelam um certo comprometimento ideológico com o seu partido à época, como a questão dos meninos de rua; o trabalho realizado na Coordenadoria da Mulher; a educação indígena; o orçamento participativo e aberto; a luta pelo fim da monopolização do transporte coletivo; o programa Médico da Família, de caráter assistencialista; e os trabalhos executados nos bairros: urbanização de favelas, asfaltamento, formação e atuação das associações de moradores com a intenção de criar mecanismos para melhorar a vida da população.

Merecem ser destacados alguns conflitos no governo petista, que causou decepção não somente aos cidadãos comuns mas também aos próprios militantes, companheiros de Cheida. Por exemplo, Ceará classificou o governo Cheida como muito positivo, ao criar a secretaria da mulher, atuando muito no campo social: “mas a grande decepção na época foi a existência de um secretário do PFL no seu governo”⁵³¹. O secretário que o sindicalista apontou era Abílio Medeiros da Companhia de Desenvolvimento de Londrina, partidário de uma agremiação que ideologicamente não havia afinidade nenhuma com o PT, muito ao contrário. O mais interessante foi que em nível nacional, o governo Cheida bombardeou a aliança entre o PSDB e o PFL, ao usar o argumento da falta de

⁵³¹ Depoimento Geraldo Fausto dos Santos, o Ceará.

coerência ideológica dos tucanos, que estariam se aliando com um partido fisiológico e de direita ⁵³². Ao procurar justificar sua atitude, o ex-prefeito disse à época que existia uma diferença muito grande entre aliança e participação, assim Cheida salientou que não houve aliança entre o PT e o PFL na eleição para a prefeitura, pois ele somente recebeu apoio de dois empresários do PFL, como pessoas, referindo-se também a Luis Guilherme Alho da Silva, secretário de obras. Ao explicar sua posição, afirmou que a aliança entre PFL e PSDB em nível nacional não tinha sustentação ideológica. Uma coisa, disse o prefeito, é você querer unidade para governar. Outra é se descaracterizar para se eleger ⁵³³.

Na entrevista concedida para essa pesquisa, Cheida foi indagado acerca da existência de dois secretários do PFL em seu governo, e pela sua reação ficou evidente que o assunto não o agradava, mas disse maneira tácita: “O PFL nunca esteve no meu governo, o PFL nunca cedeu dois secretários para o meu governo” ⁵³⁴. Explicou o ex-prefeito que o partido havia apoiado seu opositor, o candidato Wilson Moreira, e as duas pessoas que vieram (Abílio e o Luis Guilherme) para o seu governo aconteceu por meio de um convite:

Não houve uma aliança, é muito diferente (...) eu achei que tinha um empresário em Londrina progressista, que naquele momento representava uma situação boa para nós de investimento, mas não houve nunca aliança entre o PT e o PFL nunca ⁵³⁵.

Está claro na fala de Cheida sua intenção em frisar que não houve alianças no abuso e na repetição da palavra *nunca*. No entanto, é problemático afirmar que ninguém do PFL tenha apoiado sua candidatura, senão a administração não teria aberto espaço no primeiro escalão para pessoas que não contavam com o

⁵³² Folha de Londrina, 11/05/1994.

⁵³³ Folha de Londrina, 11/05/1994.

⁵³⁴ Depoimento Luiz Eduardo Cheida.

⁵³⁵ Depoimento Luiz Eduardo Cheida.

respaldo partidário. É claro também que existe a hipótese do ex-prefeito em buscar apoio de outros setores para poder governar. Cheida tinha minoria na Câmara, e não iria conseguir aprovar os seus projetos se não tivesse aliados de outros partidos, mesmo que opositoristas.

Numa reportagem veiculada no Jornal de Londrina, o colunista Délio César que tinha o costume de tecer intensas críticas à administração petista na cidade, fez alusão a um noticiário da Folha de São Paulo, sobre os prefeitos do PT que passaram a privatizar serviços públicos e a fazer parcerias com a iniciativa privada, ao justificar que é uma *evolução forçada pelas implacáveis contingências do mundo real*. Para reforçar a discussão, Délio César destacou o exemplo de Londrina que pretendia na época vender 40% das ações da empresa municipal de telefonia, a Sercomtel, com a intenção de angariar recursos para investimentos sociais, passando assim a defender um Estado enxuto, posição que lhe rendeu o apoio da maioria da Câmara e a oposição do seu partido⁵³⁶.

Sem dúvida, a questão das privatizações e terceirização de serviços foi outro causador de conflitos entre londrinenses e administração petista, e entre militantes petistas e prefeito Cheida. Não só a hipótese de venda da Sercomtel foi cogitada, mas da Copel (Companhia Paranaense de Energia) também, com a venda de ações, e para isso a prefeitura de Londrina encaminhou projeto de lei à Câmara. Na justificativa do projeto, o executivo apontou a situação difícil das finanças municipais, sendo que o dinheiro proveniente da venda das ações seria usado,

⁵³⁶ Jornal de Londrina, 03/04/1995.

segundo Cheida para “manter o crédito municipal, através das Certidões Negativas de Débitos”⁵³⁷.

Não obstante, o ex-prefeito não conseguiu realizar a venda de ações, graças também à falta de apoio do PT. Segundo ele, o partido estava fazendo um patrulhamento ideológico, características de alguns segmentos, não do PT como um todo⁵³⁸.

Em relação à terceirização de serviços, Cheida recebeu críticas de seus companheiros. A alimentação de parte dos servidores municipais; o transporte escolar rural e de operários da prefeitura; a limpeza e manutenção do Terminal Urbano de Transporte Coletivo e do Terminal Rodoviário de Londrina foram todos terceirizados⁵³⁹. Para a presidente do PT no município da época, Rose Friedmann, a terceirização deveria ser tratada de maneira mais crítica, porque envolve problemas relacionados aos direitos sociais dos trabalhadores⁵⁴⁰. Cheida, ao justificar sua posição, afirmou que o partido não discutia terceirização, pois era um tabu: “o mais importante é a solução de problemas, a questão ideológica fica em segundo plano nestes casos”⁵⁴¹. Isso revela a flexibilidade dos ideais petistas frente a alguns fatos, um elemento que evidencia sua mudança de cultura política, mesmo que não fosse um consenso no partido.

Todas essas questões acabaram por gerar uma crise no PT de Londrina que teve início na campanha de Cheida, quando ocorreu a aliança com o PDT. A Convenção realizada em 1996 que definiria o próximo candidato pelo partido

⁵³⁷ Folha de Londrina, 05/10/1994.

⁵³⁸ Folha de Londrina, 23/06/1996, p.4.

⁵³⁹ Folha de Londrina, 02/05/1995.

⁵⁴⁰ Folha de Londrina, 02/05/1995.

⁵⁴¹ Folha de Londrina, 02/05/1995

nas eleições municipais criou um racha na agremiação, um racha que foi resultado de todas as crises somadas nos últimos anos.

Dois pré-candidatos foram lançados no partido para preencher o cargo de prefeito em Londrina na gestão de 1997-2000: os deputados federais Paulo Bernardo e Nedson Micheleti, o último com o apoio do então prefeito Cheida⁵⁴². A convenção acabou por eleger Paulo Bernardo como o candidato que disputaria pelo PT as eleições municipais em 1996, e foi justamente essa vitória do ex-deputado que gerou uma crise partidária imensa no partido.

A crise originou-se, segundo acusações, veiculadas à época, de que Paulo Bernardo haveria usado meios ilícitos para ser o candidato a prefeito. Em decorrência, o então prefeito Luiz Eduardo Cheida disse que não iria apoiar o deputado porque a prévia havia sido conduzida com má-fé⁵⁴³. Sem citar quais exatamente, relatou que houve procedimentos irregulares na prévia que apontou Bernardo como o favorito da militância no partido.

Ainda que pesem essas divergências e a possibilidade de intervenção do diretório nacional houvesse sido cogitada⁵⁴⁴, a Comissão de Ética, para apurar as denúncias da quebra da ética partidária na campanha eleitoral de Londrina, não aconteceu, não houve intervenção e Paulo Bernardo foi o candidato a prefeito nas eleições em 1996. Seu “opositor” Nedson Micheleti mostrou preocupação com a gravidade da crise que o partido sofreu e a conseqüente divisão da agremiação.

⁵⁴² Folha de Londrina, 28/04/1996.

⁵⁴³ O Estado do Paraná, 16/08/1996, p.5.

⁵⁴⁴ Folha de Londrina, 04/02/1997.

A saída de Luiz Eduardo Cheida do PT, por exemplo, foi um dos resultados dessa crise. Na sua entrevista, ele relatou o que, do seu ponto de vista, havia acontecido na prévia que escolheu Paulo Bernardo como o candidato a prefeito: “Minha saída do PT se deveu a isso. Exatamente isso”⁵⁴⁵. Relatou o ex-prefeito que Paulo Bernardo o havia procurado pedindo apoio para prefeito e ele declarou que apoiaria o Nedson. No entanto, teria afirmado que aquele que ganhasse a convenção teria o seu apoio: “Nos meses que se seguiram, nós vimos um escândalo dentro do PT, sumiu computador, lista de votação, esse cidadão o Celso Costa⁵⁴⁶ pintou e bordou”⁵⁴⁷. Assim, relatou Cheida que a convenção ocorreu com Celso Costa controlando a lista de filiados, que ninguém mais tinha acesso:

Lá na convenção eu descobro pessoas votando que não eram filiados. Perguntei: *D. Maria o que a senhora tá fazendo aqui? O seu Cheida eu vim votar no senhor. Não mas eu não sou candidato. Não, mais o Paulo Bernardo falou pra nós que votar nele, nós tamo ajudando o senhor. Tá, tudo bem, mas me diga uma coisa, eu nunca vi a senhora no PT, a senhora é filiada? Não. Não sou filiada.* Então, peguei o nome dela, e o nome de cento e oitenta pessoas e fui no fórum no dia seguinte pedir a filiação daquelas pessoas, nenhuma era filiada do PT e todas votaram **(grifo nosso)**⁵⁴⁸.

Cheida relatou que levou todo esse material para a executiva nacional ao invés de ir para imprensa e denunciar. No entanto, a reunião no diretório que contou com a participação de José Genuíno, José Dirceu, Gilberto de Carvalho, Delúbio Soares simplesmente se resolveu não interferir:

Eu expus a situação: mostrei, falei olha aqui a ata da votação e o fórum: essas pessoas que votaram não são filiadas. (...) e aí me perguntaram mas o que você quer que nós façamos? Eu disse, ora que vocês anulem a convenção, vamos fazer outra, sobre a supervisão da nacional. Eles disseram: Ah não, isso é um absurdo, vai acabar dando muito problema. Falei, gente, mas vocês estão

⁵⁴⁵ Depoimento Luiz Eduardo Cheida.

⁵⁴⁶ Segundo Luiz Eduardo Cheida, Celso Costa foi presidente do PT durante o seu governo, foi preso em 2002 por corrupção após sua saída do partido quando trabalhou para o grupo Janene, durante a gestão de Antonio Belinati (1997-2000).

⁵⁴⁷ Depoimento Luiz Eduardo Cheida.

⁵⁴⁸ Depoimento Luiz Eduardo Cheida.

vendo que a convenção foi fraudada, foi roubada. Eles só me disseram: você foi inocente⁵⁴⁹.

Disse Cheida que naquele momento, percebeu que seria impossível se manter no partido, embora sua saída oficial só ocorreu em 1998: “Eu nunca mostrei para ninguém da imprensa isso, nunca, não era do meu feitio fazer guerra política nesse nível. Mas todo mundo sabe disso, o Nedson sabe disso, todo mundo sabe”⁵⁵⁰. Foi nesse contexto que a saída de Luiz Eduardo Cheida do Partido dos Trabalhadores se consumou, e sua entrada novamente no PMDB por meio de um convite de Roberto Requião.

Os frutos dessa crise partidária não foram somente a saída de Cheida do PT, os candidatos a vereadores petistas nas eleições de 1996 também mostraram uma certa restrição em relação a Paulo Bernardo. Esse fato foi comprovado quando alguns candidatos a vereadores manifestaram apoio, alguns publicamente, outros de forma oculta, a outros candidatos a prefeito, como o Haully do PSDB⁵⁵¹.

Uma crise que vinha sendo acentuada, paulatinamente, desde a campanha de Cheida ao cargo de prefeito em 1992, que dividiu o partido em relação à aliança entre PT e PDT. Logo depois a divisão foi aprofundada pelo fato das tendências posicionarem-se de maneiras diferentes em relação às suas opiniões acerca das ações políticas do então prefeito. Assim, a dimensão da divisão do partido atingiu seu ápice quando a prévia decidiu que Paulo Bernardo seria o candidato a prefeito em 1996.

⁵⁴⁹ Depoimento Luiz Eduardo Cheida.

⁵⁵⁰ Depoimento Luiz Eduardo Cheida.

⁵⁵¹ Nesse contexto, podemos destacar o candidato a vereador André Vargas do PT que não apoiou publicamente o candidato a prefeito de seu partido Paulo Bernardo, pois grande parte de seu material de campanha não citava Bernardo, ocasionando um conflito político entre eles.

Nedson Micheleti, de outra perspectiva, fala acerca do episódio. Ele relatou que o grande “culpado” pelos indícios de má fé na prévia foi Celso Costa, a pessoa que escondeu as listas de filiados. Nedson salienta a postura, segundo ele, truculenta de Celso de tratar a política, e agir sempre em seu interesse: “Celso Costa fez isso de acordo com o interesse dele, agora dizer que Paulo Bernardo sabia, é difícil saber, seria fazer um julgamento”⁵⁵². Afirmou ainda que ao fazer uma análise num momento posterior, acabou por verificar que talvez o interesse de Celso Costa não era a favor de Paulo Bernardo, mas na intenção de ajudar Belinati, haja vista que Celso saiu do PT e se aliou a Belinati.

Independente do ocorrido, Nedson argumentou que o PT apoiou a candidatura de Paulo Bernardo para prefeito em 1996⁵⁵³.

E claro que esse fato se refletiu nas eleições em 1996. O candidato a prefeito pelo PT teve somente cerca de 6,13% dos votos, não reelegeu Lygia Pupatto e Francisco Roberto para a Câmara, elegendo somente um vereador, Antonio Ursi. O candidato à prefeitura do PDT, Antonio Belinati, obteve vitória no primeiro turno (48,96%) e no segundo turno (50,04%)⁵⁵⁴.

Nesse contexto, os militantes salientaram que a impressão que tinham é que o PT havia “acabado” naquele momento. Mas em 1997, duas chapas: *Reconstruindo o PT*, liderada por André Vargas, e *Unidade da Reconstrução*, liderado por Glauco L. Ramos trouxeram uma esperança para a agremiação⁵⁵⁵. Observe-se que ambas as chapas levavam o nome *Reconstrução*. E era exatamente isso que o PT precisava: ser reconstruído. Desde o início da sua formação, o partido

⁵⁵² Depoimento Nedson Micheleti.

⁵⁵³ Depoimento Nedson Micheleti.

⁵⁵⁴ Jornal de Londrina, 05/10/1996, p.3A.

⁵⁵⁵ Folha de Londrina, 15/07/1997.

londrinense teve disputas acirradas e conflitos nas convenções, aliás, isso marcou a história do PT no município. Não obstante, a vitória de André Vargas garantiu a reconstrução e a unificação do partido, que não só conseguiu se reerguer, mas se modernizou, tornou-se mais flexível, a ponto de eleger em 2000 e reeleger em 2004 o prefeito Nedson Micheleti do PT.

4.4 O PT de Londrina: mudança de cultura política?

Procurei demonstrar no primeiro capítulo, como o Partido dos Trabalhadores em nível nacional modificou, ao longo do tempo, seus valores culturais, ao questionar as relações políticas dos anos 1990, o processo de burocratização, o exagero do discurso do novo. Esse processo em Londrina não foi diferente, a memória dos filiados aponta também para o reconhecimento dessa mudança.

Quando o PT nacional completou dez anos de fundação em 1990, o PT londrinense completava nove, sendo que em 1988 com 7 anos de existência já havia eleito o vereador mais votado da cidade ⁵⁵⁶. Nesse contexto, a agremiação percebeu seu expressivo crescimento nas eleições. Por exemplo, em 1990 o partido contava com três deputados federais (Pedro Tonelli; Edésio Passos, Paulo Bernardo) e três deputados estaduais no Paraná (Ovídio Constantino, Ernani Pudell e Florisvaldo Rosinha Fier) ⁵⁵⁷.

⁵⁵⁶ Folha de Londrina, 10/02/1990.

⁵⁵⁷ Folha de Londrina, 11/10/1990.

Esse crescimento deveu-se, principalmente, a uma certa flexibilidade nas propostas do PT. Muitos militantes e políticos petistas já sustentavam propostas social democratas, embora muitos deles não admitiam fazer isso ⁵⁵⁸.

Devido ao crescimento da agremiação, as tendências internas passaram a se acentuar cada vez mais. Além disso, as questões de dimensões mundiais, como a queda do muro de Berlim e o fim da URSS, ao expor o colapso total do *socialismo real*, incentivaram os petistas a promoverem um congresso no ano de 1991. O coordenador do congresso e membro da executiva nacional do PT, Augusto Franco, ao promovê-lo declarou: “O Partido muda, mas sem negar o seu passado” ⁵⁵⁹. Observe-se que a agremiação já começava a reconhecer as suas “metamorfoses”, que podiam ser admissíveis, desde que não refutassem os seus valores culturais originais. Assim, Augusto Franco previa à época a necessidade de uma verdadeira “refundação” da instituição, sem negar sua trajetória ⁵⁶⁰.

O I Congresso do PT nacional, ocorrido em 1991, discutiu os seguintes temas: socialismo; novas formas de organização; direção partidária, através do lema: “vida nova para o PT”, acompanhado com o símbolo de uma borboleta: “a borboleta não nega seu passado de casulo, o seu perfil construído na sua trajetória de lutas, que ensejaram a construção do partido de uma forma inédita em relação a outras organizações. Mas é necessário mudar, renovar” ⁵⁶¹. Uma das maiores preocupações foi a questão do socialismo, “Socialismo não é sinônimo de estatização, isso foi um mito que a esquerda criou e que devemos derrubar já” ⁵⁶².

⁵⁵⁸ Folha de Londrina, 23/03/1991.

⁵⁵⁹ Folha de Londrina, 02/06/1991.

⁵⁶⁰ Folha de Londrina, 02/06/1991.

⁵⁶¹ Folha de Londrina, 02/06/1991.

⁵⁶² Folha de Londrina, 02/06/1991.

Assim, o partido como forma de antecipar as possíveis críticas, preparou a população brasileira para compreender as mudanças que o PT estava sofrendo, ao declarar que não haveria rompimento total com seu passado, mas simplesmente uma renovação. Esta passaria pelas normas mais radicais do partido, numa forma de amenizar e flexibilizar as propostas, entendida e declarada por eles como modernização partidária.

O fato é que o PT de Londrina aplaudiu, de forma explícita, o Congresso Nacional, símbolo da modernização do partido. Uma reportagem veiculada na *Folha de Londrina*, intitulava-se: “PT de Londrina aplaude as mudanças no partido”⁵⁶³, seguida de uma mensagem onde se podia ler que o partido havia avançado e amadurecido politicamente, ao se colocar como uma alternativa de poder. Segundo Joaquim Borges Pinto, então presidente da CUT no norte do Paraná, o evento foi um marco na vida política do país, ao permitir que o PT mostrasse a sua “cara” para a sociedade⁵⁶⁴.

Nesse processo, o isolamento dos grupos mais radicais foi algo totalmente nítido: “Se não querem acatar as decisões é melhor formarem seu próprio partido”⁵⁶⁵. Para Geraldo Fausto dos Santos, o Ceará, um dos pontos mais “saudáveis” do congresso foi a decisão de aprofundar os debates políticos com outros setores da comunidade, como o empresariado, por exemplo: “Temos que começar a fazer política honesta e não sectária”. Para o ex-prefeito, vereador à época, Luíz Eduardo Cheida, o fato de haver decidido abrir mais o leque de

⁵⁶³ Folha de Londrina, 04/12/1991.

⁵⁶⁴ Folha de Londrina, 04/12/1991.

⁵⁶⁵ Folha de Londrina, 04/12/1991.

coligações daria ao PT maiores condições de governabilidade: “O importante é ter condições de governar (...) o PT está mais próximo do PSDB do que do PC do B”⁵⁶⁶.

O Partido dos Trabalhadores londrinense (pelo menos uma grande parte, a maioria) não só reconheceu, mas reafirmou e defendeu as mudanças na agremiação, como forma de viabilizar conquistas eleitorais, o que por si só representa uma modificação de cultura, haja vista que a instituição dizia até então que o importante era a conscientização dos trabalhadores e a atuação nos movimentos populares. Aquilo que antes era inadmissível como o empresariado no partido e alianças com o PSDB passou a ser totalmente aceitável com a finalidade de criar condições para se governar. No entanto, ainda que pesem essas mudanças, o partido no seu encontro municipal realizado em 1991, declarava que o PT não havia renunciado totalmente à herança dos partidos de esquerda tradicionais⁵⁶⁷, ao revelar mais uma vez que a cultura supõe renovação, superação, mas também continuidades.

Essas mudanças de perfil agradaram também quem estava fora do partido. Vários adversários históricos do PT como políticos do PFL em Londrina aplaudiram a modernidade, ao deixar de lado o radicalismo⁵⁶⁸.

As modificações ocorridas ao longo do crescimento do PT propiciaram o surgimento de disputas internas entre grupos que passaram a ser chamados de *extrema esquerda*; *esquerda*; *centro esquerda* e *direita*. Os primeiros eram considerados mais radicais e fieis aos valores originais do partido; já os últimos adeptos da contínua modernização que muitas vezes refutava a cultura e a própria

⁵⁶⁶ Folha de Londrina, 04/12/1991.

⁵⁶⁷ Encontro Municipal – PT: Londrina, 1991.

⁵⁶⁸ Folha de Londrina, 04/12/1991

história do partido. Paulo Bernardo à época caracterizou essas disputas como uma crise na agremiação: “Existe crise sim, mas não é de identidade. É uma crise que só poderia acontecer no PT por seu pluralismo partidário”⁵⁶⁹. Sem perceber, parece que ele estava a dizer que o PT era uma federação de partidos e não um partido.

Não obstante, a memória de alguns militantes não aponta essa mudança. Nedson Micheleti, por exemplo, diz que o partido não mudou, e que essa visão não passa de um grupo minoritário, radical que nunca foi de fato o PT. Não podemos esquecer que Nedson fez e continua fazendo parte do grupo majoritário, que, de fato, possuiu e continua a ter domínio sobre o partido.

Para Nedson, o PT hoje ocupa outro papel, e por isso mudou sua atuação política. Nesse momento, então, ele reconheceu a mudança, mas logo em seguida declarou que desde o começo o partido era burocrático: “Existe muito discurso nisso (...) dizer que o partido se burocratizou depois não é verdade”⁵⁷⁰. Segundo ele, desde o início da formação do PT, havia disputa formal para governar, e a intenção de tomar o poder via institucional, pelo menos a hegemonia almejava eleições, somente grupos minoritários como o PCBR que defendiam luta armada é que dizem que o PT não fazia isso. Sem dúvida, há desqualificação de Nedson em relação a esses grupos, importante para legitimar sua posição atual e o seu papel na constituição do PT. A única diferença para Nedson, é que além da disputa eleitoral, a agremiação organizava categorias e concorria à direção de sindicatos, organizava associações de moradores, atuava em movimentos pela moradia, apoiava os sem terra:

⁵⁶⁹ Folha de Londrina, 28/05/1993.

⁵⁷⁰ Depoimento Nedson Micheleti.

O PT faz ainda hoje, hoje ele faz mais, é que na época era novidade, falar que uma pessoa do PT estava organizando um centro acadêmico na universidade era uma novidade, hoje não⁵⁷¹.

O atual prefeito do PT de Londrina ainda declarou que em 1981 também havia profissionais políticos, mas quando na campanha presidencial de 1989, a perspectiva do -poder tornou-se mais evidente, gerou a impressão de que antes era diferente.

De uma outra perspectiva analítica, pode-se questionar as afirmações do atual prefeito do PT, em Londrina, uma vez que além das propostas partidárias, a agremiação começou a modificar o sistema de alianças e a própria concepção de socialismo. Embora essa última nunca houvesse sido claramente definida, havia alguns esboços que apontavam para uma idéia vaga de socialismo, o que foi abandonado posteriormente. O próprio processo de filiação realizado de maneira antes totalmente pessoal, ao passar pelo processo informal da Internet é um elemento revelador de mudança de cultura política partidária, afinal antes o PT era apresentado diretamente a alguém, que muitas vezes precisava fazer cursos para entrar na instituição; e pela Internet qualquer um poderia se filiar.

Um ponto interessante levantado por Nedson são as mudanças sociais que interferiram totalmente no PT e, nesse sentido, ele reconhece, portanto, mudanças na instituição: “O que nós temos hoje não é a mesma sociedade que tínhamos na década de 80. (...) A luta sindical mudou porque a conjuntura mudou as relações de trabalho (...) mudou o jeito de fazer sindicato”⁵⁷².

Sem dúvida, não podemos deixar de considerar que há um certo saudosismo por alguns petistas em relação ao seu passado. Não podemos negar

⁵⁷¹ Depoimento Nedson Micheleti.

⁵⁷² Depoimento Nedson Micheleti.

que a agremiação foi formada e consolidada, como ainda o é, por diferentes tendências que tem visões diversas acerca do partido, e nesse sentido, o grupo majoritário, ao legitimar sua posição, iria atenuar as mudanças que o PT sofreu; e do mesmo modo o grupo minoritário iria atacar e engrandecer essas mudanças. Mesmo a considerar todos esses fatores, não há como negligenciar os elementos que mostram as modificações culturais políticas no interior do PT e a mudança inclusive da própria visão desse grupo hegemônico que insiste em dizer que foram os responsáveis pelo crescimento do partido, negando a participação das tendências minoritárias.

Ainda que pudéssemos esquecer toda a transformação que o Partido dos Trabalhadores sofreu: socialismo; alianças; organização partidária; a participação nos sindicatos e nos movimentos populares; a sua relação com a Igreja Católica e, principalmente, a sua posição perante as eleições; as mudanças ocorridas nas relações entre sociedade e Estado na década de 1990 e as influências das políticas internacionais teriam influenciado o PT. Portanto, podemos ter visões diferentes acerca de como essas mudanças se constituíram, mas negá-las não parece plausível.

Considerações finais

O Partido dos Trabalhadores, surgido no contexto de crise do regime militar no Brasil, apresentou-se, como vimos, por meio do discurso do novo, como uma instituição política que se mostrava detentora de uma cultura que rompia com as tradições, e que refutava todas as heranças políticas.

No entanto, por meio do estudo do ideal socialista estabelecido pelo PT, pudemos perceber que a agremiação acabou por mostrar traços do stalinismo, leninismo e da social democracia, embora nas resoluções do partido essas tendências fossem negadas. O socialismo petista não foi também adequadamente formulado na intenção de permitir a integração do partido e impedir tensões e conflitos entre as tendências existentes. Além desse fator, a incapacidade de formulação pode ser explicada pela dificuldade em expressar uma idéia socialista clara e diferenciada no contexto de crise e colapso do socialismo real do Leste Europeu, simbolizados pelo fim da URSS e pelo desmoronamento do muro de Berlim. Assim, o socialismo como ideologia petista foi tratado de forma difusa e imprecisa, o que contribuiu para que o Partido construísse valores culturais sem consistência, fáceis de serem modificados para se adequar às novas conjunturas.

A análise acerca dos ideais do PT, assim como seu programa, e suas modificações culturais no mundo político mostraram como a tradição e a cultura permanecem ao longo do tempo em diferentes grupos, ao mesclar antigos e novos valores. A presença das referências nacional-estatistas e das referências nacionalistas muito marcantes nos movimentos dos servidores públicos, nas lutas

dos empregados das empresas estatais contra a privatização, nos anos 1980 e 1990, presentes também no Partido dos Trabalhadores é um exemplo disso.

No campo democrático, ainda que pese o fato de que os núcleos se constituíram como aparelhos de tendência e disputa do poder, não podemos negar a sua existência como importantes veículos para o estabelecimento da democracia. O PT, nesse sentido, introduziu no país uma idéia de cultura política participativa e democrática, no entanto, ela não foi concretizada, haja vista que os núcleos que eram vitais à democracia partidária foram se extinguindo ao longo do tempo. Nesse sentido, o Orçamento Participativo também teve um papel importante no estabelecimento da democracia, mas se apresentou como uma nova forma de democracia representativa, não direta. Afinal, ele é um instrumento do Estado, e pode ser entendido como alargamento do espaço público na construção de uma área pública não estatal, mas também como um processo de institucionalização e cooptação da participação da população.

Em relação à novidade propagada pelo PT, inferimos que ela, de fato, foi relativa, pois combinou continuidade e descontinuidade, ruptura e tradição, o *velho* integrado no *novo*. Essa novidade é repensada se considerarmos o papel do PC brasileiro que contou, durante alguns períodos, com importante participação operária, manteve fortes influências no movimento sindical, mesmo que os militantes operários e populares comunistas jamais chegassem a ter primazia na definição das políticas do seu partido.

O crescimento eleitoral do PT, assim como o aumento de assessores, verbas públicas e instituições acabaram por burocratizar a agremiação, parcelas significativas dos quadros partidários passaram a lutar por cargos, a se

preocuparem como o poder e encontrar maneiras de se manter nele. Isso contribuiu para que outras questões como a parte social, a luta pelos ideais partidários ficassem em segundo plano, principalmente quando a flexibilização das propostas se tornou necessária e condição para a aquisição de novos mandatos.

A chamada globalização, juntamente com a denominada política neoliberal, as relações políticas estabelecidas a partir da década de 1990 – política de negociação – permitiram que se estabelecesse uma nova conjuntura no país, da qual o PT não ficou ileso.

O partido também herdou características das organizações de esquerda, dos movimentos sociais, das CEBs, como do *novo sindicalismo*. Este, caracterizado por um movimento sindical autônomo e autêntico, foi o mais atuante na formação do Partido dos Trabalhadores. Não obstante, por meio de discussões historiográficas, mostremos que trabalhos recentes evidenciam a relatividade desse *novo sindicalismo*, e seu processo de burocratização.

Percebemos que os anos 1990 foram marcados, geralmente, por movimentos sociais que negociavam com o Estado. Já na década de 1970, construiu-se uma sociedade que se rebelava contra o Estado, embora houvesse situações em que a negociação acontecia; sendo que nos anos 1980 abriu-se uma outra configuração de experiência social e política também contestadora do *status quo*. E o PT acompanhou essa trajetória ao longo dos anos 1980 e 1990.

Em Londrina, o grupo que se propôs a fundar o PT na cidade era composto pelas seguintes categorias profissionais: professores; estudantes; membros da oposição sindical bancária; profissionais liberais. Havia um grupo que não tinha tendência política e formava o bloco independente; como também pessoas

ligadas ao PCBR e ao PRC; trotskistas ligados à *Libelu* (Liberdade e Luta). E mais tarde houve a inserção de militantes da esquerda do antigo MDB, e de homens ligados à igreja progressista, conhecido como “igrejeiros”.

O PT londrinense teve uma participação ativa nos movimentos sociais na cidade, na luta pela terra, por meio de ocupações, na formação de associação de moradores, nas lutas pelos empregados, formou núcleos de bairro, apresentando-se assim uma novidade relativa em Londrina. Os sindicatos foram buscados depois, pois somente a oposição sindical participou da formação da instituição. A democracia mostrou-se por meio das disputas internas, revelando que as tendências surgidas nos primeiros anos de PT de Londrina, foram se acentuando com o crescimento do partido, e reafirmando a posição de um grupo dominante.

O PT apresentou para o governo municipal de Londrina um *socialismo pragmático*, ou seja, uma administração num regime capitalista, ao procurar direcioná-la para conquistas sociais, na intenção de sanar algumas diferenças sociais, políticas e de gênero. Na memória de alguns militantes e ex-militantes petistas, a luta pelo socialismo em Londrina foi apontada como um sentimento que buscou mecanismos para uma vida melhor e mais justa nas relações sociais, sem discutir exatamente modo de produção.

Ao longo do crescimento do PT em Londrina, –o partido passou a relativizar sua política de alianças, ao mostrar grandes modificações culturais nesse sentido, quando a agremiação completava cerca de 10 anos de existência no município.

A primeira administração petista em Londrina (1992-96) teve uma atuação nos bairros, nas favelas, no processo de urbanização, em trabalhos

comunitários. O Orçamento Participativo –e Aberto apresentou-se como um projeto que tinha por intenção permitir que a população, pelo menos uma parte, tivesse participação no orçamento da cidade.

Assim, a administração revelou um comprometimento ideológico com o seu partido à época, como a questão do “menor abandonado”; o trabalho realizado na Coordenadoria da Mulher; a educação indígena; o orçamento participativo e aberto; a luta pelo fim da monopolização do transporte coletivo; o programa Médico da Família, de caráter assistencialista; e os trabalhos executados nos bairros: urbanização de favelas, asfaltamento, formação e atuação das associações de moradores com a intenção de criar mecanismos para melhorar a vida da população.

O fato é que esse PT não durou por muito tempo. Em Londrina, os militantes aplaudiram, de forma explícita, o Congresso Nacional de 1991, símbolo da modernização do partido, não só reconheceu, mas reafirmou e defendeu as mudanças na agremiação, como forma de viabilizar conquistas eleitorais, o que por si só representava uma modificação de cultura. Esse foi o primeiro ato revelador dessa mudança, não obstante, durante e após o governo municipal de Cheida, o partido na cidade mostrou não estar imune à luta pelo poder, à profissionalização política, revelados de maneira tão clara na própria fala dos militantes que ao procurar legitimar uma posição atual, acabaram por negligenciar tantos fatos concretos do passado.

GLOSSÁRIO

ALN: Ação Libertadora Nacional
AP: Ação Popular
APML: Ação Popular Marxista Leninista do Brasil
ARENA: Aliança Renovadora Nacional
CEB: Comunidades Eclesiais de Base
CGT: Central Geral dos Trabalhadores
CLT: Consolidação das Leis do Trabalho
CNTI: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
COLINA: Comandos de Libertação Nacional
Conclat: Coordenação Nacional das Classes Trabalhistas
CUT: Central Única dos Trabalhadores
JEC: Juventude Estudante Católica
JUC: Juventude Universitária Católica
MCS: Movimento Convergência Socialista
MDB: Movimento Democrático Brasileiro
MEP: Movimento de Emancipação do Proletariado
MNR: Movimento Nacionalista Revolucionário
MR8: Movimento Revolucionário 8 de outubro
MST: Movimento dos sem terra
MUT: Movimento de Unificação dos Trabalhadores
OSM: Oposição Sindical Metalúrgica
PC do B: Partido Comunista do Brasil
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PCBR: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PDS – Partido Democrata Social
PDT: Partido Democrático Trabalhista
POLOP: Política Operária
P-SOL: Partido Socialismo e Liberdade
PRN: Partido da Reconstrução Nacional
PST: Partido Social Trabalhista
PSTU: Partido Social dos Trabalhadores Unificados
PT: Partido dos Trabalhadores
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

VPR: Vanguarda Popular Revolucionária

ARQUIVOS CONSULTADOS:

- ✓ Arquivo da Biblioteca Pública de Londrina;
- ✓ Centro de Documentação e Pesquisa Histórica – Universidade Estadual de Londrina;
- ✓ Arquivo do Diretório Local do Partido dos Trabalhadores – Londrina;
- ✓ Arquivo do Sindicato dos Bancários de Londrina;
- ✓ Arquivo da Prefeitura do município de Londrina.

FONTES

Documentos do partido

O que é o Partido dos Trabalhadores? Secretaria Nacional De Formação Política. Diretório Regional Do PT, Maio de 1995.

Administrações do Município de Londrina – 1934 a 2001. Secretaria de planejamento e Fazenda – Gerência de Pesquisas e Informações / DPI – Prefeitura Municipal de Londrina.

Partido dos Trabalhadores, Resoluções de Encontros e Congressos. Diretório Nacional do PT. Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo. Projeto Memória. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 1998.

Socialismo em debate (1917-1987). Setor de Publicações – Instituto Cajamar, 1988. (Coleção Universidade Livre dos Trabalhadores).

Encontro Municipal – PT – Londrina, abril/1991. – “Construindo o Socialismo”.

Boletim nº 01 – Núcleo dos estudantes. Abril/1985

Núcleo de Estudantes da UEL – PT, sem data.

Panfleto. PT- Londrina, número 2 – setembro, 1987.

Impresso - Carta para os filiados. 1989 – construindo o socialismo, proposta política para o PT de Londrina. Pré Convenção municipal, 12/03/1989.

Cartilha – PT: Tendência Socialista – 1987-1988.

Construindo o socialismo: proposta política para o PT de Londrina. Pré Convenção municipal 12/03/1989.

Boletim Informativo: “LONDRINA NA FRENTE – PT, PDT, PPS, PSB, PC do B – CHEIDA PREFEITO 13”.

Manifesto – Autor : PIAU – 11/1992, pós-vitória Cheida.

Entrevistas:

Oswaldo Lima - Contador. Participou da formação do PT em Londrina, foi o primeiro candidato à prefeitura pelo partido em 1982. Entrevista: 25/08/2005.

José Máschio – Jornalista da Folha de São Paulo. Quando participou da formação do PT em Londrina, era bancário e fazia parte da oposição no sindicato dos bancários. Entrevista: 05/10/2005.

Vander Rodrigues – Professor da rede pública de ensino. Atuou diretamente na inserção do PT nos movimentos sociais da cidade. Esteve ideologicamente ligado ao grupo do PCBR. Entrevista: 19/09/2005.

Luiz Eduardo Cheida - Médico. Cheida possuía uma militância estudantil e fazia trabalhos populares e comunitários na periferia da cidade antes de entrar no PT. Foi candidato a vice pelo partido em 1982, eleito vereador de Londrina em 1988 e prefeito do município no período de 1993 a 1996. Desfilou-se do PT em 1998 e atualmente está no PMDB. Entrevista: 23/05/2006.

Nedson Micheleti - Nedson era seminarista e pertencia à Pastoral da Juventude (PJ). Entrou no partido em 1981, junto com um grupo do PJ. Mais tarde fez parte da executiva do partido em Londrina. Foi deputado federal em 1986. Prefeito de Londrina pelo PT no período de 2000-2003, reeleito para a gestão 2004-2007. Entrevistas: 18/04/2006 e 31/07/2006.

Padre Dirceu Luiz Fumagalli - Participou de debates políticos dentro da Igreja Católica nas décadas de 1970, 1980. Sua mudança para Londrina em 1988, resultou na sua entrada no PT, onde atuou junto com a Pastoral da Terra e nas ocupações na região de Tamarana, antigo distrito de Londrina, hoje município independente. Entrevista: 26/05/2006.

Geraldo Fausto dos Santos – Conhecido como Ceará. Em 1983 atuou na oposição sindical, militou no sindicato dos bancários, onde ainda faz parte da direção executiva. Em 1985 iniciou a luta partidária quando “ganhou” o sindicato. Em 1988, foi candidato a vereador, ficando como segundo suplente. Ainda é militante do PT. Entrevista: 25/05/2006.

Joaquim Borges Pinto - Atuou na oposição sindical bancária no início da década de 1980. E construiu sua trajetória dentro do PT e na direção do Sindicato dos Bancários. Entrevista: 29/08/2005.

Marcos Wilson Reale Lemos - Cientista social, foi membro do PCBR e buscou no PT, segundo ele, um modo de participar legalmente da política. Envolveu-se em 1986 numa ação política no Salvador, onde executou um assalto na intenção de buscar recursos para o PCBR. Foi preso durante 10 anos. Entrevista: 11/07/2006.

Arno Giesen - Participou da primeira convenção provisória do PT no Paraná e em Londrina. Fazia parte do grupo PCBR. Atuou em movimentos populares e no processo de legalização do PT no município e no estado. Atualmente, está no PCB. Entrevista: 30/07/2006.

Jornais

Folha de Londrina, 23/03/1981

Folha de Londrina, 23/06/1981.

Folha de Londrina, 02/10/1981

Folha de Londrina, 19/11/1982, p. 1

Folha de Londrina, 20/11/1982, p.4-5

Folha de Londrina, 21/11/1982

Folha de Londrina, 22/06/1982

Folha de Londrina, 22/06/1982

Folha de Londrina, 22/06/1982

Folha de Londrina, 19/07/1982

Folha de Londrina, 08/08/1982

Folha de Londrina, 08/08/1982

Folha de Londrina, 24/08/1982

Folha de Londrina, 17/04/1983.

Folha de Londrina, 14/06/1983
Folha de Londrina, 18/06/1983
Folha de Londrina, 18/06/1983
Folha de Londrina, 26/06/1983
Folha de Londrina, 26/06/1983
Folha de Londrina, 06/07/1983
Folha de Londrina, 06/07/1983
Folha de Londrina, 19/07/1983
Folha de Londrina, 19/07/1983
Folha de Londrina, 05/08/1983.
Folha de Londrina, 11/10/1983
Folha de Londrina, 18/11/1983.
Folha de Londrina, 09/05/1984
Folha de Londrina, 13/07/1984, p.4.
Folha de Londrina, 19/07/1984, p.4
Folha de Londrina, 24/07/1984, p.5.
Folha de Londrina, 25/07/1984, p.4.
Folha de Londrina, 30/09/1984.
Folha de Londrina, 30/09/1984
Folha de Londrina, 15/12/1984
Folha de Londrina, 22/06/1985
Folha de Londrina, 25/06/1985
Folha de Londrina, 07/12/1985.
Folha de Londrina, 01/02/1986.
Folha de Londrina, 25/02/1986
O Estado de São Paulo, 12/04/1986, lado 2.
O Estado de São Paulo, 13/04/1986, p. 3
Folha de Londrina, 15/06/1986
Folha de Londrina, 13/08/1986.
Folha de Londrina, 24/08/1986
Folha de Londrina, 28/11/1986.
Folha de Londrina, 28/03/1987
Folha de Londrina, 19/11/1987
Folha de Londrina, 19/11/1987
Folha de Londrina, 19/11/1987.
Folha de Londrina, 16/01/1988
Folha de Londrina, 17/11/1988, p. 1.

Folha de Londrina, 08/03/1989.
Folha de Londrina, 10/02/1990.
Folha de Londrina, 11/10/1990.
Folha de Londrina, 23/03/1991
Folha de Londrina, 30/04/1991
Folha de Londrina, 02/06/1991
Folha de Londrina, 04/12/1991
Folha de Londrina, 04/12/1991
Folha de Londrina, 05/10/1992, p. 11
Folha de Londrina, 17/11/1992
Folha de Londrina, 17/11/1992
Folha de Londrina, 18/11/1992, p. 1.
Folha de Londrina, 28/05/1993
Folha de Londrina, 28/05/1993.
Jornal de Londrina, 19/01/1994
Jornal de Londrina, 20/01/1994
Folha de Londrina, 28/01/1994
Folha de Londrina, 11/05/1994.
Folha de Londrina, 11/05/1994
Folha de Londrina, 22/05/1994
Jornal de Londrina, 22/06/1994
Folha de Londrina, 05/10/1994.
Jornal de Londrina, 17/11/1994.
Folha de Londrina, 24/02/1995
Folha de Londrina, 05/03/1995, p. 3.
Jornal de Londrina, 03/04/1995.
Jornal de Londrina, 16/04/1995
Folha de Londrina, 02/05/1995
Folha de Londrina, 02/05/1995
Folha de Londrina, 05/06/1995
Folha de Londrina, 23/07/1995
Jornal de Londrina, 02/08/1995
Folha de Londrina, 06/08/1995
Folha de Londrina, 28/04/1996
Folha de Londrina, 23/06/1996
Folha de Londrina, 23/06/1996, p.4
Folha de Londrina, 23/06/1996, p.4.

O Estado do Paraná, 16/08/1996,

Jornal de Londrina, 05/10/1996, p.3A

Folha de Londrina, 18/10/1996

Folha de Londrina, 19/10/1996

Folha de Londrina, 09/11/1996

Folha de Londrina, 04/02/1997

Folha de Londrina, 15/07/1997

Folha de São Paulo. Caderno Mais, 07/08/2005, p.1.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Laís Wendel. Greve Metalúrgica em São Bernardo: sobre a dignidade do trabalho. In: Kowarick, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

AGULHON, Maurice. **Penitents et francs-maçons de l'ancienne Provence**, Paris: Fayard, 1968.

_____. Depoimento. In: NORA, Pierre (org). **Ensaio de ego-história**, Lisboa: Difel, 1989.

AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de M. **Usos & Abusos da História Oral**. 5º ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

ALMOND & VERBA. **The civic culture**. Princeton: Princeton University Press, 1963.

ALVAREZ, Sonia & DAGNINO, Evelina Dagnino & ESCOBAR, Arturo. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos** (novas leituras). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado: Representações políticas em Londrina, 1930-1975**. Londrina: Ed. UEL, 1998.

ARRUDA, Gilmar. História, historiadores, regiões e fronteiras. **História: Debates e Tendências**, vol. 3, n.2, 2002.

AZEVEDO, Clóvis Bueno de. **A Estrela partida ao meio: ambigüidades do pensamento petista**. São Paulo: Entrelinhas, 1995.

BADARÓ MATTOS, Marcelo. **Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro. Universidade Federal Fluminense, 1996.

_____. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2003.

BLASS, Leila M. S. **Novo Sindicalismo: Persistência e Descontinuidade**. In: RODRIGUES, Iram Jácome (org.). **O novo sindicalismo – vinte anos depois**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

BORBA, Ângela & FARIA, Nalu & GODINHO, Tatau (org.). **Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998.

BOBBIO, Norberto & MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Tradução de Carmen C. Varriale et al; 9º ed. Brasília: Editora UnB, 1997. vol. 1 e 2.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões de uma distinção política: razões e significados de uma distinção política**. SP: Ed. UNESP, 1995.

BORGES, Vavy P. História e política: laços permanentes. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, set. 1991/ago.1992, v. 12, n.23/24, p. 7-18.

BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 3ºed. Rio e Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BAVA, Silvio Caccia. A luta nos bairros e a luta sindical. In: Kowarick, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

CAMARGO, Candido Procópio F. & SOUZA, Beatriz Muniz & PIERUCCI, Antonio Flavio de Oliveira. Comunidades Eclesiais de Base. In: SINGER, Paul & BRANT, Vinícius Caldeira (orgs.). **São Paulo: o povo em movimento**. 3º ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

CAPELATO, Maria Helena R. História Política. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.17, 1996.

_____. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo, Edusp, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

_____. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo, Cia. das Letras. 1990.

CERTEAU, Michel de. "Credibilidades políticas" In: **A Invenção do Cotidiano: 1. artes de fazer**. 9º ed Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

CESÁRIO, Ana Cleide C. **Poder e partidos políticos em uma cidade média brasileira: um estudo de poder local: Londrina-Pr. – 1934-1979**. Tese de doutorado. Depto. De Ciências Sociais – USP, 1986.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHAUVEAU, A. & TÉTART, P. **Questões para uma história do presente**, Bauru: EDUSC, 1999.

COSTA, Hélio da. Trabalhadores, Sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-53). In: FORTES, Alexandre [et al]. **Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho**. Campinas: Ed.Unicamp, 1999.

COSTA, João Vitorino da. **Participação popular no Projeto Londrina Linda**. Monografia de bacharelado de Ciências Sociais. Universidade Estadual de Londrina, 1996.

CUNHA, Maria de Fátima. **Eles ousaram lutar: a esquerda e a guerrilha nos anos 60/70**. Londrina: Ed.UEL, 1998.

DÁLESSIO & JANOTTI, A esfera do político na produção acadêmica dos programas de pós graduação (1985-1994). **Estudos Históricos**. RJ, vol.9, nº 17, 1996, pp.123-149.

DEMIER, Felipe (org.) **As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2003.

DIAS, Reginaldo B. **O SOCIALISMO PETISTA: anotações sobre um projeto político em formação**. Diretório do PT de Maringá, 2000.

_____. **Sob o signo da revolução brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná – 1962 – 1973**. EDUEM: Maringá, 2003.

DOIMO, Ana Maria. Povo como sujeito de sua própria história: metáfora de um novo tempo. In: **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relumê-Dumaré, 1995.

FALCON, Francisco. "História e Poder" In CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.

FARIA, Marcos Moutta de. **PARTIDO SOCIALISTA OU PARTIDO DOS TRABALHADORES?** Contribuição à História do Trotskismo no Brasil. A experiência do Movimento Convergência Socialista. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Programa de Pós-Graduação em História, Comparada, 2005. Dissertação de Mestrado em História Comparada.

FERNANDES, Florestan. "O ano do PT". **Folha de São Paulo**, 08 janeiro, 1990.

FERNANDES, Rubem César. O que é o terceiro setor? In: **3º Setor: Desenvolvimento Nacional Sustentado**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, p.265-27.

FICO, Carlos & POLITO, Ronald. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos – tentativa de avaliação crítica. In: **A velha história: teoria, método e historiografia**. Campinas: Papyrus, 1996.

FONTES, Paulo. **Trabalhadores e cidadãos – nitroquímica: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50**. Annablume/Sind. Dos Químicos e plásticos SP, 1997.

_____. Centenas de estopins acesos ao mesmo tempo: a greve dos 400 mil, piquetes e a organização em São Paulo (1957). In: FORTES, Alexandre [et al]. **Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho**. Campinas: Ed.Unicamp, 1999.

FORTES, Alexandre. Reflexões sobre o lugar do PT na história da esquerda brasileira. In: FORTES, Alexandre (org.). **História e perspectivas da esquerda**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

FREYRE, G. , RAMOS, A. & DUVERGER, M. **A imprensa como objeto de estudos das Ciências Sociais**. São Paulo: ECA-USP, 1970.

GARCIA, Cyro. **Partido dos Trabalhadores: rompendo com a lógica da diferença**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, 2000.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. **Panela Vazia: o cotidiano carioca e o fornecimento de gêneros alimentícios: 1945-50**. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Secretaria Municipal das Culturas, 2002.

GOHN, Maria da Glória. Uma proposta teórica – metodológica para a análise dos movimentos sociais na América Latina. In: **Teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1997.

GOLDMAN, Marcio e SANT'ANNA, Ronaldo S. Elementos para uma análise antropológica do voto. In: PALMEIRA, Moacir. e GOLDMAN, Márcio. (orgs.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro, Contra Capa, 1996. p. 13-40.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da historia**. 4ªed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, s/d.

_____. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão!: memória operária, cultura e literatura no Brasil**. 3º ed. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

HARNECKER, Marta. **O sonho era possível**. São Paulo: Casa América Livre, 1994.

HILÁRIO, Janaina Carla S. Vargas. História Política – *cultura política e sociabilidade partidária*: uma proposta metodológica. **História Unisinos**, São Leopoldo, vol.10, nº 2, ago/2006.

JULLIARD, Jacques. A Política. In LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (orgs.). **História: novas abordagens**. Tradução de Henrique Mesquita. 3º ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Ed., 1988.

KECK, Margareth. **PT: a lógica da diferença. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. Tradução de Maria Lucia Montes. São Paulo: Ed. Ática, 1991.

KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 23, 1999.

LACERDA, Alan Daniel F. O PT e a unidade partidária como problema. **Dados**, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 1, 2002.

LADOSKY, M. H. Guedes. **Movimento sindical e estratégia corporativista: a trajetória e os impasses da CUT no rio de Janeiro**. Dissert. Mestrado. UFRJ, 1995.

LAPA, J. R. do Amaral. **A historiografia em questão. A historiografia brasileira contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1976.

LE GOFF, Jacques. A política será ainda a ossatura da história? In: LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso e o cotidiano medieval**. Portugal: Edições 70, 1985.

LIMA JR., Olavo Brasil de. **Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

MAUAD, Ana Maria. “História, iconografia e memória” In SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von. **Os Desafios Contemporâneos da História Oral**. Unicamp: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997.

MARTINS, Souza H. H. T. **Igreja e movimento operário no Rio de Janeiro (1955/1988)**. Tese doutorado, 1996.

MENDES, Áquilas & MARQUES, Rosa M. *O social no governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal*. In: **Revista de Economia política**, São Paulo, vol. 26, n.01, jan/março de 2006.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido 1979-1982**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Ed. UNB, 1982.

MOISÉS, José Álvaro. **Lições de liberdade e de opressão: o novo sindicalismo e a política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção Estudos Brasileiros, v.56).

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MUNHOZ, Sidnei. Ecos da Emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953). In: **Revista Diálogos**. Vol.6.

_____. Movimentos Sociais e Organizações: da rebeldia ao conservadorismo. In: **I Fórum de Pesquisa, PGH-UEM/UEL**, p. 348-351, set. 2001.

NASCIMENTO, R. H. **Peões e trabalhadores no Brasil – novos e velhos militantes no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro**. Mestrado, UFRJ, 1993.

NORA, Pierre. “O acontecimento e o historiador do presente”. In: LE GOFF, Jacques et all. **A nova história**. Lisboa: Edições 70, [1984].

OIKAWA, Líria Yurika. **Jornal Poeira: instrumento de mobilização do movimento estudantil em Londrina**. Londrina: Ed. UEL, 1989.

OLIVEIRA, Francisco de. “Qual é a do PT? SADER, Emir (org.) **E agora PT: caráter e identidade**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PACHECO, Vavy B. Política: totalidade e imaginário. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.17, 1996.

PAOLI, Maria C. & TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, Sonia & DAGNINO, Evelina Dagnino & ESCOBAR, Arturo. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos** (novas leituras). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Partido dos Trabalhadores, Resoluções de Encontros e Congressos. Diretório Nacional do PT. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 1998.

PESSANHA, E. & MOREL, R. Gerações operárias: rupturas e continuidades na experiência de metalúrgicos do Rio de Janeiro. Anpocs/Relume Dumará. **Revista brasileira de ciências sociais**, n.17, out/1991.

POLLAK, Michael. **"Memória e Identidade social"**. In: **Estudos Históricos**, RJ, vol.5, n.10, 1992.

POMAR, Wladimir. **Quase lá: Lula, o susto das elites.** São Paulo: Editora Brasil Urgente, 1990.

PORTELLI, Alessandro. "Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral". In: **Projeto História**. São Paulo, n. 15, pp-13-50, abril/1997.

_____. "O que faz a história oral diferente". Revista **Projeto História**, São Paulo, n.14, fev. 1997.

PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e social-democracia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS F., Daniel A. **A Revolução faltou ao encontro.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. "As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições". In: FORTES, Alexandre (org.). **História e perspectivas da esquerda.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política.** Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

_____. Por quê a história política. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.7, n.13, 1994.

RENNÓ, Lúcio. Teoria da cultura política: vícios e virtudes. **BIB**, RJ, n.45, 1º sem. 1998, pp.71-92.

RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da revolução.** São Paulo: Ed.UNESP, 1993

_____. **Política pra quê? Atuação partidária no Brasil Contemporâneo.** 7º ed. São Paulo: Atual, 1992.

RODRIGUES, J. H. et all. **A imprensa como fonte histórica.** São Paulo: ECA-USP, 1970.

RODRIGUES, Leôncio M. **Partidos e Sindicatos.** São Paulo: Ática, 1990.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. ANPUH/Editora Contexto, 1995, v. 15, n. 30, p.9-22;

ROSENFELD, Denis L. **PT na encruzilhada: social-democracia, demagogia ou revolução?** Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e luta dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir. **O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTANA, Marco Aurélio. O novo e o velho sindicalismo: análise de um debate. **Revista de sociologia e política, n.10/11**, 1998b.

_____. Partido e militância sindical – a atuação comunista no sindicato metalúrgicos no rio de janeiro. **Revista de Sociologia e política, n.8.** , 1997.

_____. Política e História em Disputa: o “novo sindicalismo” e a idéia da ruptura com o passado. In: RODRIGUES, Iram Jácome (org.). **O novo sindicalismo – vinte anos depois**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

_____. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida N. (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Antônio Ozaí da. **Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e descontinuidades**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.

SINGER, André & KOWARICK, Lúcio. A experiência dos Partidos dos Trabalhadores em São Paulo. In: KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

SINGER, André. **O PT**. São Paulo: Publifolha, 2001.

SINGER, Paul. Movimentos sociais em São Paulo: traços comuns e perspectivas. In: SINGER, Paul & BRANT, Vinícius Caldeira (orgs.). **São Paulo: o povo em movimento**. 3^o ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

Socialismo em debate (1917-1987). Setor de Publicações – Instituto Cajamar, 1988. (Coleção Universidade Livre dos Trabalhadores).

Sociedade Civil e Democracia: reflexões sobre a realidade brasileira. Idéias, **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, Universidade Estadual de Campinas, 1998-99.

TELLES, Vera da Silva. Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. In: KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: História Oral**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. 2º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e a memória. In: **Revista Projeto-História**. Ética e História Oral. São Paulo (15), p.51-84, abril/1997.

TOURAINE, Alain. Os movimentos sociais. In: **A Sociedade de Classes**.

WEBER, Max. A política como vocação. In: **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

WEFFORT, Francisco. **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **PT: um projeto para o Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

VIEIRA, Rosângela L., A relação entre o documento e o conhecimento histórico. **Mimesis**, Bauru, v. 20, n. 1 p. 147-155, 1999.
